

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO



**DA
CONTRARREVOLUÇÃO URBANA
AO
URBANO COMUM**

diálogos lefe(b)vrianos sobre a ruptura

RENAN DOS SANTOS SAMPAIO

SÃO PAULO | 2023

RENAN DOS SANTOS SAMPAIO

Da contrarrevolução urbana ao urbano comum: *diálogos lefe(b)vrianos sobre a ruptura*

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original, sob responsabilidade do autor e anuência do orientador. A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade. São Paulo, 24 de novembro de 2023.

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Habitat

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Xavier Pereira

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Sampaio, Renan dos Santos

Da contrarrevolução urbana ao urbano comum: diálogos
lefe(b)vrianos sobre a ruptura / Renan dos Santos Sampaio;
orientador Paulo César Xavier Pereira. - São Paulo, 2023.
236.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de
concentração: Habitat.

1. Produção do Espaço. 2. Utopia. 3. Henri Lefebvre. 4.
Rodrigo Lefèvre. 5. Antivalor. I. Pereira, Paulo César
Xavier, orient. II. Título.

Nome: Renan dos Santos Sampaio

Título: Da contrarrevolução urbana ao urbano comum: diálogos Lefe(b)vrianos sobre a ruptura

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Agradeço:

a todos que fizeram parte direta e indiretamente deste trabalho, por permitirem que ele se materializasse. Nada disso seria possível sem o apoio das pessoas queridas e da trajetória que me proporcionaram;

à minha família, ponto de apoio e incentivo. Carlos, Luciana e Thaís, que fazem mais parte disso do que imaginam;

aos amigos de sempre, força e desafogo, que compreenderam minha presença-ausência, mas que me possibilitaram um caminho ao qual sou devedor;

à Marina, doce encontro, companheira compreensiva e incentivadora nas poucas horas vagas, que segurou as pontas, os meios, e as outras pontas e tudo mais o que foi necessário;

ao Bruno, Caetano e Marcelo, leitores de bom grado, que gentilmente aceitaram o desafio de ler, (não) entender e comentar;

À Lúcia Shimbo e ao Leandro Medrano, pela participação na banca de qualificação e pelas indicações valiosas;

Aos professores que pude encontrar pelo caminho na pós-graduação, na FAU e na Geografia, que me fizeram compreender um pouco melhor o pouco que sei e que ainda há muito a compreender;

Em especial, ao meu orientador, Paulo César Xavier Pereira, cujo companheirismo, generosidade e rigor no compartilhamento e na construção do conhecimento foram fundamentais para a construção desse trabalho e com os quais tive o privilégio de poder contar nesse trajeto, muito maior que o período desse mestrado.

obrigado

RESUMO

SAMPAIO, Renan dos Santos. **Da contrarrevolução urbana ao urbano comum: diálogos Lefe(b)vrianos sobre a ruptura**. 2023. Dissertação (Mestrado em Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

O cotidiano da metrópole contemporânea apresenta o aprofundamento de um *estado crítico*, um mal-estar generalizado, que se esboça desde a modernidade e que penetra insidiosamente em todos os níveis da reprodução social, obscurecendo qualquer perspectiva de sua superação. Essa hipótese considera que há um movimento coordenado e materializado na forma metropolitana, que impede a ascensão do *urbano* – o conjunto de relações transformadas e transformadoras da vida social – e que é baseado na homogeneização e mercantilização generalizadas, reproduzindo as condições de *sobrevida do capital*. Sabe-se que o espaço desempenha aí um papel relevante, de onde repousa a investigação sobre sua produção e os agentes que a envolvem, incluindo o papel de arquitetos e urbanistas. Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, e Rodrigo Lefèvre, arquiteto brasileiro, contribuíram nesta investigação com (im)previsões que se conectam à esta condição do presente e que podem ser referenciadas aqui em três pontos: primeiramente, por suas presciências em relação à instrumentalização do espaço (pelo capital) e por vislumbrarem utopias (im)possíveis em direção à sua negação; em segundo lugar, pelas imprevisões de aspectos contidos na contemporaneidade, que de algum modo sinalizam aprofundamentos das crises indicadas por eles (urbana, da arquitetura); e, por último, pela extensão de suas elaborações utópicas que, apreendidas e (re)situadas no contexto contemporâneo, podem fornecer importantes caminhos para repensar antigos e novos horizontes de ruptura e desenvolvimento de uma práxis aplicada à produção do espaço (urbano). Neste ponto, as noções de *comum* e *antivalor* adquirem relevância ao iluminar as duas contribuições e potencializá-las no enfrentamento das contradições aportadas pela dominação do capitalismo financeiro neoliberal, em nível global e total, caracterizada pela apropriação mercantil de todos os aspectos de reprodução da vida. Mas é preciso também sublinhar que há na obra dos dois autores importantes indicações que permitem enriquecer os movimentos suscitados por estas noções, a partir da perspectiva do espaço e da arquitetura. Nesta intersecção se situa uma direção: retomar o *urbano* como conceito vital para transformação espacial e social e como um *comum* a ser preservado pelos envolvidos, constantemente silenciados neste mal-estar presente e constante da contemporaneidade.

Palavras-chave: Produção do Espaço. Utopia. Henri Lefebvre. Rodrigo Lefèvre. Antivalor.

ABSTRACT

SAMPAIO, Renan dos Santos. **From the counterrevolution to the urban common: Lefe(b)vrian disruption dialogues**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The daily life of the contemporary metropolis presents the deepening of a *critical state*, a generalized malaise, which has been outlined since modernity and which insidiously penetrates all levels of social reproduction, obscuring any prospect of overcoming it. This hypothesis considers that there is a coordinated movement materialized in the metropolitan form, which prevents the rise of the *urban* - the set of transformed and transforming relations of social life - and which is based on generalized homogenization and commodification, reproducing the conditions to the *survival of capital*. It is known that space plays a relevant role here, where is placed the investigation on its production and the agents that involve it, including the role of architects and urban planners. Henri Lefebvre, a French philosopher and sociologist, and Rodrigo Lefèvre, a Brazilian architect, contributed to this investigation with (un)predictions that connect to this present condition and that can be referenced here in three points: Firstly, for their prescience about the instrumentalization of space (by capital) and for glimpsing (im)possible utopias towards its negation; secondly, for the unpredictable aspects contained in contemporaneity, which somehow indicate the deepening of the crises visualized by them (urban crisis, architecture crisis); and, finally, by the extension of their utopian elaborations that, apprehended and (re)situated in the contemporary context, can provide important ways to rethink old and new horizons of disruptions and the development of a praxis applied to the production of (urban) space. At this point, the notions of *common* and *anti-value* acquire relevance, illuminating the two contributions and enhancing them to face the contradictions raised by neoliberal financial capitalism domination, at a global and total level, characterized by the mercantile appropriation of all aspects of life reproduction. But it is also necessary to emphasize that there are important indications in the work of the two authors that allow us to enrich the movements raised by these notions, from the perspective of space and architecture. In this intersection, a direction is located: to resume the *urban* as a vital concept for spatial and social transformation and as a common to be preserved by those involved, constantly silenced in this present and constant malaise of contemporaneity.

Keywords: Production of space. Utopia. Henri Lefebvre. Rodrigo Lefèvre. Anti-value.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. DIÁLOGOS LEFE(B)VRIANOS I: AS PREVISÕES	29
1.1 A CRISE URBANA E O ESPAÇO INSTRUMENTAL	39
1.2 HOMOGENEIZAÇÃO DO ESPAÇO E O PAPEL DO ARQUITETO	57
1.3 POSSIBILIDADES DE RUPTURA: URBANO E SOCIEDADE URBANA.....	69
2. DIÁLOGOS LEFE(B)VRIANOS II: AS (IM)PREVISÕES	83
2.1 APROFUNDAMENTO DO ESTADO CRÍTICO E APROPRIAÇÃO METROPOLITANA.....	92
2.1.1 A METRÓPOLE SE ESTABELECE PELA APROPRIAÇÃO DE UM ESPAÇO EXISTENTE E DESIGUAL	97
2.1.2 A METRÓPOLE É (RE)PRODUZIDA PELO RENTISMO.....	102
2.1.3 A METRÓPOLE GARANTE A (RE)PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO	112
2.2 SOBREVIDA DO CAPITAL E O ARQUITETO PRECARIZADO	123
2.2.1 HETEROGENEIDADE NO TEMPO NÃO LINEAR	135
2.2.2 HETEROGENEIDADE NAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	142
2.2.3 HETEROGENEIDADE NO TRABALHO DO ARQUITETO.....	153
2.3 IMPOSSIBILIDADE DE RUPTURA: A CONTRARREVOLUÇÃO URBANA ...	167
3. DIÁLOGOS LEFE(B)VRIANOS III: AS RUPTURAS NO SÉCULO XXI	179
3.1 A FAVOR DA METRÓPOLE, CONTRA A METRÓPOLE.....	193
3.2 DO ARQUITETO ASSALARIADO À COPRODUÇÃO DO ESPAÇO	205
3.3 DA CONTRARREVOLUÇÃO À RUPTURA: ESPAÇOS DE ANTIVALOR E URBANO COMUM	217
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU O URBANO COMUM COMO UTOPIA POSSÍVEL-IMPOSSÍVEL DA SOCIEDADE URBANA	227
REFERÊNCIAS	231

“Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas*. Um importante aspecto do problema teórico é o de conseguir situar as descontinuidades em relação às continuidades, e inversamente. Como existiriam descontinuidades absolutas sem continuidades subjacentes, sem suporte e sem processo inerente? Reciprocamente, como existiria continuidade sem crises, sem o aparecimento de elementos ou de relações novas?” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.18)

INTRODUÇÃO

Há um curioso objeto denominado *Gömböc*, desenvolvido pelo matemático húngaro Gábor Domokos, que se caracteriza por ser o único objeto convexo e homogêneo existente a possuir apenas dois pontos de equilíbrio: um estável e um instável. Esta característica única lhe confere o particular aspecto de, não importando a posição em que é colocado, sempre retornar ao seu ponto de equilíbrio estável, mesmo que se detenha um pouco no balanço sobre seu ponto de equilíbrio instável. Se isso só é possível graças ao desenvolvimento de uma forma única, que lhe permite tal comportamento sem a necessidade de qualquer contrapeso ou intervenção externa para recuperar sua posição estática, quer dizer que não importa a conjunção de forças e fatores externos a ele, sua estabilização ocorrerá, mais cedo ou mais tarde. A observação deste objeto e de seus aspectos parece ser uma metáfora interessante para situar o âmbito deste trabalho, pois seu contexto se apresenta de maneira semelhante. Qual seria este contexto senão o capitalismo, essa tendência homogeneizante e aparentemente estável, constantemente afetada por crises e contradições internas que lhe jogam em meio a instabilidades, mas que parece adequar-se e adaptar-se repetidamente para retornar ao seu equilíbrio e continuar seu domínio, cada vez mais total, sobre as condições de reprodução da vida humana?

A relevância dessa imagem metafórica se justifica porque a pesquisa aqui retratada possui em si mesma, em sua própria formulação, como hipótese e problema, um caráter fundamental: ela parte de um pressuposto de *intensificação de crises* – um mal-estar generalizado, consolidado e tão constante que é transformado em *estado crítico*. Mas este não é um trabalho sobre crises, o que importa salientar. É, sim, um trabalho que se debruça sobre uma crise específica, mas para partir dela em outra direção, apontando seu caráter duradouro e as condições de sua como obstáculos que, apesar das aparências, não incomodam a estabilidade do capital. Mais ainda, é um trabalho que parte da compreensão de que mesmo as direções pressupostas como potenciais instabilidades ao domínio do capital não conseguem criar outros pontos de ancoragem nessa forma totalizante, nem construir seu caminho para fora dela, contribuindo assim para a estabilidade geral do sistema. Nessas condições, apenas a *ruptura* se apresenta como uma *outra possibilidade*, uma implosão-explosão desta forma ‘perfeita’, único método capaz de produzir uma outra estabilidade, num outro lugar, num outro momento. Este é um trabalho, portanto, que constrói esta *possibilidade*? Tarefa louvável e ao mesmo tempo gigantesca, que deve ser empreendida por todos aqueles capazes de levá-la a cabo, em conjunto. Como um ajuste na rota

do navio antes de prosseguir a navegação, o objetivo aqui é traçar esta rota. Restará navegá-la. Este trabalho então parte numa direção bem definida: demonstrar as razões que tornam a *ruptura* um possível-impossível em relação à produção do espaço, iluminando uma via através de duas contribuições fundamentais que já trilharam este caminho, situando-as e atualizando-as conforme necessário.

Se esta forma total e estável, que retorna sempre ao equilíbrio, é tão dominante a parece ser indestrutível, é possível pensar em *ruptura*? A resposta é óbvia e positiva, pelo simples fato de que a *ruptura* já está contida nela mesma. A *ruptura* é uma ideia, um desejo, uma vontade, sempre presente. Pensemos por exemplo neste próprio objeto, o *Gömböc*. Ele foi desenvolvido numa perseguição ao impossível, a tentativa de construir uma forma inédita, nunca antes vista, com características únicas. Tão logo materializada, surgem os impulsos contrários, uma vontade que se manifesta de modo crescente, uma expectativa que, de algum modo, algum evento possa tirar-lhe a estabilidade, que se coloque sobre a mesa e não retorne ao ponto esperado – que se realize o impossível, por alguma razão. Assim se faz no cotidiano, na vida humana e com as condições que se apresentam nas grandes cidades para sua plena manifestação. Ela é perseguição constante de desejos e sonhos, realização de vontades. Mas é constantemente frustração, mal-estar, indignação. Não parece evidente que está contido em cada um o desejo por aquilo que lhe possa mudar a vida? Não se trata de uma acepção comumente aplicada (já clássica?) de que o desenvolvimento das forças produtivas e das contradições internas do capital levará à revolução. Nem se trata de negá-la. Mas sim de considerar que há, na vida cotidiana, apesar da resignação com o *estado crítico* da ordem vigente, desejos e vontades de *ruptura*. Organizados ou desorganizados, por vezes mal manifestados, muitas vezes dormentes, mas sempre presentes.

Não hesitamos aqui em nomear este movimento que aprisiona as possibilidades. Trata-se, como veremos, de uma *contrarrevolução*, em curso já há algum tempo, e que delimita inclusive as próprias *possibilidades de ruptura*. Diante de uma realidade extremamente dominada, cerceada e opressiva (a realidade da metrópole, da dominação metropolitana – em termos econômicos e espaciais, sociais e mentais) surgem ao mesmo tempo urgências e limites, os quais nunca devem ser desconsiderados. Um aumento explosivo da população em situação de rua nas grandes cidades, a degradação econômica e das condições de vida da classe trabalhadora, o grande e alarmante número de moradias precárias e/ou em situações de risco, a ausência/insuficiência das infraestruturas e serviços urbanos são alguns dos exemplos de urgências que se manifestam

no espaço urbano e muitas vezes dominam o debate sobre as questões urbanas e o papel de arquitetos e urbanistas. Mas considerá-las não significa, obrigatoriamente, pautar-se exclusivamente por estas questões. É preciso ir além.

A necessidade de um passo adiante se justifica, precisamente, porque as soluções que se apresentam são as soluções *possíveis*, e ao mesmo tempo insuficientes sob um ponto de vista total. Essa insuficiência não reside em uma não-solução: arquitetos e demais profissionais da cidade, engajados em solucionar os problemas urbanos, parecem lograr (pequenos) êxitos que comprovam os resultados de suas ações, dentro de diversos modos de organização, seja através do poder público, de assessorias técnicas, organizações sociais ou até mesmo na iniciativa privada, apesar das muitas contradições presentes em *todos* estes processos e formas de produção do espaço. Assim, um vasto *campo cego* se conforma a partir deste horizonte de atuação, pois o *possível*, inserido no contexto de uma *contrarrevolução urbana*, só faz balançar o capital em seu movimento de retorno ao ponto de equilíbrio: não se desvencilha das apropriações capitalistas, não extrapola seus limites, não supera as divisões. É preciso evidenciar este campo cego, não para invalidar as atuações do campo do possível, mas para que elas sejam modificadas continuamente pelas práticas e teorias (*práxis*) do campo do *(im)possível*, de modo que qualquer perspectiva de *transformação* caminhe ao lado do horizonte da *ruptura*.

i. Sobre a formulação da pesquisa

O fato mais importante, do qual deriva toda e qualquer formulação feita para esta pesquisa, o conceito-chave que dá origem a todo o esforço empregado para concretizá-la, reside então na vontade/necessidade de pensar a ruptura. Desde o início algumas inquietações se fazem presentes. A análise do real indica, sobretudo, importantes e profundas crises na contemporaneidade, nos mais diversos setores. No que diz respeito às cidades, aparecem a crise urbana e a crise da arquitetura, ‘crises’ tão duradouras que é necessário reavaliá-las. Seriam mesmo crises ou tornaram-se condições das grandes aglomerações urbanas e do trabalho do arquiteto, onde problemas e desigualdades causadas pela urbanização promovida por/pelo capital se tornam a regra? Estamos diante, portanto, de uma precariedade que atravessa a cidade moderna e contemporânea e que caracteriza a atuação profissional do arquiteto, de possibilidades cada vez mais reduzidas, disfarçadas por reluzentes migalhas que ofuscam e enganam. De um lado a falta de urbanidade, a segregação, a espoliação urbana e de outro um profissional contido nesse horizonte com uma atuação empobrecida, capturado e (i)mobilizado

nas mais diversas formas de produção do espaço, que não fazem senão auxiliar na perpetuação dessa condição urbana e que possuem como fundamento em comum a re-produção das relações sociais de produção, ou seja, a grosso modo, a reprodução das condições e necessidades da produção capitalista. Uma re-produção que se dá em diversas escalas e em momentos distintos, mas que assegura um movimento ao capital: a *continuidade* (do domínio capitalista, da reprodução ampliada de capital) e, conseqüentemente, o aprofundamento dessas condições. Neste sentido, a produção do espaço adquire um papel central, estratégico, porque o espaço é ele mesmo palco e produto desta re-produção. Não é somente *no espaço* da urbanização capitalista que as relações sociais serão reproduzidas, mas também *através deste espaço*, dominado pelo fetiche da mercadoria, da reificação.

No entanto, na totalidade desse movimento (a re-produção das relações sociais de produção), nem tudo caminha num sentido único. Existem fissuras, uma não linearidade, uma quebra no movimento. Existem também *descontinuidades*, aquilo que resiste, que tem movimento contrário, antagônico, contra-hegemônico, ou que simplesmente não se alinha ao movimento dominante, e que pode *por vezes ou por um breve momento*, representar uma outra possibilidade. Uma leitura possível da totalidade (continuidades e descontinuidades) sinaliza essa brecha espaço-temporal, da qual é possível pensar o ponto de partida da *ruptura*, e que é, portanto, um fato fundamental dentro desta investigação, no limite em que não a torne contraditória – há descontinuidade na continuidade, em que pese o eterno retorno ao equilíbrio. A leitura desse movimento tendo em vista o comum e o antivalor (descontinuidades com potencial de ruptura) surge a partir daí, visando formular a ruptura em campo estratégico da reprodução de capital – o da produção do espaço – de uma maneira atualizada e inserida na antítese entre um bloqueio total do qual nada escapa e a reprodução das condições que contém alguma possibilidade. Assim se configura a proposta de apontar um caminho (a rota) que nos permitiria pensar alternativas para a crise urbana e da arquitetura a partir da continuação das descontinuidades, somando as contribuições do comum e do antivalor.

Ao relacionar ruptura com a produção do espaço dois autores se destacam imediatamente: Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre. O primeiro, filósofo e sociólogo marxista francês, surge como uma referência primordial, pois sua contribuição, retratada em sua extensa obra, pode ser interpretada justamente como uma busca por evidenciar a crescente relevância da produção do espaço para a sobrevivência do capital e, mais do que isso, por indicar alternativas, caminhos outros, possibilidades de construção de uma nova sociedade (urbana), de consolidação da

revolução (urbana). A utopia lefebvriana seria uma busca pela ruptura através da produção (global e total) do espaço, o que inclui uma crítica ao Estado, ao urbanismo planificador, à mercantilização do espaço e sua instrumentalização e até mesmo a crítica ao cotidiano. A dimensão pouco trabalhada por Henri Lefebvre, no entanto, se aproxima um pouco mais do campo de atuação do arquiteto (a produção imediata), de onde convém resgatar a obra do segundo autor. Mais do que isso, o olhar sobre a obra de Rodrigo nos aproxima também de um contexto próximo, brasileiro e latino-americano, que não corresponde à realidade francesa ou europeia, que impede a simples transposição de conceitos e interpretações. Esse é um contraponto essencial, acentuado ainda pela atuação profissional e política de Rodrigo, que o levava a vislumbrar suas próprias rupturas. Os diferentes referenciais e mesmo distintas experiências de vida e de atuação profissional não implicam somente em contrapontos entre os dois e nem indicam que não há preocupação com os níveis global e total em Rodrigo e imediato em Henri Lefebvre, mas sim que há complementaridade em suas diferenças.

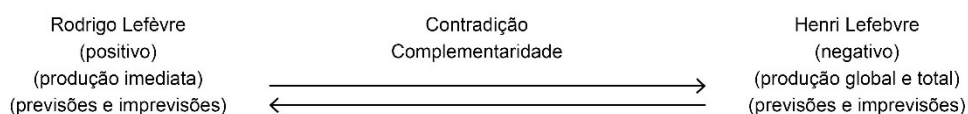
Considerando esses aspectos, se apresenta um desafio: como relacionar e atualizar suas obras? Apesar de contextos tão díspares mas com aproximações possíveis, seria necessário certo rigor nesta empreitada, sem olvidar o fato de um distanciamento histórico de 50 anos entre as principais contribuições dos dois autores e o momento de produção desse estudo, implicando na necessidade de sua atualização. Apesar da presciência de suas contribuições, de anteciparem até mesmo o próprio contexto de “crise” que estamos abordando, esse estado crítico que envolve a questão urbana e a arquitetura não se dá exatamente nos moldes que ambos puderam imaginar. Os problemas se aprofundam ao passo que todo o processo é normalizado em meio ao silêncio dos envolvidos, para os quais a privatização dos espaços e o cercamento da cidade representam uma constante luta pela vida, encarada com normalidade e até certa passividade no contexto do século XXI, favorecendo a reprodução ampliada de capital. Ambos Lefe(b)vres, ao fazerem o diagnóstico sobre as cidades e sua produção e ao propor soluções (rupturas) não puderam, evidentemente, imaginar com exatidão esse contexto de crise permanente e duradoura, mas puderam elaborar hipóteses que conservam sua validade. Se existem previsões e imprevistos nessas contribuições, justifica-se resgatá-las à luz da contemporaneidade, de aprofundamento dos problemas (urbanos e da arquitetura) para assim estendê-las ao século XXI.

Para superar a dificuldade desse desafio, considerando o conceito-chave de ruptura, apenas um método pareceu adequado: o método de uma dialética triádica inspirada na dialética lefebvriana, indicada em *La fin de l'histoire* [1970] e em *Hegel, Marx, Nietzsche* [1975]. Não é o caso aqui

de expandir esta breve introdução em uma direção que esclareça, delimite e teorize essa dialética triádica, mas é basicamente seu ponto de partida o que a torna adequada para o objetivo desta pesquisa, rejeitando uma simples oposição entre dois termos (positivo-negativo) para posicioná-los numa tríade (positivo-negativo-ruptura).

Ao colocar Rodrigo Lefèvre de um lado e Henri Lefebvre de outro, como dois polos opostos (positivo e negativo), nós teríamos a contradição entre eles, oposição e complementaridade ao mesmo tempo. São contraditórios: a crítica ao Estado para Lefebvre ou o apoio do Estado na época de transição para o Rodrigo; a ruptura a partir da totalidade mundial ou do mundo ‘subdesenvolvido’; o paradigma da Revolução cubana para Rodrigo formular sua ruptura, ou até da guerrilha urbana, frente a um conceito de ruptura derivado da crítica ao cotidiano de reprodução das relações de produção, no caso do Henri Lefebvre. Mas são também complementares: a própria questão da arquitetura pode ser um ponto de tangência entre os dois, que posicionavam o arquiteto num campo potencial auxiliar da transformação da sociedade; se complementam justamente nesta questão da produção do espaço: Henri Lefebvre trabalhando no global e total, Rodrigo mais próximo da produção imediata e do canteiro de obras, mas os dois repensando as relações de produção envolvidas, a emancipação através da práxis, a formação do sujeito coletivo no ato revolucionário. Alguns de seus textos deixam claro ainda que ambos se questionavam sobre a produção das cidades, sobre a renda da terra, sobre a formação do urbano, mas é inegável que a principal questão para Rodrigo era a construção da relação entre arquitetura e utopia, a formação do arquiteto que fosse capaz de projetar o impossível, enquanto para Henri Lefebvre o possível-impossível se faz presente como virtualidade na sociedade dominada pelas relações capitalistas. Complementaridade, portanto. Apesar de podermos estabelecer essas leituras e relações, somente a contradição e complementaridade entre os dois autores são insuficientes para dar conta da própria interação entre eles e da atualização das suas contribuições, objetivo da pesquisa. Não há um movimento no pensamento, só uma relação binária.

Figura 1: Dialética binária: positivo-negativo



Fonte: elaboração própria

Para proporcionar este movimento ao pensamento foi necessário perseguir a construção de uma

dialética triádica, método considerado mais adequado: adiciona-se um polo além dos polos positivo e negativo, o polo da ruptura, criando uma relação de contradição e complementaridade entre todos eles, o que tensiona cada elemento por um par, que é ao mesmo tempo seu oposto e seu complemento. Mas tornar esta relação uma dialética triádica só foi possível a partir de duas operações.

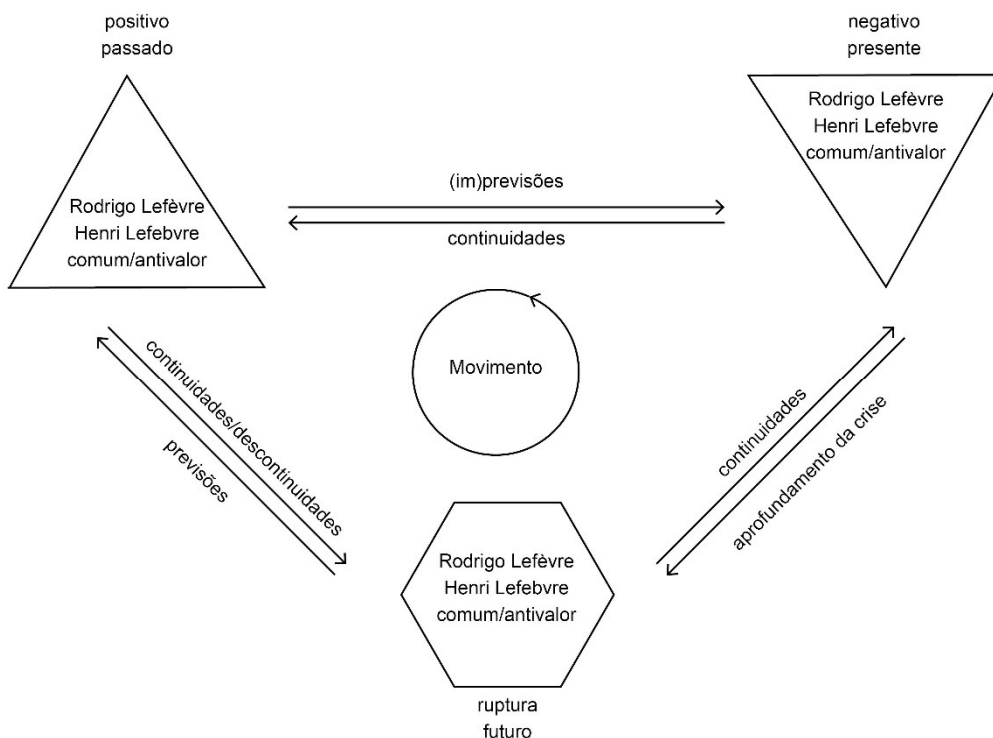
A primeira consistiu em inserir um terceiro termo para tensionar a dialética entre Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre, que consiste no comum-antivalor: um termo duplo no qual cada conceito potencializa o outro. Ao passo que o comum dá ao antivalor um pouco mais de materialidade, torna o conceito menos abstrato, o antivalor, por sua vez, confere ao comum um campo de luta essencialmente anticapitalista, contrahegemônico, porque se contrapõe ao valor (em direção ao não valor), ao movimento de reprodução da ‘espiral em constante expansão’ do capital, e situa o comum na economia política. A partir desta relação, uma seleção é feita na contribuição de cada autor, a partir da contemporaneidade e dos conceitos que ela suscita (comum e antivalor). Com estas lentes, olha-se para estas contribuições e ilumina-se aquilo que apresentam como relevante sob essa ótica, para essa construção. Um primeiro movimento do pensamento.

Em segundo lugar, colocou-se estes três termos, esta dialética triádica, numa dimensão temporal, ela também em três termos: passado (polo positivo: imposição), presente (polo negativo: condição), futuro (ruptura). Positivo e negativo aqui não são conotações que caracterizam estes termos, mas apenas denominações para polos opostos, embora o presente seja a negação das possibilidades elaboradas no passado (mas afirmação do domínio do capital e do *estado crítico*). Estes três momentos constiuem-se como um segundo movimento dialético dos três termos já colocados e constituem assim, um segundo olhar para estas contribuições. Iluminá-las sob esta periodização permite compreender o previsto e o imprevisto, as continuidades e discontinuidades trabalhadas por cada autor, tendo como referência o comum-antivalor e objetivando sua relação com a *ruptura*. O que esta perspectiva histórica (geral e particular) nos coloca é que a apropriação realizada pelo capital mobiliza relações ao longo do tempo, transformando-as, de obstáculo a instrumento. Neste processo, *a espontaneidade na produção do espaço é historicamente reprimida*. Lida como discontinuidade ela não se apresenta nestes tempos e termos? No passado, espontaneidade reprimida pela imposição do capital; no presente, espontaneidade negada e ausente como condição de sobrevivência do capital; no futuro, espontaneidade como possibilidade de ruptura.

Comum/antivalor sinalizam então uma renovação das contribuições: ao mesmo tempo uma presença e ausência na obra de Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre, previsto e imprevisto e, por isso, potencializando a dialética. Se Rodrigo Lefèvre trabalhou possibilidades de ruptura através do mutirão, da “autoconstrução”, de práticas comuns emancipatórias, essa é uma complementaridade ao comum, ao passo que sua esperança no Estado como apoiador da construção na época de transição se torna contraditória. E o comum/antivalor pode aparecer justamente como uma alternativa entre as formas de produção estatais e mercantis.

Henri Lefebvre, por outro lado, afirmava a práxis como o caminho para a formação de novas possibilidades, muito próximo do que a prática comum sinaliza como necessário para tornar as coisas comuns. E dentre as investigações sobre o urbano, fundamentais para compreender as dinâmicas da produção capitalista, o espaço diferencial é a oposição, a descontinuidade frente ao espaço instrumental, e um conceito que se aproxima da ideia de comum urbano. Ao contrário, comum/antivalor podem conferir à perspectiva de revolução urbana lefebvriana um ar de proximidade, um possível-impossível não tão distante.

Figura 2: Dialética triádica: positivo-negativo-ruptura



Fonte: elaboração própria

ii. Sobre a formulação da dissertação

Brevemente, podemos introduzir o conteúdo desta dissertação, o que constitui o pensamento

em movimento e de que maneira este movimento pode ser compreendido. Os capítulos se relacionam entre si de maneira dialética, mantendo o mesmo método utilizado para a pesquisa. Se a construção do pensamento se dá através da dialética triádica, parece adequado que a consolidação e apresentação dos resultados se dê da mesma forma. Assim, positivo-negativo-ruptura permeiam a construção do texto e a estrutura dos capítulos. Seguindo essa lógica, podemos indicar que:

O capítulo 1, *Diálogos lefe(b)vrianos I: as previsões*, aborda as contribuições dos dois autores de maneira positiva, ou seja, caracteriza as “crises”, as possibilidades de ruptura e como os autores as previram, se perguntando se eles já enunciavam o potencial do comum/antivalor como ruptura. Neste capítulo, contudo, o comum-antivalor só aparece como uma suposição, um não-dito de certo modo previsto tanto por Henri Lefebvre como por Rodrigo Lefèvre em alguns aspectos. Caminha-se aqui pelas noções de espaço instrumental e de crise urbana, tentando evidenciar de que maneira os dois autores visualizaram a crescente mercantilização do espaço como grande entrave para o desenvolvimento social e, ao mesmo tempo, como questão chave para o acúmulo e reprodução de capital. A homogeneização do espaço, o papel do arquiteto, o urbanismo, como instrumento do Estado, a ascensão do imobiliário, o espaço como mercadoria são temas abordados. Contudo, as possibilidades de *ruptura* aventadas por eles também são relevantes aqui. A revolução urbana, o canteiro de obras utópico, um poder popular e autogestão aparecem reunidos sob o signo da (im)possibilidade.

O capítulo 2, *Diálogos lefe(b)vrianos II: as (im)previsões*, parte para a abordagem negativa das contribuições. Caracteriza o aprofundamento das crises e aponta as (im)previsões encontradas nos dois autores. É a partir desse contexto que se pode vislumbrar o ponto de partida da ruptura no século XXI. Neste capítulo o comum-antivalor aparece como aquilo que é negado pelo contexto contemporâneo, que é inviabilizado. Em diálogo com o primeiro capítulo aqui se trabalha o aprofundamento das crises para iluminar aquilo que escapou aos dois autores, ou seja, as características modificadas deste mal-estar contido na contemporaneidade, como ele se torna uma condição/situação atual das cidades e, portanto, não é superada, contando ainda com sua forma espacial de expressão, a metrópole, e as mobilizações que seu processo (metropolização) engendra: a apropriação do espaço, o rentismo, a reprodução das relações sociais de produção. Em suma, este capítulo apresenta as condições da *sobrevida do capital*, que se sustentam por uma contrarrevolução urbana, a negação do urbano. Este contexto somente faz afirmar a *ruptura* como um (im)possível.

É justamente desse (im)possibilidade que parte o capítulo 3, *Diálogos lefe(b)vrianos III: as rupturas no século XXI*, abordando as maneiras pelas quais é possível cumprir o objetivo de estender as contribuições dos dois autores ao século XXI, trazendo suas utopias (e novas) para a contemporaneidade. O comum-antivalor pode finalmente aparecer aqui como uma potência. Busca-se aqui uma reaproximação do conceito de revolução urbana que, no século XXI, deve ter como ponto de partida e de chegada a metrópole, formação urbana que é contrária ao urbano lefebvriano, mas ao mesmo tempo é seu embrião; uma nova forma de produção do espaço, levando em conta conceitos de autogestão e de coatividade, implicando numa nova forma de atuação do arquiteto, um novo conceito de organização social que implica numa nova possibilidade para a prática profissional; uma nova organização social na qual antivalor e comum podem contribuir para a visualização e formulação da ruptura sob a perspectiva da produção do espaço.

É este o caminho a percorrer para que se possa pontuar, ao final dele, a validade das contribuições de Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre para a afirmação de um *urbano comum* como utopia possível-impossível da sociedade urbana.

1. DIÁLOGOS LEFE(B)VRIANOS I: AS PREVISÕES

As contribuições fundamentais dos dois autores aqui tratados, quando tomadas a partir de seu contexto histórico, revelam algumas convergências e divergências que iremos explorar ao longo deste capítulo, formando um conjunto capaz de fornecer elementos para uma crítica radical acerca da produção capitalista do espaço (contemporâneo). Iniciaremos a partir daquilo que no âmbito deste trabalho está indicado como *previsões* dos dois autores, isto é, elementos presentes em suas obras que revelam características, questões, conflitos e contradições que se confirmam e permanecem presentes e relevantes na contemporaneidade. Compreendê-las, no entanto, passa por apreendê-las de acordo com o momento de sua produção, tendo em vista também a trajetória de cada autor.

Rodrigo Lefèvre (1938-1984), brasileiro, foi arquiteto, professor da FAU-USP – escola na qual se formou em 1962 e lecionou desde então – e teve destaque em sua prática profissional na elaboração de projetos em conjunto com Sérgio Ferro e Flávio Império, no grupo que ficou conhecido como Arquitetura Nova. Sua trajetória é marcada não apenas por uma prática profissional que problematiza as questões materiais de sua produção imediata, no canteiro de obras, mas também por investigações sobre o urbano e pelo engajamento na luta contra a ditadura militar após o golpe de 1964. Em 1966 Rodrigo e Sérgio estabelecem um debate com a ala desenvolvimentista da arquitetura ao publicarem o texto *Uma crise em desenvolvimento*, em desacordo com as perspectivas defendidas por Vilanova Artigas, que publicara em 1965 o texto *Uma falsa crise*, defendendo diretrizes impostas pela direção do PCB como a modernização e o desenvolvimento a qualquer custo e evitando oposição direta após o golpe. Os dois também eram “militantes do PCB até a ruptura de Marighella em 1967” quando “encontraram o Partido no momento posterior ao XX Congresso e ao relatório Krushev, no auge de sua fase nacional-desenvolvimentista” (ARANTES, 2011, p.46). A partir da ruptura, deixam o PCB e participam da luta armada junto à ALN (Ação Libertadora Nacional) e à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e são presos em 1970. No presídio Tiradentes, seriam torturados e libertados somente um ano depois. A partir de 1972, Rodrigo estende sua atuação profissional, sendo contratado pela empresa de projetos Hidroservice e engajando-se em projetos importantes como o Hospital das Clínicas em São Paulo. Sem perder as perspectivas

de vanguarda, segue sua defesa da aplicação de novos métodos de ensino para arquitetos, de novos campos de pesquisa e de atuação para o campo da arquitetura (que consideram o urbano, a situação político-econômica, a inserção da arquitetura no desenvolvimento da sociedade), de uma prática que se diferenciava da lógica dos ateliês (na figura do arquiteto assalariado) e pela constante busca da emancipação humana através da produção arquitetônica, do projeto e da construção. No final da década de 1970 passa a se dedicar à estudos sobre o urbano e sobre a renda e o preço da terra, a fim de compreender a dinâmica de produção do espaço. Isto culmina em sua dissertação de mestrado, *Projeto de um acampamento de obra: uma utopia*, defendida em 1981, onde irá apresentar uma proposta que visa um melhor desenvolvimento urbano para a RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) através da constituição de canteiros que pudessem acolher os migrantes que ali chegassem a fim de que produzissem habitações e equipamentos de bairros adequados e de maneira digna e emancipadora. Rodrigo Lefèvre ainda se dedicaria, por fim, à implantação de um Escola Técnica de Formação de Quadros de Saúde em Guiné-Bissau, onde faleceu em 1984¹.

Henri Lefebvre (1901-1991), filósofo, francês, foi professor de filosofia na Universidade de Nanterre (França) e autor com uma prolífica obra escrita, que versa sobre temas diversos como o urbano, a cotidianidade, o Estado e sobretudo um pensamento crítico acerca da obra de Marx e do marxismo. Se Henri Lefebvre já lia Nietzsche com 15 anos, é apenas em torno de seus 25 que descobre a obra de Hegel e de Marx, no mesmo período em que decide aderir ao PCF (Partido Comunista Francês). Desaconselhado de fazer uma tese sobre o pensamento de Hegel na universidade, Lefebvre estende suas leituras. “No prolongamento de sua leitura de Hegel, ele descobre Marx [...] Essa descoberta intelectual do pensamento marxista conduz Henri Lefebvre a aderir ao Partido Comunista em 1928”² (HESS, 2008, p.98-99. Tradução livre). É aí que reside um ponto importante de sua biografia, porque embora sua adesão ao PCF se torne repleta de polêmicas, é ela que, ao mesmo tempo, irá estimular seu pensamento crítico, sempre

¹ Este breve parágrafo não tem como objetivo esgotar a biografia de Rodrigo Lefèvre, e nem poderia. Apenas guarda a intenção de mostrar um panorama geral de sua atuação. Mais informações sobre sua trajetória e a do grupo Arquitetura Nova podem ser encontradas em outras contribuições. Ver: ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2011; BUZZAR, Miguel Antonio. *Rodrigo Brotero Lefèvre e a vanguarda da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Edições Sesc, 2019; FERRO, Sérgio. *A história da arquitetura vista do canteiro: três aulas de Sérgio Ferro*. São Paulo: GFAU, 2010; KOURY, Ana Paula. *Arquitetura Moderna Brasileira: uma crise em desenvolvimento*. São Paulo: Edusp, 2019 e *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro*. São Paulo: Edusp, 2003; PIO, Humberto Guimarães. *Rodrigo Brotero Lefèvre: a construção da utopia*. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos-Universidade de São Paulo, São Carlos. 2006.

² Dans le prolongement de sa lecture de Hegel, il découvre Marx [...] Cette découverte intellectuelle de la pensée marxiste conduit H. Lefebvre à adhérer au Parti communiste en 1928.

tensionando sua leitura da obra de Marx com as posições dos líderes do Partido³. Esta filiação implicará também em um longo período, até os anos 1950, em que Henri Lefebvre tem algumas de suas obras rejeitadas para publicação dentro do partido e é visto com desconfiança pelos companheiros. Durante a Segunda Guerra Mundial, se escondendo nos Pirineus, ele realiza sua pesquisa sobre o *Vale de Campan*, que será sua tese, publicada em 1948. A partir de 1953, com a morte de Stalin, sua atividade contestadora dentro do PCF aumenta e após o Relatório Khrushchev em 1956, muitas afiliações são reavaliadas. Em 1958 Henri Lefebvre é suspenso do PCF e decide deixá-lo. A partir daí suas publicações começam a aumentar. *La somme et la reste* e *L'introduction à la critique de la vie quotidienne* são publicados ainda em 1958 e *Introduction à la modernité* em 1962. Em 1965 ele se torna professor em Nanterre, mesmo ano que publica *Métaphilosophie*. Em 1968, dentro de um contexto de insatisfações crescentes e rumo a eventos importantes, publica *Le Droit à la ville*, o que lhe confere certo prestígio como uma espécie de mentor dos movimentos que se dão naquele ano, já que havia participado, junto de Guy Debord, da definição de uma base teórica da IS (Internacional Situacionista). A sequência de publicações que se seguem é de extrema relevância para os estudos sobre o espaço e o urbano. *Du Rural à l'urbain* (1970), *La révolution urbaine* (1970), *La pensée marxiste et la ville* (1972), *Espace et politique* (1973), *La production de l'espace* (1974) são definitivamente as obras que o tornam reconhecido dentro deste campo de conhecimento e o caracterizam por sua determinação em estender a obra de Marx ao século XX, atualizando-a sob o ponto de vista do espaço e sua (re)produção. Entre 1976 e 1978, Henri Lefebvre se dedicaria aos 4 tomos de *De L'Etat*. Em 1980 publicaria *La présence et l'absence* e *Une pensée devenue monde : faut-il abandonner Marx ?* e em 1981 o derradeiro volume de *Critique de la vie quotidienne, III, De la modernité au modernisme*. Morre em 1991, em Navarrenx, sudoeste francês⁴.

Embora Rodrigo Lefèvre e Henri Lefebvre tenham sido contemporâneos, suas obras e suas vidas não possuem uma forte relação entre si, mas possuem aproximações possíveis. Por parte do francês, não há a mesma atenção ao Brasil e à América Latina em relação aos seus principais

³ "H. Lefebvre y adhère donc en voyant dans K. Marx un adversaire du socialisme d'État. H. Lefebvre croit à la force des "soviets" en Russie. C'est cette ignorance sur ce qui se passe réellement en Russie à l'époque, qui va permettre le quiproquo entre le PC et H. Lefebvre qui va durer trente ans. H. Lefebvre expliquera plus tard que "le mouvement communiste naissant ne se recrute pas parmi les personnalités autoritaires, mais parmi les anarchisants"¹⁴⁵. Si beaucoup se transforment en intégristes, en dogmatiques, H. Lefebvre reste fidèle à lui-même ; ce qui va l'amener assez souvent dans l'opposition à la direction. D'ailleurs, sa simple lecture de K. Marx le conduit à rappeler continuellement la "prophétie" du mouvement (il ne faut pas appliquer des principes figés, mais reprendre la méthode de K. Marx pour penser des objets nouveaux) le rend suspect, auprès des militants de base qui sont surtout des empiristes" (HESS, 2008, p. 99)

⁴ Para uma biografia mais completa sobre Henri Lefebvre ver: HESS, Remi. *Henri Lefebvre et l'aventure du siècle*. Paris: Metaillé, 1988; Henri Lefebvre, *Une pensée du possible*. Paris: Anthropos, 2008.

campos de estudo, por exemplo. Mesmo se dedicando a questões mundiais, pois a cidade se mundializa. Lefebvre foca na sociedade de consumo dirigida francesa e europeia, o que também não significa que extrapola o raciocínio europeu para fora do continente, reconhecendo as particularidades de diferentes contextos, mas sem aprofundar este estudo. Menções à América Latina podem ser encontradas em determinadas passagens de sua obra, como quando, discutindo uma *estratégia urbana*, por exemplo, ele aponta que “na América do Sul, a guerrilha urbana se desencadeia nas favelas, sorvedouros dos campos que abrigam uma população situada entre os camponeses despossuídos e os trabalhadores industriais” (2019b [1973], p.162). Fato é que o percurso histórico das cidades latino-americanas poderia tornar mais rico e complexo o esquema de desenvolvimento das cidades apresentado por Lefebvre, a partir da apropriação do espaço já existente das “cidades comerciais” – um esquema claramente europeu, de transição ao capitalismo a partir da Idade Média, do sistema feudal. Numa fala em um congresso no Chile ele reconhece a dificuldade, sem, contudo, invalidar seu método:

“Numa palavra, é como marxista que me dirijo a vocês; quero propor uma análise teórica do capitalismo moderno. Análise baseada no estudo dos países desenvolvidos e centrada nos problemas do espaço. (Peço-lhes desculpas por não falar do Chile, da América Latina: eu os conheço mal). Quero lembrar qual era o método de Marx. Ele partia dos traços dominantes, os mais gerais da época, dos traços mais acentuados para, em seguida, apreender as diferenças. Ele partia dos conflitos fundamentais para determinar e apreciar os conflitos secundários, derivados e conjunturais” (2019b [1973], p.134)

Como veremos, este método contido em Marx é verdadeiro, mas constitui um ponto problemático. O método transparece em alguns textos, como nos *Grundrisse*⁵ ou na famosa correspondência com Vera Ivanovna Zaslitch⁶, em que Marx assume a existência de distintos *modos de produção* e como estas diferentes realidades históricas poderiam fugir do esquema evolutivo de tomada de poder pelo proletariado a partir do desenvolvimento da produção capitalista. N’*O Capital*, contudo, este método é escamoteado, o que implica em uma série de derivações posteriores de seu pensamento em esquemas dogmáticos, fechados e de transposições de teorias que desconsideram as particularidades, para dizer o mínimo.

Já no caso de Rodrigo Lefèvre, podemos dizer que, “reciprocamente”, não há uma dedicação

⁵ Ver: MARX, Karl. Formas que precederam a produção capitalista in *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁶ Vera Ivanovna Zaslitch escreveu a Marx pedindo para que comentasse a situação agrária e das comunas aldeãs na Rússia, ao que ele responde: “A análise apresentada n’*O Capital* não oferece razões nem a favor, nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que fiz dessa questão, sobre a qual busquei os materiais em suas fontes originais, convenceu-me de que essa comuna é a alavanca da regeneração social da Rússia; mas, para que ela possa funcionar como tal, seria necessário, primeiramente, eliminar as influências deletérias que a assaltam de todos os lados e, então, assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo” (MARX, 2017a, p.850)

ao estudo das questões francesas e europeias de modo profundo, ao menos não evidente. Obviamente, como arquiteto, seria provável que Rodrigo dominasse algumas referências em relação ao campo da arquitetura naquele país, por ser professor de história da arquitetura contemporânea em 1962⁷ e por ter sido aluno de graduação no período imediatamente anterior, ou seja, época em que o debate arquitetônico se dava em torno do modernismo, do brutalismo, da reconstrução da Europa após a Segunda Guerra e da proeminência da obra de arquitetos como Le Corbusier, que influenciou diretamente a arquitetura modernista brasileira e a construção de Brasília, inaugurada em 1960 – obra que Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro puderam testemunhar de perto. Seu domínio sobre estas questões e a problemática que as envolve se torna evidente, por exemplo, quando ele afirma que:

“A arquitetura brasileira da época de Juscelino teve o seu papel, que foi muito importante para a formação da cultura arquitetônica brasileira [...] Talvez o grande esforço de reconstrução da Europa e dos Estados Unidos, com a retomada do desenvolvimento depois da guerra, tivesse aí já realmente terminado e começasse uma interferência muito maior nos países do Terceiro Mundo [...] uma interferência que fazia com que os países do Terceiro Mundo, subdesenvolvidos, adotassem um processo de modernização determinado e fixado pelos países desenvolvidos” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1974], p.61)

Mas é no período após o golpe militar, quando Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro efetuam uma divisão do trabalho de pesquisa⁸, que Rodrigo passa a se dedicar sobre questões mais ligadas à terra e ao processo de urbanização. Neste momento, Rodrigo se aproxima das discussões do Cebrap sobre as cidades da periferia do capitalismo, do grupo de leitura do livro terceiro d’O Capital organizado na FAU-USP e de obras de autores da sociologia urbana francesa⁹. No seu artigo *Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo* de 1979, Rodrigo cita Marino Folin, arquiteto italiano que havia publicado dois anos antes *La ciudad del capital y otros escritos*, onde discute cidade e o território em seu papel como capital fixo. Sua intenção é compreender “o papel da atividade

⁷ “Quando eu fui contratado para ser professor da faculdade, em 1962, professor de história da arquitetura contemporânea, eu comecei a ter que explicar a arquitetura contemporânea para os meus alunos. Foi um esforço durante cinco ou seis anos, muito mais de explicar para mim o que era a arquitetura contemporânea, do que explicar para os alunos” (KOURY, 2019, p.59)

⁸ Ao passo que Sérgio Ferro se dedica aos *estudos da produção* e à uma perspectiva histórica da produção da arquitetura, Rodrigo se debruça sobre a realidade da época, incluindo aí investigações sobre a produção imobiliária, a renda fundiária e a produção do espaço urbano.

⁹ “Um grupo de professores da FAU estava lendo, naqueles anos, o terceiro livro de O capital — que discute as formas heterodoxas de produção do valor por meio da renda e dos juros — e começa também a descobrir novos autores, como Henri Lefebvre, David Harvey e Marino Folin, além da nova sociologia urbana francesa (Lojkin, Topalov, Ascher e Lipietz) que ampliavam o horizonte da crítica marxista para além do esquema de Castells.” (ARANTES, 2009, p.121). Neste artigo, Pedro Arantes descreve o percurso teórico de alguns autores centralizados no Cebrap para formular pensamentos acerca do urbano no subdesenvolvimento e como isto influenciou arquitetos marxistas professores da FAU-USP, como no caso de Rodrigo Lefèvre.

ligada à produção da arquitetura em relação à acumulação capitalista” (LEFÈVRE in MARICATO, 1982, p.96). Uma perspectiva próxima, por exemplo, é a de Lojkin, que em *Le marxisme, l'État et la question urbaine*, de 1977, situa a urbanização dentro das *condições gerais* de reprodução do capital. Longe de elaborar uma genealogia do pensamento sobre o urbano a partir desse prisma, a intenção aqui é sinalizar alguma proximidade de Rodrigo com esta escola francesa e os temas debatidos à época, uma vez que este debate estava em alta e que chegou ao Brasil e em São Paulo de modo direto pela leitura dos autores franceses (valendo lembrar que estes textos são posteriores às obras de Henri Lefebvre relacionadas ao urbano).

“Em maio de 1968, a ‘explosão’ sacudiu a França e, na verdade, toda a Europa. Cerca de 20 milhões de trabalhadores franceses saíram às ruas numa greve geral, colocando aquele país à beira da revolução. Por uma decisão fortuita, a intranquilidade que invadiu a sociedade europeia foi identificada, em parte, como sendo de natureza urbana, e o Estado deu seu apoio a um esforço da ciência social para analisar o que veio a ser conhecido pelo termo ‘revolução urbana’. A prolífica quantidade de obras sobre tópicos urbanos que se publicaram na França depois de 1968, eventualmente, fecundou por cruzamento os esforços dos analistas urbanos marxistas nos Estados Unidos, numa época em que carecíamos extremamente de um tratamento alternativo desse tema” (GOTTDIENER, 2016, p.78)

Na bibliografia da dissertação de mestrado de Rodrigo aparecem autores ligados ao contexto do Cebrap mencionado acima, como Lúcio Kowarick e Francisco de Oliveira (companheiro de Rodrigo em sala de aula quando lecionavam juntos na FAU-Santos), além é claro de *O Capital* de Karl Marx e ainda Mao Tsé-Tung, cuja relevância poderemos explorar em seguida. Constam também nessa bibliografia algumas contribuições de Henri Lefebvre, com dois livros e um texto: *Logique formelle-Logique dialectique*, *Le droit à la ville* e o artigo denominado *O homem das revoluções políticas e sociais*, apresentado em uma conferência em 1949 e publicado no Tomo IV dos *Rencontres Internationales de Genève*¹⁰. Se Henri Lefebvre não teve contato com a obra de Rodrigo Lefèvre, o contrário ocorreu. Estas obras citadas por Rodrigo, contudo, à exceção de *O direito à cidade*, são parte de um período em que Henri Lefebvre ainda não havia sido suspenso do PCF e que ainda não tateava a questão do espaço da maneira como viria a fazer trinta anos depois, em obras fundamentais para compreender a riqueza de seu pensamento sobre o urbano. Isto pode explicar a maneira com que Rodrigo o utiliza em sua dissertação.

Num primeiro momento é ao texto de 1949 que Rodrigo se refere, para definir o conceito de

¹⁰ Neste evento o tema da conferência é *Pour un Nouvel Humanisme*. Henri Lefebvre apresenta um artigo intitulado *L'homme des révolutions politiques et sociales*, no qual defende, sob uma perspectiva marxista, a ideia do Homem Total. Tão ou mais interessante que o próprio texto é a transcrição dos debates ocorridos após as apresentações, onde Lefebvre é confrontado com veemência e se defende de modo igualmente contundente. Mas é possível perceber um Lefebvre que ainda não romperá com todas as diretrizes do PCF.

utopia, junto a citação de textos de outros autores. Sua intenção é chegar a uma definição que retire de utopia seu caráter puramente abstrato, trazendo-o para a prática do possível. É uma citação longa, mas o trecho que a define, que transmite seu espírito sobre humanismo e o homem total, é justamente quando Henri Lefebvre cita Marx:

“Terminarei com esta citação de Marx – sempre nas suas obras de juventude – que resume o que eu disse e que me parece profundamente convincente: ‘a nova sociedade é o regresso do homem a si próprio na qualidade de homem social, isto é, o homem enfim humano, regresso completo, consciente com toda a riqueza do desenvolvimento anterior [...] a nova sociedade coincide com o humanismo’ (LEFEBVRE *apud* LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.206)

Rodrigo afirma, contudo, que tanto Marx quanto Lefebvre ainda apresentam utopia num caráter idealista abstrato, que eles “vão além do que se pode inferir de suas análises objetivas, para completar uma imagem da sociedade, porém sem chegar aos detalhes que outros utopistas procuraram” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.206). Mais a frente, Rodrigo irá retomar Henri Lefebvre para continuar a definir sua utopia. As citações diretas aqui serão dos livros *Logique Formelle–Logique Dialectique* e *Le Droit à la ville*, e caminharão no sentido de definir um conceito de utopia que “exige um compromisso político de quem elabora ‘utopias’” com o qual, segundo ele, é possível trabalhar. Se trata da delimitação de uma correta *démarche* para o pensamento crítico:

“O próprio Henri Lefebvre, em seu livro *O Direito à cidade*, assinala a urgência de uma transformação das *démarches* e dos instrumentos intelectuais e da retomada de formulações empregadas noutras ocasiões, ainda pouco familiares, mas que parecem indispensáveis. Entre elas, aparece uma *démarche* que inclui a utopia na invenção no campo da ciência e da arte, para retomada da discussão sobre o humanismo em busca de um novo humanismo pelo qual devemos nos esforçar, isto é, na direção de uma nova práxis e de um outro homem, o homem da sociedade urbana” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.214)

É possível sublinhar aqui alguma influência significativa da obra de Henri Lefebvre nesse parágrafo da dissertação de Rodrigo. Além deste novo humanismo e de um outro homem (que poderia ser o homem total defendido por Lefebvre em 1949?), a discussão sobre a *démarche* das formulações intelectuais e, sobretudo, a defesa de uma nova práxis rumo ao homem da sociedade urbana nos soam bastante lefebvrianas.

Já no capítulo V de sua dissertação, Rodrigo retoma uma vez mais *Le droit à la ville* para tratar de uma questão sensível e primordial em sua proposta de canteiro utópico e emancipador, que é a *participação dos técnicos de grau superior* em conjunto com os migrantes que constituiriam o mutirão-acampamento. Esta presença presume uma relação horizontal entre eles. Na citação que Rodrigo utiliza, Henri Lefebvre afirma que a “ideologia pretende dar um caráter absoluto à ‘cientificidade’, incidindo a ciência sobre o real, decupando-o, recompondo-o e com isso

afastando o possível e barrando o caminho” (*apud* LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.345).

Depois, é Rodrigo mesmo quem afirma que:

“Emerge dessas colocações o problema das relações entre o conhecimento e o real, no caso conhecimento parcelar pretensamente universal, ou abstratamente universal construído dissimulando a particularidade, ou programático infalível tecnocrata, ou que absolutiza a cientificidade, ou ideológico obscurecendo as condições reais” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.346)

Muitos termos utilizados por Rodrigo são trabalhados por Henri Lefebvre, como no caso das ciências parcelares, da tecnocracia e do campo cego decorrente destes aspectos, que obscurece o real. A convergência entre eles nestes pontos é sensível e se tornará mais evidente conforme avançarmos.

No que diz respeito às trajetórias de vida de cada um, podemos destacar algumas outras aproximações. Tanto Henri Lefebvre como Rodrigo Lefèvre se tornaram insatisfeitos com o posicionamento dos partidos a que se filiavam (PC francês e brasileiro, respectivamente). Se Henri Lefebvre carregou esta insatisfação por algum tempo até a saída do partido em 1958, Rodrigo, por sua vez, teve no golpe e na ditadura militar um catalisador desta insatisfação. As posturas decorrentes disto divergem: uma profícua produção de textos no caso do francês, a luta armada (e prisão) no caso do brasileiro. As diferentes realidades dos dois países provavelmente possuem grande influência neste fato. Ainda, ambos se voltaram para a questão urbana em determinado momento de suas vidas, algo que parece mais natural à Rodrigo do que a Henri Lefebvre, dada a natureza da formação de cada um. Isto também condiciona suas aproximações sobre o tema. Como arquiteto e urbanista, Rodrigo aborda o urbano de maneira propositiva, se utiliza de um instrumental teórico para elaborar uma proposta no campo prático, de projeto. Henri Lefebvre a aborda de maneira profundamente reflexiva, e propositiva no campo teórico. Contudo, ambos reconhecem a importância da disciplina *arquitetura* no campo da produção do espaço e do urbano, num duplo sentido: por um lado, a arquitetura pode favorecer a instrumentalização do espaço e a reprodução de capital; por outro, favorecer a produção de espaços diferenciais e atuar numa linha auxiliar em direção à ruptura. Não cabe antecipar aqui este ponto, que será melhor trabalhado, mas apenas ilustrar esta aproximação e complementaridade entre os autores.

Finalmente, podemos retomar e dizer que, em meio à estas aproximações e estes distanciamentos, Rodrigo Lefèvre e Henri Lefebvre podem fornecer algo valioso e necessário para uma crítica radical da produção capitalista do espaço (contemporânea). Nas análises e proposições sobre o urbano realizadas por ambos, cada um deles previu, à sua maneira, questões

que permanecem relevantes nos dias de hoje e que expandem limites para além de suas obras, e teremos a oportunidade de relacioná-las com outros conceitos auxiliares: o comum e o antivalor. Isto porque suas contribuições também antecipam, à maneira de previsões, estes dois conceitos, sem elaborá-los diretamente. A relação entre os autores (complementar-contraditória), suas previsões e suas proposições acerca da produção do espaço e sentido à ruptura, e esta relação com o comum-antivalor conformam aquilo que será explorado neste capítulo.

1.1 A CRISE URBANA E O ESPAÇO INSTRUMENTAL

Partiremos de um pressuposto: a crise urbana – uma crise contínua, persistente e tão duradoura que se transforma em *estado crítico*. É necessário comprová-la? Ao dizer que não, corre-se o risco de superestimar aquilo que é *percebido* no espaço da cidade por seus usuários na forma de um mal-estar, como aponta Lefebvre: a precariedade, a pobreza, a violência, a fome, a opressão e a repressão se manifestam no espaço urbano de diferentes maneiras. Existem as moradias improvisadas e a falta (induzida) de moradias, que compõem a paisagem urbana. Existe uma população de pedintes, uma multidão de despossuídos, vagando pelas ruas, revirando o lixo, sobrevivendo dos restos e nas frestas, ocupando os não-lugares. Existem ainda as disputas, as violências e as intolerâncias, separando fisicamente ou subjetivamente os espaços. Existem os roubos, as mortes, os abusos e um medo constante afetando os fluxos, os espaços evitados. Mas isto não é tudo. A cidade, como concentração de pessoas, apresenta sempre a possibilidade de uma relativização: à precariedade extrema, uma precariedade relativamente menor. Há então uma multidão de trabalhadores, inseridos numa repetição cotidiana de exploração, de exaustão, afogada por dívidas, mergulhada no terror das ameaças: do desemprego, da escassez, da doença. Escanteados na periferia ou isolados no centro, expulsos repetidas vezes de lugares que antes ocupavam, configuram a paisagem pelos comércios, serviços e lazeres populares. Estes espaços que agora ocupam, ocuparão até quando? Enquanto não despertarem o interesse (do imobiliário, do Estado)? Surgem outras relativizações, infinitas. À classe média corresponde mais uma multidão, ela mesma inserida neste mesmo espaço. Embora buscando os comércios, serviços e lazeres com que podem arcar, seguros sob um teto e quatro paredes sólidas, confrontam-se com um espaço envolto em crise diariamente, crise da qual são parte e detêm responsabilidade. Depois dela o que há? As verdadeiras minorias, enquistadas em seus enclaves anti-urbanos, num cotidiano que tende à negação deste espaço, de tomá-lo somente por sua utilidade: como fluxo, uma passagem que percorrem de modo hermético, mas também como a base onde se encontram aqueles que lhes garantem a perpetuação de sua condição. O que estes dois últimos detêm em comum senão o mal-estar urbano representado pelo medo, pelo choque e pelo horror daquilo que fingem não perceber?

Uma ‘crise de civilização’, portanto. Manifesta no espaço, não se torna crise urbana? Ao tentar comprová-la, corre-se o risco de não elucidar a sua totalidade, de deixar algo para trás. Se estes fatores já citados são a sua manifestação no espaço – e certamente não um esgotamento destas

manifestações – tem-se aí o panorama geral. Mas este espaço não é um meio neutro, receptáculo das injustiças sociais. Se o fosse, não seria tão fácil ‘consertá-lo’? Quantos projetos, planos, mapas, leis e boas intenções serão necessários para este ajuste espacial tão aguardado? Não é necessário repetir insistentemente aqui o que já se sabe. É evidente que há uma opacidade envolvida no fenômeno urbano, dentro da qual não se permite enxergar o que se passa. Do contrário, seria impossível justificar dois aspectos: a insistência e uma disputa em torno da planificação, por um lado, e o ‘silêncio dos usuários’ de outro. Isto já nos coloca diante de duas questões amplas logo de saída. Não se pode esgotá-las tão rapidamente e será necessário um longo percurso para tentar evidenciar essa opacidade contida no fenômeno urbano, deixando-a um pouco mais translúcida. O que não nos impede de mencioná-la, invocá-la, como uma demonstração do que está por vir, para ‘dar o tom’ do que se segue.

A primeira questão carrega o problema de uma crença cega naquilo que se denomina como *urbanismo*, a ciência, o campo, o método pelo qual se planeja, se planifica. “Se há cegueira, não se deve apenas ao fato de não se verem os objetos e o espaço parecer vazio. O urbano? É um campo de tensões altamente complexo”, já indicava Henri Lefebvre em *La révolution urbaine* [1970]. O espaço parece vazio porque parece tratável, intercambiável, solucionável. Ao interpretá-lo pelo vazio, como um espaço à espera de algo, oculta-se justamente tudo aquilo que impede a efetividade das supostas soluções.

“A cegueira consiste em não se verem a forma do urbano, os vetores e tensões inerentes ao campo, sua lógica e seu movimento dialético, a exigência imanente; no fato de só se verem coisas, operações, objetos (funcionais e/ou significantes de uma maneira plenamente consumada). No que concerne ao urbano, há uma dupla cegueira. Seu vazio e sua virtualidade são ocultos pelo preenchimento. O fato de esse preenchimento ter o nome de *urbanismo* ofusca o cego mais cruelmente” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.56. grifo no original)

Se esta passagem enuncia a cegueira, anuncia ao mesmo tempo os temas que devem ser abordados ao tentar enxergar o urbano em sua complexidade. Tensões, conflitos, um movimento dialético. Neste momento inicial, contudo, é importante sublinhar que não apenas o urbanismo é afetado pela cegueira, como este campo genérico e ao mesmo tempo particular concernente ao urbano, praticado por urbanistas. É necessário considerar todas as disciplinas envolvidas nesta prática (arquitetura, geografia, sociologia, antropologia, história e todas as ciências parcelares que envolvem o fenômeno urbano), a própria economia política, as ciências políticas, o Estado. Isto será desenvolvido no momento oportuno.

Mas e quanto ao silêncio dos usuários, esta convivência pretensamente pacífica com um mal-estar constante e evidente? Podemos aludir novamente a Henri Lefebvre, mas desta vez em *La*

production de l'espace [1974], onde indica que “tal fenômeno, tão surpreendente, mundial, deve ter causas e razões múltiplas”¹¹ e que só se mantém por estar o interesse destes usuários “desviado para outra coisa”¹². É deste desvio que consiste a cegueira, um desvio que substitui o espaço social por uma “porção ilusoriamente privilegiada desse espaço, a parte escriturária e imagética, aplicada nos escritos (jornalismo, literatura), acentuada pela mídia, em suma a abstração dotada de uma terrível potência redutora do ‘vivido’”¹³. Pode-se dizer que esta ‘porção ilusoriamente privilegiada’ não passa de uma mediação: a constatação de um espaço *vivido* cotidianamente é substituída por uma *percepção mediada*. O real, aquilo que se vê, só se compreende a partir de alguma mediação, e não pela própria experiência. O potencial de mudança da realidade, aquilo que se deseja, só se imagina através de uma mediação que conduz este imaginário. O que comanda esta mediação é um “saber acrítico (positivo), sustentado por uma capacidade aterrorizante de violência, mantido por uma burocracia que se apodera dos resultados do capitalismo ascendente e os redireciona a seu próprio benefício”¹⁴ (LEFEBVRE, 2001 [1974], p.63-64. tradução livre). Trata-se de uma mediação eterna, de uma situação sem saída? Não, pois o processo está repleto de contradições, escamoteadas, obscurecidas. Retirar seu caráter perpétuo só é possível reestabelecendo plenamente a visibilidade destas contradições, o que remeterá em algum ponto às divergências entre o *vivido*, o *percebido* e o *concebido*.

No entanto, não se pode dar o segundo passo antes do primeiro. Se não há neutralidade do espaço, parece adequado iniciar a investigação indagando seu caráter parcial. Como o espaço se torna o meio pelo qual se pode estabelecer uma realidade opaca e ao mesmo tempo caótica, gerando este mal-estar ao qual se sobrevive cotidianamente e acredita-se poder um dia solucionar? É o espaço, ele mesmo, que se torna um *instrumento*, e é possível demonstrá-lo a partir da recuperação das contribuições de Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre, dois autores que se dedicaram ao estudo sobre as cidades, mas sobretudo ao estudo sobre o *espaço*. Um ponto que pode parecer sutil, mas é fundamental.

No livro organizado por Ermínia Maricato, *A produção capitalista da casa (e da cidade)* [1982], no qual figura importante artigo de Rodrigo Lefèvre, consta um prefácio de Francisco de

¹¹ “un tel phénomène, assez surprenant, mondial, doit avoir des causes et raison multiples”

¹² “détournes vers autre chose”

¹³ “portion illusoirement privilégiée de cet espace, la partie scripturaire et imagée, portée sur les écrits (journalisme, littérature), accentuée par les média, bref l’abstraction dotée d’une terrible puissance réductrice du ‘vécu’”

¹⁴ “savoir non critique (positif), soutenu par une terrifiante capacité de violence, maintenu par une bureaucratie qui s’empare des résultats du capitalisme ascendant et les détourne à son profit”

Oliveira que sinaliza uma defesa à abordagem total do espaço. Sublinha Oliveira que a novidade dos trabalhos reunidos naquele livro “está em fazer-se um esforço para pensar um campo teórico *especificamente* urbano, a partir do urbano mesmo”, mas não porque se quer analisar somente o urbano, mas sim porque este pensamento a partir do urbano “poderá fornecer as chaves para o entendimento não apenas do presente, mas sobretudo do futuro da economia e da sociedade nacional”. Mais ainda, esta compreensão sobre o urbano “permitirá entender o rural, será pensando as cidades que se entenderá melhor o campo” (OLIVEIRA *in* MARICATO, 1982, p.14. grifo no original). Este pensamento dialético sobre cidade-campo é método inclusive para reter as particularidades e especificidades de diversos contextos de urbanização. Assim, compreender os problemas e as injustiças das cidades significa compreender também o campo, o espaço circundante, as periferias; significa compreender o urbano, a partir de suas especificidades e diferenças dentro de um espaço total, isto é, a partir daquilo que oferece como diferencial dentro da homogeneidade da produção de mercadorias e reprodução social; significa ainda compreender este urbano como uma formação histórica, que nasce das contradições com o campo e aquilo que o circunda, as arrasta para dentro de si e desenvolve neste conflito novas contradições, externas e internas. Se o prefácio de Francisco de Oliveira indica que Rodrigo Lefèvre partia da cidade para realizar essa concepção total sobre o espaço, o que podemos observar em relação à Henri Lefebvre? Um sentido contrário: um caminho teórico que parte do campo para a urbanização, mas ao mesmo tempo *total*.

Isto é sugerido pelo próprio Lefebvre em *Du rural à l'urbain* [1970]. Na introdução desta coletânea, Lefebvre descreve que o motivo da atenção dada aos problemas da sociologia rural ao fim da primeira metade do século XX decorre de uma conjunção de fatores. De um lado, a busca por uma oportunidade de aplicação da crítica radical à filosofia; de outro, um problema concreto relacionado à vida campestre – seu papel na construção do socialismo. Perspectivas diferentes permeiam o pensamento à esquerda sobre o campo nesse período: a reforma agrária, o deslocamento das possibilidades de revolução a realidades subdesenvolvidas, o campesinato mundial como sujeito revolucionário. Estas perspectivas, segundo Lefebvre, perdem, pouco a pouco, sua importância, já que as potencialidades revolucionárias deste campesinato “se esgotam, depois de ter seu ápice na China. Com Fidel Castro e a revolução cubana, lançam um último golpe, um último grito, que aumenta as esperanças quando já é demasiado tarde”¹⁵ (LEFEBVRE, 2001 [1970], p.10). Ele percebe, portanto, uma situação que já se encontra em

¹⁵ “s'épuisent, après avoir culminé en Chine. Elles lancent avec Fidel Castro et la révolution cubaine un dernier éclat, un dernier cri, qui accroît les espoirs alors qu'il est déjà trop tard.”

transformação e aponta que precisamente esta transformação modifica (ou deveria modificar) o teor de uma análise crítica, marxista. O eixo de análise da *produção* material no capitalismo concorrencial e suas decorrentes desigualdades desenvolvido por Marx – as relações de produção e de propriedade, a repartição dos bens produzidos e da mais-valia global – deveria incluir também o eixo de análise da *organização do consumo*. Uma mudança na estruturação dos problemas, resultante de uma alteração nas configurações do próprio capitalismo (de concorrencial a monopolista) que representa uma ‘nova situação’ e, portanto, uma adição para a investigação pautada pelo materialismo histórico, o *cotidiano*.

“Situação nova, a elucidar, para compreender o que se passou no século XX e aquilo que resta do pensamento marxista. Como elucidá-la? Estudando a *vida cotidiana*, lugar desta mudança: desejos programados, prática modelada pelas manipulações, mas também ‘matéria’ e resíduos que escapam aos poderes e às formas que impõem seus modelos. O cotidiano, *voilà*, a ambiguidade por excelência: satisfação e mal-estar, trivialidade e tédio sob a armadura cintilante da modernidade”¹⁶ (LEFEBVRE, 2001 [1970], p.11. grifo no original).

Qual a relevância do cotidiano neste ponto da crítica pretendida por Lefebvre? É no cotidiano que se revela, que se lê, a re-produção das relações de produção. Onde se passa esta re-produção? No espaço (urbano, da cidade e do campo que se urbaniza). À urbanização corresponde uma cotidianidade programada que está ligada “a uma estratégia de classe, que modifica sem transformar as relações de produção, que introduz elementos novos na prática pelo viés do consumo, do mercado”¹⁷. O cotidiano serve ao desdobramento “do mundo da mercadoria e do mundo do Estado”¹⁸. Com esta percepção do cotidiano Lefebvre reforça um posicionamento que não se conecta aos dogmatismos que polarizam o debate sobre sua *Critique de la vie quotidienne*¹⁹. Para Lefebvre o cotidiano é parte inerente da reprodução de capital, garantindo-lhe uma sobrevivência²⁰. A crítica radical do cotidiano torna possível sublinhá-lo como elemento estratégico na luta de classes: não se trata mais de uma crítica à produção material, do domínio da natureza, mas de uma reprodução social, de apropriação da vida e dos desejos.

¹⁶ “Situation nouvelle, à élucider, pour comprendre ce qui s'est passé au vingtième siècle et ce qui reste de la pensée marxiste. Comment l'élucider ? En étudiant la *vie quotidienne*, lieu de ce changement : besoins programmés, pratique modelée par des manipulations, mais aussi ‘matière’ et résidus échappant aux puissances et aux formes qui imposent leurs modèles. Le quotidien, voilà l'ambiguïté par excellence : satisfaction et malaise, trivialité et ennui sous l'étincelante armature de la modernité”

¹⁷ “à une stratégie de classe qui modifie sans les transformer les rapports de production, qui introduit des éléments nouveaux dans la pratique par le biais de la consommation, du marché”

¹⁸ “du monde de la marchandise et du monde de l'Etat”

¹⁹ Lefebvre cita uma apropriação de sua crítica a partir de “quelques doctrinaires de l'ultra-gauche”, para os quais “La métamorphose de la vie quotidienne donnerait bientôt - tout de suite - une vie sociale totalement nouvelle, transfigurée, délivrée” ; e, por outro lado, uma negação da importância do cotidiano por “d'autres doctrinaires très ‘droitiers’”, para os quais “la vie quotidienne n'est qu'un détail, une modalité superficielle de la société capitaliste”. (LEFEBVRE, 2001 [1970], p.12). Naturalmente, a posição de Lefebvre não corresponde a nenhuma destas leituras.

²⁰ A sobrevivência do capital será tratada no Capítulo 2.

“O mundo da mercadoria, com sua lógica e sua linguagem, se generaliza no cotidiano a tal ponto que tudo o veicula, com suas significações”²¹. Esta re-produção das relações sociais, calcada no cotidiano, abordaremos mais a frente. O que torna-se relevante neste momento é a visualização de que este cotidiano modificado, programado, faz parte de um conjunto de estratégias, a partir do qual a sociedade “se transforma e, de industrial devém urbana”²² (LEFEBVRE, 1978 [1970], p.12. tradução livre).

Contudo, mesmo não sendo neste momento a investigação do cotidiano o cerne da questão, não se pode desprezá-lo. Reforcemos: nos interessa a passagem da sociedade industrial para a urbana, pois há nela um fato novo que ‘modifica as relações de produção, embora não as transforme’. Henri Lefebvre indica uma diminuição na relevância das questões ligadas ao campo, e o faz por prever a crescente importância do papel da urbanização. A crítica ao cotidiano elucida esta passagem ao fornecer uma visualização do poder de coerção crescente da cidade frente ao campo em diversos contextos históricos – transição capitalista ou socialista, desenvolvimento ou subdesenvolvimento – até o ponto em que se inverte a dinâmica global: do predomínio do rural ao predomínio do urbano, sem com isso superar as contradições do período industrial. O campo se urbaniza e a cidade explode, se ruraliza, o consumo dirigido exerce sua pressão sobre a produção, mas também sobre a vida, sobre os desejos camponeses, empurrando-os para uma realidade cada vez mais urbana. A relação campo-cidade, ao mesmo tempo ‘uma relação dialética e uma oposição conflitual’ tende a se superar, pois

“simultaneamente o antigo campo e a cidade antiga se reabsorvem no ‘tecido urbano’ generalizado. O que define a ‘sociedade urbana’ é acompanhado de uma lenta degradação e desaparecimento do campo, dos camponeses, da vila, assim como de uma explosão, de uma dispersão, de uma proliferação desmesurada daquilo que já foi a cidade”²³ (LEFEBVRE, 2001 [1970], p.17)

Esta é uma conclusão que parece surgir somente no direcionamento da análise para a cidade, quando ‘o olhar sobre a problemática urbana ilumina o que o antecede’. Mas a noção de desaparecimento (relativo) do campo, sua absorção pela cidade (tecido urbano), já estava presente quando Lefebvre elabora sua análise dos *Problèmes de Sociologie Rurale* [1949], onde, ao estudar esta forma de comunidade, aponta que ela se mantém e se defende frente a diversos modos de produção distintos. “Ela persiste, mais ou menos viva, em ascensão ou em

²¹ “Le monde de la marchandise, avec sa logique et son langage, se généralise dans le quotidien à tel point que chaque chose le véhicule, avec ses significations”

²² “se transforme et d'industrielle devient urbaine”

²³ “simultanément l'antique campagne et l'ancienne ville se résorbent dans le 'tissu urbain' généralisé. Ce qui définit la 'société urbaine' s'accompagne d'une lente dégradation et disparition de la campagne, des paysans, du village, ainsi que d'un éclatement, d'une dispersion, d'une prolifération démesurée de ce qui fut jadis la Ville”

dissolução, desde os tempos mais remotos até os nossos dias”²⁴. Entre continuidades e descontinuidades, persistem características próprias em meio à absorção das externalidades. Sobrevive, portanto, “não exterior às vicissitudes da história e às transformações econômico-políticas, mas com sua vida e sua história próprias”²⁵ (LEFEBVRE, 2001 [1970], p.29). Este fato, contudo, não a impede de desaparecer por completo em certos contextos, considerando-se que não possui ‘nada de imutável ou eterna’. Em certos casos, então, é possível que a forma campesina não seja capaz de reter suas particularidades frente a um movimento coercitivo capaz de submetê-la por completo. Uma completude que nunca se realiza? “Nas formas industrializadas da agricultura [...] não podemos mais falar de vila ou comunidade rural, no sentido preciso destes termos”²⁶. Se como qualquer outra realidade histórica “a comunidade campesina se desenvolve, se fortalece e se dissolve”²⁷, podemos nos perguntar qual é o método dessa dissolução, capaz de levar ao limite a tendência de uma submissão completa do campo. Por uma desigualdade crescente de condições frente à cidade (desenvolvimento desigual)? Sim. Mas deve-se acrescentar que “isso exige a ação dissolvente da economia mercantil; e também a pressão hábil ou brutal do Estado”²⁸ (LEFEBVRE, 2001 [1970], p.38).

Pode-se vislumbrar melhor, assim, a razão deste aparente desvio do argumento em direção ao campo ou ainda à relação campo-cidade. A dissolução (relativa) do campo se apresenta como ponto fundamental da transição para uma modernidade fundada sobre a urbanização e que confere importância crescente ao espaço edificado das cidades e à extensão dos tecidos urbanos. Como aponta Lefebvre, alguns pontos são fundamentais neste processo: um desenvolvimento desigual do campo em relação à cidade; o crescimento de uma economia mercantil e das forças produtivas do capital, que invadem e submetem o campo; a atuação do Estado como planejador e organizador de relações sociais e espaciais que permitem esta transição. Trata-se de uma dissolução do campo em favor da cidade (do tecido urbano) que não se dá senão no espaço e pelo espaço (um espaço total). Efetiva-se uma cooptação deste espaço por parte do capital, que induz a concentração nas cidades e, com isso, tensiona as relações no campo, até seu desaparecimento (como comunidade rural). As estruturas da vida campesina se tornam cada

²⁴ “Elle persiste, plus ou moins vivante, en ascension ou en dissolution, depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours”

²⁵ “non pas certes extérieure aux vicissitudes de l'histoire et aux transformations économique-politiques, mais avec sa vie et son histoire propres”

²⁶ “Dans les formes industrialisées de l'agriculture [...] on ne peut plus parler de village ou de communauté rurale, au sens précis de ces termes”

²⁷ “la communauté paysanne s'est développée, raffermie, dissoute”

²⁸ “Il faut pour cela l'action dissolvante de l'économie marchande ; et aussi la pression habile ou brutale de l'Etat”

vez mais ligadas à cidade (e posteriormente à metrópole, como veremos): a propriedade fundiária, a monocultura, a divisão social do trabalho rural, a mecanização, o agronegócio, o cotidiano e os desejos urbanizados. Os mais diversos aspectos que constituem o campo não escapam do movimento de urbanização, das suas necessidades, dentro de uma hierarquia de submissão que reduz o espaço campesino à condição de produção, de extração, de lazer e turismo e de espaço em disputa. O campo resiste, mas não mais como comunidade rural, e sim como extensão do tecido urbano (o rur-urbano). Ao resistir, a cidade se ruraliza, mas continua a expansão de sua influência e a concentração de seu poder. O que se passa, portanto, é uma *instrumentalização do espaço, não apenas para reprodução de capital, mas também para reprodução das relações de produção*. Assim, não se pode considerar esta instrumentalização apenas sob o ponto de vista urbano, como restrito à cidade, mas sim do urbano como um tecido urbano em constante expansão e que ocupa o espaço inteiro, mundial.

Do rural ao urbano, eis a trajetória intelectual traçada por Henri Lefebvre. Do campo para a cidade o que se percebe? A crescente relevância deste fenômeno que se tornaria central para o capital – a produção do espaço. Mas não se trata de qualquer espaço, e sim de um espaço adequado para um fim. Saltemos então para outra obra, esta sim mais urbana. Em *Espace et politique* [1973] Henri Lefebvre iniciará com algumas considerações acerca do que é, precisamente, este espaço. Como hipótese, propõe que “não seria nem um ponto de partida (ao mesmo tempo mental e social, como na hipótese filosófica), nem um ponto de chegada (um produto social ou o lugar dos produtos)”. Dessa maneira, seria então um intermediário “em todos os sentidos desse termo, ou seja, um meio e um instrumento, um ambiente e uma mediação”. A característica fundamental de um espaço instrumental começa a ser esboçada. O espaço se torna

“um meio nas mãos de ‘alguém’, individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos [...] Nessa hipótese, a representação do espaço sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.44)

Mas esta hipótese não comporta uma mudança fundamental, as condições se modificam. “Essa hipótese convém ao capitalismo do século XIX, ao capitalismo concorrencial”, pois se refere à reprodução dos meios de produção. Já no avançar do século XX, “o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção”. No que elas diferem? Esse *front* mais amplo realiza sua re-produção através “da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da

escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.46-47).

Aparentemente, estamos mais uma vez diante da questão do cotidiano, da reprodução das relações sociais engendrada neste cotidiano programado, ele mesmo instrumentalizado. Mas é inevitável notar que Lefebvre sublinha como diferença entre o capitalismo no século XIX e XX uma ‘defesa num *front* muito mais amplo’. A estratégia – a instrumentalização do espaço – não se dá apenas como método para reprodução e expansão (a reprodução ampliada do capital), mas como método de defesa. Se a burguesia não conseguia “constituir uma sociedade capitalista coerente à escala mundial, um capitalismo organizado”, conseguia, contudo, “dominar e manter um mercado mundial, frágil, ameaçado no plano monetário, mas sempre presente e mesmo *pregnante*” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.144). De que este espaço permanece *pregnante*? Da crise, daquilo que nega a direção dominante do movimento, daquilo que assombra sua continuidade (esta espera apresenta seus próprios obstáculos²⁹). Como defesa “as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento”. Lembremos: o *front* amplo de defesa passa obrigatoriamente pelo controle das relações sociais de produção, por garantir sua reprodução cotidiana. Nada mais eficiente então do que um instrumento que possa

“dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos; organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.145)

Não se pode duvidar que consequências trágicas se manifestem como resultantes de tal estratégia. Mas não é necessário retomar aquilo que já se sabe evidente.

Deste *front* de defesa então surge uma necessidade às classes dominantes para este controle total sobre o espaço: o controle sobre a propriedade privada da terra (do solo urbano). Henri Lefebvre irá afirmar que é preciso “mostrar como e por que o capitalismo apossou-se do solo, do *espaço*. Daí a tendência disso que outrora foi o ‘imobiliário’, doravante *mobilizado* (construções, especulações), tornar-se *central* no capitalismo” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.107. grifo no original). Em *La pensée marxiste et la ville* [1973] ele indica que os proprietários fundiários, mesmo sem ‘dispor de capitais ou realizar investimentos’ podem apossar-se de parte da mais-valia, justamente pelo caráter formal da propriedade. O proprietário “extraí da terra [...]

²⁹ No capítulo seguinte serão apresentados argumentos para que este espaço sempre *pregnante* não dê à luz uma solução de seus conflitos e das suas contradições. O estado permanente de crise (*estado crítico*) é habilmente ocultado numa estratégia que se utiliza da instrumentalização do espaço para dar sobrevida ao capital e consolidar a contrarrevolução urbana. Ver capítulo 2.

a renda dita absoluta e uma grande parte das rendas ditas diferenciais” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.107). Instrumentalização do espaço e crise urbana se conectam diretamente com o papel exercido pela propriedade privada de uma parte do solo e a renda que propiciam. Indicações mais precisas do que essas sobre a renda, contudo, não são presença marcante na obra de Henri Lefebvre³⁰.

Neste aspecto convém direcionar o percurso para alguns pontos da obra de Rodrigo Lefèvre, que pode adicionar algumas contribuições. Rodrigo visualizou a instrumentalização do espaço? Certamente. Mas tentou também evidenciar como e por que o capital se apropriou da (renda da) terra, embora sua abordagem seja um pouco problemática. Uma das primeiras passagens acerca de um espaço instrumental se encontra já em *Uma crise em desenvolvimento* [1966], onde Rodrigo Lefèvre começava a perceber uma particularidade do espaço, mesmo que de modo muito implícito e percebido pelas entrelinhas. Sabemos: este artigo tem o objetivo de problematizar a perspectiva colocada por Vilanova Artigas em sua afirmação de *Uma falsa crise*, na qual defende as possibilidades transformadoras da arquitetura para a sociedade ao estimular a industrialização (ou a partir da industrialização). Rodrigo irá rebater caracterizando algumas práticas arquitetônicas como *experiências de laboratório*, pois não há um processo democrático de participação popular na produção da arquitetura ou um atendimento das reais necessidades sociais³¹. “Caso típico é a urgência crescente de habitações para camadas cada vez mais amplas da população” diz ele, afirmando que há uma divergência entre “as propostas no sentido de se aproximar do atendimento dessa necessidade na sua essência e a posterior utilização desse potencial de procura e oferta para a especulação imobiliária e a demagogia política, ampliando e consolidando a estratificação social” (LEFÈVRE in KOURY, 2019

³⁰ O rentismo será tratado no capítulo 2, onde se pode elucidar mais algumas passagens sobre o papel da renda.

³¹ Neste texto Artigas, invocando Le Corbusier e Oscar Niemeyer, defende que não havia em curso uma crise da arquitetura moderna, do funcionalismo, mas sim a ‘superação de uma fase’. Para ele, a arquitetura não havia falhado em promover melhorias à sociedade em seu confronto com a industrialização e o caos urbano resultante desse modo de produção, sem inclusive conseguir tomar para si as rédeas dessa industrialização em termos de força produtiva para a produção da própria arquitetura. “A medida dos resultados da fase funcionalista não se limita à constatação (falsa) de uma crise na qual, considerada a falência do funcionalismo, volta-se a arquitetura a uma posição de arte pela arte. Nem houve falência do funcionalismo, nem a arquitetura fechou-se em si mesma. Houve, sim, a superação de uma fase”. O ‘otimismo’ de Artigas fica latente mais a frente. “Nas circunstâncias históricas em que vivemos, os países subdesenvolvidos desejam a industrialização, quaisquer que sejam as suas decorrências, pois que, partindo das teses funcionalistas, seria possível o seu controle, já agora para transformar o nosso mundo, no qual o atraso do desenvolvimento capitalista, ou a sua convivência com o feudalismo, provoca espetáculos de miséria social muito piores”. Teremos a oportunidade de desmontar a interpretação de um ‘feudalismo’ fora de lugar mais a frente. Por ora é fundamental compreender o contexto que gera a resposta de Rodrigo caracterizando certa prática arquitetônica como *experiências de laboratório*. Para Artigas, “como arma de transformação do mundo”, a arquitetura possuía “os seus métodos próprios, que não se confundem com os da ciência ou os da própria tecnologia” (ARTIGAS in ARTIGAS; LIRA, 2004, p.104-106)

[1966], p.46-47). À parte este debate arquitetônico, que talvez já possamos considerar superado³², o que se pode inferir com esta afirmação é que Rodrigo já se atentava ao fato de que o espaço aparecia como ferramenta da ‘estratificação social’. Isto pode parecer uma constatação banal, um simples atrelamento entre especulação imobiliária e uma desigualdade social manifestada espacialmente. Mas note-se, Rodrigo parte de uma característica específica: a captura do desenvolvimento de técnicas, métodos e soluções por parte do capital para a produção do espaço *à sua maneira*. O que ele percebia, portanto? A indústria da construção e a produção do espaço não como elementos neutros, a serem domados pelos arquitetos, mas como elementos já submetidos ao capital – o que naquele momento representava uma postura de contestação ainda incipiente³³.

Isso começa a ficar mais claro anos mais tarde, na *Entrevista a Renato de Andrade Maia* [1974]. Nesse momento Rodrigo, avaliando retrospectivamente o período pós 1964, aponta que “o que se montou no Brasil foi um grande esquema financeiro através do qual se pretendeu resolver certos problemas de habitação, de planejamento urbano, de adaptação das nossas cidades a esse processo de modernização” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1974], p.64-65). Aqui já há uma mudança no foco, da arquitetura como uma obra isolada, de seu processo de produção imediato, à arquitetura inserida na produção da cidade, um processo de produção global, incluindo aí o urbanismo. O que permanece, contudo, é a noção de um imbricamento entre a produção do espaço e o capital, incluindo as frações do capital produtivo, do capital financeiro e a participação do Estado.

É somente no já citado artigo *Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo* [1979] em que há uma aproximação maior e mais elaborada de Rodrigo com o tema da instrumentalização do espaço. O que ele demonstra neste artigo, contudo, precisa ser problematizado, o que nos impõe um breve parêntese.

Nesse artigo, Rodrigo procederá à uma tentativa de teorização sobre a terra no espaço urbano,

³² É sabido que muitas das casas produzidas pela chamada “escola paulista” são consideradas de fato ‘experiências’ nas quais alguns arquitetos testaram formas e métodos construtivos que simulariam uma industrialização que nunca se consumou de fato. Até mesmo Rodrigo e Sérgio Ferro testaram algumas possibilidades. O que pesa a favor de Rodrigo, contudo, é uma leitura política mais assertiva e independente do momento pós-golpe militar e uma interpretação que parece correta quanto à ineficiência de experiências arquitetônicas burguesas como ferramentas de transformação social a partir do desenvolvimento das forças produtivas.

³³ As reconhecidas críticas de Sérgio Ferro a uma produção capitalista do espaço, por exemplo, ainda estavam sendo preparadas. *A produção da casa no Brasil* (publicado pelo GFAU como *A casa popular*) data de 1989 e *O canteiro o desenho* de 1976.

apoiando-se numa leitura da obra de Marx, sobretudo as indicações sobre as rendas diferenciais na agricultura, e no trabalho de Marino Folin. As elaborações de Rodrigo sobre a teoria da renda da terra, no entanto, possuem como um ponto de partida algo que aqui considera-se um equívoco. Ele parte do pressuposto que na indústria imobiliária “o terreno começou a aparecer como uma espécie de matéria-prima para a produção, fazendo parte do *capital constante circulante* daquela indústria”. Esta afirmação (considerada aqui como equivocada) se dá porque, em meio aos cálculos elaborados, ele percebe que os preços dos terrenos “passaram a funcionar inversamente sobre os lucros dos capitalistas que os utilizam” (LEFÈVRE *in* MARICATO, 1982, p.97, grifo próprio). Ou seja, nas observações de Rodrigo, ao passo que aumenta-se o preço do terreno, diminui a taxa de lucro do capital produtivo aplicado ao terreno (considerando constante o preço de venda médio do produto imobiliário). Esta condição até se confirma de uma certa maneira, mas pela existência de uma renda da terra (fundiária ou imobiliária) que irá cobrar seu tributo de acordo com um preço que sinaliza uma renda potencial futura, o que nada tem a ver com a interpretação da terra como capital constante. Tal caracterização do preço dos terrenos para o capital produtivo como parte integrante de seu capital constante sinaliza ao menos três problemas:

a) situá-la como um capital semelhante a uma matéria-prima, na qual há trabalho envolvido para sua extração ou preparação para posterior transformação em valor de uso, significa dotá-la de valor (trabalho). Há trabalho aplicado ao terreno para a construção de um edifício? Sem dúvida. Terraplanagens, escavações, limpeza e qualquer outra adequação necessária. Este trabalho, contudo, cristaliza-se num espaço adequado para um uso específico, não no terreno. Basta pensar que, para um outro uso, este mesmo trabalho já feito (uma escavação, por exemplo) pode ser considerado um estorvo, necessitando uma readequação neste mesmo espaço (aterrar novamente para torná-lo plano). O trabalho realizado anteriormente, portanto, não se acumula sobre o terreno, tornando-o melhor ou pior, apenas o modifica em função de uma racionalidade espacial aplicada naquele momento. Esta possibilidade de abrigar determinados usos e espaços modifica a renda potencial do terreno;

b) um terreno pode fornecer matéria-prima para a construção civil: um terreno no qual exista uma composição adequada da terra para fabricação de cerâmicos (tijolos, telhas e outros elementos construtivos), no qual existam árvores que possam ser cortadas para madeiramentos diversos, no qual existam pedras que podem se tornar revestimentos,

bancadas ou pisos, podem ser exemplos dentre as diversas possibilidades. Há, nestes casos, uma extração de materiais do terreno a partir de trabalho aplicado para que sejam extraídos e transformados em matérias-primas. O trabalho, mais uma vez, não se cristaliza sobre o terreno, mas sobre os materiais transformados em valores de uso. Este trabalho inclusive consome o terreno, retirando dele, paulatinamente, seu potencial como fornecedor de matérias-primas, esgotando-o. Há uma renda potencial, portanto, neste terreno, como fornecedor de matéria-prima, como um espaço adequado para este trabalho. A constante extração irá torná-lo adequado a um outro uso (construção de um edifício após a retirada de todas as árvores ou readequação do solo para replantio ou ainda contaminação e inutilização deste terreno num determinado período de tempo), a depender da racionalidade espacial aplicada no momento deste esgotamento. Há renda potencial, portanto preço da terra, em cada um destes momentos, mas ele não atua como capital constante em nenhum deles;

c) tratando o terreno como capital constante, corre-se o risco de eliminar um importante ator na produção do espaço: o proprietário da terra. Na produção imobiliária, ao considerar o terreno um capital constante, uma matéria-prima para o capital produtivo que será aplicado na construção, considera-se que, uma vez comprado o terreno, o proprietário sai de cena e o preço da terra apenas compõe o custo com capital constante nos cálculos do capital produtivo. Assim, perde-se de vista que estes dois atores estão separados e possuem, inclusive, interesses divergentes. Ao proprietário reserva-se um papel de pressão sobre o capital produtivo (imediato e global), de reivindicar a maior fatia possível dentro da realização da mais-valia (o lucro do capital produtivo na construção) e da distribuição da mais-valia global (através do preço do terreno e dos imóveis a renda cobra seu tributo de todos aqueles que necessitam de acesso ao espaço). Ao passo que ao capital produtivo se reserva um papel de pressionar os proprietários em direção à menor renda possível, para garantir o lucro médio que viabilize a produção ou lucros extraordinários.

Há ainda outros vários pontos que podem ser destacados da argumentação de Rodrigo acerca da teoria da renda da terra que podem ser problemáticos, mas não cabe aqui nos ater sobre eles³⁴ e nem aprofundar o tema. Parece suficiente apontar que ao proprietário da terra correspondem

³⁴ Um exemplo desta problematização possível está em: AVILA, Pedro Queiroz. *O problema da formação do preço da terra urbana em Rodrigo Lefèvre in PEREIRA, Paulo César Xavier (org.). Terra à vista: reabilitando a questão da renda na produção do espaço.* São Paulo: FAUUSP, 2019

rendas, obtidas através de um preço do terreno calculado pelo seu potencial de gerar uma renda futura, e por isso, dependente de como se utiliza, para que se utiliza o terreno. Esta é uma condição socialmente estabelecida e, como veremos, uma relação que sobrevive em meio às transições capitalistas. A renda, portanto, cobra seu tributo de acordo com o valor de uso da terra: como matéria-prima (renda de extração), como meio (renda fundiária) e como base (renda imobiliária). Tais concepções derivam do capítulo 46 d’*O Capital*³⁵, e são desenvolvidas por Paulo César Xavier Pereira em *Espaço, Técnica e Construção*³⁶. Esta posição é ainda corroborada por Henri Lefebvre³⁷, mas este, apesar de tangenciar a questão, não a aprofunda de fato. Afirma, aqui e ali, que a “propriedade da terra, no fundo intacta, reconstituída pelo capitalismo, *pesa sobre o conjunto da sociedade*” e que é este “o entrave por excelência” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.104); esboça algo sobre ‘rendas urbanas’, assemelhando-as “às rendas rurais fundiárias: renda de situação (renda diferencial I) – renda de equipamento (renda II) [somada à] renda absoluta, pretendida por todo proprietário”, mas admite que “a teoria do ‘ramo imobiliário’ [...] está ainda em processo de elaboração”; dedica-se algum tempo à teoria da renda da terra a partir dos escritos de Lênin³⁸, mas numa abordagem sobre o rural. Escapa dos dois autores, portanto, uma teoria da renda da terra válida e que englobe seu caráter total, incluindo a problemática urbana, apesar de identificarem esta necessidade e apontarem questões pertinentes para um pensamento acerca desta teoria. Feito o parêntese, podemos continuar seguindo o rastro das direções exploradas pelos autores no sentido da instrumentalização do

³⁵ “Onde quer que forças naturais possam ser monopolizadas e proporcionarem um lucro extra ao industrial que as explora, seja uma queda d’água, uma mina rica, águas com abundância de peixes, seja um terreno para construção bem localizado, a pessoa cujo título sobre uma parte do globo terrestre a caracteriza como proprietária desses objetos naturais subtrai esse lucro extra, na forma de renda, ao capital em funcionamento”. Ainda, “dois elementos entram em consideração: por um lado, a exploração da terra para fins de reprodução ou extração; por outro, o espaço requerido como elemento de toda produção e de toda ação humana. Em ambos os sentidos, a propriedade da terra exige seu tributo”. (MARX, 2017b, p.833-834)

³⁶ “De um lado, a terra como elemento de trabalho e, de outro, como condição material para qualquer atividade na função de espaço e de base apresenta-se como domínios distintos, mas, no tocante à produção imobiliária, eles manifestam-se imbricados no processo de valorização. Na produção imobiliária, a apropriação do espaço através da propriedade da terra manifesta-se tanto como elemento precedente como consequente da apropriação do trabalho de construir. A valorização imobiliária, devido a esta dupla manifestação, pode tanto pressupor os efeitos úteis criados pelas condições gerais de produção como pressupor os efeitos úteis criados pelas condições gerais de produção como pressupor o valor diretamente incorporado pelo trabalho de construir o imóvel” (PEREIRA, 1988, p.112). Ver: PEREIRA, Paulo César Xavier. *A diferenciação do morar e a homogeneidade capitalista da produção industrial in Espaço, técnica e construção*. São Paulo: Nobel, 1988. pp.90-124.

³⁷ “A teoria marxista da propriedade da terra no capitalismo não é completa. [...] Esta questão engloba as da agricultura, da pecuária, das minas, das águas e, é claro, a do *domínio da edificação* das cidades” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.90). Este trecho parece remeter diretamente ao capítulo 46 d’*O Capital*, embora Lefebvre não o mencione.

³⁸ Ver: LEFEBVRE, Henri. *La teoría de la renta de la tierra y la sociología rural* (este texto, um pouco modificado aparece também em *Du rural à l’urbain* [1970]) e *La teoría marxista-leninista de la renta de la tierra in LEFEBVRE, Henri et al. La renta de la tierra: 5 ensayos*. México: Editorial Tlailualli, 1983. pp.11-48.

espaço, considerando, entretanto, a existência de uma teoria da renda da terra que lhes é externa. Voltando ao artigo de 1979, podemos perceber a aproximação de Rodrigo a uma noção de instrumentalização do espaço em vários pontos. Logo no início do artigo ele coloca que se pode dizer que uma “tendência à formação do preço geral de produção do metro quadrado de apartamento existe nas grandes cidades” e que esta tendência “é desviada por localizações mais ou menos especiais que somem muitas vantagens” (LEFÈVRE *in* MARICATO, 1982, p.95-96). Obviamente, esta tendência ao preço geral pode ser, ela também, problematizada. Estabelecendo o foco no pensamento de Rodrigo sobre a maneira que se dá esta produção da cidade podemos apreender uma referência a um espaço instrumental, organizado a partir das *raridades*, da localização e espacialização dos privilégios. Ao reconhecer este aspecto mais a frente, ele mesmo indica aquilo que se coloca contra o preço geral de produção. “Pelas grandes diferenças naturais apresentadas pelas partes da cidade, o preço geral de produção será desmanchado pelo que se pode chamar de ‘renda de monopólio’” (LEFÈVRE *in* MARICATO, 1982, p.107). A grande questão é que não são somente as diferenças naturais as responsáveis por ‘rendas de monopólio’³⁹. A produção contínua do espaço (urbanização) e a alteração de certos condicionantes sociais (marketing, imaginário, consciente coletivo) podem propiciar flutuações nos preços. Daí a utilização do espaço como um instrumento: para obter lucros e rendas extraordinários.

Curiosamente, Rodrigo remete a uma diferenciação entre o urbano e o rural para tal constatação. “No urbano, penso que o problema da localização fica incrivelmente mais relativo que no rural: pode-se dizer que no urbano a localização é transformada muito mais rapidamente, mas muito mais, que no rural; uma localização pode ser produzida”. Não é justamente esta produção de uma localização (produção material, mas também subjetiva), que torna o espaço tão atraente para o domínio do capital? Ainda, a produção do espaço possui como característica altas taxas de mais-valia aliada a “baixos salários, muitos acidentes de trabalho, alta rotatividade de emprego, baixa sindicalização, quase total alienação do produto do trabalho e da importância do produto para o desenvolvimento” (LEFÈVRE *in* MARICATO, 1982, p.111-112). Isto repõe a questão colocada acima por Henri Lefebvre. “O ‘imobiliário’ e a ‘construção’ deixam de ser

³⁹ Utilizo aqui o termo empregado por Rodrigo apenas pelo efeito de repetição esclarecer o argumento em frente à referência direta empregada. Contudo, a rigor, a renda já é proveniente de um monopólio (sobre a terra, sobre o espaço). O que características únicas e especiais possibilitam são preços de monopólio, ou seja, a renda, já proveniente de um monopólio, aumenta frente a possibilidade de se estabelecer um preço acima do praticado no mercado ou o inverso. Trata-se de um acúmulo, um acréscimo de monopólios: o da propriedade somado ao de uma característica especial, relacionadas a possibilidade de um aumento no preço.

circuitos secundários e ramos anexos do capitalismo industrial e financeiro para passar ao primeiro plano. Ainda que *desigualmente*” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.114. grifo no original). A diferença entre composições orgânicas de capital (a qual veremos mais a frente), também é importante aspecto da submissão do espaço ao capital. “A mais-valia não se realiza mais onde é produzida”, afirma Lefebvre. Realiza-se uma separação entre os momentos do ciclo do capital. A mais-valia “se reparte à escala mundial em função da estratégia das potências econômicas, financeiras e políticas. A produção, a realização e a repartição da mais-valia concernem assim, ao espaço planetário como um todo” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p. 143-144).

Há ainda outras indicações sobre o caráter da instrumentalização do espaço e sua estratégia dispersas em outros escritos de Henri Lefebvre, de modo menos evidente, que convêm elucidar. Voltemos a *La révolution urbaine* [1970]. Podemos encontrar aí uma caracterização desta estratégia como centralização de poder (econômico, político), indicando que ela “vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão”. A extensão do tecido urbano ao nível mundial faz com que a produção sempre remeta à um centro (a cidade, depois a metrópole), que corresponde à concentração de poder, riqueza e informação. O espaço acumula mais de uma função dentro das grandes estratégias: reprodução de capital e reprodução das relações de produção. Mas “a mais importante e velada é esta: formar, realizar, distribuir, de uma nova maneira, o sobreproduto da sociedade inteira (isto é, no modo de produção capitalista, a mais-valia global)” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.172).

Este argumento se completa pelo que pode ser encontrado em *La pensée marxiste et la ville* [1972], onde Lefebvre irá demonstrar como a cidade se conecta com os três momentos distintos do movimento do capital: da formação de mais-valia – a cidade como ‘sede do vasto processo contraditório’ capital-trabalho – à realização da mais-valia – a concentração do mercado e dos serviços, a cidade como centralidade e como potência centralizadora – chegando à distribuição da mais-valia – uma organização espacial global desta distribuição no plano econômico (taxa média de lucro, composição orgânica média) e político (o Estado e a regulação das necessidades sociais). A instrumentalização do espaço abarca então estes três níveis. Distribui, segrega e controla as forças produtivas no espaço; controla através do mercado, da centralidade e do poder (econômico e político) o cotidiano, a reprodução das relações de produção; produz o espaço de

maneira adequada às ‘remunerações’ devidas (lucro ao capital produtivo, renda ao proprietário) em escala global (desenvolvimento desigual, dissociação da produção material e produção intelectual), controla as forças produtivas através do aparato estatal (repressão, planificação). O espaço instrumental se apresenta dentro de uma característica da qual não pode escapar. “A sociedade burguesa nos seus melhores períodos, ascensão, crescimento, prosperidade, apresenta e representa somente uma ‘crise de civilização’” (LEFEBVRE, 2021 [1972], pp.92-103). Da mesma maneira, o espaço produzido, controlado e habitado pela sociedade burguesa não é senão aquele da crise urbana.

Em suma, podemos concordar que a instrumentalização do espaço possui suas ‘exigências severas’, começando pela terra, que no início “é preciso arrancar do domínio da propriedade fundiária tradicional”, o que não se dá “sem dificuldades e concessões (as rendas)”, e passando a uma mobilização que “se estende, em seguida, ao espaço inteiro” um espaço que “deve receber um *valor de troca* (mesmo aproximativo, mesmo se os preços se afastam dos ‘valores’)” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.114. grifo no original). Severas, contudo, são também as consequências desta mobilização: para as cidades, para seus moradores, para aqueles que se dedicam a re-produzi-la. Uma crise de civilização e tal crise urbana decorrem diretamente do fato de que o espaço como instrumento é utilizado apenas visando o crescimento econômico, às custas do desenvolvimento social e, para isso, precisa ser encarado não somente como uma mercadoria, mas como uma *raridade*.

“O espaço integra as novas raridades. Essa raridade, mantida e utilizada em torno dos centros, permite uma especulação furiosa. É preciso acrescentar que a raridade do espaço acompanha a raridade crescente dos recursos e bens anteriormente abundantes: a água, o ar e até a luz? [...] Chegamos a uma ideia essencial: o capitalismo se manteve pela conquista e integração do espaço. O espaço deixou, há muito tempo, de ser um meio geográfico passivo ou um meio geométrico vazio. Ele tornou-se *instrumental*.” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.139. grifo no original)

1.2 HOMOGENEIZAÇÃO DO ESPAÇO E O PAPEL DO ARQUITETO

Atentemo-nos a este aspecto por um instante: a raridade do espaço. Uma tal raridade, como estratégia, sustentada pelo capital através do controle do espaço (da propriedade privada, do ritmo do capital produtivo, da qualidade relativa dos ‘produtos’ implantados no espaço) é uma *raridade induzida*, própria ao *espaço instrumental*. O espaço, contudo, não se assemelha a um instrumento como outro qualquer. O espaço, este vasto meio e base das atividades humanas, possui características próprias, qualidades únicas, que para serem apreendidas requerem uma maior atenção e percepção. Melhor dizendo: a atenção e percepção humanas sobre o espaço foram constantemente empobrecidas para que o espaço possa ser retirado de seu caráter irreprodutível, para assumir um caráter intercambiável. Tornando uma constante o espaço urbano sem as condições adequadas (onde a luz do Sol não penetra as habitações, onde não há espaço suficiente, onde não há relações urbanas possíveis), não se torna mais fácil estimular o consumo de um espaço que reproduza indefinidamente e indiferentemente estas mesmas condições? Não se torna mais fácil *induzir a raridade*, transformando um espaço minimamente humano num produto exclusivo, ele mesmo uma raridade?

O espaço (mundial e particularmente o urbano) entram nesta estratégia instrumental justamente por suas particularidades, mas invertendo-as. O espaço não se assemelha a outros instrumentos, tal qual uma ferramenta, um objeto móvel e reproduzível. O espaço sugere raízes profundas, se conecta com a noção de um lugar, pressupõe a instalação de algo sobre a terra, fixo ou transitório. Isto remete, na superfície terrestre, ao caráter único de cada lugar, irreprodutível, fincado à terra e, por isso mesmo, passível de domínio pelo capital, monopolizável. A fertilidade, a luz, a paisagem, a altitude, o clima, o acesso à recursos naturais, a presença ou ausência de elementos diversos fazem com que cada ponto do espaço mundial seja diferente de qualquer outro. O espaço também não se assemelha a um instrumento jurídico, comunicativo, descritivo ou teórico, tal qual uma lei, um texto, um livro, uma proposta. É impossível descrevê-lo em toda sua complexidade de sensações e relações (sociais, naturais, materiais e subjetivas). Por mais acurada que seja, esta aproximação não poderá substituir a *experiência* e a *prática* espaciais (a presença), na dimensão daquilo que se conecta com os sentidos (o tato, a visão, a audição etc) e com as ações (tocar, mover, observar, falar etc.). Da mesma maneira, a *experiência* e a *prática* espaciais não podem ser substituídos por instrumentos de comunicação

visual, tal qual uma imagem, um desenho, uma foto, uma pintura ou um filme, que comunicam mensagens sempre particulares e parciais, dentro de uma linguagem própria, com suas idealizações e insuficiências. Ainda, o espaço não pode ser apreendido em toda sua complexidade assemelhando-se a um instrumento tal qual uma engrenagem ou uma máquina, que apesar de possuírem uma coerência interna para seu funcionamento, só se justificam dentro de uma coerência externa a eles – a cadeia produtiva, o cumprimento específico de uma função – um valor de uso (ao capital). O espaço existe *apesar e independentemente* de seu valor de uso (a simples existência do espaço é anterior a qualquer *utilidade*) e seu uso contínuo não implica em desgaste (apesar de sua degradação), mas sim em uma constante modificação deste valor de uso, em direção ao valor de troca (a cidade antiga se torna turística, a natureza devastada dá lugar à natureza produzida, os lugares abandonados são reutilizados de outra maneira).

O espaço, portanto, não se reduz apenas às três dimensões geométricas. Há o componente temporal, assim como o componente sensorial e ainda uma componente variável, geográfica e, por isso, surpreendente. Não por acaso, a instrumentalização do espaço opera uma redução destas qualidades espaciais, relegam-nas ao segundo plano. O espaço instrumental não reconhece o passado, o presente e o futuro? Sim, mas reduzindo-os em nome de uma palavra: a oportunidade. O passado? Oportunamente celebrado, como histórico, e oportunamente negado, como inadequado (as dificuldades de preservação do patrimônio histórico construído podem prová-lo). O presente? Um mar de oportunidades, desde que adequadas aos cálculos, que tornam as oportunidades seletivas e relativas. Cada localização se traduz em uma oportunidade diferente, numa adequação entre custo de produção e possibilidade de venda (o que não desmonta uma teoria da localização, mas a relega a um segundo plano – ao imobiliário praticamente não existe a localização inadequada, mas uma oportunidade adequada para cada localização). E o futuro? Uma chantagem. Um tempo no qual só continuarão a existir oportunidades se concessões se efetuarem no presente, como uma promessa eterna que não se realiza. Construir mais, aumentar as alturas, expandir os perímetros, desapropriar, são algumas das condições impostas pela instrumentalização do espaço para continuidade de sua produção. Mesmo atendidas entrega-se com isso uma cidade mais democrática? A lógica instrumental do espaço remete ainda à uma insensibilidade relativa, ela também induzida, pois é preciso solucionar problemas criados justamente por esta lógica: a falta de luz, de sol, de espaço. Quente ou frio, claro ou escuro podem ser retirados de uma compreensão *natural*, relativizados porque controlados artificialmente. As percepções humanas do espaço são cada vez mais produzidas e reproduzidas, contrariando o caráter único de cada lugar. Assim, o espaço contraria sua lógica

própria e reflete a lógica dos instrumentos: é produzido e reproduzido de acordo com a lógica dos objetos, das mercadorias; apoia-se na insuficiência da linguagem, na fetichização da imagem; é utilizado como máquina, um autômato da re-produção das relações sociais de produção já estabelecidas. O que se passa neste espaço instrumental, portanto, conecta o constante mal-estar e a crise urbana à uma forma especificamente utilizada para este propósito. Ao perder seu caráter único, irreprodutível, o espaço tenda a se tornar *homogêneo*.

Retomemos *La révolution urbaine* [1970], agora sob esse prisma, para torná-lo mais evidente. Henri Lefebvre vai indicar ainda ali como o espaço é ocupado. Através de “redes intrincadas, relações que se afirmam interferindo mutuamente”. O espaço (urbano) é necessariamente o espaço do conflito cotidiano, de fluxos e de relações, de produções conflitantes e incoerentes, que se tenta organizar, que se tenta tornar menos espontâneo. Esta organização, uma vez levada a cabo para conduzir o espaço a seu caráter instrumental, resultará nesta tendência à homogeneidade, que corresponde “por um lado, a vontades, estratégias unitárias, lógicas sistematizadas; por outro, a representações redutoras e, conseqüentemente, simplificadoras”. Deve-se tornar preciso o que se aponta aqui: se há tendência à homogeneização, há também resistência e limite, a tendência não se confirma como totalidade, havendo o movimento contrário. Dessa maneira, acentuam-se também “as diferenças no povoamento desse espaço que, como espaço abstrato, tende ao homogêneo (o quantitativo, o espaço geométrico e lógico). Daí resulta um conflito e um curioso mal-estar” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.183-184). Seria este mal-estar o suficiente para frear o processo? Não, pois na marcha histórica da sociedade o processo de urbanização se apresenta como inevitável por sua inegável vantagem em termos políticos, econômicos e sociais. Essas vantagens se traduzem em uma palavra: concentração. “A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares [...] O que ela cria? Nada. Ela *centraliza* as criações. E, no entanto, ela cria tudo” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.133. grifo no original). As relações possibilitadas por essa concentração (da produção, do poder, do capital) no espaço da cidade determinam um sentido no desenrolar da história humana que aponta para a constituição – construção física e mental – da cidade como o objeto a ser produzido e apropriado (condição, meio e produto), apesar do mal-estar generalizado. Como espaço instrumental homogêneo (abstrato), a cidade, *obra* humana por excelência, é aprisionada paulatinamente como *produto*⁴⁰.

É possível, no entanto, que só em *Une pensée devenue monde: Faut-il abandonner Marx?*

⁴⁰ Esta distinção entre obra e produto será retomada mais a frente para ser melhor elucidada.

[1980], ou seja, somente após extensiva análise e produção sobre a cidade, Henri Lefebvre consiga apontar com clareza sintética a forma assumida por este espaço instrumental, indicando com isso mais uma modificação necessária ao campo marxista⁴¹. Segundo ele, em Marx o espaço aparece apenas como a soma dos espaços de produção e de variados mercados, o que não supõe maiores problemas relacionados à cidade. “A relação ‘cidade/campo’ aparece sobretudo como caso da divisão do trabalho”⁴². Essa realidade se modifica na modernidade, com a cooptação capitalista da cidade histórica e da agricultura, contando ainda com a intermediação do Estado. Se configura um novo modo de produção, sem que necessariamente se transformem as relações de produção: se o campo se dissolve, não é em nome da emancipação da população campestre, mas sim de sua (maior) submissão ao capital, ao espaço instrumentalizado. A realidade que impõe modificações na análise abriga três características fundamentais da instrumentalização do espaço. “Esse espaço produzido pelas relações atuais de produção, de reprodução e de dominação, esse espaço entra no esquema ‘homogeneidade-fragmentação-hierarquização’”⁴³ (LEFEBVRE, 1980, p.149-151). Este esquema merece atenção, pois representa uma maneira de sintetizar o processo, sem, obviamente, esgotá-lo por inteiro – o que não o invalida como um esquema geral. Trata-se de uma tríade que nos apresenta um movimento: de expansão do tecido urbano e, conseqüentemente, de (tendência à) dissolução (relativa) do campo. Ela não só confirma a percepção anterior, contida em *Du rural à l’urbain*, a diminuição da relevância das questões campestres; ela antecipa uma dinâmica do capital que se firma no último quartel do século XX e se prolonga ao início do século XXI, (que se acentua como *metropolização*). Em que consiste esse movimento?

i) A *homogeneidade* diz respeito à formatação do espaço, para possibilitar e facilitar sua reprodução. A divisão em lotes geométricos, criação dos (mesmos) desejos, a reprodutibilidade dos materiais e das técnicas, a generalização dos (mesmos) usos. Tudo isso é orientado para servir à estratégia já mencionada: reprodução ampliada de capital, defesa num *front* ampliado da reprodução das relações de produção. Trata-se de um “consumo repetitivo no espaço” que “engendra um tédio indelével. O curioso par ‘mal-estar-satisfação’ funciona à pleno”⁴⁴. Tal lógica se aproxima à lógica da mercadoria, que enquadra também uma das principais noções

⁴¹ É verdade que em *La pensée marxiste et la ville* [1972], e em obras anteriores, Lefebvre já teria desenvolvido argumentos nessa direção, mas estamos considerando a identificação do processo de maneira precisa e concisa.

⁴² “Le rapport ‘ville/campagne’ apparaît surtout comme cas de la division du travail”

⁴³ “Cet espace produit par les rapports actuels de production, de reproduction et de domination, cet espace entre dans le schéma ‘homogénéité – fragmentation – hiérarchisation’”

⁴⁴ “engendre un ennui indélébile. Le curieux couple ‘malaise – satisfaction’ fonctionne à plein”

lefebvrianas. A “distância que devém abismo entre o produto (que se multiplica na homogeneidade) e a obra (que se rarefaz na diferença)”⁴⁵ (LEFEBVRE, 1980, p.152. tradução livre) estabelece esta contradição fundamental entre *obra* e *produto* a partir das raridades que se opõem ao homogêneo.

A homogeneidade então se conecta de forma direta com a questão do cotidiano, operando uma uniformização do imaginário coletivo. Longe, contudo, da construção de uma democracia real, a homogeneização do espaço e do consciente significam uma desigualdade crescente, pois modificam estes dois níveis à imagem de um centro (a cidade, depois a metrópole). Não há *diferenças*, mas um jogo de espelhos, em que o mais fraco é coagido à forma do mais forte. “Pela organização e informação, se produz então uma espécie de unificação do espaço mundial, com seus pontos fortes (os centros) e suas bases mais fracas e dominadas (as periferias)”⁴⁶ (LEFEBVRE, 1980, p.152). O espaço, contudo, é total. Assim, a homogeneização é uma tendência de dominação espacial que se expande em várias dimensões (materiais ou abstratas, tangíveis e intangíveis), mas confirmando-se como uma transformação em uma única direção: a cidade e o campo (e o rur-urbano), as periferias e o centro (e suas adjacências), a metrópole e as colônias (sub-metrópoles) – o espaço mundial como instrumento, meio e base conformando um *produto*.

ii) A *fragmentação* representa a alocação no espaço de diferentes (mas sempre as mesmas) funções, isto é, na especialização de determinados lugares. Henri Lefebvre sinaliza que esta divisão é evidente nos espaços da cidade: espaços de moradia, de lazer, de fluxo, de trabalho. É evidente também no espaço mundial: espaços orientados para determinadas produções, espaços de servidão para infraestruturas e transportes, espaços de decisão. O espaço mundial e da cidade se fragmentam numa coerência formulada pelo capital e mediada pelo Estado.

“A separação dos elementos e componentes é, ao mesmo tempo, fictícia, porque não se pode separar completamente as funções, os ‘equipamentos’ [...] e, por outro lado, real [...] O espaço – como o trabalho – devém parcelar: justaposição de parcelas fixadas à uma atividade parcial, cujo todo, o processo do habitar, escapa aos participantes”⁴⁷ (1980, p.153-154. tradução livre, grifo no original)

Curioso movimento que unifica e separa, a forma homogênea contém um conteúdo

⁴⁵ “distance qui devient abîme entre le produit (qui se multiplie dans l’homogénéité) et l’œuvre (qui se rarefie dans la différence)”

⁴⁶ “Par l’organisation et l’information, il se produit donc une sorte d’unification de l’espace mondial, avec des points forts (les centres) et des bases plus faibles et dominées (les périphéries)”

⁴⁷ “La séparation des éléments et composants est à la fois *fictive*, car on ne peut complètement séparer les fonctions, les ‘équipements’ [...] et d’autre part *réelle* [...] L’espace – comme le travail – devient parcellaire: juxtaposition de parcelles fixées à une activité partielle dont l’ensemble, le processus de l’habiter, échappe aux participants”

fragmentado. O parcelamento das atividades no espaço só é possível pela relação de ordem estabelecida neste conteúdo. Apesar de seu caráter homogêneo, há uma hierarquia, que torna esta homogeneidade aparente uma ficção, utilizada para manter a segregação real. Fragmentação e homogeneização implicam na *hierarquização*, não somente porque se estabelece uma relação dialética entre elas, mas porque a hierarquia permite o espraiamento do processo. A organização da planificação, dos eixos, dos vazios, delimita uma hierarquia, enquanto a alienação resultante da fragmentação e da homogeneização do espaço são possibilitadas por ela. A interação entre as diferentes escalas, contudo, é um trunfo que derruba os possíveis limites à coerção do capital, pois a hierarquização assume “formas gerais e específicas: a distinção entre os pontos fortes do espaço e os *centros* [...] e as *periferias* (elas também hierarquizadas, mais ou menos afastadas de tal centro principal ou secundário)”⁴⁸ (LEFEBVRE, 1980, p.155. tradução livre, grifo no original).

iii) Homogeneidade-fragmentação-hierarquização é uma tríade que permite compreender o que se passa no espaço como um todo, a partir da urbanização generalizada. A homogeneização aproxima o espaço do *produto* – o torna reprodutível, repetitivo, geométrico, mensurável. Aproxima-o da abordagem industrial (empresarial). Mas nem todo o espaço pode ser o mesmo, existem funções a cumprir. Diferentes ramos produtivos se instalam de acordo com suas “vocações”: vantagens geográficas, condições naturais, presença de mão de obra. A produção fragmentada no espaço alimenta o mercado mundial e, para isso, os produtos precisam servir aos mesmos desejos, se encaixar nos mesmos espaços (um espaço adequado para os mesmos produtos ou produtos adequados para os mesmos espaços?). Nada disso funciona sem uma ordem. O espaço instrumental se impõe como ordem estabelecida: ele controla a produção, as ideias, os fluxos. Mas também controla as concentrações: de riqueza, de informações, de poder. A urbanização generalizada estabelece sua hierarquia em direção ao espaço mundial.

Retêm-se daí, portanto, uma forma urbana específica, correspondente ao espaço instrumental, o espaço utilizado como como um duplo instrumento: para a re-produção de capital e de suas relações de produção. Esta forma, ao tender à forma homogênea, tende ao mesmo tempo à hierarquização e à fragmentação. É importante lembrar, no entanto, que esta mesma instrumentalização do espaço retira-o de sua produção como obra para produzi-lo como produto. Entre outros aspectos, implica dizer que se retira desta produção do espaço sua

⁴⁸ “formes générales et spécifiques: la distinction entre les points forts de l’espace et les *centres* [...] et les *périphéries* (elles aussi hiérarchisées, plus ou moins éloignées de tel centre principal ou secondaire”

espontaneidade em nome da produção repetitiva e não espontânea, ou seja, uma *produção planejada*. Se a tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização precisa ser levada a cabo, temos aí que este planejamento não é nem um pouco casual. Corresponde ao interesse dominante e o expressa no espaço. *Aí se encontra o papel fundamental de arquitetos e urbanistas como aqueles que coordenam esta operação em nome do capital.*

Em algumas passagens de diferentes obras, Henri Lefebvre vai estabelecendo o que para ele consiste na participação dos arquitetos neste processo. Em *Espace et politique* [1973], ao abordar o papel da construção imobiliária na mobilização do espaço para tornar-se um ‘ramo essencial da produção’, ele insiste em destacar que “o mercado da habitação se generaliza nos grandes países capitalistas”, implicando em que “o espaço é tratado de maneira a torná-lo homogêneo. Por quem? Pelos construtores, pelos arquitetos, pelos promotores imobiliários” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.138-139). Em *La pensée marxiste et la ville* [1972] uma abordagem por um outro aspecto, o da propriedade da terra, vai colocar outra dinâmica desta atuação. Se “a terra e mais ainda o espaço inteiro se vendem por parcelas” então “a permutabilidade tem uma importância crescente na transformação das cidades”. A fragmentação como método e forma resultante da instrumentalização do espaço é simultaneamente o campo de atuação dos arquitetos e seu limite, pois “mesmo a arquitetura depende dela: a forma dos edifícios provém dos loteamentos e da compra da terra fragmentada em retângulos de pequenas dimensões”. A arquitetura então resolve um problema, um obstáculo para que o espaço se torne instrumental. A fragmentação do espaço indica sempre essa impossibilidade, uma insuficiência: a falta de espaço no lote para aquilo que se deseja como produto. Mas o arquiteto, ao manipular este fragmento, oferece as soluções para o aproveitamento deste espaço de acordo com as expectativas do mercado. Ele colabora, portanto, para que o setor imobiliário se torne “de maneira cada vez mais nítida, um setor subordinado ao grande capitalismo [...] com uma rentabilidade cuidadosamente organizada sob a cobertura da organização do território” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.105).

Isto nos direciona ainda para uma questão levantada em *La révolution urbaine* [1970]. Esta colaboração do arquiteto para a instrumentalização do espaço reposiciona uma contradição entre o *habitat* e o *habitar*. “Precisamente, o *habitat*, ideologia e prática, rechaçou ou recalcou o *habitar* na inconsciência” indica Henri Lefebvre. Esta contradição não pode ser compreendida se não se leva em conta a complexidade inerente ao espaço. Como apontamos acima, a *experiência* e a *prática* espaciais remetem não apenas à ocupação do espaço, mas em sua percepção e manipulação, no que se refere aos sentidos e ações neste espaço – na presença que

define um uso mas também um significado: habitar. “Antes do habitat, o habitar era uma prática milenar, mal expressa, insuficientemente elevada à linguagem e ao conceito, mais ou menos viva ou degradada, mas que permanecia concreta”. O habitar era “ao mesmo tempo funcional, multifuncional, transfuncional”, enquanto o habitat, ele mesmo, é um instrumento em meio a instrumentalização do espaço. “No reino do habitat, desapareceu do pensamento e deteriorou-se fortemente na prática o que fora o habitar”. Ele foi instaurado “pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o ‘vivido’ a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou ‘máquinas de habitar’” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.97). Embora a produção imobiliária generalizada não necessariamente reproduza as ‘máquinas de habitar’ de Le Corbusier⁴⁹, pode-se caracterizar sua produção dentro deste conceito de habitat no sentido de que são apenas receptáculos de uma função (abrigo, moradia mas não plenamente o *habitar*) e conteúdos de um valor de troca, sendo que este segundo aspecto se sobrepõe ao primeiro. O habitat passa, cada vez mais, a possuir um valor de uso do ponto de vista do capital: de realização e distribuição de mais-valia.

Mas o papel do arquiteto, dentro da atuação direta na produção capitalista do espaço, não se limita apenas a organizar e possibilitar a produção de um espaço instrumental e homogêneo. Sua atuação pode se estender de simples burocracia funcional a um papel fundamental na busca pelo extraordinário (lucro, renda) através da produção da diferença, da *raridade induzida*. Ao encerrar seu artigo das *Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo* [1979], Rodrigo Lefèvre se questiona justamente sobre o papel da arquitetura nestes aspectos. Como último ponto de discussão ele propõe uma reflexão sobre “o papel dos arquitetos nessa construção do país, nos seus trabalhos de projetos para essas obras de construção do país”, isto é, em obras de edifícios públicos, de infraestrutura e de desenvolvimento urbano, ou seja, que indiretamente contribuem para o espaço instrumental produzindo as ‘condições gerais’ na qual se insere esta produção; frente ao “papel dos arquitetos naquela luta entre capitais, o seu papel na formação daquela ideologia antiurbana, de fuga para o campo”, que produzem portanto o espaço homogêneo que implica numa urbanização generalizada, que invade o campo e as periferias; e ainda “na proposição de uma arquitetura que permita aos capitalistas da produção de apartamentos produzir mercadorias que podem sair do preço geral de produção” (LEFÈVRE *in* MARICATO, 1982, p.116), uma

⁴⁹ Este conceito em Le Corbusier, embora se conecte com uma ideia de industrialização e de uma residência adequada ao maquinário (produtos) do século XX, vai remeter à um tipo específico de arquitetura e de construção que respeite os cinco pontos formulados por ele como norteadores de uma arquitetura moderna: i) planta livre; ii) fachada livre; iii) pilotis no térreo; iv) terraço jardim; v) janelas em fita.

raridade espacial, que se destaca da homogeneidade como espaço exclusivo e diferenciado e que permita ao capital obter: a) uma taxa de lucro acima da média e, conseqüentemente, pagar uma renda fundiária acima da média ao proprietário; b) uma taxa de lucro dentro da média ou pouco acima da média por conta de a renda fundiária devida ao proprietário estar acima da média. Em qualquer um dos casos, o arquiteto desempenha mais uma vez o papel de solucionar problemas e superar obstáculos colocados ao capital⁵⁰.

O que significa então essa gama de ‘possibilidades’ de atuação do arquiteto? Que há um ramo produtivo que se destaca, que se generaliza, e que passa ao primeiro plano no conjunto da produção capitalista – pois se adequa aos seus objetivos de instrumentalização e homogeneização do espaço, o ramo imobiliário – fazendo da arquitetura um de seus principais pilares de apoio e colaboração, mesmo que o próprio campo da arquitetura apresente dificuldades históricas em admitir esta colaboração. Já em 1979, em *Arquitetura e desenvolvimento nacional: depoimentos de Arquitetos Paulistas* (uma fala de Rodrigo Lefèvre em evento no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)), frente a um cenário de frustração relatado por colegas referente a um suposto alijamento dos arquitetos na tomada de decisões dos rumos do país, Rodrigo afirmava, pelo contrário, que “nada mais houve do que uma participação intensa dos arquitetos no processo de desenvolvimento do país todo o tempo”. Segundo ele, havia relutância em admitir certos ramos de atuação e assim “dizer que não participou, dizer que fomos alijados do desenvolvimento é um absurdo. Estão aí a Av. Paulista e a Av. Faria Lima que não nos deixam mentir” (LEFÈVRE in KOURY, 2019 [1979], p.181). A referência às duas avenidas, centros financeiros e de escritórios da cidade, se dá pelo *boom* imobiliário que proporcionaram em suas dependências e em seu entorno nas décadas de 1950 e 1960, com ampla participação de arquitetos em diversos projetos. Rodrigo estaria então defendendo que a arquitetura se rendesse ao capital e se resignasse em sua posição de subordinada às vontades e desvontades do imobiliário? Com certeza não. Estava, na verdade, apontando uma cegueira inerente ao campo da arquitetura, em não admitir uma realidade e assim não conseguir discuti-la abertamente, justamente para poder subverter este domínio. “Cada vez mais, o arquiteto participa com uma parcela da divisão social do trabalho e esse trabalho não é menos importante. Ele tem outras características. E a esse trabalho passa a ser muito mais necessária a sua

⁵⁰ Não podemos deixar de mencionar que acompanha este raciocínio a crítica de Sérgio Ferro elaborada já em *A casa popular* e, fundamentalmente, em *O canteiro e o desenho*, onde se propõe a demonstrar que “Todo e qualquer objeto arquitetônico, entre nós, é um dos resultados do processo de valorização do capital” e que grande responsabilidade sobre isso repousa na arquitetura e no seu instrumento de controle e organização da produção, o desenho, já que “o desenho de arquitetura é caminho obrigatório para a extração de mais-valia e não pode ser separado de qualquer outro desenho para a produção” (FERRO, 2006, p.106-108)

discussão, a sua clarificação, a sua conscientização” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1979], p.184). As possibilidades nas quais este trabalho pode ser esclarecido e modificado, discutiremos mais à frente. Por ora é importante frisar que o papel da arquitetura, inserida e submetida na produção do espaço instrumental e homogêneo, contém um campo cego e cegante.

A definição de campo cego foi formulada por Henri Lefebvre em *La révolution urbaine* [1970]. Segundo ele, esta cegueira consiste justamente no fato de “[...] olharmos atentamente o campo novo – o urbano –, vendo-o, porém, com os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização”. O pensamento herdado do industrial não poderia ser senão um “pensamento analítico fragmentário e especializado [...] logo, *reductor* da realidade em formação” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.45). O que os arquitetos, criticados por Rodrigo não conseguiam enxergar? Que a atuação profissional estava em transformação.

Esta cegueira não é exclusividade do trabalho do arquiteto como produtor de edifícios, na escala da arquitetura. O ramo imobiliário, como se sabe, traz a reboque algumas de suas variações, como um imobiliário especializado na exclusividade e excepcionalidade, além de as necessárias infraestruturas e equipamentos que atendam esta constante expansão, produção e reprodução de moradias (*habitats*). Isto leva a cabo a tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização, pois: há homogeneidade da produção e dos produtos que se inserem no espaço; há fragmentação para possibilitar a divisão do espaço em lotes passíveis de serem vendidos, comprados, unidos ou desmembrados, capazes de receber os produtos imobiliários; há uma hierarquia que organiza o espaço em função desta produção (onde se produz, quando se produz e o que se produz). Esta organização espacial remete à colaboração do arquiteto numa escala ampliada, a do urbanismo, ela também com suas limitações.

Mais uma vez, retomemos a distinção entre *habitat* e *habitar* para reafirmar a riqueza e complexidade do espaço e assim compreender como a atuação dentro de um espaço instrumentalizado pode ser redutora do real e do vivido. Como aponta Henri Lefebvre:

“A cambialidade e seus constrangimentos não atingem apenas as superfícies e volumes edificados, mas também os percursos. O todo se justifica pelo plano e pelo desenho, por uma pretensa ‘síntese gráfica’ do corpo e do gesto, do espaço e das atividades. Esses grafismos, familiares aos arquitetos e urbanistas (planos, cortes, elevações, desenhos, painéis visuais animados por silhuetas e figurinhas etc.), intervêm como *reductores* da realidade que eles pretendem re-presentar, e que não passa, aliás, de uma imagem do ‘modo de vida’ admitido, e conseqüentemente imposto, no *habitat* [...] Os volumes são tratados de uma maneira que reduz o espaço ao solo, possuído a título de propriedade privada, apesar dos esforços para dele destacá-lo. Portanto, as pretensas soluções do planejamento estendem aos lugares, às pessoas, às necessidades, os constrangimentos da cambialidade, apresentados como constrangimentos

técnicos e, às vezes, como exigências da moralidade pública [...] Por conseguinte, a intercambialidade desencadeia uma quantificação severa, que se estende aos arredores do habitat (espaços intermediários, percursos, equipamentos, ‘adjacências’). As particularidades ditas naturais desaparecem na homogeneização: os sítios, mas também os corpos e a realidade física dos ‘usuários’. A *quantificação*, aparentemente técnica, é, em verdade, financeira!” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.115. grifo no original)

O campo de organização espacial, o urbanismo, detém suas particularidades em relação à produção do espaço dominada pelo capital. Ao contrário da arquitetura, submetida ao espaço fragmentado (restringida ao lote), constrangida pela homogeneização (padronização, modulação, repetição) e obediente à uma hierarquia já estabelecida (usos definidos para cada lote, áreas definidas para uma tipologia), o urbanismo tende a superestimar o poder de criação. À arquitetura, restam os malabarismos plásticos e espaciais para canalizar esta força criativa. Ao urbanismo se abrem aparentemente um campo aberto de possibilidades: criam-se zonas, delimitam-se áreas, estipulam-se recuos e gabaritos, mas acredita-se criar relações – espaciais, sociais – e mais importante ainda: acredita-se limitar o poder justamente deste ramo produtivo que passa ao primeiro plano, o da produção imobiliária. Através do poder da lei, dos zoneamentos e dos planos (instrumentos redutores do espaço, como dito acima), o urbanismo busca diminuir o ímpeto brutal da investida do setor imobiliário, atenuar esta investida ou ao menos adquirir contrapartidas.

“Com uma grande ingenuidade, dissimulada ou não, muitos creem *decidir e criar*. O quê? Vida social, relações sociais (humanas). Nesse ponto, a ilusão urbanística desperta a mitologia, um pouco sonolenta do Arquiteto [...] A ideologia e sua aplicação (pelas instituições correspondentes) oprimem a prática real. O uso (o valor de uso), posto de lado pelo desenvolvimento do valor de troca (do mundo da mercadoria, com sua lógica e sua linguagem, com seu sistema de signos e significações aderido a cada objeto), ainda se vê oprimido pelas representações urbanísticas, pelas incitações e motivações que lhes são fornecidas abundantemente. Sua prática desaparece; ele cai no silêncio e na passividade. Um paradoxo surpreendente é pressentido aqui: a passividade dos interessados. Ela tem razões múltiplas. Dessas causas e razões, apreendemos uma (que não é a menor): a *ideologia urbanística* como *reduzora* da prática (do *habitar*, da realidade urbana)” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.172-173. grifo no original).

Assim, o urbanismo se enquadra em meio a uma ilusão. Ao lado da ilusão filosófica que “consiste em que o filósofo acredita encerrar o mundo inteiro num sistema, o seu” e também da ilusão estatista que “consiste num projeto colossal e irrisório” no qual supostamente o “Estado saberia e poderia gerir os assuntos de várias dezenas de milhões de sujeitos”, se situa a ilusão urbanística, que “vincula-se estreitamente às duas ilusões precedentes”. O urbanismo possui um vazio fundamental “privado ou público, nascido no intelecto de uns ou secretado pelos gabinetes onde outros estão instalados”. Este vazio se define “pelo fato de o urbanismo pretender substituir e suplantam a *prática urbana*. Ele não a estuda. Para o urbanista, essa prática é, precisamente, um *campo cego*”. Ao operar através das reduções do espaço, por seus

instrumentos (textuais e visuais), a prática e a experiência do espaço se perdem. O urbanista, portanto, convive com o campo cego sem percebê-lo, ou percebendo-o e dissimulando-o. “Vive nele, nele se encontra, mas não o vê, e menos ainda o compreende como tal”. Procedendo desta maneira, o urbanista “substitui, com a consciência tranquila, a *práxis* por suas representações do espaço, da vida social, dos grupos e de suas relações” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.168-169. grifo no original).

Já sabemos que o capital é o grande responsável por esta homogeneização. Mas o capital não produz o espaço, materialmente falando. Ele comanda esta produção e, portanto, produz o espaço num sentido mais amplo⁵¹. Dentre os responsáveis pela alocação e produção dos objetos no espaço, quem encontramos? O arquiteto e o urbanista. Os espaços intercambiáveis, produção organizada pelo arquiteto, distribuem-se no espaço numa fragmentação e hierarquização organizada pelo urbanista. Os planos, as leis, os parâmetros e as diretrizes permeiam os mais variados *urbanismos* – “dos humanistas, o dos promotores imobiliários, o do Estado e dos tecnocratas” – pretendendo fornecer uma resposta, assim como as mais variadas produções dos objetos no espaço. Via de regra, nos fornecem um modelo, que evoca a imagem de mediação e de representatividade. “A pior das utopias é aquela que não diz seu nome. A ilusão urbanística é apanágio do Estado. É a utopia estatista: uma nuvem sobre a montanha que interrompe a estrada. Ao mesmo tempo a antiteoria e a antiprática”. A revolução em torno do conhecimento e da prática urbanas não passa por ‘reinventar a roda’, mas fazê-la girar em outras direções: “Para abrir a via, é preciso romper os modelos” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.179-180). As possibilidades de ruptura, então, se apresentam.

⁵¹ Ver item 2.1

1.3 POSSIBILIDADES DE RUPTURA: URBANO E SOCIEDADE URBANA

Finalmente podemos adentrar naquilo que se configura como o desfecho deste percurso inicial, que permite visualizar as razões da escolha por tal percurso e como os elementos expostos até este ponto se configuram como *previsões* dos dois autores aqui trabalhados. Duas maneiras se mostram como possíveis para essa demonstração: a primeira, que talvez possa ser caracterizada como uma maneira ‘suscinta’, pode simplesmente apontar que há uma dinâmica percebida tanto por Henri Lefebvre como por Rodrigo Lefèvre em relação à produção do espaço. Uma vez que esta dinâmica se estende até a contemporaneidade, com muitas das características aqui descritas, podemos considerá-las *previsões*, uma presciência de que o espaço, uma vez alcançando tal importância para o capital, se tornaria um campo de intensa disputa. Da mesma maneira que a necessidade de modificar as relações estabelecidas, o metabolismo social que envolve e se desenvolve no espaço, como estratégia para alcançar alguma justiça social, também o seria. Como argumentado pelos próprios autores, uma resolução real dos problemas deve superar as cegueiras, os falsos problemas, as utopias descoladas do real e do vivido. Assim, previram também que o campo de disputa em relação ao urbano remete ao que hoje se denomina como comum e que pode passar pela noção de antivalor, ao que nos debruçaremos mais a frente⁵². A segunda maneira de proceder à essa demonstração, mais extensa, consiste no desenvolvimento deste item. Através das possibilidades de ruptura já visualizadas e propostas pelos dois autores, pelos caminhos indicados por eles para se alcançar o urbano (a sociedade urbana), pode-se indicar que as estratégias também permanecem válidas atualmente, o que torna válidas suas leituras sobre os problemas e contradições que resultaram nestas proposições.

Conforme o exposto até aqui, a cidade é o ambiente de um constante mal-estar. Este mal-estar é permanente, duradouro (e se estende à contemporaneidade), e tem suas raízes justamente na crescente relevância de uma categoria essencial à esta *aglomeração (des)humana*: o espaço. À medida em que aumenta a importância do espaço para reprodução de capital e reprodução das relações sociais de produção (sob o capital), desenvolvem-se mecanismos e estratégias para que o espaço possa ser controlado por aqueles que detém o poder econômico, político. Para que possam defender suas posições dentro do funcionamento do capital. O espaço torna-se

⁵² Isto será retomado no capítulo 3

instrumento nas mãos destes, um instrumento com esta dupla função de reprodução e de defesa. O espaço, cooptado, se embrenha nos movimentos do capital, passa a ser essencial na produção, na realização e na distribuição de mais-valia. Tão poderoso instrumento determina que um ramo específico da produção se instale sobre este espaço, o ramo imobiliário, ávido por produzir o espaço à sua maneira: quer tornar homogêneos os fragmentos do espaço, reivindica que se instale uma hierarquia sobre eles. Do que ele necessita? Da colaboração de produtores do espaço, entre eles arquitetos e urbanistas. A partir de um correto ajuste no funcionamento desta estratégia (uma *contrarrevolução urbana*⁵³), perpetua-se este modo de produção do espaço, condicionando-se assim a realidade a uma só possibilidade, como quer que se denomine: crise ou mal-estar.

A partir deste diagnóstico, nossos dois autores, Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre, propuseram-se a pensar em outras possibilidades, investigaram o impossível (para torná-lo possível). Detiveram-se sobre as utopias para visualizar a *ruptura*. Como aquele que visualiza a complexidade de uma obra finalizada e exclama ter sido simples a concepção de tal solução, poderíamos dizer que esta ruptura, obviamente, só poderia se dar a partir de negação de um espaço homogêneo, abstrato, instrumental e da modificação das relações sociais que engendram a produção de tal espaço e que são engendradas por ele. A investigação do impossível-possível, portanto, passa por indagar o próprio espaço, suas relações de produção, sobre as possibilidades de formação do *urbano*, a forma urbana (conteúdo de relações) que não é simplesmente o espaço herdado da lógica industrial e reproduzida a partir do pensamento empresarial, mas sim um espaço correspondente à *sociedade urbana*, onde as questões do urbano (encontro, conflito, simultaneidade, diferenças, etc.) passam ao plano principal. Mas nem tudo é tão simples.

“O urbano é, ele próprio, finito, porque reúne elementos finitos em lugares finitos e na finitude do lugar (o ponto, o centro). Ele pode perecer. O insignificante o ameaça e, em especial, o ameaça o poder da sociedade política. A forma urbana tende, certamente, a romper os limites que buscam aprisioná-la. Seu movimento procura sua via. Não se pode assegurar, previamente, que os obstáculos serão contornados ou vencidos” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.140)

Tona-se importante então recuperar o pensamento lefe(b)vriano acerca da construção deste urbano a fim de identificar os elementos previstos como obstáculos para possibilitar a definição das rupturas.

É precisamente em *La révolution urbaine* [1970] em que se situa parte importante deste percurso. A obra versa, de fato sobre a virtualidade da *sociedade urbana*, tendo como seu ponto

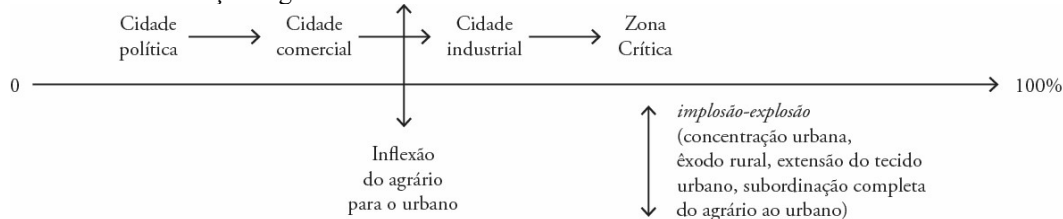
⁵³ Ver item 2.3

de partida uma hipótese: a da *urbanização total*, um longo processo, representado por um eixo que, com continuidades e descontinuidades, caminha para uma taxa de 100% de urbanização, que, uma vez completa, atingiria, portanto, a sociedade inteira (Figura 1). Este eixo indica a forma que sucede a cidade industrial como “zona crítica” e sugere sua superação a partir da “implosão-explosão”, a concentração urbana que supõe o conflito, a disputa, na qual a cidade se consolida como elemento central da sociedade – quando a urbanização supera (subordina) o campo. Isto se situa antes do objetivo (fim) do processo de urbanização 100%, e é sobre este momento que Lefebvre se debruça. “O que se passa durante a *fase crítica*? Esta obra tenta responder a essa interrogação, que situa a problemática urbana no processo geral”, processo este onde ocorre uma inversão e a industrialização “converte-se em realidade dominada no curso de uma crise profunda, às custas de uma enorme confusão, na qual o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam”. O mote de Lefebvre não se traduz em investigar os caminhos para tornar o urbano este *possível*, situado no futuro, mas sim em explicar precisamente por que ele é *impossível* de acordo com a ordem atual da sociedade. Para ele, o urbano é definido “não como realidade acabada, situada, temporalmente antes do atual, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora”. Ele ilumina um caminho, um horizonte. “O urbano é o *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em primeiro lugar contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam *impossível*” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.31-33. grifo no original).

Os obstáculos ao *possível* fundamentam então a crítica aos aspectos que envolvem a produção do espaço: o planejamento, a planificação, a atuação do Estado, a mercantilização do espaço. As impossibilidades se impõem, sem que ele proceda a uma prescrição de caminhos para alcançar o urbano. Não se trata de uma proposição prática, uma teoria da revolução. A relevância de sua reflexão está no questionamento sobre o real em diversos domínios da produção do espaço, justamente questionando-os em sua realidade alienada que assegura um distanciamento sempre presente em relação ao possível, que impossibilita a superação. O que se encontra em meio a estes obstáculos e estratégias alienantes? Níveis (e dimensões) que atuam sobre o espaço e o subordinam, subordinando também uns aos outros. No entanto, é nesta subordinação que (contraditória e surpreendentemente) se encontra a chave para a ascensão do urbano. Lefebvre afirma que durante a fase crítica se faz necessária “*a primazia do urbano e a prioridade do habitar*”, a favor da realidade urbana. Sugere, portanto, a primazia do nível do habitar sobre todos os outros. *O habitat é o obstáculo, e o habitar se torna a estratégia fundamental* de resgate do espaço em meio à sua cooptação como produto repetitivo e

instrumental. Se modifica então o papel do arquiteto nesta inversão de níveis, pois essa prioridade do habitar “exige a liberdade de invenção e o estabelecimento de relações inéditas entre o urbanista e o arquiteto, ficando a última palavra com a arquitetura” já que o urbanista é aquele que “obedece às exigências da industrialização” enquanto o arquiteto “condensa as relações sociais existentes” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.105. grifo no original).

Figura 1: eixo de urbanização segundo Henri Lefebvre



Fonte: LEFEBVRE, 2019a, p.31

Tomando a atuação do arquiteto pela direção da ruptura, de modificação das relações estabelecidas e existentes, Henri Lefebvre colocava nessa nova possibilidade de colaboração da arquitetura uma potência que, assim como a grande parte das contribuições aqui levantadas, podem ser verificadas em pontos diversos de suas obras. Se buscamos este ponto em *Espace et politique* [1973], por exemplo, encontramos ali um apontamento de Lefebvre no sentido de que apesar de arquitetos e urbanistas operarem dentro do “quadro do modo de produção existente” eles possuem “um papel essencial; sobre eles repousa o futuro do princípio segundo o qual o espaço tem um valor de uso e não apenas um valor de troca” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.147). Ou seja, apesar de seus trabalhos se caracterizarem por uma contribuição à instrumentalização do espaço, possuem em si mesmos a contradição, guardando uma potência. De onde surge esta potência? Arquitetos e urbanistas podem propor espaços que manifestem sua complexidade, sua diversidade; podem sair do campo de reprodução do espaço homogêneo para produzirem espaços que destaquem as diferenças, que abram espaço para a diversidade, ‘que vai até o conflito’. São estes os espaços *diferenciais*, característicos não apenas por constituírem oposição ao homogêneo, mas também por permitir a ascensão do urbano. “A produção do espaço não pode produzir senão o *espaço diferencial*. Posto que sua redução, aquela que afeta suas possibilidades, conduz ao espaço homogêneo” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.130. grifo no original). Justificar o surgimento deste espaço diferencial frente ao movimento coercitivo do espaço instrumentalizado pelo capital parece, contudo, muito distante de uma *possibilidade concreta* (muito mais um possível-impossível do que um impossível-possível). Mas justamente esse bloqueio do caminho é que evoca ‘o pensamento utópiano’, a exploração das alternativas.

“As possibilidades bloqueadas, reduzidas, não deixam de evocar um outro *modo de produção* [...] a produção de espaços tão diversos quanto os espaços naturais, diferentes uns dos outros e de sua matriz original [...] o ‘modo de produção’ transformado não compreenderia somente a transformação das relações de produção, inclusive as que mantêm a propriedade do solo. Ele não se define apenas pela propriedade e gestão coletivas dos meios de produção, mas pela gestão e produção ‘coletivas’ do próprio espaço [...] Trata-se, portanto, de uma outra *maneira de produzir* e não somente do aperfeiçoamento dos meios de produção, de sua posse e de sua gestão. Efeito e razão de subversões, o novo ‘modo de produção’ não pode se realizar sem subverter as relações e, por conseguinte, o espaço existente” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.130. grifo no original)

O que se passa no plano desta exploração utópica, portanto, vai da dominância de um espaço que bloqueia as possibilidades (instrumental, homogêneo) para a formulação de outras possibilidades que surgem a partir deste mesmo bloqueio. Mas não se trata de uma revolução proletária, que emerge do desenvolvimento das forças produtivas dentro do capitalismo, em nome da tomada dos meios de produção. Trata-se de um ‘novo modo de produção’ que se caracterizaria por impor transformações nas *relações de produção* (e na sua reprodução). *A ruptura se delinea por uma parada abrupta num movimento incessante que não é o da produção material* (esta seria a consequência), *mas de um freio na re-produção automática destas relações de produção* (dentro de uma cidade ela mesma um autômato⁵⁴). O fato de Lefebvre sublinhar que este novo modo de produção consiste em ‘gestão e produção coletivas do espaço’, mencionaremos apenas para retomá-lo mais à frente⁵⁵. O fato é que este modo de produção clama por um espaço adequado que o abrigue, e assim necessita ‘subverter o espaço existente’.

Aqui então podemos retomar *La révolution urbaine* [1970] precisamente no ponto em que o deixamos. Em meio a abordagem sobre os níveis e dimensões do fenômeno urbano, repousa esta interessante definição do trabalho do arquiteto inserido no nível P (privado, do habitar). Henri Lefebvre vai afirmar que, ao contrário do que acreditava Gropius⁵⁶, não caberia ao

⁵⁴ “La ville a donc eu très tôt, a anticipé certains traits de la machine et de l’automate. C’est une machine et quelque chose de plus et de mieux : une machine appropriée à un certain usage, celui d’un groupe social. Nature seconde, espace produit, la ville a également gardé (au cours de son éclatement lui-même) certains traits de la nature, notamment l’importance de l’usage” (LEFEBVRE, 2001 [1974], p.398)

⁵⁵ Ver capítulo 3.

⁵⁶ Parece interessante apontar que Walter Gropius, fundador da Bauhaus, ao posicionar o arquiteto como o definidor de ‘uma nova concepção de vida’, apontava para a defesa de uma arquitetura funcionalista, voltada para a industrialização, sobretudo, da vida cotidiana. Este ponto é citado e defendido por Vilanova Artigas justamente no artigo que causa polêmica com Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro. Diz ele: “A linguagem de Gropius, quando a Bauhaus começou a ensinar, não exibia um otimismo igual ao de Le Corbusier, cuja pátria (adotiva) saía vencedora na Primeira Guerra Mundial, mas, no fundo, as advertências eram as mesmas. A Bauhaus tinha ‘o objetivo específico de realizar uma arte arquitetônica moderna, que, tal como a natureza humana, pudesse envolver tudo em sua finalidade’. Ele devia concentrar-se ‘em primeiro lugar no que veio a transformar-se num trabalho de imperativa urgência – impedir a escravização da humanidade pela máquina, salvando a produção em massa e a casa da anarquia mecânica [...] o que significa criar produtos e edifícios especificamente desenhados para a produção industrial” (ARTIGAS in ARTIGAS; LIRA, 2004, p.103-104)

arquiteto “definir uma nova concepção da vida’, permitir ao indivíduo desenvolver-se num plano superior libertando-se do peso da cotidianidade”. Isto inverteria os papéis, não por existirem etapas a cumprir, mas porque apenas o espaço adequado, sem uma respectiva transformação das relações sociais, pode se tornar uma armadilha. Portanto

“Cabe a uma nova concepção de vida permitir a obra do arquiteto, o qual, ainda aqui, valerá como ‘condensador social’ não mais das relações sociais capitalistas e da encomenda que as ‘reflete’, mas de relações em movimento e de novas relações em via de constituição. Talvez o arquiteto possa até valer como ‘acelerador social’, mas a conjuntura que realizaria essa possibilidade deve ser examinada com muita atenção, para não se deixar enganar pelas palavras, pelas aparências” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.114)

As palavras e as aparências que enganam, que conduzem à uma percepção errônea, são cegantes, contribuem para um campo cego. Não estaria o campo cego presente nas proposições arquitetônicas caracterizadas por Rodrigo Lefèvre como ‘experiências de laboratório’? Ainda retomaremos este assunto⁵⁷, mas convém observar que mesmo o próprio Rodrigo interpretava que, em determinadas situações, o arquiteto, com sua arquitetura propositiva na direção de uma transformação social (de uma utopia possível?), poderia se tornar este ‘condensador social’. Na sua dissertação de mestrado ele afirmaria que o trabalho do arquiteto consistia numa atividade de “criar um novo conjunto de condições (físicas) que provocarão modificações nos fenômenos específicos abordados e que transformarão a ocorrência futura desses fenômenos específicos, isto é, o fundamental do trabalho deste outro [o arquiteto] é fazer ‘invenções””. Poderíamos interpretar esta passagem como uma apologia às invenções espaciais, às soluções técnicas, que possibilitem novos usos ou apresentem inovações para os edifícios. Mas esta afirmação está presente no momento em que Rodrigo discute os motivos que o levaram a um pensamento utópico em sua proposição. Ainda, ele prossegue, afirmando que “nós arquitetos temos a necessidade de imaginar um futuro, como maior parte de nossas preocupações” e que o pensamento utópico, a exploração da utopia, “pode vir a ser um entrar numa fase de invenção coletiva, necessária parece, para a solução de problemas”. Assim

“O próprio edifício passa a ser, depois de pronto, um conjunto de novas condições para que outros acontecimentos se deem. No trabalho do arquiteto existem invenções quanto à produção do edifício e quanto ao edifício mesmo. No caso de urbanismo, a situação é análoga” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.212).

Na soma destas afirmações se pode depreender que o edifício e o espaço urbano que são ‘conjunto de novas condições’, fruto de ‘invenção coletiva’ e de ‘preocupação com o futuro’ para ‘solucionar problemas’ não são espaços produzidos de acordo com o movimento

⁵⁷ Ver item 2.2

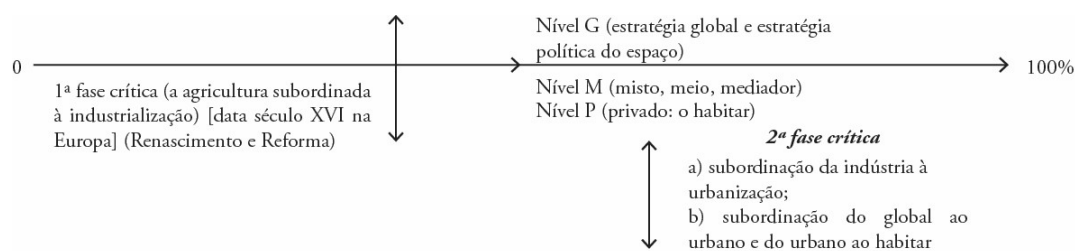
dominante do espaço instrumental. Rodrigo mirava também um *espaço diferencial*, independentemente se suas perspectivas colocavam este espaço (num otimismo exagerado ou numa simples exploração do impossível-possível) como condensador social.

Podemos ainda, em outras contribuições de Rodrigo Lefèvre, perceber aquilo que ele defendia como um papel adequado à arquitetura dentro do espectro de uma transformação social. O que ele sinalizava é que, além de uma ruptura com as relações sociais de produção estabelecidas (um espaço diferencial que abriga outras possibilidades de sociabilidade), esta mudança deveria ser acompanhada por uma transformação da própria profissão, dado que as condições de formação do arquiteto eram insuficientes. Na *Entrevista a Renato de Andrade Maia* [1974], isto fica muito claro quando, ao ser indagado sobre uma relação entre política e arquitetura, ele responde que “Não é, de jeito nenhum, qualquer vinculação política que possa vir trazer reflexos na concepção da arquitetura diretamente. É mais um problema da visão do mundo que os arquitetos têm ao fazerem arquitetura” (LEFÈVRE in KOURY, 2019 [1974], p.65). Rodrigo ainda sublinha que, por visão de mundo, não quer dizer ‘ideologia’. O que isto significa? Que independente de alinhamentos políticos – que podem ser passageiros, oportunistas, cegantes – para uma arquitetura adequada aos propósitos de transformação se faz necessária uma correta concepção, um correto entendimento, da realidade que envolve a produção dos edifícios e da cidade. Ao refletir novamente sobre isso em um artigo, *Do pensar, do fazer...* [1979], ele será mais enfático. Analisando em retrospectiva as condições de formação e de trabalho dos arquitetos, indicará uma “da falta de estudos socioeconômicos e históricos mais profundos no curso de Arquitetura”. Estes importantes campos de estudos, segundo ele, “poderiam levar os arquitetos a pensar mais precisamente a sua atividade nos seus compromissos com a estrutura geral da produção nacional, nos seus compromissos com a infraestrutura socioeconômica brasileira” (LEFÈVRE in KOURY, 2019 [1979], p.147). O arquiteto da ruptura, para Rodrigo, portanto, é aquele que produz o espaço diferencial a partir de uma correta formação sobre o que se pode compreender como produção do espaço.

Voltemos uma vez mais para os níveis estabelecidos por Henri Lefebvre. A partir dos níveis (P: privado, M: misto e G:global), ele traça um novo eixo, onde detalha a fase crítica, dividindo-a em duas (Figura 2). Enquanto a primeira data do século XVI (esquema europeu), a segunda não possui data especificada. Mas é nesta fase que vemos não apenas a presença dos níveis, como a proposição de suas inversões, pela primazia do habitar. Assim, sugere, de maneira sutil, que a segunda fase crítica é o agora – se no momento que corresponde ao agora ainda estivermos diante ‘da confusão’, do conflito, da disputa e do mal-estar que tornam a *sociedade urbana* (o

urbano) um atual impossível, um objetivo distante. Lefebvre antecipa o aumento da relevância do fenômeno urbano na sociedade capitalista (subordinação da indústria à urbanização), identifica o conflito iminente desta inversão e lhe atribui um caráter atemporal: ele se prolongará enquanto não ocorrerem as demais inversões necessárias para a passagem à *sociedade urbana*. Nisto reside o papel fundamental do *arquiteto*, que pode atuar a partir da inversão ou então acelerando as “relações em movimento”. Não se trata de mudar as relações através da arquitetura e da cidade, mas o contrário (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.115).

Figura 2: Eixo de detalhamento da fase crítica segundo Henri Lefebvre



Fonte: LEFEBVRE, 2019a, p.115

Se amplifica o papel do arquiteto na função de acompanhar e auxiliar (não conduzir) a sociedade às transformações sociais que possibilitam a ascensão do urbano, Lefebvre já identifica em sua *Revolução Urbana* um problema na atuação do Estado, que “dissocia-se em vontade e representação, em instituições e ideologias”, e do Modo de Produção Estatal (MPE), afirmando a necessidade da redução do Estado “a uma função subordinada, em suma, à crítica radical do Estado e da política” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.167-180). Esta crítica ganha ainda mais corpo nos quatro volumes de *De l'État* [1976 a 1978], que serão um aprofundamento neste sentido: é nesta obra que Lefebvre caminha por diversas questões ligadas ao Estado moderno e ao MPE, para confrontar a ideia da transformação social apoiada no Estado com o seu oposto, uma transformação social que subordina o Estado. Argumenta então a favor da expressão popular, da autogestão, de ações que detenham sentido de baixo para cima ou horizontal, e o faz indicando a urgência de seu pensamento, se o impossível parecer um futuro distante.

“A teoria explora o possível-impossível e declara “deve-se” (imperativo teórico e não ético) vislumbrar o impossível para realizar o possível. Nada mais perto nem mais distante do que o possível. A utopia assume, portanto, um caráter de urgência. *A utopia urgente* define um estilo de pensamento voltado para o possível em todos os domínios. Isto tende a re-definir o “socialismo” e o “comunismo” não pelo Estado e pela política, mas pela crítica do estatal e do político, de um lado, e, de outro lado, como produção, apropriação, gestão do espaço. Nem o indivíduo, nem o grupo existem sem um espaço apropriado (produzido como tal)”⁵⁸ (LEFEBVRE, 1978, p.440-441)

⁵⁸ La théorie explore le possible-impossible et déclare qu’ « il faut » (impératif théorique et non éthique) vouloir l’impossible pour réaliser le possible. Rien de plus proche et rien de plus lointain que le possible. L’utopie prend

A utopia urgente de Lefebvre detém uma crítica à atuação do Estado e à relevância do papel do espaço nas transformações sociais. Ele *anteviu* os conflitos e a ineficácia da aposta no Estado como mediador destes conflitos, indicando um sistema que se opusesse à instrumentalização do espaço através de sua produção, apropriação e gestão coletiva⁵⁹.

Exatamente este ponto da concepção de ruptura nos permite retornar à contribuição de Rodrigo Lefèvre, agora por uma das suas proposições mais importantes. É o *Projeto de um acampamento de obra* (a dissertação de mestrado de Rodrigo defendida em 1981) que contém uma síntese maior da trajetória das ideias sobre o papel do arquiteto. Mais do que tudo, contém uma síntese que condensa num projeto arquitetônico uma intervenção que pretende se dar numa escala intermediária (de bairro, situada entre o objeto arquitetônico e a cidade) e que é fruto de uma reflexão profunda acerca de suas condições histórico-materiais objetivas de produção e, ainda, sobre a transformação social que almeja. Contém ainda uma hipótese sobre o comum urbano que exploraremos em seguida⁶⁰. Contudo, esta proposta é de certa maneira obscurecida pela maneira na qual Rodrigo a organiza e, no ‘espírito da época’, a propõe: pela concepção socialista de um urbanismo apoiado no Estado, tendo este como mediador de um problema social. Abrir uma outra via, de superação dos obstáculos, parece muito mais direcionar para uma necessidade de saída de um paradigma mercantil, mas ao mesmo tempo do estatista. Tal qual na abordagem sobre a questão da (renda da) terra, onde indicamos uma insuficiência no argumento de Rodrigo em relação à caracterização da terra como capital constante, aqui se faz necessário outro parêntese. Mas dessa vez, não por sua hipótese conter um equívoco, e sim porque este apoio no Estado é incompatível, na visão do argumento aqui construído, com a possibilidade de formação do *urbano*.

Embora esta característica não inviabilize considerar alguns dos aspectos da sua proposta dentro do quadro de previsões, das possibilidades de ruptura que se estendem como necessárias até a contemporaneidade, não se pode ignorar este fato. No entanto, esclarecer suas limitações também contribui para a construção de um argumento favorável à construção da ruptura em nome da sociedade urbana. Podemos perceber estes limites desde o início de sua dissertação, onde ele irá resumir sua proposta, que:

donc un caractère d’urgence. *L’utopie urgente* définit un style de pensée tournée vers le possible dans tous les domaines. Ce qui tend à re-définir le « socialisme » et le « communisme » non par l’étatique et le politique, mais par la critique de l’étatique et du politique, d’une part, et, d’autre part, comme production, appropriation, gestion de l’espace. Ni l’individu, ni le groupe, n’existent sans un espace approprié (produit comme tel).

⁵⁹ Esta previsão também se conecta com a ideia do comum, como demonstraremos no capítulo 3

⁶⁰ Ver capítulo 3

“[...] consiste em pensar no que poderá ser, numa época de transição para uma estrutura nova de sociedade, mais humana do que a de hoje, a montagem de uma espécie de escola, onde cerca de 2 mil migrantes, [...] possam vir a produzir, durante alguns meses, o seu local de moradia, casa e bairro, sendo que para essa produção o Estado contribui com terra, material de construção, abrigo provisório e alimentação, métodos pedagógicos de alfabetização e de formação profissional. Não se deve confundir essa proposta com a proposta de um modo de produção geral, válido para toda a sociedade [...] Vai ser autoconstrução, autogestão, não autossuficiência, permeadas por um processo de formação e de aprendizagem” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.203)

Neste ponto apreendemos que a própria época de transição para Rodrigo já significa alguma transformação da sociedade, e é pensada considerando ‘características peculiares’. Ele afirma que a principal dentre elas seria sua constituição como “uma época de passagem de uma sociedade cuja propriedade dos meios de produção é individual [...] para uma sociedade em que passe a existir a propriedade coletiva (de todos os membros da sociedade) dos meios de produção”. Isto poderia ser considerado muito mais como indicação de uma organização popular (ou de produção do comum urbano) do que um socialismo de Estado, a depender dos passos seguintes. Rodrigo então esclarece:

“Para explicar melhor, trata-se da época de transição entre uma sociedade, como a atual, em que aparece uma contradição entre a produção social e a apropriação individual dos meios de produção e dos produtos da produção e uma outra sociedade em que o Estado se converta em representante efetivo de toda a sociedade, ao manter a posse dos meios de produção em nome da sociedade” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.234)

Este então é o ponto chave para a limitação da proposta de Rodrigo, pois implica numa diferença fundamental, de conceito. A propriedade coletiva dos meios de produção (de todos os membros da sociedade) pode sugerir algo diferente do que a privação através da propriedade estatal destes meios de produção, mesmo entendendo o Estado como ‘representante de toda a sociedade’, justamente por conta de uma centralização – ou não – destes meios. As duas passagens da dissertação de Rodrigo parecem poder sugerir caminhos distintos. Para que não restem dúvidas, ele prossegue: “Trata-se então, da época de transição entre a sociedade atual e a sociedade em que o poder político, representante efetivo de toda a sociedade, converta em propriedade pública os meios sociais de produção” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.234).

A aposta de Rodrigo, portanto, é na propriedade pública dos meios de produção, num Estado que seja o representante efetivo de toda a sociedade por meio da representatividade exercida pela posse destes meios. Esta é a parte limitante de seu argumento, porque torna sua hipótese confinada a um contexto específico, no qual o Estado possui as condições e/ou a vontade necessárias para torná-la viável. Sinaliza a centralização de algo que se poderia propor como emancipador. Rodrigo Lefèvre, a despeito de todos seus esforços para compreensão do funcionamento da sociedade estaria livre da cegueira, a saber, a arquitetura e o urbanismo

apreendidos através de conceitos derivados da sociedade industrial? Vemos em sua hipótese do acampamento de obra (e em suas outras contribuições) um desejo de emancipação social, da construção coletiva da cidade e do ser humano, de uma pluralidade consolidada no ambiente construído que reconhece e que remete ao outro. Rodrigo visava a *sociedade urbana*, utilizando, porém os instrumentos derivados de um momento anterior. A aposta por um socialismo de Estado, de certa forma, pode ser considerada como a presença desta racionalidade industrial em seu pensamento:

“O campo industrial substitui as particularidades naturais, ou supostas como tais, por uma homogeneidade metódica e sistematicamente imposta. Em nome do quê? Da razão, da lei, da autoridade, da técnica, do Estado, da classe que detém a hegemonia [...] Pergunta-se, às vezes, se o socialismo pode se afastar desse reino da economia política. Esse projeto de racionalidade generalizada constrói literalmente o vazio diante de si. Devasta pelo pensamento antes de devastar pela eficácia. Cria o campo cego, porque deserto” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.50)

Sabemos que em busca da totalidade acerca do *urbano* Henri Lefebvre insistiu em sua crítica às ciências parcelares, na concepção fragmentada dos saberes sobre a cidade e seus processos. Reaparece aqui a problemática de um campo cego dentro do campo da arquitetura, mas desta vez não como crítica à uma prática inserida na reprodução de capital e sim como uma alienação contida em uma proposta que visa justamente se afirmar como desalienante!

Devemos descartar o acampamento de obra de Rodrigo? Não. Justamente porque ao iluminarmos sua proposta pela via da *sociedade urbana* lefebvriana, procedemos em um duplo caminho. Por um lado, resgata-se o papel fundamental do arquiteto como acelerador das ‘relações em movimento’, até o ponto em que “a subordinação da realidade urbana a seus antecedentes e condições é superada, assim como a sujeição do habitar a níveis pretensamente superiores da prática social” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.115). Por outro lado, ao amplificar o papel do arquiteto na função de acompanhar e auxiliar (não conduzir) a sociedade às transformações sociais que possibilitam a ascensão do *urbano*, ao mesmo tempo Henri Lefebvre identifica um problema na atuação do Estado, que “dissocia-se em vontade e representação, em instituições e ideologias”, e do Modo de Produção Estatal (MPE), afirmando a necessidade da redução do Estado “a uma função subordinada, em suma, à crítica radical do Estado e da política” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.180). Rodrigo provavelmente não pensava em sua proposta como algo de uma ‘racionalidade generalizada’ (embora a falsa questão da industrialização da construção estivesse entre suas preocupações), mas a racionalidade da produção industrial está presente na figura do Estado e vai de encontro com uma organização ‘natural’, ou mais orgânica, de obra urbana e arquitetônica. O Estado, portanto, aparece como resquício de uma abordagem da *sociedade industrial*, que torna impossível a constituição do

urbano.

Tanto Henri Lefebvre como Rodrigo Lefèvre convergiam para o argumento de que as possibilidades de ruptura com a reprodução das relações capitalistas de produção teriam como um importante campo de disputa a produção do espaço, e que somente a modificação das relações sociais poderia viabilizar uma contribuição modificada daqueles que colaboram para aprisionar o espaço em sua forma instrumental, os arquitetos. Não temos motivos para tratar esta premissa como um caminho etapista, linear e evolucionista desta ruptura, no qual arquitetos só se engajarão a partir de uma modificação prévia do *sociometabolismo*⁶¹. As possibilidades de ruptura se configuram e se constroem no presente, nesta realidade aprisionada no mal-estar, ‘sempre prenha’ de possibilidades outras, visualizadas pela exploração do impossível a fim de torná-lo possível. De possibilitar o surgimento do *urbano*.

Seguindo a direção do percurso aqui colocado, partiremos em direção ao presente e a todas as (im)possibilidades que ele reserva em relação a este urbano e à ruptura necessária para sua aurora. Nesta passagem, tenhamos em mente uma descrição que Rodrigo Lefèvre faz do período de transição – que não se confirma, mas que se apresenta no horizonte:

“Na época de transição não deveremos mais substituir nossos padrões de comportamento por outros que nos tornem seres adaptados às condições urbanas de vida.

Na época de transição não deveremos mais orientar a substituição de nossos padrões de comportamento para a defesa contra a violência urbana.

Na época de transição não deveremos mais orientar a substituição de nossos padrões de comportamento para a renegação do urbano.

Na época de transição deveremos, isto sim, tomar as rédeas que dirigem nossas vidas e recolocarmos o conceito de urbano de tal forma que as condições urbanas de vida sejam realmente parte de um processo de desabrochamento integral do indivíduo na sociedade e, portanto, de libertação” (LEFEVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.243)

Somente aqueles que concentram (os meios de produção, as estruturas de poder, a propriedade privada) conseguem aprisionar o espaço na forma *produto* em nome de seus interesses. Poderíamos nos perguntar: quem pode libertá-lo?

⁶¹ O termo aqui faz referência à sua utilização por István Meszáros, que também trabalhou sobre a hipótese de ruptura. “A questão em jogo é a criação das ‘novas condições’: a transcendência e a superação da ‘ação espontânea da lei natural do capital’ – e não a sua simples ‘abolição’ política, que é inconcebível – e o desenvolvimento, que se arrasta por um longo tempo, de uma *nova espontaneidade*, ‘a ação espontânea das leis da economia social’, como o modo radicalmente reestruturado do novo sociometabolismo” (MESZÁROS, 2011, p.575)

2. DIÁLOGOS LEFE(B)VRIANOS II: AS (IM)PREVISÕES

Ao passo que Rodrigo Lefèvre e Henri Lefebvre nos apresentam contribuições prescientes fundamentais e atuais, e que pudemos evidenciá-las ao longo do capítulo 1, podemos iluminar agora um outro lado destas contribuições, suas *(im)previsões*. Por *(im)previsões* designamos um duplo caráter: i) algo não previsto e, portanto, imprevisto; ii) algo parcialmente previsto, ao mesmo tempo previsto e não previsto, que se traduz aqui como *(im)previsto*.

Seria insuficiente e inverídico considerar estas *(im)previsões* como um limite das suas contribuições, obstáculos não superados pelos autores. Não é disto que se trata. Se a intenção fosse apontar estes limites, poderíamos problematizar suas obras, apontar seus campos cegos, dentro de um método apropriado para este propósito, que levaria em conta não somente o contexto histórico em que foram produzidas, mas também a impossibilidade de os autores abordarem noções e conceitos que não correspondem a este contexto. Pelo contrário, *(im)previsões*, como pretendido aqui, supõem presciência de Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre naquilo que previram, previram parcialmente e não previram. Este aparente paradoxo se tornará menos nebuloso conforme avançamos, mas deriva do fato de que, ao objetivar a atualização destas *(im)previsões* (estendê-las à contemporaneidade) não operamos por uma simples negação, mas sim por uma negação dialética.

Se no capítulo 1 pudemos percorrer as *previsões*, pudemos então enfrentar a diferença temporal do momento de produção das obras dos dois autores em relação à contemporaneidade de modo *positivo*, enaltecendo a relevância da teoria crítica elaborada por eles naquilo que permanece válido e que auxilia a explicar as origens da crise contida no presente e para retomar perspectivas de sua superação. Neste capítulo, contudo, precisamos evidenciar a relevância de suas obras de modo *negativo*, através daquilo que se confirma parcialmente ou se confirma de outra maneira dentro da contemporaneidade. E daí a importância de uma correta compreensão deste método. Não se trata de sublinhar os equívocos dos autores, mas sim de apontar que há um aprofundamento das questões e que, por conta deste aprofundamento, alguns aspectos se alteram. Ou seja, se suas *(im)previsões* em relação à produção do espaço se caracterizam por evidenciar seus conflitos, suas desigualdades, enunciar seus atores e abordar o espaço urbano e

a arquitetura através daquilo que os aprisiona e que perpetua a dominação das formas capitalistas de produção – *seu papel na re-produção das relações sociais de produção* – ao mesmo tempo, a realidade contemporânea, por sua vez, caracteriza-se por deixar evidente que estes mesmos elementos estão inseridos numa dominação que se estende para além do imaginado, implicando em consequências diversas para a análise.

Como já mencionado, Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre produziram, ao longo dos anos 1970 e 1980, contribuições relevantes para um pensamento crítico sobre a produção do espaço – e o contexto destas produções, já o analisamos. É o contexto que se segue que carrega consigo mudanças importantes em relação à reprodução de capital, sua organização, e até mesmo sua contestação, mudanças estas que acabam por determinar o presente. *Inicia-se um período que se caracteriza pela crise*. Já em 1981, em *Critique de la vie quotidienne III*, Henri Lefebvre perceberia este aspecto.

“Em 1981, os problemas se reconsideram e se reformulam em termos de crise. Muitas das apreciações dependem então da maneira como se percebe e se aprecia essa crise. No entanto, sobre esse ponto decisivo, os desacordos são consideráveis e ‘a variedade’, como se diz, das análises e dos avisos, se expandem largamente de modo que não se pode ver como se mantém nessa variedade, porque não há bordas nem alças para contê-los na mão. Não há crise, dizem uns, simplesmente uma nova divisão do trabalho à escala mundial, em consequência dos progressos tecnológicos e por consequência de um deslocamento dos centros de produção, de riqueza, de poder; se essa crise ameaça a França, que ela possa se safar com o menor desgaste possível; o eurocentrismo não poderia durar para sempre, nem o privilégio histórico de certos países, incluindo o nosso... Crise total, declaram outros: crise de tudo aquilo que constitui uma sociedade, incluindo a cultura e os valores. Assim, crise tanto da esquerda como da direita. Crise mortal, chegarão a dizer; ao final, inelutável: a catástrofe. Ilusão pessimista, replicarão de outra parte: o movimento dos povos faz e fará recuar a catástrofe. Simple crise econômica, declaram os mais realistas, que deveria então ter sua repercussão política, uma boa política permitindo uma boa economia que nos tiraria da crise. Crise da economia capitalista ou ainda crise do imperialismo, dizem certos marxistas, que situam, portanto o epicentro da turbulência mundial; as relações ‘centro-periferia’ se deslocam; há novos imperialismos, ativos se bem que secundários; de outra parte os países engajam-se em uma industrialização independente e descobrem novas vias. No entanto, os responderão, as relações de hegemonia, de dominação e de dependência, pelo essencial se mantêm...”⁶² (LEFEBVRE, 1981, p.41. tradução livre)

⁶² “En 1981, les problèmes se reconsidèrent et se reformulent en termes de crise. Beaucoup d'appréciations dépendent donc de la manière dont s'aperçoit et s'apprécie cette crise. Or, sur ce point décisif, les désaccords sont considérables et « l'éventail », comme on dit, des analyses et des avis, si largement déployé qu'on ne voit pas en quoi il reste éventail, car il n'y a ni bords ni manche pour le tenir en main. Pas de crise, disent les uns ; simplement une division nouvelle du travail à l'échelle mondiale, en conséquence des progrès technologiques et par conséquent d'un déplacement des centres de production, de richesse, de puissance ; si cela menace la France, qu'elle se débrouille pour s'en tirer avec le moins de dégâts possible ; l'eurocentrisme ne pouvait pas toujours durer, ni le privilège historique de certains pays dont le nôtre... Crise totale, déclarent d'autres : crise de tout ce qui fait une société, y compris la culture et les valeurs. Donc crise de la gauche comme de la droite. Crise mortelle, va-t-on jusqu'à dire ; au bout, inéluctable : la catastrophe. Illusion pessimiste, réplique-t-on d'un autre côté : le mouvement des peuples fait et fera reculer la catastrophe. Simple crise économique, déclarent beaucoup de réalistes, qui devrait donc avoir sa répercussion politique, une bonne politique permettant une bonne économie qui nous sortirait de la crise. Crise de l'économie capitaliste ou encore crise de l'impérialisme, disent certains marxistes, qui situent ainsi l'épicentre de l'ébranlement mondial ; les rapports « centre-périphérie » se déplacent ; il y a de nouveaux impérialismes, actifs bien que secondaires ; d'autre part des pays s'engagent dans une industrialisation

Este cenário de crise, já perceptível em 1981 – que muitos relacionam às questões que envolvem o primeiro embargo do petróleo em 1973 – se inicia imediatamente após os ‘anos dourados’⁶³. Na verdade, “o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 2008, p.135). Como afirmam Dardot e Laval, “No fim dos anos 1960, o modelo ‘virtuoso’ do crescimento fordista depara com limites endógenos”, limites estes que se explicam “pela desaceleração dos ganhos de produtividade, pela relação das forças sociais e da combatividade dos assalariados (o que deu aos ‘anos 1968’ sua característica histórica), pela alta inflação amplificada pelas duas crises do petróleo, em 1973 e 1979”. Somado a esses fatores, esta crise econômica implicava numa elevada taxa de desemprego, o que “parecia desabonar as ferramentas da política econômica, em particular a ação benéfica do gasto público sobre o nível da demanda e o nível de atividade” (2016, p. 196).

Se coloca a partir daí uma mudança de paradigma para o sistema capitalista, que não apenas influenciará na política econômica, mas envolverá uma ideologia a ser difundida e o deslocamento do poder para uma área específica de reprodução de capital. O liberalismo, que assombrava as décadas douradas sem muito sucesso, encontra eco e se impulsiona a partir da crise, mas de modo ‘renovado’ e que começa a ser difundido abertamente. “O recém-criado (1969) Prêmio Nobel de economia deu apoio à tendência liberal após 1974 premiando Friedrich von Hayek em 1974 e, dois anos depois, a um defensor do ultraliberalismo econômico igualmente militante, Milton Friedman” (HOBSBAWM, 1995, p. 398). Os *chicago boys*, incluindo Friedman, não apenas ganham espaço midiático para suas ideias, mas conduzem a economia chilena sob a ditadura de Pinochet, após o golpe ao governo de Salvador Allende⁶⁴, e a difusão de suas ideias e métodos confirma, de certo modo, a ascensão do neoliberalismo. Além disso, a onda de privatizações, de redução dos gastos públicos, o estímulo à livre e desregulada concorrência, a competição por mercados entre países, a globalização e a desigualdade econômica fortaleceram instituições e mercados financeiros, aumentando em

indépendante et découvrent de nouvelles voies. Pourtant, leur réplique-t-on, les rapports d'hégémonie, de domination et de dépendance, pour l'essentiel se maintiennent...”

⁶³ O período de crescimento capitalista após a Segunda Guerra Mundial, de 1950 a 1970, é assim denominado por Hobsbawm. Obviamente, são anos dourados para um número restrito de países, onde se dá o *welfare state*, onde se desenvolve a ‘sociedade burocrática de consumo dirigido’ para utilizar o mesmo termo de Henri Lefebvre. No Brasil, o mesmo período é marcado pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek (ligado ao imperialismo na questão rodoviária, por exemplo) e na farsa do *milagre econômico* da ditadura militar durante os anos 1970, que desembocará igualmente em crise no período posterior. Ver: HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

⁶⁴ Ver: KLEIN, Naomi. *O Outro doutor do choque: Milton Friedman e a busca pelo laboratório do laissez-faire*. In *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

muito o poder dos bancos locais, internacionais e regionais e das transações nas bolsas de valores. “O volume das transações a partir dos anos 1980 mostra que o mercado financeiro se autonomizou em relação à esfera da produção e das trocas comerciais, aumentando a instabilidade já crônica da economia mundial”. Diante de tal cenário, “a maioria dos países viu-se na impossibilidade de tomar medidas que iriam de encontro aos interesses dos detentores do capital” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.199-200), o que apenas perpetuou tal domínio.

Fatalmente, não se pode apreender todo o movimento que corresponde a este ponto de virada ao neoliberalismo em poucas linhas, mas seu grau de importância é elevado por sinalizar um ponto de não retorno a partir de então. Este movimento inclui, de fato, a *acumulação flexível*, que se “apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, e também envolve “rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas” e a ‘compressão do espaço-tempo’ (HARVEY, 2008, p.140). Inclui ainda a *acumulação por espoliação*⁶⁵, levada a cabo pela intensa mercadificação e privatização (da terra, do espaço, dos bens comuns), conversão de formas de direito de propriedade em direitos exclusivos de propriedade privada, supressão de direitos sociais e pela instrumentalização do Estado (HARVEY, 2005, p.121). Consolida-se, então, uma nova relação metropolitana, que se utiliza ainda de *terapias de choque* (KLEIN, 2008) e da *guerra híbrida* para promover intervencionismos e capitular outros territórios, mantendo-os sob influência⁶⁶. O início deste processo remete a esta conjunção de fatores de crise do capitalismo e oportunismo daqueles que eram os defensores das teorias do livre mercado, para os quais, por um lado, o welfare state foi um constante alvo de críticas e, por outro, o futuro acenava como oportunidade de implementação de suas ideias.

A crise do *welfare state* havia sido tema de estudo de Francisco de Oliveira ainda em 1988. O

⁶⁵ “A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financeira e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros. Mas a abertura de novos territórios ao desenvolvimento capitalista e a formas capitalistas de comportamento de mercado também teve sua função, o mesmo ocorrendo com as acumulações primitivas de países (como a Coreia do Sul, Taiwan e, agora, de maneira ainda mais dramática, a China) que procuraram inserir-se no capitalismo global como participantes ativos. Para que tudo isso ocorresse, era necessário, além da financeira e do comércio mais livre, uma abordagem radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado, sempre um grande agente da acumulação por espoliação, devia se desenvolver. O surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição” (HARVEY, 2005, p.129)

⁶⁶ Como Harvey (2004) bem observa, estes processos guardam semelhança com o processo de acumulação primitiva tal qual descrito por Marx no capítulo 4 do livro I d’*O Capital*. Sua principal característica provavelmente sejam a violência e a pilhagem dos processos espoliativos, de despossessão, através dos quais são garantidos os direitos de propriedade a alguns e exclusão destes direitos à determinada parte da sociedade.

surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público é um artigo no qual ele irá abordar o papel do fundo público na reprodução social e na reprodução de capital e irá elaborar algumas perspectivas à esquerda sobre a questão. Este fundo público nos Estados-Providência, para ele, se converte em antimercedórias e anticapitais para compor parte dos salários, na figura do salário indireto, e para atuar como financiador e garantidor da produção de valor, respectivamente. Dessa maneira, a crise e a guinada neoliberal, na visão de Francisco de Oliveira, não colocam em xeque este padrão de financiamento público do ponto de vista do capital – e nem poderia, sob o risco de inviabilizar sua (re)produção –, mas apenas do ponto de vista da força de trabalho:

“Na crise atual, que redefine a própria crise do Welfare State, a direita não propõe o desmantelamento total da função do fundo público como antivalor. O que ela propõe é a destruição da regulação institucional com a supressão das alteridades entre os sujeitos sócio-econômico-políticos. A privatização que ocorre na Inglaterra e a reprivatização ocorrida na França durante o predomínio da direita, não são equivalentes à desmontagem do suporte do fundo público à acumulação de capital; pois essa relação estrutural não pode ser desfeita, à condição de completa anulação da possibilidade de reprodução ampliada do capital” (OLIVEIRA, 1988, p.46)

Os riscos, alerta Oliveira, são os de que a crise ‘abale a democracia moderna’, que pode ser transformada numa “democracia de interesses, com mandato imperativo”, cuja “profusão de *lobbies* é sua expressão” e onde o “Estado pode se converter, realmente, num Estado completamente subordinado ao capital” (OLIVEIRA, 1988, p.46). Estes riscos se confirmam na contemporaneidade, e carregam o aprofundamento causado pelas mudanças no regime de acumulação e produção, catalisadas pela velocidade imposta pelo capital financeiro.

Na América Latina e no Brasil, onde os Estado-Providência não foram uma realidade, o choque neoliberal se impõe às custas de prejuízos muito maiores no que diz respeito à reprodução social. Em outras palavras, às custas de muito maiores exploração e espoliação da classe trabalhadora, resultando em situações de desigualdade econômica e de um desenvolvimento urbano desigual que já abordamos no capítulo 1. O domínio do neoliberalismo a nível mundial, de modo crescente e progressivo é retomado aqui porque implica nas características atuais, do capitalismo contemporâneo e também porque impõe um limite às lutas e contestações, o que motiva a busca pela *ruptura*.

Para Francisco de Oliveira, uma das direções de contestação anticapitalista poderia surgir justamente de seu interior, através do fundo público na forma de antivalor, “menos no sentido de que o sistema não mais produz valor, e mais no sentido de que os pressupostos da reprodução do valor contêm, em si mesmos, os elementos mais fundamentais de sua negação”. A aposta

se justifica na possibilidade de que, com o surgimento do antivalor, surja também “a capacidade de passar-se a outra fase em que a produção do valor, ou de seu substituto, a produção do excedente social, toma novas formas” (OLIVEIRA, 1988, p.35). Em suma, poderíamos compreender que a estratégia de fortalecimento ou manutenção do Estado como mediador das questões sociais, como financiador das antimercadorias necessárias para reprodução social, mesmo num momento de dominação política da direita liberal, num momento de crise, poderia ser uma estratégia válida para buscar uma ruptura num ponto futuro. A guinada neoliberal a partir da década de 1980, contudo, afasta paulatinamente esta perspectiva. Como destacado por Dardot e Laval, não se trata mais de um ‘retorno do mercado’, uma alternância de poder e de diretrizes, mas sim de um outro Estado e de uma nova política, de caráter disciplinar e

“que dá ao governo um papel de guardião das regras jurídicas, monetárias, comportamentais, atribui-lhe a função oficial de vigia das regras de concorrência no contexto de um conluio officioso com grandes oligopólios e, talvez mais ainda, confere-lhe o objetivo de criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado. Em outras palavras, a atenção exclusiva que se deu à ideologia do *laissez-faire* nos desviou do exame das práticas e dos dispositivos encorajados pelos governos ou diretamente implantados por eles. Por consequência, a *dimensão estratégica* das políticas neoliberais foi paradoxalmente negligenciada pela crítica ‘antiliberal’ padrão, na medida em que essa dimensão entra de imediato numa racionalidade global que permaneceu despercebida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.191)

A dificuldade e os limites impostos à contestação deste domínio, portanto, não se dão por acaso. A guinada neoliberal não irá ignorar um aspecto fundamental para a *sobrevivência do capital* e para a manutenção de seu domínio: a *(re)produção das relações de produção*. Contudo, “mostrar como se reproduzem as relações de produção não significa que se sublinhe uma coesão interna ao capitalismo; isso quer dizer, também e sobretudo, que se mostra como se amplificam e aprofundam, à escala mundial, as suas contradições” (LEFEBVRE, 1973, p.72). Isto implica em reconhecer que o capitalismo se molda, se transforma, se adequa e incorpora certos aspectos para continuar a pavimentar o caminho em uma direção, mas que este caminho não se dá sem percalços, sem crises. A *destruição criativa* se faz necessária e é bem-sucedida, do ponto de vista do capital, como aponta Harvey⁶⁷. Mas convém destacar que Henri Lefebvre também já vislumbrava essa mutabilidade.

“O capitalismo se transforma. Ele inventa. Ele assimila os ensinamentos do ‘marxismo’ e do socialismo. Se ele se enfraquece como filosofia e como conhecimento, porque descarta o pensamento crítico e anexa o saber ao poder (como no socialismo...), ele se expande em tecnologia, de onde se torna um instrumento de dominação não somente sobre a natureza, mas sobre as sociedades. O modo de produção se expande sob a pressão da classe trabalhadora. A

⁶⁷ “Contradições, quando levam a uma crise do capital, produzem momentos de ‘destruição criativa’ [...] Crises são momentos de transformação em que o capital tipicamente se reinventa e se transforma em outra coisa. E essa ‘outra coisa’ pode ser melhor ou pior para as pessoas, mesmo que estabilize a reprodução de capital” (HARVEY, 2016, p.17)

contrarrevolução não se limita à repressão insidiosa ou brutal. Ela não somente respondeu por suas inovações, mas ofereceu algo à classe trabalhadora: as reformas. O que obrigou o Estado a se modificar. Além disso, o espaço foi modelado. Por meio de uma selva de contradições, o modo de produção capitalista imitou e simulou o ‘socialismo’, notadamente pelas práticas de planificação incompletas, mas eficazes: ora pela produção necessariamente planificada dos armamentos, ora pelas técnicas bancárias e financeiras, hoje pelo emprego da informática, amanhã pelo informacional”⁶⁸ (LEFEBVRE, 1980, p.247. tradução livre, grifo próprio)

É desta maneira, i.e. modificando e atualizando a reprodução das relações de produção, que o capitalismo se transforma ao longo do tempo. Mas esta transformação também se manifesta materialmente. Não se trata, evidentemente, de um desenvolvimento dos meios de produção, de um crescimento econômico que possibilita distribuição de riqueza. O meio pelo qual o capitalismo “conseguiu atenuar (sem as resolver) durante um século as suas contradições internas e, conseqüentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior ao Capital”, diz Lefebvre, “sabemo-lo nós: ocupando o espaço, produzindo um espaço” (LEFEBVRE, 1973, p.21). *É pela produção do espaço que se efetiva a contrarrevolução.*

O impacto da contrarrevolução – como estratégia de dominação e reprodução de capital e de reprodução das relações de produção – sobre o urbano é visível. Não apenas na monótona construção imobiliária, que transforma a globalização em linguagem, o espaço em negócio, o imobiliário em ativo, mas também na mobilização da infraestrutura (privatizações, parcerias público-privadas), na mercantilização da vida urbana e de todos os aspectos da vida humana (acesso à bens e serviços)⁶⁹. Está presente também na pobreza crescente, no aumento da população de rua, na produção de espaços estigmatizados (concentração de dependentes químicos, espaços de violência, guetos, territórios de domínio de milícias), na destruição de espaços históricos, de sociabilidades e espacialidades pré-existentes, na diminuição da qualidade de vida. Estes aspectos atingem em maior ou menor grau as cidades de todo o mundo e sintetizam de alguma maneira a crise urbana.

Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre não puderam, obviamente, prever tal destino tenebroso para

⁶⁸ “Le capitalisme se transforme. Il invente. Il assimile les enseignements du ‘marxisme’ et du socialisme. S’il fléchit dans la philosophie et la connaissance, du fait qu’il écarté la pensée critique et annexe le savoir au pouvoir (comme dans le socialisme...), il se déploie dans la technologie, dont il fait un instrument de domination non pas seulement sur la nature mais sur les sociétés. Le mode de production se déploie sous la pression de la classe ouvrière. La contre-révolution ne se borne pas à la répression insidieuse ou brutale. Non seulement elle a répliqué par des innovations, mais elle a offert quelque chose à la classe ouvrière : des reforms. Ce qui a obligé l’Etat à se modifier. De plus, on a modelé l’espace. A travers une jungle de contradictions, le mode de production capitaliste a imité et simule le ‘socialisme’, notamment par des pratiques de planification incomplètes mais efficaces : tantôt par la production nécessairement planifiée des armements, tantôt par des techniques bancaires et financières, aujourd’hui par l’emploi des ordinateurs, demain par l’informationnel”

⁶⁹ “Commodification of everything”, como colocado por Harvey. Ver: *Neoliberalism on trial. In: A brief history of neoliberalism*. New York: Oxford, 2007.

o urbano, ou tamanha vitória do anti-urbano. Mas foram hábeis em identificar alguns elementos que não versam apenas sobre a cidade e sua produção, mas também sobre aqueles que a produzem. A crise, produzida pela contrarrevolução, mobiliza categorias históricas: a cidade, a propriedade privada e a renda da terra. Em suma, é sustentada pelo rentismo. Aliada ao capital financeiro, as rendas e a apropriação privada dos espaços urbanos fecham um ciclo de endividamento e comprometimento da classe trabalhadora. Se Rodrigo Lefèvre buscava evidenciar a existência de um preço geral de produção dos apartamentos em São Paulo, em suas *Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários* (1979) e Henri Lefebvre questionava “Como e por que uma classe de proprietários imobiliários se perpetua no capitalismo, onde predomina fortemente a propriedade mobiliária? De onde vem a renda da terra? O que ela implica?” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.90), ambos tatearam os problemas que permanecem impossibilitando o urbano, a ruptura, e convém retomá-los em seguida à luz dos contextos da contemporaneidade: da renda imobiliária e da financeirização da produção do espaço.

Ora, devemos manter em vista que, se há crise urbana, há crise também da arquitetura, há restrição de suas potencialidades, que se afastam dos aspectos diferenciais, de mobilização popular e de poder de decisão que são propostos pelos dois autores. A acumulação flexível, a compressão do espaço-tempo, o capital transnacional, a mundialização da urbanização e a metropolização afetam este campo no sentido da *proletarização* e da *precarização*. A separação entre o canteiro e o desenho se intensifica⁷⁰. A arquitetura responde ao poder do capital, é utilizada para ordenar a produção capitalista, sua produção é mensurada pela produtividade e velocidade (de produção de desenhos). Nenhum destes aspectos corresponde à uma prática emancipada e emancipadora. Há resquícios, tentativas, resistências que se movem em uma outra prática, mas que diante das impossibilidades acabam por invocar algum passadismo e/ou tornam-se insuficientes para uma prática que caminhe sentido à *ruptura*.

O que se sublinha, portanto, é uma disputa. Os desdobramentos de todo este contexto de domínio neoliberal rumo a contemporaneidade nos mostram que o poder contrarrevolucionário é tamanho que, mesmo em momentos desfavoráveis, parece haver um certo limite até o qual o capital aceita ceder, ou que só seja possível avançar a partir de uma negociação em que a vitória não pode ser senão parcial, incluindo aí o próprio Estado, condicionado aos termos relativos de liberdade impostos pelo capital (governança). Dentre muitos movimentos que tentam fazer

⁷⁰ Ver: FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. In: *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

frente ao poderio neoliberal, muitos se apresentam como uma ‘continuidade’ daquilo que se expressava anteriormente: movimentos sindicais, partidos políticos, organizações e movimentos sociais que reivindicam a intermediação do Estado. O neoliberalismo solapou estas iniciativas, soube ‘neutralizá-las’, e ofereceu dois caminhos que se tornam um só ao instrumentalizar o próprio Estado. “Para os que não se satisfazem com a ‘liberdade’ neoliberal, isso significou abrir outro caminho. É esse contexto que explica como o tema do comum surgiu nos anos 1990” (DARDOT; LAVAL, 2019, p.17). Ao contrário dos outros movimentos, a reivindicação do comum surge exatamente *a partir do neoliberalismo*, na identificação da pilhagem e despossessão expressas no cotidiano. Contra a mercantilização e os ‘cercamentos’, “a palavra ‘comum’, como adjetivo ou substantivo, no singular ou no plural, começou a funcionar como bandeira de mobilização, palavra de ordem da resistência, fio condutor da alternativa” (DARDOT; LAVAL, 2019, p.101). Embora possa remeter aos tempos comunais, o movimento se manifesta em caráter de atualidade e em grande parte urbano, questionando dois pontos cruciais dentro da (re)produção das relações de produção: a apropriação (despossessão, espoliação) e a propriedade privada (em contraponto à propriedade comum):

“O significado do termo ‘comuns’ é, acima de tudo, crítico. Em primeiro lugar, manifesta certa rejeição contra a grande apropriação neoliberal e, em segundo, diz respeito às próprias justificações do capitalismo. Contestar o cercamento dos comuns é retomar a crítica à propriedade privada como condição absoluta da riqueza social” (DARDOT; LAVAL, 2019, p.117)

Retomando o argumento de Francisco de Oliveira, o comum se manifesta exatamente na disputa sobre o antivalor, posto que contesta justamente a apropriação daqueles elementos que são o anticapital, compõem o salário indireto e se tornam mercantilizados (pós crise do *welfare state* em alguns casos). É neste campo que se situa a disputa.

As contribuições de Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre, na forma de (im)previsões, se estendem à contemporaneidade para deixar evidente os aprofundamentos de uma crise urbana que tem suas raízes no domínio neoliberal. Este domínio produz um espaço específico – metropolitano – para garantir a (re)produção das relações de produção que, por sua vez, asseguram a reprodução de capital, cujo instrumento é a mobilização das categorias históricas (cidade, propriedade, renda) através de mecanismos financeiros que viabilizam sua produção e seu consumo. O comum e o antivalor guardam algumas pistas para contestação deste domínio, mas neste capítulo abordaremos justamente o que torna impossível este movimento contrário – a ruptura – através do (im)previsto pelos dois autores.

2.1 APROFUNDAMENTO DO ESTADO CRÍTICO E APROPRIAÇÃO METROPOLITANA

Retomemos, antes de mais nada, a noção de um *estado crítico*. Sabemos que não se trata da *crise* no sentido clássico, a crise cíclica do capitalismo, que “faz irromper as contradições do modo de produção mas as resolve momentaneamente”, aquela que estimula a já citada *destruição criativa*. O estado crítico é na verdade um movimento contínuo, que não “faz parte das autorregulações (cegas, espontâneas) do capitalismo” (LEFEBVRE, 2009 [1978], p.144). Mais do que isso, o *estado crítico* é ainda uma condição ideologicamente ocultada, conscientemente camuflada, oculta sob disfarces que não a deixam apreender completamente. A ideologia neoliberal propaga cotidianamente um ‘terrorismo da crise’: uma ameaça constante da miséria, da fome, da violência, do desemprego, da escassez dos recursos. Um terrorismo calcado no economicismo. Estas ameaças não são virtuais – estão contidas de fato no real – mas não correspondem somente ao campo da economia (da política, da política econômica ou da economia política). Quando tratadas somente neste domínio, as ameaças descambam em um terror intencionalmente parcial, que omite o fato de que tais ameaças não concernem apenas ao econômico, mas sim à uma totalidade (social, espacial, mundial). Sob a ideologia da crise, “as relações de produção se reconduzem sobre um modo voluntarista e forçado: continua-se porque é preciso continuar, porque não se vê para onde levar a não-produção das relações” (*ibidem*, p.148). Dizer estado crítico, portanto, é posicionar-se em favor de uma denúncia:

“Quando os poderes estabelecidos declaram a crise, eles declaram a repressão e virtualmente a guerra àqueles que querem considerar essa crise como sintomática de uma dissolução mais vasta e mais profunda do que dizem os relatórios especializados. Em suma, *a crise é utilizada prática e ideologicamente, portanto politicamente*. O que é necessário denunciar hoje não é somente a subestimação da crise, mas também e sobretudo sua utilização para ocultar o estado crítico” (LEFEBVRE, 2009 [1978], p.146. grifo no original)

A denúncia objetivada aqui, portanto, passa por caracterizar que o *estado crítico* é uma crise permanente e total: não corresponde e não se manifesta apenas como uma crise no campo econômico, não se compreende e não se soluciona através de economicismos (quantitativos), como quer fazer crer a ideologia neoliberal. Ele se estende e se manifesta também no/pelo cotidiano, no/pelo espaço (qualitativo).

Na contemporaneidade, contudo, como exposto acima, há um aprofundamento do domínio desta ideologia neoliberal, o que acarreta um *aprofundamento do estado crítico*. A produção do espaço desempenha um papel importante neste ponto: o espaço passa ao primeiro plano na

lógica da reprodução de capital; é nele, como meio e base que se reproduz capital, que se reproduzem as relações de produção, a partir dele que se extraem as rendas; é a partir da sua apropriação que se viabiliza este domínio. Estes pontos indicam as direções pelas quais podemos percorrer as contribuições de Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre, como (im)previsões deste aprofundamento, o que permite não somente estender a denúncia ao plano espacial, mas incluir aí a própria condição contemporânea de espaço mundial – a metropolização – como importante ferramenta da *ideologia da crise*.

A dissimulação do estado crítico já poderia ser tateada em algumas contribuições de Henri Lefebvre datadas do início dos anos 1970. Em *La Pensée Marxiste et la ville* [1972] ele sinaliza a diferença entre aquela realidade urbana que Engels havia percebido e descrito em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* [1845] e o período anterior. Em suma, afirma Lefebvre, “antes da época industrial, a sociedade dissimulava suas partes vergonhosas, suas fraquezas e seus vícios: a loucura, a prostituição, as doenças; ela os segregava em lugares malditos”. Estes lugares, recipientes daquilo que a sociedade rejeitava, eram então evidentes, reconhecidos. Já com a ascensão do período industrial (ou seja, o contexto que Engels descreve) estabelece-se uma ocultação burguesa, que “dissimula, ao contrário, aquilo que ela [a sociedade burguesa] vive, sua parte ativa e produtiva” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.14). Assim, as casas dos trabalhadores, seus bairros e os lugares de sua vida cotidiana e de trabalho – a parte ativa e produtiva – eram ‘ocultados’ no espaço urbano em nome da teatralidade e monumentalidade dos espaços da vivência burguesa. Ocultação permanente, portanto, de um *estado crítico*. “Engels descobre a ordem e a desordem urbanas (da cidade e da habitação) e as considera *significativas*”. Por quê? Pois elas “revelam a sociedade inteira”, ou seja, permitem ver aquilo que se quer ocultar, que consiste em estratégia – aparentemente involuntária, completamente eficaz – para camuflar suas contradições e injustiças. As cidades contêm o ‘exército industrial de reserva’, uma pobreza controlada, uma desordem estimulada, contida em um espaço determinado. Desde aquele tempo, “a concorrência [entre a classe trabalhadora], expressão da guerra de todos contra todos, grassa – na sociedade burguesa moderna: guerra pela vida, pela existência, por *tudo*” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.16-17. grifo no original).

A passagem desta realidade urbana do século XIX para o século XX não indica uma mudança de direção, mas novas roupagens para velhos problemas. As ‘questões urbanas’ (segregação, espoliação) continuam presentes, mesmo quando há movimentos de luta e oposição. Henri Lefebvre aponta em *La révolution urbaine* [1970] que o simples “fato de essa sociedade entrar num período de revolução urbana não quer dizer que a problemática urbana possa resolver-se

facilmente”. Onde reside a dificuldade? Certamente, um de seus aspectos se encontra na dissimulação burguesa, na ocultação de uma crise permanente em nome de apontamentos de crises parciais, que transmitem a sensação de uma resolução e uma conciliação próximas e possíveis. Desse modo, a entrada na revolução urbana não significa caminhar em direção à sociedade urbana obrigatoriamente, mas sim que pode haver um prolongamento da *fase crítica*⁷¹. “Isso quer dizer, simplesmente, que, caso a sociedade altamente industrializada não responda à problemática urbana por uma transformação capaz de resolvê-la, mergulhará em caos, acobertado pela ideologia da ordem e da satisfação” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.162). Frente ao terrorismo que se utiliza da ameaça de escassez e da miséria, um aporte ideológico que favorece a estabilidade do capital e a reprodução das relações vigentes, disfarçados de ordem e satisfação, torna-se possível perpetuar o controle.

O avanço do século XX, contudo, carrega suas especificidades para este processo. Passando do capitalismo concorrencial decupado por Marx e Engels, ao capitalismo monopolista de Estado tratado por Lefebvre e, finalmente, ao capitalismo financeiro neoliberal contemporâneo, a produção do espaço se modifica. Paulatinamente, o espaço passa de uma função *aparentemente independente* em relação ao capital (apenas aparente) para uma função subordinada essencial, numa espécie de acumulação primitiva espacial. “O processo que subordina as forças produtivas ao capitalismo se reproduz aqui, visando a subordinação do espaço que entra no mercado para o investimento dos capitais, isto é, simultaneamente o lucro e a reprodução das relações de produção capitalistas”. (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.105-106). No contexto do capitalismo concorrencial o espaço não cumpria função semelhante? Certamente, mas de modo muito mais contido. Os longos tempos de rotação do capital (que tornavam a indústria da construção um ramo propenso à investimentos só sob certo acúmulo prévio de capital⁷²)

⁷¹ Como citado na Introdução e retomado aqui, no Tomo IV de De L’Etat Henri Lefebvre remonta à noção de *estado crítico* para sinalizar um prolongamento indefinido de uma crise total, defendendo uma passagem da teoria das crises à teoria das catástrofes, como se intitula o capítulo. Em *La révolution urbaine*, no entanto, ele havia denominado de *fase crítica* o período no qual a revolução urbana não se consolida, no qual o pensamento e as práticas da era industrial continuam seu predomínio e não se alcança a sociedade urbana. Se este período pode ser compreendido como uma crise urbana e o urbano também possui uma dimensão totalizante, há proximidade entre *estado crítico* e *fase crítica*.

⁷² “Nas fases menos desenvolvidas da produção capitalista, os empreendimentos que necessitam de um período de trabalho prolongado e, portanto, de um grande investimento de capital por um período mais longo, especialmente se só podem ser executados em grande escala, ou não são em absoluto executados de modo capitalista, como é o caso, por exemplo, de estradas, canais, etc., construídos à custa da comunidade ou do Estado [...] ou, então, esses produtos cuja fabricação requer um período mais longo de trabalho só são fabricados numa quantidade ínfima e custeados pelo próprio patrimônio capitalista [...] Ao contrário, na era capitalista desenvolvida [...] apenas excepcionalmente um construtor capitalista constrói por encomenda, para pessoas privadas, isoladas. Seu negócio é construir fileiras de casas e bairros inteiros para o mercado, assim como o negócio dos capitalistas individuais é construir ferrovias como empreiteiros (MARX, 2014, p.324)

primordialmente, e a predominância do campo sobre a cidade (na relevância da produção agrícola⁷³) são aspectos importantes a se considerar neste momento. A subordinação do espaço já acontece, mas o principal ainda consiste no espaço utilizado como base para uma outra produção, como o espaço que contém os fluxos de pessoas e materiais, como o espaço que fornece matérias-primas. Por esta razão, numa condição de *aparente liberdade*. É necessário certo avanço no tempo para que se compreenda que, cumprindo estas funções, a subordinação já está em curso. É exatamente neste ponto, contudo, que a subordinação aumenta, alcança um outro nível. O capital dobra a aposta, submete o espaço também em sua condição de produto, visando o produto imobiliário. À medida que a reprodução de capital se torna mais complexa e mais sujeita a crises, a subordinação do espaço se torna mais necessária.

“O ‘imobiliário’ como se diz, desempenha o papel de um segundo setor, de um circuito paralelo [...] Esse segundo setor absorve os choques. Em caso de depressão, para ele afluem os capitais. Eles começam com lucros fabulosos, mas logo estancam. Nesse setor, os efeitos ‘multiplicadores’ são débeis: poucas atividades são induzidas. O capital imobiliza-se no imobiliário. A economia geral (dita nacional) logo sofre com isso. Contudo, o papel e a função desse setor não deixam de crescer” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.176)

O setor imobiliário, a indústria da construção, entram decisivamente no circuito do capital para combater a lei da tendência da queda da taxa de lucros⁷⁴. Nesse sentido, se opera uma omissão de outro tipo: omitem-se as crises, as falhas do sistema, a tendência contida no próprio capital de uma insuficiência e uma autodestruição. Um *estado crítico* subjetivo, por assim dizer, mas que não exclui o estado crítico objetivo, material, de um espaço urbano insustentável. A complexificação do setor imobiliário (que remete às estratégias de incorporação imobiliária e suas engenharias financeiras) opera no mesmo sentido, agregando novos significados: ocultação de um *estado crítico* permanente de uma economia baseada no capital fictício, volátil, frágil, fetichizado ao extremo, enquanto se opera a mercantilização total do espaço e da vida cotidiana, elevando ainda mais a desigualdade e as injustiças no espaço urbano. Aprofundamento do *estado crítico e aperfeiçoamento de sua ocultação*.

⁷³ Afinal, Marx se debruça sobre rendas fundiárias neste setor, e não no espaço urbano. Já sabemos que Marx (e Engels) abordam vez ou outra o espaço urbano, mas nunca é demais lembrar que o contexto da época fez com que Marx se dedicasse às rendas ligadas à agricultura, de produção equiparavelmente relevante à produção industrial e que lhe permitiriam um debate teórico com David Ricardo e Adam Smith.

⁷⁴ Como demonstra Sérgio Ferro, a lei da queda tendencial da taxa de lucro faz com que a indústria de construção surja como um socorro ao capital, principalmente no Sul global. “Ora, esta tendência inevitável, lei automática e obrigatória do capital industrial, leva ao pesadelo maior do capitalista: a lei da tendência decrescente da taxa de lucros [...] o capitalista que bem conhece esta tendência assustadoramente decrescente, manobra de várias maneiras para freá-la. Entre as escapatórias achadas, três são bem conhecidas nossas: monopólios, imperialismo e manutenção de áreas retrógradas de produção [...] Em tese, são áreas da produção arcaicas como a construção civil, que garantem uma taxa de lucro alta num país subdesenvolvido” (FERRO, 1979, p.45)

Ora, estes elementos sinalizam que a negação do *estado crítico* data, ao menos, do século XIX e se estende à contemporaneidade alterando, certamente, alguns de seus aspectos e sentidos de acordo com seu contexto? Sim, mas mais do que isso. Sinalizam que esta negação se operou e continua operando *no espaço e pelo espaço*.

A subordinação do espaço, portanto, não apresenta uma tendência à níveis ‘suportáveis’, não encontra um limite e se acomoda; ela se intensifica conforme se avança ao século XXI, demonstrando uma vontade ainda maior do capital de acentuar seu domínio. Os artificios são conhecidos: para combater longos tempos de rotação de capital (na produção e no consumo) elaboram-se diversas estratégias financeiras⁷⁵; com o aumento da rentabilidade do ‘negócio imobiliário’ mais capitais afluem para este setor, atraindo investidores, especuladores, rentistas, fazendo com que o ‘produto imobiliário’ se adeque às necessidades desta reprodução de capital e não às necessidades reais do cotidiano⁷⁶; a competitividade entre estes diferentes capitais requer uma busca incessante por um preço de monopólio, que se pode conseguir apropriando-se privadamente de um espaço pré-existente e produzido socialmente⁷⁷, ou por campanhas de marketing aliadas à uma forma arquitetônica adequada aos fetiches do mercado⁷⁸; a demanda pela inversão de capitais neste setor explode e extrapola os limites do mercado habitacional: as infraestruturas urbanas, os espaços e equipamentos coletivos são todos solapados neste processo que os subordina⁷⁹, aproveitando-se ainda de uma suposta fragilidade do Estado (o terrorismo da escassez dos recursos). Há ainda os espaços que não se inserem nesta perspectiva: moradias da classe trabalhadora, espaços de resistência, áreas estigmatizadas, espaços em disputa, fragmentos do campo e o próprio campo. Livres da subordinação? Pelo contrário:

⁷⁵ Sobre a financeirização da produção do espaço, ver, por exemplo: RUFFINO, Beatriz; SHIMBO, Lucia. (org.). *Financeirização e estudos urbanos na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. PEREIRA, Paulo César Xavier. *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2018.

⁷⁶ Os casos mais evidentes atualmente são os da produção de micro-apartamentos, que não comportam famílias devido ao seu tamanho reduzido mas se adequam perfeitamente às planilhas das construtoras e incorporadoras e aos desejos dos investidores.

⁷⁷ Este é um processo que ficou conhecido como *gentrificação*, mas que sinaliza uma dinâmica constante na produção capitalista do espaço, mesmo antes da discussão sobre este termo ganhar notoriedade, e remete à uma contradição clássica do capitalismo: produção coletiva vs. apropriação privada. Isto porque as localizações nas cidades são sempre construídas coletivamente, em sua materialidade (trabalho coletivo) e sua subjetividade (construção social). Sobre *gentrificação*, ver: SMITH, Neil. *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. Londres: Routledge, 1996

⁷⁸ Basta folhear qualquer material de venda de um produto imobiliário para perceber este apelo. A subordinação da arquitetura nesta condição é tratada no item 2.2.

⁷⁹ Processos diversos de concessão de equipamentos e infraestruturas públicas, de parcerias público-privadas, que possibilitam a expansão da reprodução de capital num setor que apresenta particularidades em termos de consumo, posto que se tratam de serviços essenciais à reprodução cotidiana utilizados (e pagos) diariamente, diferindo assim do tempo de retorno do mercado da habitação.

subordinados pela *metropolização*. Afinal, a metrópole se torna o espaço correspondente ao aprofundamento da urbanização capitalista no século XXI, a forma urbana que se adequa à ocultação do *estado crítico*.

O que converge para a metrópole? Tudo. A metrópole é o centro, o foco, exerce sua influência, coloniza os espaços que estão num nível abaixo dentro da hierarquia dos espaços. Ela é o ponto principal dentro de um grupo de cidades, no qual se agrupam cidades menores. É ao mesmo tempo o ponto principal dentro de uma região e estende seus tentáculos à regiões vizinhas, ao campo que a circunda, submetendo-os. Ainda, é o ponto principal entre regiões, países, continentes. Uma questão de escala? De maneira alguma. Uma questão de *relações* estabelecidas a partir de/dentro de uma hierarquia. O que se pode explicitar em três movimentos:

2.1.1 A METRÓPOLE SE ESTABELECE PELA APROPRIAÇÃO DE UM ESPAÇO EXISTENTE E DESIGUAL

Mesmo não sendo esta sua principal atribuição e definição, a metrópole possui um tamanho (variável, indefinido) que indica que sua produção não poderia se dar do dia para a noite. *Rome ne fut pas faite tout en un Jour*, diria o mais desavisado, concentrando-se em compreender tal espaço por sua extensão. Esta característica é, contudo, secundária, uma consequência. A metrópole se constitui a partir da apropriação das relações já estabelecidas no espaço: rotas comerciais, fluxos de pessoas e produtos, os movimentos entre os espaços de trabalho, de moradia, de consumo e da vida cotidiana, a possibilidade de movimentos imprevistos. Estas são algumas das relações que um espaço urbano constituído pode oferecer ao movimento de metropolização. Este, por sua vez, ao apropriar-se destas relações, as insere na hierarquia que determina seu grau de subordinação e daquelas que lhes serão subordinadas. É, portanto, um processo histórico, que mobiliza uma categoria histórica: a cidade.

Para Marx, o suporte material das sociedades, seu grande laboratório, é a terra. Esta seria uma categoria histórica fundamental. Mas como aponta Henri Lefebvre, a terra se modifica, de “pura natureza original à natureza devastada”. Os homens modificam “a terra e seus elementos, extraindo daí os meios para suas atividades, distanciando-se da natureza para substituí-la por outra realidade”. Desse modo a terra é substituída nesta posição de grande laboratório das

sociedades:

“O que a substitui? A cidade. A relação *mutante* (e o termo ‘mutante’ significa ‘conflitual’): cidade-campo é o suporte permanente das mudanças da sociedade. O que é então a cidade? Como a terra na qual ela se apoia, a cidade é um espaço, um intermediário, uma mediação, um meio, o mais vasto dos meios, o mais importante. A transformação da natureza e da terra implica um outro lugar, um outro ambiente: a cidade” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.56)

O que predomina, a ruralização da cidade ou a urbanização do campo? Se há uma mudança da terra para a cidade e se apontamos aqui que a metrópole se constitui a partir de uma apropriação da cidade já existente, poderíamos dizer, substituindo, que: ‘*como a cidade na qual ela se apoia, a metrópole é um espaço, um intermediário, uma mediação, um meio o mais vasto dos meios, o mais importante. A transformação da cidade (segunda natureza) e da terra implica um outro lugar, um outro ambiente: a metrópole (terceira natureza)*’? Talvez. Mas Lefebvre prossegue:

“Mesmo que não haja ‘modo de produção urbano’, como não há ‘modo de produção agrário’, a cidade, ou mais exatamente sua relação com o campo, *veicula* as mudanças da produção, fornecendo ao mesmo tempo o *receptáculo* e a *condição*, o lugar e o meio. Na e pela cidade, a natureza cede o lugar a uma segunda natureza. A cidade atravessa assim os modos de produção, processo que começa desde que a comuna urbana substitui a comunidade (tribal ou agrária) ligada intimamente à terra. Assim, a cidade se torna, em lugar da terra, o grande laboratório das forças sociais” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.56)

O que Lefebvre descreve, então, apoiado nos *Grundrisse*, é justamente o processo histórico que determina a cidade como categoria histórica. Ela atravessa o tempo. O faz não de modo imutável, mas modificando-se e absorvendo as mudanças da produção, das relações de produção, e modificando-as. Ela altera a relação com a terra e com a propriedade. A relevância desta compreensão reside exatamente em percebê-la por suas mutações, por suas diferenças, por suas transformações. No ponto mais atual deste processo, podemos dizer que a metrópole constitui uma categoria histórica? Pergunta de difícil resposta à luz dos acontecimentos, mas é fato que ela *mobiliza categorias históricas* (mais que uma), apropriando-se daquilo que as envolve. Abre-se dessa maneira uma via para o pensamento crítico sobre a metrópole: *a cidade resiste*. Junto dela, persistem os ‘atrasos’, os obstáculos, como o monopólio sobre a terra e o espaço, o direito jurídico da propriedade, a contradição cidade-campo. A metropolização absorve estes aspectos, sem destruí-los ou superá-los, mas sim incorporando-os. Dessa maneira, modificam a metrópole ao passo que são instrumentalizados por ela.

Ora, atentemo-nos rapidamente à questão dos modos de produção. Sem recorrer a abstrações metodológicas e cortes temporais, sabemos que não há diferentes modos de produção se sucedendo no tempo, ou simultâneos, mas superposições e coexistências, que se seguem até a

contemporaneidade⁸⁰. Se a história é uma história total, “as formações econômico-sociais que se sucedem na história não são externas ao grande capital do presente (na formação econômico-social capitalista), mas coexistem com ele”. O status das categorias históricas na contemporaneidade é um amálgama que se altera segundo as necessidades sociais e produtivas, os acordos sociais estabelecidos, os costumes, as leis, o contexto político etc. Elas são, sobretudo, resultado das disputas sociais e da pressão que o(s) modo(s) de produção exerce(m) sobre essas disputas, o que determina o grau de subordinação e a (im)possibilidade de superação de determinadas categorias históricas.

Ao abordar este campo, em *Pour connaître la pensée de Lénine* [1957], Henri Lefebvre parte das noções formuladas por Lênin sobre as diferentes *formações econômico-sociais*, sobre como se dá o processo de integração destas diferentes formações em uma única e dominante formação. A conclusão evidente é que esta integração nunca é completa. De um lado, há “a formação econômico-social, a história e o desenvolvimento da sociedade como um todo” enquanto de outro “as formações econômico-sociais, os momentos ou fases sucessivas, os modos de produção, as estruturas sociais, os regimes” (LEFEBVRE, 2020 [1957], p.183). O ponto de chegada do raciocínio, no entanto, é evidenciar que “a noção de *formação econômico-social*, retomada e aprofundada por Lênin envolve, portanto, a de *desenvolvimento desigual*, assim como compreende também a de sobrevivências, na estrutura capitalista, das formações e estruturas anteriores” (LEFEBVRE, 2020 [1957], p.194. grifo no original).

Lembremos: a abordagem pretendida aqui se refere à apropriação de um espaço pré-existente (formações econômico-sociais) num processo de tentativa de homogeneização destes espaços (metropolização), homogeneização que não se efetiva completamente. Seu método, portanto, é o de ocultar as heterogeneidades, os obstáculos, os ‘atrasos’, as desigualdades, para ocultar sua crise permanente, seu *estado crítico*. É exatamente disso que trata a crítica feita a partir da noção do desenvolvimento desigual, porque ela “nos oferece um panorama da estrutura atual do capitalismo e da forma que tomaram as suas crises (mais exatamente: a crise geral)” (LEFEBVRE, 2020 [1957], p.207). Ela estende a análise e inverte o sentido da compreensão – o foco não está nos avanços (quantitativos) logrados pelo crescimento do capital, mas sim nas suas dificuldades.

⁸⁰ “Para Marx, o desenvolvimento da sociedade e sua história constituem um todo (uma ‘totalidade’); mas cada momento da história, cada regime ou modo de produção constitui também um conjunto, um *todo* (ou uma ‘totalidade’) cujo estado se faz necessário em si mesmo, sem separá-lo do desenvolvimento total”. (LEFEBVRE, 2020 [1957], p.176)

“A noção de desenvolvimento desigual adquire uma profundidade cada vez maior, tornando-se essencial, fundamental, universal; estende-se aos países, às regiões, às classes, às indústrias. Torna-se uma lei: a lei das dificuldades do capitalismo, da sua crise. Quem diz ‘desigual’, com efeito, diz ‘brusco’, convulsivo, zigzagueante, aos solavancos” (LEFÈVRE, 2020 [1957], p.195)

Que dizer então do movimento pretendido aqui, a *metropolização como apropriação do espaço existente*? Que é fundamental destacar o processo para compreender suas consequências. A apropriação metropolitana do espaço mundial (cidade, campo, cidade-campo, o rur-urbano, os oceanos, o ar, o espaço terrestre e seu entorno) se situa na problemática da lei do desenvolvimento desigual, da compreensão das formações econômico-sociais, da superposição dos modos de produção. Ela deve ser compreendida como apropriação de categorias históricas, ou seja, num movimento no qual há subordinações destas categorias, mas no qual elas também apresentam suas resistências. Ao mesmo tempo, justamente por esta característica, a apropriação metropolitana invoca e (re)produz um desenvolvimento desigual, um espaço inequivocamente inconciliável: uma vez não superadas as desigualdades, estas se tornam instrumento do movimento dominante.

Podemos ilustrar este processo através das (im)previsões de nossos autores. Rodrigo Lefèvre logrou perceber algo deste movimento. Observava ele, na *Entrevista a Renato de Andrade Maia* [1974], que “setenta e oito por cento dos edifícios da periferia de São Paulo, que hoje em muitos casos nem é mais periferia, foram auto-construídos, construídos pelos próprios moradores” (LEFÈVRE in KOURY, 2019, p.69). Uma dupla percepção que demonstra que o processo de metropolização já se encontrava em curso e já transformava o que um dia foi periferia em espaço metropolitano, um espaço subordinado. Subordinação estabelecida através da apropriação de um espaço produzido previamente através da autoconstrução (‘atraso’), numa clara combinação de relações de produção e de modos de produção distintos. Não seria esta uma evidência da lei do desenvolvimento desigual como correta compreensão do processo no qual a autoconstrução ‘abre a via’ para a apropriação metropolitana, para a produção imobiliária? A formação econômico-social periférica é totalmente absorvida pela metrópole e se modifica? Ou conserva suas particularidades dentro desta submissão?

Rodrigo compreendia também que a constituição da metrópole, chamada por ele de um processo de ‘modernização’, não implicava somente em mudanças espaciais. As relações se modificavam. “Existem pólos de desenvolvimento, pólos de modernização que vão espalhando as suas zonas de influência” afirmava, dando como exemplo o processo de subordinação do litoral norte paulista. Lá, segundo ele, este ‘processo de modernização’ “tem levado essas

peças [pescadores] a se transformarem em marginais, ao invés de incluí-las no processo de urbanização geral”. A marginalização compreendida aqui no sentido de uma submissão que afasta, que deixa à margem: “marginais de vários tipos; marginais em termos de cultura, marginais econômicos, políticos, etc.” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1974], p.71). Ou seja, se não há integração, a metropolização absorve as desigualdades e as aprofunda⁸¹, aprofundando neste movimento o *estado crítico*. É por conta do *desenvolvimento desigual* que Rodrigo buscaria saídas mais adequadas às nossas realidades no modo de pensar a arquitetura, o urbano, as cidades:

“Nós começamos a tentar voltar as nossas preocupações para as próprias potencialidades do povo, na medida em que começamos a achar que eram nessas potencialidades que estariam os germes de um desenvolvimento correto. Achávamos que essas potencialidades seriam a matéria-prima fundamental para retomarmos um desenvolvimento que fosse mais nosso, e não um processo de modernização que não nos convém”. (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1974], p.69)

Poderíamos recorrer à vários pontos da obra de Henri Lefebvre sobre o aspecto de evidenciar sobre o espaço uma abordagem a partir de um desenvolvimento desigual. Mas parece particularmente interessante quando ele o aborda sob o mote das ‘novas raridades’. “Os bens que outrora eram raros tornaram-se abundantes, os que eram abundantes tornaram-se raros [...] Desigualmente, é claro” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.110-111). O espaço certamente possui uma raridade específica: seu caráter único, monopolizável, embora não ocupe o status de raridade de elementos como a água ou os minérios. O espaço, contudo, pode adquirir este status de modo intencional. “Ao mesmo tempo, o espaço é artificialmente rarefeito para ‘valer’ mais caro; ele é fragmentado, pulverizado para a venda no atacado e no varejo. Ele é o meio das segregações” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.113). É dessa maneira que partindo da realidade do desenvolvimento desigual perpetua-se esta desigualdade. Mas isto levanta ainda novas questões. A desigualdade de desenvolvimentos implica na reconsideração da noção de baixa composição orgânica da indústria da construção frente à relação com os outros setores e de diferentes locais, isto é, implica na espacialização do conceito de composição orgânica em favor de uma ‘composição orgânica média’, que “não corresponde a um elemento extraespacial, abstrato como o ‘valor’ (de uso e de troca), mas a uma *localização* [...] as relações entre setores e países à escala planetária se concretizam, assim, enquanto relações *espaciais*” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.121. grifo no original). Não seria esta a extensão da metropolização ao nível mundial (colonial, imperialista, organizado em zonas de influência, blocos econômicos etc.)?

⁸¹ As preocupações de Rodrigo sob este aspecto são retomadas em sua dissertação de mestrado e iremos nos debruçar sobre este ponto mais à frente.

A apropriação do espaço existente, a mobilização das desigualdades, a contradição entre integração e resistência dos modos de produção e das formações econômico-sociais de maneira especializada e desigual, constituem então o movimento do processo de metropolização. Este processo não é neutro, possui seus objetivos, simultaneamente colocados como motivo e instrumento, uma dialética que repõe a questão produção/indução. As categorias históricas que persistem, que se conformam como persistências e que atravessam o tempo (as transições históricas) conservando seus poderes relativos numa associação dialética com o processo dominante, numa subordinação relativa, são por fim instrumentalizadas. O espaço, como meio e base, fornece ao capital sua possibilidade de sobrevivência, esta é a razão de sua apropriação. Uma sobrevivência em dois termos interligados: reprodução das relações de produção capitalistas e reprodução de capital dinheiro. O capitalismo neoliberal do século XXI reafirma esta condição, apoiando-se no capital financeiro, o que implica numa associação entre três das distintas formas de reprodução de capital: lucro, renda e juros (associação que não se dá sem contradições e disputas). Para que esta associação ocorra, a captura da terra é o primeiro passo essencial. “O aumento da troca de mercadorias, a difusão das relações monetárias e o crescimento do sistema de crédito constituem condições contextuais favoráveis ao tratamento crescente da terra como um bem financeiro” (HARVEY, 2013, p.448-449). Neste contexto, portanto, é necessário compreender que a reprodução de capital dinheiro através de/pelo espaço se opera dentro de uma lógica rentista, num cálculo que considera a terra (o espaço) por um caráter de *capital fictício*:

“Qualquer fluxo de renda (como uma renda anual) pode ser considerado como o juro sobre algum capital fictício, imaginário [...] O dinheiro investido é, em todos os casos, capital que rende juros. A terra se torna uma forma de capital fictício e o mercado imobiliário funciona simplesmente como um ramo particular – embora com algumas características especiais – da circulação do capital que rende juros. Nessas condições, a terra é tratada como um simples bem financeiro que é comprado e vendido segundo a renda que ele produz. Como todas essas formas de capital fictício, o que é negociado é um direito sobre as receitas futuras, o que significa um direito sobre os lucros futuros do uso da terra ou, mais diretamente, um direito sobre o trabalho futuro” (HARVEY, 2013, p.448)

A produção do espaço contemporâneo (metropolitano), portanto é uma produção orientada pelo rentismo.

2.1.2 A METRÓPOLE É (RE)PRODUZIDA PELO RENTISMO

Para expandir o argumento em relação ao rentismo, devemos iniciar insistindo um pouco mais

na noção dos modos de produção. Se não há uma sucessão destes modos de produção, um esquema evolutivo, não há, da mesma maneira, uma simultaneidade de variados modos de produção, coexistindo dentro de uma liberdade relativa. Há um amálgama a partir dos fragmentos. Destes fragmentos, alguns se submetem à força dominante e outros persistem como fragmentos, podendo estabelecer um movimento na mesma direção dominante ou numa direção oposta. Quando caminham na direção oposta, podem fornecer algo valioso para o pensamento sobre a ruptura, ao que nos deteremos mais à frente. Por ora, nos interessa a análise da direção dominante.

Como afirma Henri Lefebvre, “ainda há, no interior do capitalismo, persistência de relações sociais pré-capitalistas arraigadas à propriedade privada do solo”. Dentro desta perspectiva de subordinação isto implica dizer que a propriedade, que também se configura como categoria histórica, não apenas persiste diante da força dominante do capital (da metrópole), como ainda carrega consigo relações de tempos anteriores (tal qual a cidade). Não podendo superar esta categoria, não há possibilidade outra ao capital que não a de “integração dessas relações pré-capitalistas ao capitalismo, sempre pela captura da propriedade privada do solo como meio e base.” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.140) Esta captura remete à instrumentalização do espaço⁸², à uma captura da cidade, sua apropriação pela metrópole. A cidade é ela mesma uma formação pré-capitalista. Mas quais seriam estas relações pré-capitalistas integradas ao movimento do capital?

No livro III d’*O Capital*, ao descrever a *gênese da renda fundiária capitalista*⁸³, Marx remete a um processo evolutivo de uma relação social. Ele demonstra que a relação entre proprietários e camponeses, mediada pela renda, passa de renda em trabalho para renda em produtos e culmina na renda em dinheiro – um caminho do pré-capitalismo à consolidação do capitalismo⁸⁴. Essa mudança possui este desfecho essencial: o surgimento da renda em dinheiro, que nada mais é que uma transfiguração da renda em produtos através da mercadoria de troca universal, o dinheiro. O proprietário então se habilita a participar do mercado a partir do ganho

⁸² Como vimos no item 1.1

⁸³ Capítulo 47 – *Gênese da renda fundiária capitalista* in MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro III: o processo global de produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017. pp.843-873

⁸⁴ Suscintamente, poderíamos descrever este processo da seguinte maneira: na renda em trabalho, a forma mais simples e direta de renda, o proprietário de terras obtém renda em forma de trabalho excedente do arrendatário, que cultiva esta terra em seu proveito e, com trabalho não pago, em proveito do proprietário. Na renda em produtos, há uma substituição. O arrendatário passa a pagar o proprietário com excedente de seu trabalho, mas já convertido em mais-produto, ou seja, retorna ao proprietário não mais uma melhoria ou cultivo de suas terras, mas uma mercadoria. O proprietário assim passa a integrar o ciclo das trocas, sem trocar um produto por outro, e sim um direito, um acesso (de cultivo das terras), por um produto.

em dinheiro que adquire através de sua propriedade. Estas mudanças sucessivas na relação social entre proprietário e arrendatário estão no cerne do surgimento de uma, até então, nova possibilidade aos proprietários: a *acumulação de riquezas*. Se a renda em trabalho e em produtos não permitia tal acumulação, por sua transitoriedade, *a renda em dinheiro a torna real*. Ao acumular dinheiro os proprietários passam a ter vantagens sobre os arrendatários e sobre outros produtores. Mais ainda, o acúmulo de riquezas, na sociedade em geral, aliada ao direito à propriedade, permite que outros se tornem também proprietários⁸⁵.

Evidente que esta gênese é um esquema que corresponde a um momento imediatamente precedente ao domínio do modo de produção capitalista na Europa. Contudo, é necessário reter um conceito de suma importância. Ao contrário do que se possa concluir apressadamente, a dissolução dos antigos modos de produção em favor da ‘formação original do capital’ não se dá pela “simples existência da fortuna em dinheiro, e até mesmo a obtenção de uma espécie de supremacia de sua parte [...] caso contrário, Roma antiga, Bizâncio etc. teriam encerrado a sua história com trabalho livre e capital ou, antes, inaugurado uma nova história”. O que sucedeu à estas antigas cidades foi o oposto, “em lugar de levar à indústria, essa dissolução levou de fato ao domínio do campo sobre a cidade”. A formação primitiva do capital se dá “simplesmente pelo fato de que o valor existente como *fortuna em dinheiro* é capacitado pelo processo histórico da dissolução dos antigos modos de produção”, representando uma *dupla possibilidade*, que naquele momento ainda era inédita: “por um lado, *comprar* as condições objetivas do trabalho e, por outro lado, receber em troca, por dinheiro, o próprio trabalho *vivo* dos trabalhadores tornados livres” (MARX, 2011, p.416-417).

Certamente devemos ter em mente que esta gênese não pode conter a totalidade, porque restrita no tempo e espaço de uma transição específica (europeia). Mas esta dupla possibilidade se desenha também em outros contextos. Nos *Grundrisse* Marx se debruça com mais afinco aos antigos modos de produção e às formações pré-capitalistas e é nestas análises preliminares que ele demonstra consciência da multiplicidade de formas de organização num contexto mundial, onde de fato podemos encontrar relações com a terra, com o trabalho e com a comunidade (tribal) que não apenas se diferenciam do contexto europeu, mas que também podem referir-se

⁸⁵ “Com a transformação da renda em produtos em renda em dinheiro, a renda capitalizada, o preço do solo e, logo, sua alienabilidade e sua alienação tornam-se um fator essencial e que, com isso, não só aquele que anteriormente era obrigado a pagar renda pode converter-se em proprietário camponês independente, mas também investidores urbanos e outros possuidores de dinheiro passam a ter a chance de comprar terrenos para arrendá-los, tanto a camponeses como a capitalistas, e de desfrutar da renda como de uma forma dos juros de seu capital investido dessa maneira” (MARX, 2017b, p. 862)

a outras transições⁸⁶. Fundamentalmente, nestas organizações pré-capitalistas, aponta Marx, “os indivíduos não se relacionam como trabalhadores, mas como proprietários – e membros de uma comunidade que ao mesmo tempo trabalham”. Além disso, a finalidade do trabalho exercido por este membro da comunidade que é proprietário de terra, “não é *criação de valor* [...] ao contrário, a sua finalidade é a conservação do proprietário singular e de sua família, bem como a da comunidade como um todo. O pôr do indivíduo como um *trabalhador*, nessa nudez, é ela própria um produto *histórico*.” (MARX, 2011, p.388). Assim, o proprietário que trabalha assim o faz para subsistência própria e de sua comunidade. Dentro deste contexto, a propriedade “nada mais significa que o comportamento do ser humano em relação às suas condições naturais de produção como pertencentes a ele, como suas, como condições *pressupostas com a sua própria existência*” (MARX, 2011, p.403). *O traço comum que conecta a transição para o capitalismo em diferentes contextos históricos e regionais possui um fundamento: a dissolução da relação de propriedade dos indivíduos com os instrumentos de sua reprodução cotidiana, em favor de uma relação de posse mediada pelo capital*. Esta dissolução não se dá senão através da captura do espaço como meio e base: urbanização (cercamentos, êxodo rural, urbanização do campo) e metropolização (colonização, imperialismo, urbanização mundial)⁸⁷.

A dissolução dos antigos modos de produção – dissolução que nunca é completa – se anuncia enquanto conserva, assegurando-a, a condição privilegiada do monopólio sobre a terra. Realiza-se, portanto, uma dissolução seletiva, uma subordinação classista. Num primeiro momento, “o comportamento do trabalho em relação ao capital, ou às condições objetivas do trabalho como capital, pressupõe um processo histórico que dissolve as diferentes formas em que o trabalhador é proprietário, ou em que o proprietário trabalha” (MARX, 2011, p.408). Ou seja, o trabalhador é dissociado da terra, da qual pode tirar sua subsistência e com a qual pode integrar o mundo da troca, ao mesmo tempo em que é dissociado da posse dos instrumentos de trabalho, restando-lhe uma única propriedade, sua força de trabalho. Num segundo momento, a fortuna em dinheiro possibilita uma acumulação: a propriedade dos meios de produção, das ferramentas do trabalho, aliada ao monopólio da propriedade da terra.

⁸⁶ Marx cita diversas comunidades distintas, deixando pistas que, embora não evidentes n’O Capital, indicam como as particularidades históricas de cada sociedade implicam obrigatoriamente em continuidades e descontinuidades específicas no processo de transição/inserção no capitalismo por estas respectivas sociedades. Ver: LINERA, Álvaro García. *Marx y las formas comunales*. In *Forma valor y forma comunidad*. La Paz: Muela del diablo. 2009.

⁸⁷ “Ali onde já existe a separação entre os membros da comunidade como proprietários privados de si mesmos como comunidade urbana e proprietários de território urbano, também já estão dadas as condições pelas quais o indivíduo singular pode perder sua propriedade, i.e., a relação dupla que o torna cidadão igual aos demais, membro da comunidade, e que o torna proprietário”. (MARX, 2011, p.405)

“A fortuna em dinheiro não inventou nem produziu a roda de fiar e o tear. Mas, separados de sua terra, os fiandeiros e tecelões caíram com seus teares e rodas de fiar sob o domínio da fortuna em dinheiro etc. *Próprio do capital é unicamente a união das massas de mãos e instrumentos que ele encontra. Ele os aglomera sob seu comando. Essa é sua verdadeira acumulação; a acumulação de trabalhadores, juntamente com seus instrumentos, em certos pontos*” (MARX, 2011, p.417-418, grifo no original)

Ora, esta acumulação de trabalhadores e seus instrumentos em locais determinados, nós já a expusemos acima. Embora remeta ao espaço inteiro (cidade e campo), coincide justamente com a tônica da organização das cidades, denunciada desde o século XIX por Engels: o abrigo do exército industrial de reserva. De um lado, *a relação pré-capitalista que se transforma na subordinação ao capital* é a relação dos trabalhadores com a propriedade: antes proprietários que trabalhavam, são dissociados de suas propriedades e passam a relacionar-se com elas através da mediação do dinheiro. Por outro lado, *a relação pré-capitalista que é integrada ao capital* é a obtenção de renda, transfigurada ao longo do tempo para converter-se em renda em dinheiro – mediação que permite ao proprietário acúmulo de capital. Se esta alteração seletiva se opera através da propriedade privada burguesa, instrumento de domínio que propaga a lógica do *rentismo* e (re)produz a desigualdade, ela obrigatoriamente diz respeito ao espaço, ao urbano, ao metropolitano – continentes destas propriedades.

No entanto, as particularidades devem ser sempre observadas e os diferentes contextos considerados. No caso brasileiro, há inclusive uma intensa disputa em torno de uma correta narrativa: seria a nossa transição calcada em ‘restos feudais’, fragmentos que remetiam ao feudalismo europeu?⁸⁸. Como interpretar a evidente integração e subordinação, a convivência de relações pré-capitalistas (não-capitalistas) com relações capitalistas, considerando o percurso histórico particular de um passado colonial, escravista (indígena e negro) e de uma acumulação entravada? José de Souza Martins, em *O cativo da terra*, defende que este movimento é complexo e, sobretudo, constituído dessa pluralidade. “O capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”, afirma. Nesse sentido, ele acompanha a argumentação de Marx, para dar destaque a um elemento específico que sobrevive em meio ao processo. “Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas. Provavelmente, o caso mais significativo é o da renda capitalista da terra” (MARTINS, 2010, p.35).

⁸⁸ Ver: PERICÁS, Luiz Bernardo. *Introdução* In: *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019. pp.9-90.

O trajeto histórico particular do caso brasileiro está atrelado justamente à formação da propriedade e obtenção de renda. Aqui, “a renda territorial surge da metamorfose da renda capitalizada na pessoa do escravo”. Não nos cabe retomar todo o argumento de José de Souza Martins, mas é relevante sublinhar que “a propriedade do escravo se transfigura em propriedade da terra como meio para extorquir trabalho do trabalhador e não para dele extorquir renda em trabalho e produto”. A dissolução da propriedade dos meios de reprodução dos indivíduos aqui se dá em benefício da formação de uma figura que não é apenas proprietária de terras, mas que concentra duas funções. “A renda territorial capitalizada não se constitui como instrumento de ócio, mas instrumento de negócio [...] na pessoa do fazendeiro convive a condição de proprietário com a de capitalista” (MARTINS, 2010, p. 49-50). Aliada a este imbricamento precoce entre terra e capital, a ‘modernização’ brasileira imputa o trabalho do imigrante europeu (colonato) como alavanca para aceleração da acumulação. Dentre muitas consequências dessa direção do movimento modernizador, o colonato em particular, “diversamente das relações de produção caracteristicamente capitalistas, que criam a superpopulação relativa na indústria, o excesso de procura de emprego em face da oferta, criou uma subpopulação relativa no campo” (MARTINS, 2010, p.37). Significa, portanto, que neste primeiro momento, a produção do espaço brasileiro era a de um espaço majoritariamente rural? Sim. Mas ao mesmo tempo, um espaço submetido à metropolização, no sentido da influência exercida por territórios externos. A integração ao capitalismo é uma integração sobretudo espacial. As diferentes composições orgânicas se relacionam no mercado mundial. Nesta subordinação

“A propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo [...] A nova forma que ela [a renda da terra] assume é caracteristicamente capitalista, é oposta ao tributo historicamente anterior: nem os burgueses, nem os proletários deduzem e transferem diretamente uma parte de seus lucros ou de seus salários aos proprietários. Entretanto, a composição orgânica diferencial do capital entre agricultura e indústria, entre o setor atrasado e o setor moderno, entre o que se baseia em maior proporção de salário em relação ao capital do que de capital em relação a salário, encarrega-se de fazer aparecer nas mãos do proprietário a renda absoluta que aparentemente não é extraída de ninguém” (MARTINS, 2010, p.35)

Reside aí, então, um fato importante no estudo das particularidades. A composição orgânica diferencial se manifesta como uma distinção entre setores da economia interna de um país e/ou na relação destes na economia mundial, e tem como resultado o pagamento de uma renda absoluta aos proprietários. Com a metropolização, a urbanização generalizada e a consolidação deste mercado mundial, esta noção não se especializa e se mundializa? “Se a burguesia de tal país industrial perdeu os mercados externos, ela transporta para o interior desse país o colonialismo. As periferias em relação aos centros (de produção econômica e de decisão política) dão lugar a fenômenos de neocolonialismo, de neo-imperialismo” (LEFEBVRE, 2021

[1972], p.99-100). Estes fenômenos têm como sede, como centro de ação, justamente a “cidade moderna (metrópole, megalópole)”. De modo inverso, a conquista (ou reconquista) dos mercados externos recoloca esta questão na escala global, em relações que remetem ao duplo metrópole-colônia ou mesmo à metrópole-metrópole.

Certamente a situação particular brasileira se modifica dentro deste quadro de composições orgânicas diferenciais à medida em que se caminha na direção da urbanização generalizada no território interno, muito por conta da mudança fundamental na propriedade e na renda: a abolição da escravidão faz com que a renda capitalizada dos fazendeiros não esteja mais no capital imobilizado na compra do escravo e no seu potencial de rendimento em trabalho, mas sim na capitalização do potencial de produção de sua fazenda (renda fundiária). Assim, paulatinamente, a propriedade da terra e a renda passam ao primeiro plano (a produção do espaço) – processo relativamente lento, que se acelera. Paulo César Xavier Pereira demonstra em *Espaço, técnica e construção* como a cidade de São Paulo, por exemplo, passa de simples entreposto comercial para exportação através do porto de Santos em uma cidade construída e reconstruída três vezes (da taipa ao tijolo e finalmente ao concreto), numa clara busca pela captura de rendas. Mas o faz com uma particularidade: demonstrando que o trabalho empregado na construção civil sofre clara desvalorização ao passo que se intensifica a produção de edifícios na cidade. Quem eram os ‘privilegiados’ da construção no fim do século XIX e início do século XX? Imigrantes europeus, que vieram substituir a técnica da taipa e os taipeiros indígenas, negros e mestiços. Dotados de reconhecimento social e algum conhecimento técnico, sua remuneração correspondia à de um artesão, era valorizada, ao passo que detinha autonomia em seu trabalho e inicialmente receberam salários relativamente mais elevados. *Eles se colocavam no mercado como proprietários de um saber teórico e prático e defenderam o trabalho resistindo ao capital.* O avanço da subordinação da atividade da construção ao capital dissocia também esta propriedade e substitui este trabalhador de origem europeia por outros, procurando integrar os migrantes nacionais, mais numerosos, menos qualificados e mais controlados. Alcançados pela política repressora e pelo domínio das relações capitalistas na construção, os trabalhadores perderam posição. “Estas condições de trabalho tendiam a inverter a situação dos trabalhadores da construção dentro da classe operária, fazendo-os passar de fração privilegiada àquela mais constantemente espoliada e profundamente explorada” (PEREIRA, 1988, p.148). Não se opera aí, associada a essa substituição de trabalhadores e transformações das condições de trabalho, uma modificação na composição orgânica diferencial do capital do campo em relação à cidade? Esta breve retomada das particularidades, de mudanças visíveis na técnica e

na organização empresarial de construção, visa indicar este movimento na essência da reprodução do capital, agora, com mais intensa exploração do trabalho. Do campo à cidade ou *da internalização da metrópole*. Antes externa, agora interna(s), ainda submissa(s), a(s) metrópole(s) vão aos poucos se apresentando e submetendo o trabalho e territórios outros. Como isto se opera? Insistamos: *pela dissolução da relação de propriedade dos indivíduos com os instrumentos de sua reprodução cotidiana, em favor de processos de exploração e de espoliação mediados pelo capital*. Onde se opera? No espaço (total). Qual seu método? Manipulação e manutenção de propriedades para captura de renda.

Retomemos. Henri Lefebvre, como vimos, desconfiava que a crescente subordinação do espaço à reprodução de capital pudesse levar ao rentismo e a uma produção imobiliária que saltasse ao primeiro plano. “Pode até acontecer que a especulação fundiária se transforme na fonte principal, o lugar quase exclusivo da ‘formação de capital’, isto é, de realização da mais-valia [...] O segundo circuito suplanta o principal. De contingente, torna-se essencial” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.176). Esta perspectiva não apenas se confirma, como se estende e se acentua. O capitalismo, diz ele, “não apenas se restringiu a integrar o espaço preexistente inserindo-o na sua extensão; ele instituiu setores novos, inserindo-os na sua expansão” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.142). Rentismo e metropolização estão colocados aqui, de modo associado. O imobiliário se torna essencial na realização da mais-valia, distribuem-se as rendas devidas, enquanto o capital se expande ocupando o espaço existente e produzindo novos espaços. Renda e propriedade não atravessam o capitalismo como formas arcaicas a serem superadas, mas sendo defendidas, mantidas e ampliadas ao custo do desenvolvimento social. “Longe de constituir um obstáculo ao crescimento no quadro do capitalismo, ela [a propriedade do solo] foi o seu ponto de apoio, e, entretanto, ela destina esta sociedade a um caos espacial” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.144-145).

Embora de modo diverso, Rodrigo Lefèvre também sinalizava perceber este movimento, que alavanca o setor da produção imobiliária à uma posição essencial para o capital e opera, através da apropriação, para obtenção de renda. “essa sobra [de mais-valia] é tomada, é apropriada inevitavelmente pelos proprietários de terras e por outros capitalistas que se utilizam, nas suas produções, dos diversos elementos construídos no país” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1979] p.175). Essas produções acarretam que “qualquer obra ou benfeitoria pode vir a resultar em renda diferencial para os proprietários de terras ou imóveis urbanos ou em lucros extraordinários para os capitalistas que se utilizam da cidade para sua produção ou que produzem imóveis urbanos” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1979], p.229). Ao passo que estas

colocações de Rodrigo nos mostram uma concepção ainda separada de duas figuras que se conectam, capitalistas e proprietários, elas também nos redirecionam para o tema da cidade como capital fixo, mas aqui com novas questões. Se a diferença entre composições orgânicas de capital (entre setores, regiões, países) considera uma diferença entre capital constante e capital variável, a cidade (o espaço) como capital fixo, paulatinamente incrementado, opera uma modificação na porção de capital constante e conseqüentemente na diferença entre as composições orgânicas consideradas, a não ser que se aumente, conjuntamente, a porção de capital variável. Dito de outro modo: se a diferença entre composições orgânicas de capital (que permitem inversão de capitais a outros setores, expansões a outros territórios, entesouramento e submissão econômica) se dá pela proporção entre capital constante (maquinário, tecnologia, infraestrutura) e capital variável (mão de obra) e a produção do espaço aumenta os níveis de capital fixo (constante), criam-se aí algumas possibilidades, por surgir a necessidade de reequalizar esta proporção. Para o capital, esta possibilidade significa sua sobrevivência:

“O capital fixo mede a riqueza social (Marx). Ele se estende, certamente, ao investimento no espaço [...] Essa extensão do capital fixo permite uma extensão do capital variável. De uma maneira surpreendente porque contrariamente a certas predições, a incorporação do conhecimento e da técnica à produção coloca em movimento uma mão de obra considerável, uma massa de trabalhadores pouco qualificados [...] De onde uma chance para o capitalismo que sofria do fato que a alta composição orgânica do capital nas indústrias mais modernas diminuía o tempo de trabalho necessário [...] e a mão de obra indispensável; ela liberava um tempo social enorme [...] bem como um sobreproduto colossal, os capitais em excesso (flutuantes), etc. A produção do espaço não apenas permitiu a sobrevivência do capital. Ela não se separa da extensão do capitalismo ao espaço preexistente. O conjunto desses fatos – a prática espacial – permitiu esta sobrevivência”⁸⁹ (LEFEBVRE, 2000 [1974] p.398-399. grifo no original).

Esta sobrevivência, não exclusivamente ligada à produção do espaço, mas fortemente dependente desta produção, diz respeito, portanto, à transferência de capitais de outros setores para a produção do espaço e ao combate a tendência de queda das taxas de lucros. Assim, esta modificação da composição orgânica, que ganha obrigatoriamente contornos cada vez mais mundiais, sinaliza também para um movimento mundial da realização da mais-valia, e para a crescente relevância do sistema financeiro, que permite esta mobilidade com muito mais facilidade e rapidez. Ao mesmo tempo que a realização da mais-valia não se restringe mais a

⁸⁹ *“Le capital fixe mesure la richesse sociale (Marx). Il s’étend de toute évidence aux investissements dans l’espace [...] Cette extension du capital fixe permet une extension du capital variable. D’une façon surprenante parce que contrairement à certaines prédictions, l’incorporation de la connaissance et de la technique à la production met en mouvement une main d’œuvre considérable, une masse de travailleurs peu qualifiés [...] D’où une chance pour le capitalisme qui souffrait du fait que la haute composition organique du capital dans les industries les plus modernes diminuait le temps de travail nécessaire [...] et la main d’œuvre indispensable ; elle laissait disponible un temps social énorme [...] ainsi qu’un surproduit colossal, des capitaux en excès (flottants), etc. La production d’espace n’a pas à elle seule permis la survie du capitalisme. Elle ne se sépare pas de l’extension du capitalisme à l’espace préexistant. L’ensemble de ces faits – la pratique spatiale – a permis cette survie”*

um território próximo da produção e de um sistema bancário local “ela se faz dentro da rede bancária mundial, dentro das relações abstratas (jogos de escrita) entre as instâncias e instituições financeiras”⁹⁰ (LEFEBVRE, 2000 [1974], p.400). O caráter rentista da produção do espaço metropolitano é, sobretudo, de capitais transnacionais.

Devemos então lembrar um ponto importante sobre a renda (fundiária, imobiliária): seu caráter ficcional. David Harvey, em *A loucura da razão econômica* afirma: “da mesma maneira que a renda fundiária repousa na ficção de que a terra é uma mercadoria que pode ter preço, mas não tem valor, o sistema de crédito repousa na ficção de que o dinheiro é uma mercadoria que possui um preço” (HARVEY, 2018, p.48). Embora ficção, estes termos entram naquilo que se pode chamar de *abstrações reais*. Se “o dinheiro possui de fato um preço: o juro”, no âmbito do real a terra também possui um preço, a renda. Mas o juro como preço do dinheiro remete à este importante componente dentro do quadro capitalista, o capital financeiro. Ao aprofundar a fetichização da sociedade, o capital na contemporaneidade acaba por conectar as duas ficções, acarretando num modo imprevisto de aprofundamento das injustiças e desigualdades (do *estado crítico*)

“O que Marx demonstrou, no entanto, foi que o capitalismo não pode funcionar sem uma forma distinta de renda fundiária. O que ele não previu foi que novas formas de renda capitalista pudessem desenvolver-se no interior das estruturas evolutivas do capitalismo e que a prática do *rent-seeking* [rentismo] pudesse ir muito além do que ele considerava necessário e funcional” (HARVEY, 2018, p.46)

O que é este ir além do necessário? A união entre o capital produtivo, o capital financeiro e a propriedade da terra, um monopólio que dissocia o trabalhador de *todas* as condições de sua reprodução – do trabalho à moradia, do consumo básico à reprodução de suas relações sociais. Voltemos à Henri Lefebvre. Em *Pour connaître la pensée de Lénine* [1957] ele aponta que Lênin, já em *O imperialismo, estágio superior do capitalismo*, era crítico ao domínio do capital financeiro, ainda em 1919. Não é necessário retomar o argumento de Lênin, mas esclarecer alguns pontos que permanecem válidos a partir da leitura de Lefebvre. Diz ele que “para Marx, o capital financeiro é a forma mais abstrata e mais terrivelmente dinâmica do capital. Nele, o capital tenta, por assim dizer, produzir-se ou reproduzir-se a si mesmo”. Nessa abstração, o capital financeiro ou aqueles que detém seu poder parecem querer “libertar-se dos condicionamentos e dos antecedentes em que nasceram: a produção mercantil e industrial. Mas não conseguem. Têm de voltar a essas condições, a esses antecedentes, para neles se

⁹⁰ “elle se fait au sein du réseau bancaire mondial, dans les relations abstraites (jeux d’écriture) entre les instances et institutions financières”

‘investirem’, a fim de os dominarem” (LEFEBVRE, 2020 [1957], p.198). A autonomia do capital financeiro seria então, ela também, fictícia, porque dependente do mundo real da produção. O que se passa conforme se aproxima e se adentra no século XXI? O capital financeiro domina não só o mercantil e o industrial, mas também o espaço e prepondera em todos os aspectos da vida humana, orientado pelo rentismo.

“Temos que apreender todos os elementos que o compõem, diz Lênin, não só o capital bancário e sua utilização pelos industriais [...] mas também o *elemento de monopólio*, a fusão dos monopólios (por exemplo, o monopólio dos grandes banqueiros com o da renda da terra na especulação [imobiliária] nas cidades industriais. Porque, este monopólio, uma vez formado, *infiltra-se* em todos os domínios da vida social”. (LEFEBVRE, 2020 [1957], p.200. grifo no original)

É este, finalmente, o contexto que envolve a apropriação do espaço pela metrópole e sua (re)produção: a mercantilização de todos os aspectos da vida em nome do rentismo. O movimento de metropolização apresenta então seu método: propriedade e renda transpassam os períodos históricos, são formações pré-capitalistas inseridas no capitalismo e que vão adquirindo ainda mais importância e possibilitando uma ainda maior dissociação do trabalhador e de suas propriedades e possibilidades. Sabemos que o espaço instrumental é utilizado para a obtenção de rendas (imobiliárias, fundiárias, extrativas). Na contemporaneidade, extrapolado pela lógica neoliberal, o rentismo se expande e se espalha, ao passo que a cidade explode sob a sombra da metrópole, como um espaço totalizante. É total também, portanto, a incessante busca pela renda, pela acumulação que ela propicia, o que engendra uma *disputa*: uma concorrência dentro do próprio rentismo, por espaços desiguais e por uma produção do espaço igualmente desigual. Isto modifica as relações de produção e o cotidiano, tornando necessário também a sua reprodução.

2.1.3 A METRÓPOLE GARANTE A (RE)PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Diante de toda a dominação imposta pelo processo de metropolização, não se pode ignorar o seu grau de coerção. Num primeiro movimento, caracterizamos a apropriação metropolitana pela subordinação de um espaço existente – o espaço da cidade, mas também o do campo; o espaço mundial. Num segundo movimento, caracterizamos esta mesma apropriação metropolitana pela subordinação de relações pré-capitalistas (não-capitalistas) em sua expansão, integrando-as ou modificando-as, com foco na renda – importante categoria que condiciona os cidadãos a uma dissociação total de suas possibilidades de reprodução cotidiana.

Estes dois movimentos visam confirmar o aprofundamento do *estado crítico* e estão intimamente ligados à produção do espaço, à apropriação do espaço como meio e base. Neste terceiro movimento podemos vislumbrar a razão pela qual esta produção e apropriação se mantêm, mesmo tendo como resultado uma desigualdade que se aprofunda, uma injustiça social que permanece. Em outras palavras, como a produção do espaço (metropolitano) garante a *sobrevida do capital*.

De início é essencial sublinhar que a compreensão desta sobrevida do capital através da produção do espaço (de um espaço adequado) repousa na noção de *re-produção das relações de produção*. Esta noção já aparecia em Marx, sobretudo no *Capítulo VI (inédito)* d’*O Capital*, que se inicia justamente com a indicação de que a análise do ‘resultado do processo de produção imediato’ teria como um dos pontos a se considerar a “*produção e reprodução de toda a relação por meio da qual esse processo de produção imediato se caracteriza como especificamente capitalista*” (MARX, 2022, p.19). A conclusão do capítulo deixa evidente que este processo imediato de produção não tem como resultado ‘apenas as condições objetivas do processo de produção’, ou seja, a produção das mercadorias, a mais-valia, a consolidação do valor de troca sobre o valor de uso, mas sim que todo o processo de subsunção formal do trabalhador resulta, além do triunfo do capital como mediação para sua reprodução, num ‘caráter especificamente social’ deste resultado. “As relações sociais e, portanto, a posição social dos agentes de produção em relação uns aos outros – as próprias *relações de produção* são produzidas, são o resultado constantemente renovado do processo” (MARX, 2022, p.133)

Esta noção será repetidamente lembrada por Henri Lefebvre⁹¹, mas será retomada de modo decisivo em *La re-production des rapports de production* [1973]. Apesar de partir das concepções do próprio Marx, esta noção retomada por Lefebvre caminha numa direção aparentemente contrária. “O conceito da produção e da reprodução das relações de produção (das relações sociais) resolve uma contradição no pensamento de Marx”. Isto porque ele “pensava que as forças produtivas estão constantemente em choque com os estreitos limites das relações de produção existentes e do modo de produção capitalista”. Vimos que, apesar da existência de um *estado crítico*, a ideologia da crise e o terrorismo da escassez são alguns dos componentes utilizados pelo capital para limitar e controlar a visualização deste mesmo estado crítico. Assim, a expectativa de que “a revolução iria fazer explodir esses limites” de que “as

⁹¹ Tratando-se das obras sobre o espaço, aparece sobretudo a partir de 1972, por exemplo em: *La pensée marxiste et la ville* [1972] (2021, p.99, 109 114), *Espace et politique* [1973] (2019b, p.24, 47, 50, 102, 141), *La production de l’espace* [1974] (2000, p.41, 64, 76, 122, 269, 367, 375, 381, 402, 433, 442)

crises parciais transformam-se em crise geral” e de que “a classe operária, impaciente, espera a sua hora iminente e vai-se entrar no período de transição” não se confirmam. Mas não apenas pelo ponto de vista da classe trabalhadora. “Ele pensava que também a burguesia tem um papel histórico a cumprir: o crescimento das forças produtivas: que os limites do capitalismo lhe são internos”. Isto é, a concepção clássica e já conhecida de que o próprio desenvolvimento capitalista prepara as condições de sua ruptura, “que um modo de produção só desaparece depois de ter desenvolvido todas as forças produtivas que contém”. O período posterior a Marx, aquele no qual se situa Lefebvre e também a contemporaneidade do século XXI não apenas não realizam esta previsão, mas somam novos fatos para o seu contrário.

“Acontece que o capitalismo conseguiu atenuar (sem as resolver) durante um século as suas contradições internas e, conseqüentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior ao Capital. Qual o preço disso? Não há números que o expressem. Por que meios? Isso, sabemos-lo nós: ocupando o espaço, produzindo um espaço” (LEFEBVRE, 1973, p.21)

Lefebvre, portanto, espacializa a noção de reprodução das relações de produção ao mesmo tempo em que articula esta reprodução com o fato de que o capital realiza seu crescimento, desenvolve suas forças produtivas, sem encontrar sua dissolução, uma contradição final. Por que o capital sobrevive? Porque há reprodução das relações de produção. Onde se dá essa reprodução? No espaço, através da produção do espaço (um espaço adequado). O crescimento do capital, portanto, remete a um espaço específico, ou ainda, à produção, reprodução e apropriação deste espaço.

Ao abordarmos a reprodução das relações de produção, no entanto, nos colocamos diante de uma necessidade: definir aquilo que se designa como *produção*, ou melhor, apontar que este termo contém uma dupla definição, um sentido estrito e um sentido amplo, e que é justamente nesta multiplicidade de seus significados que se encontra um fator essencial para se compreender a re-produção de suas relações.

Produção em sentido estrito: a produção de coisas, de objetos, de mercadorias (uma produção imediata). Produção em sentido amplo: produção de ideias, de conhecimento, de obras, da história, da consciência, da vida, da sociedade, do controle, da política, do Estado etc. (uma produção mediada, ou ainda, a produção da mediação). Em *La production de l'espace* [1974] Lefebvre retoma essa distinção para estender aquilo que, para ele, Marx e Engels deixaram em aberto. “Em Marx e em Engels, o conceito [de produção] não se fecha jamais”⁹². Eles circunscreveram o conceito, de tal modo que seu foco seja a produção de produtos, resultado

⁹² “Chez Marx et chez Engels, le concept [production] ne se forme jamais”

de um trabalho abstrato, e não mais a produção de obras (o sentido amplo). Assim, permitiram obter respostas: quem produz, o que produz, como e por que. Mas, “fora dessas questões e de suas respostas, permanece uma abstração”⁹³. Dessa maneira, tanto em Marx como em Engels, “o conceito de ‘produção’ não sai da ambiguidade que lhe fornece sua riqueza”⁹⁴. Prova disso é que, para eles, em relação às forças produtivas “a natureza lhe faz parte, de início, depois o trabalho, então a organização (a divisão) do trabalho, e então também os instrumentos empregados, as técnicas, e então os conhecimentos”⁹⁵ (LEFEBVRE, 2000 [1974], p.83-85). Ao circunscrever produção em seu sentido estrito, não excluíram seu sentido amplo. Ao contrário, consideraram o sentido amplo como parte integrante do sentido estrito – ao trabalho corresponde a produção do conhecimento, a produção de uma organização, a produção da natureza e de matérias-primas etc.

Marx, portanto, como aponta Lefebvre, aportou ao conceito de produção e a seu conteúdo uma ‘racionalidade imanente’, na forma de uma outra noção: a atividade. Através da compreensão da atividade humana (trabalho abstrato) pode-se apreender as relações necessárias para que ela se realize:

“Em que consiste a racionalidade imanente à produção? Na medida em que organiza uma série de atos sucessivos com vista a um certo objetivo (o objeto a produzir). Ela compõe temporalmente e espacialmente uma ordem de operações que se encadeiam e cujos resultados coexistem. Desde o início da atividade orientada para um tal desfecho, os elementos espaciais (o corpo, os membros, os olhos) se colocam em movimento, incluindo os *materiais* (pedra, madeira, osso, couro etc.) e o *material* (ferramentas, armas, linguagem, comandos e palavras de ordem). As relações de ordem, portanto de simultaneidade e de sincronismo, se estabelecem pelo intelecto ativo entre os elementos da ação materialmente perseguida. Mais que as variações ou inconstâncias, a passagem incessante da *temporalidade* (sucessão, encadeamento) à *espacialidade* (simultaneidade, sincronização) define toda atividade produtiva”⁹⁶ (LEFEBVRE, 2000 [1974], p.87. tradução livre, grifo no original)

Onde nos leva então esta pluralidade do conceito de produção senão à riqueza de interpretação sobre sua própria reprodução? A noção de reprodução das relações de produção parte da reprodução da atividade objetiva para chegar à reprodução das atividades ‘complementares’

⁹³ “hors de ces questions et de leur réponse, il reste une abstraction”

⁹⁴ “le concept de ‘production’ ne sort pas de l’ambiguïté qui fait sa richesse”

⁹⁵ “la nature en fait partie, d’abord, puis le travail, donc l’organisation (la division) du travail, donc aussi les instruments employés, les techniques, donc les connaissances”

⁹⁶ “En quoi consiste la rationalité immanente à la production ? En ce qu’elle dispose en vue d’un certain ‘objectif’ (l’objet à produire) une suite d’actes qui se succèdent. Elle compose temporellement et spatialement un ordre d’opérations qui s’enchaînent et dont les résultats coexistent. Dès le début de l’activité orientée vers un tel but, des éléments spatiaux (le corps, les membres, les yeux) se mettent en mouvement, y compris des *matériaux* (pierre, bois, os, cuir, etc.) et du *matériel* (outils, armes, langage, commandements et mots d’ordre). Des relations d’ordre, donc de simultanéité et de synchronisme, s’établissent par l’intellect actif entre les éléments de l’action matériellement poursuivie. Plus que des invariances ou constances, ce passage incessant de la *temporalité* (succession, enchaînement) à la *spatialité* (simultanéité, synchronisation) définit toute activité productrice”

que a produção no sentido estrito mobiliza. Trata-se, portanto, de reprodução de relações temporais, de relações espaciais e de relações sociais que são colocadas em movimento visando um objetivo final, cristalizado, no contexto de domínio do capital, nas mercadorias que inundam o mercado mundial.

Certamente, contudo, a atividade humana não se reduz apenas à esta repetição mecânica e infinita guiada pelo mundo fetichista da mercadoria. A distinção entre obra e produto precisa ser afirmada neste ponto para designar, por outro lado, os limites da noção de produção. Embora a prática social ‘crie as obras e produza as coisas’, a criação não se separa da produção; antes remete ao seu sentido amplo e à produção de tudo que envolve esta criação (conhecimento, técnica, matéria). Obra e produto distinguem-se no que concerne à especificidade de suas atividades, de seu trabalho. “Nos dois casos, o trabalho é necessário, mas no que concerne à obra, o papel do trabalho (e do criador enquanto trabalhador) permanece secundário, enquanto ele domina na fabricação dos produtos”⁹⁷. O trabalho abstrato mobiliza uma característica específica da atividade humana, a repetição (ou antes a repetibilidade). “A obra tem alguma coisa de insubstituível e de único, enquanto o produto pode se repetir e resulta de gestos e atos repetitivos”⁹⁸ (LEFEBVRE, 2000 [1974], p.85-86. tradução livre, grifo no original). Com isto não se designa também o termo ‘reprodução’ (ou re-produção, a repetição da produção)? Repetição à exaustão, infundável, como pressuposto. A obra carrega em si uma característica profunda de seu trabalho criador, de sua produção: é irreproduzível quanto à seu valor de uso como obra (a criatividade humana única, o esforço possível uma única vez); se reproduzida, se torna produto. Isto no sentido estrito e amplo. Assim, re-produção das relações de produção ganha amplitude, mas também se restringe, ganhando uma conotação crítica numa direção evidente – a crítica à homogeneização (do produto, da produção)⁹⁹.

Espacializar a noção de reprodução das relações de produção, portanto, só pode se referir ao espaço como produto – um espaço-tempo necessário à atividade repetitiva, este espaço-tempo ele mesmo repetitivo, incrustado no cotidiano. Tal é o espaço-tempo da metrópole. A repetição espacial está no espaço fracionado, comprado e vendido, apropriado e produzido por uma mesma lógica, monótono. Como formas urbanas derivadas de cálculos matemáticos (rentistas), normas e leis ‘reguladoras’ (urbanismo ou tecnocracia), os edifícios se repetem; os espaços

⁹⁷ “Dans les deux cas, il faut du travail, mais en ce qui concerne l’œuvre, le rôle du travail (et du créateur en tant que travailleur) semble secondaire, alors qu’il domine dans la fabrication des produits”

⁹⁸ “L’œuvre a quelque chose d’irremplaçable et d’unique, alors que le produit peut se répéter et résulte de gestes et actes répétitifs”

⁹⁹ E ainda a homogeneização do espaço e da produção do espaço, como vimos no item 1.2

residuais se dividem entre a servidão (fluxos) e os lazeres aprisionados, a cidade se expande e atinge o campo, a metrópole se apropria deste espaço e mantém e intensifica este espelhamento. *O desconforto espacial é evidente por sua desigualdade*: à opressão qualitativa e quantitativa do espaço se opõem a monumentalidade e o refinamento de espaços exclusivos. A repetição temporal, por sua vez, se instala como rotina, como uma sincronização que se estende ao espaço inteiro para instaurar ao mesmo tempo a funcionalidade e a tensão. O movimento de pessoas e coisas no espaço em determinado intervalo de tempo, as comunicações e transações nos tempos estipulados, as restrições de horários e os horários de restrição: *a desigualdade temporal se expressa pela inviabilidade* – o atraso, a imobilidade, a ausência – frente ao privilégio da viabilidade da presença (real ou virtual). Trata-se de um espaço-tempo caracterizado pelo prolongamento indefinido de um mal-estar: *estado crítico*.

Visualizar o prolongamento deste mal-estar é também visualizar uma automatização da reprodução das relações de produção. “Esse processo da reprodução das relações sociais de produção efetuou-se no seio da sociedade (capitalista) sem outra consciência que não fosse o mal-estar, ele próprio crescente”. Se não há outra consciência que não o mal-estar, ou seja, a consciência de que este mal-estar está presente e que não é passageiro, que persiste, o que se opera desta maneira é uma ‘perda referencial’. Substituem-se os referenciais que estabelecem como possível (e necessário) o bem-estar por uma impossibilidade de saída (e aceitação) do mal-estar. “A partir deste momento, em que, por se desmoronarem os referenciais, a prática social, a prática da reprodução, se torna ‘inconsciente’, a perda de sentido adquire uma velocidade terrífica. É a perda de ‘identidade’ ao nível coletivo muito mais do que ao nível individual” (LEFEBVRE, 1973, p.22). Não é difícil conectar este processo à realidade contemporânea de crise constante e aprofundamento do *estado crítico*: pauperização, precarização, espoliação, exploração, crise urbana, crise do trabalho, crise do valor. O mal-estar é generalizado. Contudo, as relações de produção continuam a ser reproduzidas.

Uma automatização na reprodução das relações de produção indica uma característica profunda da sociedade. Significa a substituição de uma espontaneidade orgânica da prática social por uma ‘espontaneidade’ forçada voltada para a reprodução de capital. Existem neste sentido implicações espaciais.

No conhecido artigo de David Harvey, *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas* [1976] há indicações de como o espaço é afetado nesta conjuntura. Afirma ele que “a sobrevivência do capitalismo requer que

o trabalho seja dominado pelo capital, não apenas no processo de trabalho mas também com respeito à própria definição de qualidade de vida na esfera do consumo”, o que implica, portanto, num espaço adequado para efetuar esta subordinação da esfera da vida cotidiana, que inclua os espaços de trabalho, de fluxo, de lazer, de contemplação, de assistência, de estudo etc. Apesar disso, “o capital em geral não pode suportar que o desfecho das lutas sobre o ambiente construído seja determinado simplesmente pelos poderes relativos do trabalho, dos apropriadores da renda e da facção dos construtores”, pois isto faria com que a qualidade de vida da classe trabalhadora descesse abaixo dos níveis suportados por eles. O capital então “precisa, periodicamente, jogar seu peso na balança para produzir desfechos que sejam favoráveis à reprodução da ordem social capitalista” (HARVEY, 1982 [1976], p.12). Retomamos aqui a questão da produção do espaço frente ao *estado crítico*: oculta-se sua presença em favor de pequenas soluções de crises parciais, pequenas vitórias, que fornecem a sensação de avanço e desenvolvimento social, quando o movimento real é de continuidade da opressão e submissão. “Os ‘fatores’ que permitem o crescimento das forças produtivas e a manutenção das relações de produção deterioraram a vida social, a consciência e a ação, mascarando o fenômeno central” (LEFEBVRE, 1973, p.25)

Mas existe aí um importante componente desta estratégia que não se pode desprezar e que convém evidenciar. O poder coercitivo do capital encontra seus limites não apenas na resistência à subordinação exercida pelos trabalhadores descontentes, mas também dentro de seus próprios limites de atuação enquanto ‘fração isolada de capitalistas’. Como vimos, a união entre o capital produtivo, o capital financeiro e a propriedade da terra, formando um monopólio que dissocia o trabalhador de *todas* as condições de sua reprodução em termos de produção do espaço e de reprodução das relações de produção, logra aumentar este poder coercitivo e passa a guiar a produção e reprodução da sociedade a partir do rentismo. Mas isto ainda é insuficiente para uma dominação total. Henri Lefebvre observava em *La révolution urbaine* [1970] que haviam, já naquele momento, duas estratégias para esta dominação: de um lado, o poder do capital representado pela ideologia do “neoliberalismo (que permite o máximo de iniciativa à empresa privada e, no que concerne ao ‘urbanismo’, aos promotores imobiliários e aos bancos)”; de outro lado, o poder político, representado pelo “*neodirigismo* (que põe ênfase numa planificação, pelo menos indicativa, que, no domínio urbanístico, favorece a intervenção dos especialistas e dos tecnocratas, do capitalismo de Estado)”. (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.94. grifo no original). O poder de Estado constitui um importante vetor, uma força auxiliar ao monopólio do capital, para que se consolide uma ainda maior automatização na reprodução das

relações de produção.

Deve-se observar que este imbricamento do Estado com o capital, que se segue e se intensifica no século XXI, possui uma dupla função. De um lado, o poder político possibilita ao capital o acesso e a apropriação de valores de uso espaciais antes restritos ao Estado, mercantilizando-os por seu valor de troca. Não é este o caso das constantes privatizações e parcerias entre o público e o privado, tão em voga na contemporaneidade? Relembrando ainda a questão das diferentes composições orgânicas do capital entre setores, regiões e países e de como esta diferença possibilita uma dominação através do espaço e da obtenção de lucros e rendas diferenciais, pode-se afirmar que estas “relações entre setores e países à escala planetária se concretizam, assim, enquanto relações *espaciais* [...] Desse modo, o *valor de uso* do espaço torna-se *político*” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.121. grifo no original). A expansão das forças produtivas à um nível mundial (guiada pelo neoliberalismo e pelo capital transnacional) “engendrou firmas e sociedades ‘supra’ ou ‘multi’ nacionais, os quais sabemos que tendem a sobrepujar os Estados, a se servir deles para dominar e gerar em seu benefício um território”¹⁰⁰ (LEFEBVRE, 1978, p.416). Mas isso não é tudo. De outro lado, o poder político associado ao capital atua através da própria atividade política (produção no sentido amplo): leis, planejamento, planos, destinação de recursos e priorização de determinadas causas fazem parte do jogo político, além da relativização das regras deste mesmo jogo a depender da ‘conjuntura’ ou do ‘jogo de forças’. Tudo isto significa, portanto, que o monopólio formado pela associação entre capital produtivo, o capital financeiro e a propriedade da terra, possui um importante aliado para alavancar cada um de seus domínios (estimular o campo da produção, modificar as taxas de juros, liquidar o patrimônio público, por exemplo).

A participação do Estado nessa dupla função faz com que se obtenha desta intervenção um domínio subjetivo, inconsciente. Este ponto também é levantado por David Harvey, no mesmo artigo citado acima. Afirma ele que “O confronto direto entre o capital e o trabalho no ambiente de vida exacerba as tensões e os conflitos de classe, principalmente porque o trabalho pode facilmente identificar o inimigo”. Logicamente, esta característica é cada vez mais modificada pela contemporaneidade com as modificações no mundo do trabalho¹⁰¹, mas seu fundamento permanece válido: a questão de que “é vantajoso para os produtores capitalistas procurar

¹⁰⁰ “a engendré les firmes et sociétés 'supra' ou 'multi' nationales, dont nous savons qu'elles tendent à surclasser les États, à se servir d'eux pour dominer et gérer à leur profit un territoire”

¹⁰¹ Trataremos deste ponto mais adiante, mas basta considerar a descentralização envolvida nos processos de precarização e terceirização do trabalhador, acompanhada de uma intensa burocratização e informatização deste mundo do trabalho para perceber que o ‘outro’, o ‘inimigo’ se encontra cada vez mais difuso.

influências mediadoras que tornam difuso o objetivo do descontentamento dos trabalhadores”. Variadas estratégias podem ser tomadas nesta direção, dentre elas “a privatização da oferta de habitações, a criação de uma classe de locatários, a criação de inúmeros intermediários nos setores varejista e atacadista”, mas também “a prestação, pelo governo, de serviços sociais e bens públicos” (HARVEY, 1982 [1976], p.24). O Estado, neste contexto, passa a enfrentar contestações e reivindicações programadas para desviar o foco dos verdadeiros responsáveis pelo *estado crítico* e por seu *aprofundamento*. Assim, a falta de espontaneidade atinge inclusive o horizonte de luta daqueles cotidianamente oprimidos.

Neste ponto podemos retomar nosso objetivo. Explicitar através de três movimentos que a metrópole, a forma espacial do *estado crítico*, se apresenta e se consolida por se apropriar (e modificar ao curso desta apropriação) *relações* estabelecidas a partir de/dentro de uma hierarquia: a hierarquia do capital. Isto indica uma direção. A de que a re-produção do espaço metropolitano repousa nos instrumentos que perpetuam o *aprofundamento do estado crítico*: a reprodução da desigualdade pela apropriação de um espaço desigual; a produção de um espaço de orientação rentista a partir de um monopólio que celebra a aliança entre capital, terra e o Estado; a automatização da sociedade na reprodução de suas relações de produção para manutenção deste modo de produção. O espaço da metrópole é o espaço do conflito, por excelência:

“É neste espaço dialetizado (conflitual) que se consuma a reprodução das relações de produção, é este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico. Através de um imenso processo, o capitalismo apoderou-se da cidade histórica, fê-la explodir, gerou um espaço social que ocupou, continuando a sua base material a ser a fábrica e a divisão técnica do trabalho no seio da empresa.” (LEFEBVRE, 1973, p.19-20)

Sumariamente, o percurso traçado tem uma direção bem delineada. As relações (de produção) apropriadas pela metrópole se encontravam pré-estabelecidas no espaço da cidade (ruralizada) e do campo (urbanizado). O capital subordina algumas relações pré-estabelecidas enquanto faz com que outras relações sobrevivam modificando seus conteúdos, num crescimento ‘multiforme e multilateral’. “Algumas vezes [...] o capitalismo faz tábula rasa de tudo o que precedeu [...] Outras vezes (e é o mais frequente), o capitalismo penetra insidiosamente, corrói mais do que destrói, sujeita a si o existente”. Neste percurso, duas tendências: a urbanização e a mundialização. Caminhando juntas, tendem, contudo ao anti-urbano, porque há, sobretudo, um *desenvolvimento desigual induzido*, uma *automatização dos referenciais*, que sugerem uma relação de poder, de um único referencial: a metrópole, que tudo concentra e que exerce sua influência à territórios outros, que torna a produção (sentido estrito e amplo) repetitiva, o espaço

um produto. Nela, assim como no espaço do qual ela se apropria, “as estruturas de formações anteriores ao capitalismo podem ou desaparecer ou permanecer gozando de uma independência aparente. A realidade essencial exprime-se em uma lei: a lei da *subordinação* ao capitalismo das formas e estruturas anteriores, na medida em que persistem” (LEFEBVRE, 2020 [1957], p.186-187). A passagem do agrário ao industrial, do industrial ao urbano, não se constitui desta maneira? A metrópole continua este percurso do ponto de vista do capital, trazendo novas informações: a compressão espaço-tempo, a internacionalização dos mercados, o capital transnacional, a colonização espacial e a financeirização da produção do espaço são alguns de seus componentes. Seu resultado é o constante mal-estar, o prolongamento e aprofundamento do *estado crítico*, do qual não é o capital o único responsável. O Estado, o poder político, são também cooptados como atores fundamentais para este *continuum*. A metrópole, como produção, reprodução e apropriação do espaço, garante a sobrevivência do capital através da reprodução de suas relações de produção. Seu espaço oculta a crise constante, substitui a espontaneidade orgânica por automatização controlada e tende à completa dissociação entre os indivíduos e a posse dos meios de sua própria reprodução. Isto quer dizer que através da metrópole o capitalismo alcança uma coesão interna suprema? Não. Significa que aumentam também as contradições, as tensões e os conflitos, embora modificados. Significa, portanto, que se faz necessário uma leitura mais detalhada do impacto desta sobrevivência do capital na produção do espaço e seu papel na contrarrevolução urbana, situações (im)previstas por Rodrigo Lefèvre e Henri Lefebvre, para que se posicione a (im)possibilidade de *ruptura*.

2.2 SOBREVIDA DO CAPITAL E O ARQUITETO PRECARIZADO

Retomemos este aspecto específico, que consiste em razão e condição da sobrevivida do capital, a (re)produção das relações de produção. Ela só é possível num espaço específico: o espaço instrumentalizado, que tende ao homogêneo; um espaço pré-existente, do qual o capital se apropria; um espaço calcado nas relações de propriedade, que cobra seu tributo (tributo este que sob o domínio do capital modifica-se de obstáculo para objetivo); um espaço, sobretudo, que mantenha as condições de reprodução social dissociadas de seus habitantes, mediadas pelo capital (e seu imbricamento com o Estado); aspectos que cada vez mais se aprofundam e se diversificam em termos de estratégias, formas que se alteram mas mantendo sempre um mesmo conteúdo, uma mesma intenção. É nesta direção que temos olhado para o espaço metropolitano, contradição constante (cidade-campo, urbano-anti-urbano), entre previsões e imprevisões dos dois autores aqui trabalhados. Mas este mesmo espaço possui uma característica fundamental ainda pouco explorada neste estudo: a finitude.

Com esta característica em vista, devemos relembrar dois apontamentos colocados aqui através da obra de Henri Lefebvre. Primeiro, o apontamento de que o espaço passa a integrar o conjunto das ‘novas raridades’. Ora, já concordamos com esta colocação, pois o espaço implica sempre um lugar, uma localização, relações espaciais, sensações, acessos, disponibilidades e/ou falta de recursos. É irreprodutível. Mas esta condição do espaço não está ligada exatamente também à sua finitude? Embora seja possível ganhar espaço em relação aos mares e oceanos, tornar habitáveis locais de condições extremas ao ser humano ou até multiplicar o espaço em novos níveis (sobressolo ou subsolo), ainda assim ele não se torna infinito (apesar das tentativas e desejos do capital). A pesquisa espacial (cosmonauta) ainda pode entregar respostas sobre uma expansão espacial em direção a outros planetas (uma extensão desastrosa da reprodução das relações de produção em escala interplanetária?), mas isto ainda ocupa o campo das impossibilidades. Por ora, o espaço que ocupamos possui uma extensão conhecida e limitante (de espaço, ele mesmo, e também de recursos), o que aponta para algumas contradições particulares. No campo, um espaço limitado coloca um problema em relação ao espaço dedicado à produção de commodities frente ao que se utiliza para a produção de alimentos, por exemplo. Na cidade, considerando uma estabilidade na sua expansão, questiona-se o vazio frente à escassez, a abundância de espaço (construído) em relação à falta de (um) espaço. Estas

contradições se conectam ao tema da finitude do espaço por razões óbvias: o planeta (espaço existente disponível) não pode suportar uma expansão do domínio sobre o espaço *ad infinitum*. Uma correta distribuição espacial é uma velha questão sempre presente (a reforma agrária, a reforma urbana). Mas, do ponto de vista do capital, o que se coloca é um desafio: produzir continuamente um espaço finito e que tende ao homogêneo (espaço como produto), reproduzido aqui e ali com as mesmas características, mas que ao mesmo tempo busca se diferenciar como raridade, como algo exclusivo e único, num esforço constante para elevar as taxas de lucro e sair do ‘preço geral de produção’, como argumenta Rodrigo Lefèvre (1982). Trata-se de um desafio da busca incessante pelo preço de monopólio.

Sabemos que, ao fazer parte das novas raridades, o espaço passa a ser objeto de muitas possibilidades ao capital, que passa a controlá-lo, produzi-lo. A produção do espaço passa ao primeiro plano e esta produção tende ao homogêneo (à fragmentação e hierarquização). Dada a finitude do espaço, sua constante homogeneização não acarretaria justamente em negação de sua raridade, ao menos em seu aspecto como mercadoria, como produto imobiliário? Se a produção do espaço passa ao primeiro plano e, com isso, a produção imobiliária, significa que o espaço passa a ser uma raridade para aqueles que não conseguem pagar para acessá-la. Mas a própria produção imobiliária, ao levar a cabo sua homogeneidade, se torna saturada. O lucro médio não é suficiente para sustentar o crescimento capitalista, é necessário buscar lucros extraordinários, além é claro de lutar contra a tendência de queda da taxa de lucro. Como consegui-lo? Apesar de o espaço instrumental apresentar uma tendência espacial ao homogêneo, esta tendência não se completa. A produção capitalista do espaço deve buscar alguma *heterogeneidade* dentro da homogeneidade que ela mesma induz, como condição de sua própria reprodução e sobrevivência. Se a sobrevivência do capital se dá por meio da re-produção das relações de produção, isto não inclui apenas as relações que se dão sobre o espaço, no cotidiano, das quais o espaço é testemunha e abrigo. *A sobrevivência inclui a re-produção (reproduzir repetitivamente, re-produzir novas produções) de relações de produção do próprio espaço.*

Ao buscar alguma heterogeneidade, a produção do espaço pode operar dentro de um quadro que envolve sua produção direta, o objeto construído, e aquilo e aqueles que este objeto envolve. Logicamente, esta diferenciação dentro do próprio ramo de produção pode remeter à uma ‘competitividade entre capitais’, se o desejo for usar um termo que se adequa à linguagem empresarial, o que nos levaria a uma análise sobre o processo produtivo (maior ou menor

produtividade, contabilidade dos custos da produção etc.), sobre a captação de recursos (financiamentos de obra, abertura de capitais, incorporação através de investidores diversos), sobre as estratégias de marketing (ideologia aplicada no consumo do espaço, na forma arquitetônica, no fetiche dos usos) e ainda sobre estratégias urbanísticas e políticas (pressão pra revisão de planos e zoneamentos, elaboração de mecanismos de compensação vantajosos, artifícios para ‘burlar legalmente’ os parâmetros). Implica dizer, portanto, que existem diferentes níveis nos quais esta produção opera. Um nível que se refere à própria produção do objeto construído, um nível que se refere a esta produção de modo mais amplo, inserindo-a num contexto político econômico local e mundial e outro nível que situa esta produção dentro do imaginário e consciente coletivos, no cotidiano de reprodução das relações de produção.

A indicação destes níveis já estava presente em *La révolution urbaine* [1970] de Henri Lefebvre, e aparece justamente quando ele discute a *ilusão urbanística*, o que não se dá por mero acaso. Para Lefebvre, o urbanismo encobre uma ‘gigantesca operação’, ele oculta “sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço, a luta contra a queda tendencial do lucro médio etc.”. Esta gigantesca operação, a estratégia de sobrevivência do capital, se explica através dos níveis propostos:

“A produção do espaço, em si, não é nova [...] O novo é a produção global e total do espaço social. Essa extensão enorme da atividade produtiva realiza-se em função dos interesses dos que a inventam, dos que a gerem, dos que dela se beneficiam (largamente). O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial. [...] A estratégia vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.171-172).

Se ao nível imediato corresponde ‘a produção do espaço em si’, uma produção muito mais ligada à produção material, objeto do capital produtivo aplicado à construção, ao nível global e total correspondem a ‘reorganização completa da produção’ – reorganização econômica dos fluxos de capital (global), reorganização das relações sociais de produção (total). É esta a divisão em níveis da qual Lefebvre lança mão, indicando ainda que estes níveis, nesta reorganização que consiste na grande estratégia do capital, estarão subordinados aos centros de informação e decisão. Não seriam estes centros a(s) metrópole(s)?

A distinção entre estes níveis foi colocada também por Paulo César Xavier Pereira (org.) e Guilherme Moreira Petrella em *Imediato, global e total na produção do espaço*, cujo título já evidencia esta operação, e que pode ser referenciado aqui como colaboração no sentido de seu

desenvolvimento e entendimento¹⁰². Segundo eles, no nível imediato há predominância da ‘especificidade imobiliária’, cuja produção mobiliza um duplo monopólio (capital produtivo e propriedade fundiária); enquanto no global pode-se perceber os processos espoliativos (urbano, imobiliário, financeiro) como estratégias de reprodução de capital; já no nível total destacam-se as condições e contradições da reprodução social (das relações de produção, do cotidiano, da vida). Mais do que níveis de análise, esta tríade indica – antes mesmo de qualquer análise – que há um *algo a mais* a ser percebido quando se trata da produção do espaço, que não se avalia (e nem se produz) o espaço de modo isolado (o espaço pelo espaço), mas sim que esta produção está inserida num contexto que remete à uma globalidade e à uma *totalidade*. O espaço global, a urbanização generalizada (metropolização), a constituição de um mercado mundial, o domínio do capital em todos os aspectos da vida humana. Não é disto que se trata? Ao dizer ‘produção do espaço’ invocam-se estes três termos, inseparáveis, que contêm uma dialética entre si: imediato-global-total. Estabelecer o foco em um destes termos, em detrimento dos outros, significa limitação e insuficiência – de análises, diagnósticos, ‘soluções’, e inclusive de rupturas. É isto que a tríade aponta como colaboração fundamental.

Tratando-se do espaço urbano, da cidade, é importante ter em vista que a noção de uma totalidade e a crítica à fragmentação do pensamento e do conhecimento sobre a cidade rebatem diretamente no arquiteto e no urbanista (ou no arquiteto e urbanista, em alguns casos). Embora completamente envolvidos na produção do espaço, é evidente que este envolvimento não é obrigatoriamente total. Pode ser, como vimos, uma prática calcada no campo cego em que se inserem, correspondendo a cada um dos níveis em separado. Arquitetos podem se concentrar sobre a organização do processo imediato de produção – projeto e/ou canteiro de obras – sem nunca vislumbrar o global e o total, num horizonte em que o desenho pode se tornar ele mesmo um fetiche para exploração e opressão no canteiro de obras e na própria elaboração de projetos – uma criação humana que domina seus próprios criadores, para relembrar uma passagem já muito conhecida. Isto ajudaria a explicar insanas jornadas de trabalho, mas também como a forma mercadoria domina esta produção. Por outro lado, podem focar no nível global, o que inclui os fluxos de capital e o Estado, o espaço construído das cidades – projetos e planejamento – onde a falta de foco no imediato e no total faz com que os planos e as leis se descolem do real, da produção material e da reprodução social. A aproximação exclusiva e concentrada no

¹⁰² Esta distinção se encontra na introdução geral e na introdução de cada capítulo. PEREIRA, Paulo César Xavier (org.). Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018.

aspecto total da produção do espaço, por sua vez, vai buscar no cotidiano – que pode ser o da precariedade e da necessidade; da luta, nos movimentos sociais; ou mesmo da alienação das mais diversas camadas sociais – seu *leitmotiv*. Diante desta dificuldade é possível abstrair os outros níveis? É possível se manter a parte das contradições que correspondem ao global e imediato? Evidentemente não. Projetos, planos, assessorias e qualquer perspectiva de ativismo podem ficar sujeitos à profundas contradições numa aproximação parcial da totalidade. E o ponto fundamental, contudo, é que até mesmo uma consciência em direção ao total por parte destes profissionais, fundamentada na dialética triádica imediato-global-total, vai encontrar limitações impostas à todas as possibilidades de atuação profissional, que correspondem ao caráter parcelar com que se constrói essa disciplina e campo do conhecimento.

Podemos ainda adicionar um pouco mais de perspectiva para prosseguir nesta direção. Ainda em *Le droit à la ville* [1968] Henri Lefebvre apontava que a partir de uma divisão social do trabalho entre o campo e a cidade, se separam também o trabalho material e o intelectual. Sabemos que esta divisão é ao mesmo tempo real e fictícia na contemporaneidade – a metrópole hierarquiza a produção a partir desta divisão social do trabalho, concentrando o trabalho intelectual, mas também se apropria do trabalho material – Lefebvre, contudo, refere-se à cidade da antiguidade. Ali, onde ‘nascia a filosofia’, essa divisão se operava e à cidade passava a corresponder o trabalho intelectual: “funções de organização e de direção, atividades políticas e militares, elaboração do conhecimento teórico (filosofia e ciências)”¹⁰³. Mesmo esta filosofia, nascida na cidade e que objetivava uma *totalidade*, possuía suas divisões, dentre as quais se poderia apreender a cisão entre “a Physis e o Logos, entre a teoria e a prática, as separações entre *práxis* (ação sobre os grupos humanos), *poiësis* (criação de obras), *techné* (atividade armada com técnicas e orientada para os produtos)”¹⁰⁴. Contudo, para Lefebvre, apesar de a filosofia se tornar ela mesma atividade especializada, ela não se tornava *parcelar*. Do contrário, “ela se confundia com a ciência e as ciências, elas mesmas nascentes”¹⁰⁵. Nesta perspectiva, a filosofia se estende. Desde a antiguidade até a modernidade, conserva algo que lhe é próprio. “Somente a filosofia e o filósofo propõem uma *totalidade* : a busca de uma concepção ou de uma visão global. Considerar ‘a cidade’ não é desde já prolongar a filosofia, reintroduzir a

¹⁰³ “fonctions d’organisation et de direction, activités politiques et militaires, élaboration de la connaissance théorique (philosophie et sciences)”

¹⁰⁴ “la Physis et le Logos, entre la théorie et la pratique, et, dans la pratique, les séparations entre *praxis* (action sur les groupes humains), *poiësis* (création d’œuvres), *techné* (activité armée de techniques et orientée vers les produits)”

¹⁰⁵ “elle se confondrait avec la science et les sciences, elles-mêmes naissantes”

filosofia na cidade ou a cidade na filosofia?”¹⁰⁶. O que ele coloca, então, é que apesar da separação (práxis, poieis, technê), a filosofia sempre buscou restituir o todo, ou ao menos, como uma filosofia total, *deveria* restituir o todo. Mas a filosofia não é um instrumento para alcançar a totalidade. “Os conceitos filosóficos não tem nada de operatório e, ainda assim, situam a cidade e o urbano – e a sociedade inteira – como unidade abaixo e além das fragmentações analíticas”¹⁰⁷ (LEFEBVRE, 1974 [1968], p.37-44. tradução livre, grifo no original). O que Lefebvre indica não seria a utilização da filosofia em busca da totalidade, nem de um tornar-se filósofo. Mas sim, operar tal qual a filosofia, em busca da restituição do total.

É exatamente o contrário deste sentido que se opera a partir do século XIX. “Contra a filosofia que se esforça para compreender o global (encerrando em sua sistematização racional uma totalidade real) se constituíram as ciências da realidade social”¹⁰⁸. Não precisamos enumerá-las ou retomar o processo que as fazem caminhar até a contemporaneidade. O método de operação destas ciências se mantém, e é ele mesmo contrário à uma totalidade. “Essas ciências fragmentam a realidade para a analisar, cada uma com seu método ou seus métodos, seu setor ou seu domínio”¹⁰⁹ (LEFEBVRE, 1974 [1968], p.45. tradução livre). A própria constituição das ciências parcelares e especializadas é ela mesma uma não totalidade, um estímulo à fragmentação, impondo um desafio impossível àqueles que se propõem restituir o total. O que lhes resta é uma junção de fragmentos em nome de alguma síntese possível, sempre a partir de uma perspectiva parcelar.

“Se olharmos com atenção, veremos que os especialistas que estudaram a realidade urbana quase sempre (salvo nos casos de um positivismo logicamente extremista) introduz uma representação global. Eles dificilmente podem passar de uma síntese, de se contentar de uma soma de conhecimentos, de decupagens e montagens da realidade urbana. Eles afirmam ainda, como especialistas, passar legitimamente de suas análises à síntese final da qual eles emprestam o princípio à sua especialidade. Eles se veem como ‘homens de síntese’ pelo caminho de uma disciplina ou de uma tentativa interdisciplinar. Na maioria das vezes, eles concebem a cidade (e a sociedade) como um *organismo* [...] Organicismo, evolucionismo, continuísmo tem então dominado as representações da cidade elaboradas pelos especialistas que se consideram estudiosos e somente estudiosos. Filósofos sem saberem, eles saltam do parcial ao global e

¹⁰⁶ “Seule la philosophie et le philosophe proposent une *totalité* : la recherche d’une conception ou d’une vision globale. Considérer ‘la ville’ n’est-ce pas déjà prolonger la philosophie, réintroduire la philosophie dans la ville ou la ville dans la philosophie ?”

¹⁰⁷ “Les concepts philosophiques n’ont rien d’opérateur et cependant ils situent la ville et l’urbain – et la société entière – comme unité, en deçà et au-delà des fragmentations analytiques”

¹⁰⁸ “Contre la philosophie qui s’efforce de saisir le global (en enfermant dans sa systématisation rationnelle une *totalité* réelle) se constituèrent les sciences de la réalité sociale”

¹⁰⁹ “Ces sciences fragmentent la réalité pour l’analyser, chacune ayant sa méthode ou ses méthodes, son secteur ou son domaine”

também do fato ao direito, sem legitimar suas *démarches*”¹¹⁰ (LEFEBVRE, 1974 [1968], p.46-47. tradução livre)

Muito pode ser dito a partir desta passagem, mas atentemos aos fatores fundamentais colocados por Henri Lefebvre. Para ele a realidade urbana e social é recortada por ciências parcelares que, a partir de sua própria perspectiva e preocupações, realizam suas análises. Quando confrontados a legitimá-las, procedem à uma elaboração de conjunto de análises parciais, justificando a profundidade destas sínteses através de seu caráter interdisciplinar. É evidente que este procedimento difere fundamentalmente de uma análise que se propõe total desde seu início. A concepção da cidade (e da sociedade) como um organismo e o ‘organicismo, evolucionismo e continuísmo’ como caminhos para retratá-la apenas tornam isto mais cristalino.

Isto nos coloca diante do segundo apontamento a retomar a partir ainda de Henri Lefebvre, o desenvolvimento desigual. Evolucionismo e continuísmo, tão característicos de uma abordagem parcelar sobre a realidade, parecem estabelecer um certo otimismo como cegueira. Sem compreender o total – o que não pode ser senão um domínio total do capital – são estabelecidas ideologias (à direita e à esquerda) de um presente remediável, de um futuro consertado e próspero. A desigualdade de desenvolvimentos e sua instrumentalização pelo capital pode facilmente se apresentar aqui como um elemento de destruição destes sonhos dourados. É necessário compreender que é justamente a partir desta desigualdade que se possibilita ir além do lucro médio. Em relação à produção do espaço e da ocupação de um espaço finito, a estratégia de sobrevivência do capital se apoia numa raridade que pode ser induzida, planejada, além de seu aspecto limitante ‘natural’. A desigualdade de desenvolvimento pode ser induzida, produzida e reproduzida. Dentro de um contexto de produção da homogeneidade, não é a desigualdade que assegura um caráter heterogêneo para as mercadorias no espaço, seu aspecto de raridade?

Aqui precisamos avançar com cuidado, trata-se de um campo espinhoso. Principalmente porque o tema do desenvolvimento desigual, da oposição entre ‘desenvolvido’ e ‘atrasado’, já permeou intensos debates sobre as condições latino-americanas e brasileiras, sobretudo nos debates

¹¹⁰ “En regardant de près, on s’aperçoit que les spécialistes qui ont étudié la réalité urbaine ont presque toujours (sauf dans le cas d’un positivisme logiquement extrémiste) introduit une représentation globale. Ils ne peuvent guère se passer d’une synthèse, en se contentant d’une somme de connaissances, de découpages et montages de la réalité urbaine. Ils prétendent alors, en tant que spécialistes, aller légitimement de leurs analyses à la synthèse finale dont ils empruntent le principe à leur spécialité. Ils se veulent ‘hommes de synthèse’ par le chemin d’une discipline ou d’une tentative interdisciplinaire. Le plus souvent, ils conçoivent la ville (et la société) comme un *organisme* [...] Organicisme, évolutionisme, continuisme ont donc dominé les représentations de la ville élaborées par des spécialistes qui se croyaient savants et seulement savants. Philosophes sans le savoir, ils sautaient du partiel au global et aussi du fait au droit, sans légitimer leurs démarches”

cepalinos, e ainda guiou interpretações acerca da produção do espaço que levaram à interpretações de um suposto atraso na indústria da construção. O tema vale um pequeno percurso em torno do *Ornitorrinco* de Francisco de Oliveira, para que fique claro o raciocínio aqui implicado que, a primeira vista, parece simples: encarar o subdesenvolvimento como uma condição do capitalismo. Não apenas uma condição periférica, mas sim um pressuposto do capitalismo mundial.

O ponto de partida é a crítica elaborada por Oliveira. Para compreender corretamente a novidade elaborada na *Crítica à razão dualista* é necessário ter em vista a trajetória histórica das interpretações sobre a formação da sociedade brasileira. Brevemente, poderíamos assinalar uma variação destas interpretações, sobretudo a partir dos anos 1930, entre as que identificavam no Brasil resquícios de uma conformação feudal e de uma herança colonial, ou ainda que consideravam existir no país uma convivência entre o “moderno” e o “atraso”, e aquelas que negavam estas perspectivas. A complexidade deste percurso teórico é grande. Segundo Pericás:

“As avaliações sobre o quadro nacional e suas consequências foram elaboradas, ao longo dos decênios, por uma grande quantidade de importantes intelectuais, com conclusões distintas entre si. No caso do marxismo, o tema poderia ser apresentado tanto como um curso que obrigatoriamente passaria por ‘etapas’ definidas quanto como um fenômeno permanente, ininterrupto, seguido diretamente para o socialismo (neste caso, as tarefas ‘democrático-burguesas’ seriam cumpridas pela direção das massas trabalhadoras). Se alguns viam a necessidade de se eliminar os ‘restos feudais’ no campo e promover o capitalismo no país, houve também aqueles que negavam o caráter ‘feudal’ das relações no agro e reconheciam a dinâmica capitalista no território brasileiro (dentro da lógica do mercado mundial e da acumulação primitiva) desde o período colonial. Na esquerda moderada, não marxista, por sua vez, muitos não vislumbravam sequer um *outcome* socialista, mas um desfecho que consolidasse um quadro de liberdades democráticas, melhor distribuição de renda, industrialização e maior autonomia econômica nacional.” (PERICÁS, 2019, p.12)

Dentro desta variedade de interpretações, o contexto histórico mais próximo da obra de Oliveira, com o qual ele irá dialogar, se define pela preponderância das análises cepalinas. A fundação da CEPAL, em 1948, garantiu destaque para a teoria do subdesenvolvimento, uma perspectiva que perpetuava o dualismo moderno-atraso, tendo em Celso Furtado um de seus principais intérpretes¹¹¹. A partir dos anos 1960, se desenvolve também a interpretação da Teoria da dependência, não sem uma divisão interna entre críticas mais radicais ou moderadas, continuidades e rupturas em relação ao modelo cepalino. Se, por um lado, alguns teóricos da

¹¹¹ “Com uma trajetória exitosa em diversos organismos nacionais e estrangeiros, como a Cepal, o BNDE e a Sudene, tendo sido ministro de Estado e professor na Sorbonne, ‘o grande economista da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista’ do país, ‘estruturalista’ e ‘keynesiano’, produziu, ao longo das décadas, uma diversidade de obras emblemáticas com foco na compreensão da realidade brasileira e de sua estrutura econômica, para em seguida propor as possibilidades de progresso nacional com base em análises técnicas, históricas e políticas” (PERICÁS, 2019, p.57)

dependência iriam apostar na via moderada¹¹², que poderia ser interpretada como uma continuidade da análise no estilo cepal, outros caminhariam na direção da revolução como via de superação do ‘subdesenvolvimento’¹¹³, dando mostras de rupturas com os modelos do desenvolvimentismo e do keynesianismo. Os movimentos teóricos, portanto, se mostravam heterogêneos.

Francisco de Oliveira tentará, portanto, posicionar sua obra em meio a este contexto, e é aí que a dificuldade se inicia. “A perspectiva deste trabalho é a de contribuir para a revisão do modo de pensar a economia brasileira”, afirma ele, logo no início da *Crítica à razão dualista*, observando que “por todos os lados, o pensamento socioeconômico latino-americano dá mostras de insatisfação e de ruptura com o estilo cepalino de análise”. Esta ‘renovação’ do pensamento latino-americano, segundo ele, se inicia “mediante a utilização de um arsenal teórico e metodológico que esteve encoberto por uma espécie de ‘respeito humano’ que deu largas à utilização do arsenal marginalista e keynesiano”. A renovação, portanto, tentaria se opor às abordagens que se “dilaceravam nas pontas do dilema” e acabavam por construir “o estranho mundo da dualidade e a desembocar, a contragosto, na ideologia do círculo vicioso da pobreza” (OLIVEIRA, 2013, p.29-31).

Dessa maneira, Oliveira tenta reconhecer a contribuição das interpretações cepalinas, colocando-as como uma espécie de ponto de partida. A ruptura se daria a partir delas, e não em sua negação

“O esforço reinterpretativo que se tenta neste trabalho suporta-se teórica e metodologicamente em terreno completamente oposto ao do dual-estruturalismo: não se trata, em absoluto, de negar o imenso aporte de conhecimentos bebido diretamente ou inspirado no ‘modelo Cepal’, mas exatamente de reconhecer nele o único interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e a latino-americana” (OLIVEIRA, 2013, p.31-32)

Mesmo com esta observação, ele faz questão de colocar que “a ruptura com o que se poderia chamar o conceito do ‘modo de produção subdesenvolvido’ ou é completa ou apenas se lhe acrescentarão detalhes”. Lembra que “o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo [...] uma formação capitalista e não simplesmente histórica”, o que

¹¹² A mais destacada obra neste sentido talvez seja a de Fernando Henrique Cardoso, como, por exemplo: CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010

¹¹³ Aqui podem-se considerar, entre outros, autores como Ruy Mauro Marini (*Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013), Theotonio dos Santos (*O caminho brasileiro para o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1985) André Gunder Frank (*Latin America: underdevelopment or revolution*. Nova Iorque: Monthly Review, 1969).

deixa claro que, para ele, o subdesenvolvimento não é uma fase, rumo à uma realidade desenvolvida. A ruptura, então, deve ser teórica e prática. No que tange o plano teórico, a tese de que o subdesenvolvimento “como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’, não se sustenta como singularidade”. A razão para isso é que esta dualidade “é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos”, o que significa não interpretar a desigualdade de desenvolvimentos como uma particularidade brasileira ou latino-americana, mas sim uma característica intrínseca do capitalismo global. Mas a complexidade vai ainda mais longe, porque “a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (OLIVEIRA, 2013, p.32). De fato, não há uma simples coexistência e sim uma dependência mútua entre os diferentes, que não se deixa enxergar, ou, em alguns casos, não se quer enxergar. Com relação ao campo da prática

“a ruptura com a teoria do subdesenvolvimento também não pode deixar de ser radical [...] Com seus estereótipos de ‘desenvolvimento autossustentado’, ‘internalização do centro de decisões’, ‘integração nacional’, ‘planejamento’, ‘interesse nacional’, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do ‘desenvolvimentismo’ que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam. A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista” (OLIVEIRA, 2013, p.34)

Com afirmações tão categóricas, onde se daria então a dificuldade de posicionar o trabalho de Oliveira em seu contexto, senão de *oposição* ao modelo cepalino? Justamente no *Ornitórrinco*. Ele irá pontuar em seu escrito de 2003 que “a *Crítica à razão dualista* tenta apanhar esses caminhos cruzados: como ‘crítica’, ela pertence ao campo marxista, e, como especificidade, ao campo cepalino”. Vai afirmar ainda que seu ponto de vista se encontra numa espécie de fusão teórica, “é cepalina e marxista no sentido de mostrar como a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante” (OLIVEIRA, 2013, p.128). O ornitórrinco, dessa maneira, atesta uma espécie de dualidade da própria crítica à razão dualista, na qual Marx – talvez no campo da dialética e da luta de classes? – e Weber – no campo da singularidade? – se juntam para questionar um modelo dual de oposição entre ‘moderno’ e ‘atraso’.

Esse “ecletismo” não seria exatamente uma novidade. Oliveira afirma que “os cepalinos foram influenciados por Weber – e nas margens também por Marx”. Suas interpretações sobre o subdesenvolvimento, portanto, se inscrevem, weberianamente, no campo da singularidade

histórica, “a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro”. Pela perspectiva de Oliveira se infere que essa referência a Weber em detrimento a Marx se deu porque o marxismo, embora tenha “uma teoria do desenvolvimento capitalista na própria teoria da acumulação de capital”, falhou “em especificar-lhe as formas históricas concretas, sobretudo em relação à periferia. Quando o tentou, obteve alguns dos grandes resultados de caráter mais geral, com a ‘via prussiana’ e a ‘revolução passiva’”. O caráter mais geral atribuído a estas interpretações se deve à falta de especificações das condições brasileiras ou latino-americanas, que lhe conferem especificidade política e social. De qualquer maneira, para Oliveira, todos aqueles que tentaram interpretar a formação econômica periférica brasileira são, de certa forma, devedores “dos clássicos dos anos 1930, que se esmeraram em marcar a originalidade da colônia, da sociabilidade forjada pela *summa* da herança ibérica com as condições da exploração colonial fundada no escravismo” (OLIVEIRA, 2013, p.127). Muitos desses clássicos pertencem ao campo weberiano.

Conforme avança na explicação de sua contribuição, alguns pontos são elencados por Oliveira como pontos fundamentais de sua teorização sobre a especificidade do subdesenvolvimento brasileiro, e vão deixando mais claro seu posicionamento – não de oposição/ruptura com o modelo cepalino, mas sim de uma complementação deste. Assim, seus pontos de contribuição são aqueles que *deixaram de ser percebidos* pelo modelo cepalino¹¹⁴, e não a desconstrução de seus argumentos. A única rejeição explicitamente assinalada por Oliveira segue sendo, portanto, a rejeição ao dualismo.

“Ao rejeitar o dualismo cepalino, acentuava-se que o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter ‘produtivo’ do atraso como condômino da expansão capitalista. O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia” (OLIVEIRA, 2013, p.131)

E por que este posicionamento de não ruptura com o modelo cepalino poderia ser relevante ao ponto de procurar suas evidências ao longo do texto? Precisamente porque este posicionamento faz com que as análises se reflitam em estratégias que não simbolizem *rupturas*, tão necessárias para um real avanço. Há uma oportunidade no pensamento em direção à ruptura da dualidade, que se desenha por compreender que “a singularidade do subdesenvolvimento poderia ser

¹¹⁴ Por exemplo, a percepção de fenômenos que se inserem no processo de formação das cidades brasileiras. “Esse conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades constituía o fulcro do processo de expansão capitalista, que havia deixado de ser percebido pela teorização cepalino-furtadiana, em que pese seu elevado teor heurístico” (OLIVEIRA, 2013, p.130)

resolvida não evolucionisticamente a partir de suas próprias contradições, à condição de que a vontade das classes soubesse aproveitar a ‘riqueza da iniquidade’ de ser periferia” (OLIVEIRA, 2013, p.131). Poderíamos considerar que esta análise, a despeito da variedade de interpretações sobre a formação nacional, é a mais correta. A busca pelo ‘desenvolvimento’ não deveria se basear em modelos de nações ‘desenvolvidas’, que nada têm em comum com nossa realidade e nossos processos históricos, mas sim nas nossas peculiaridades e, sobretudo, na condição periférica, incluindo a maior especificidade que este contexto implica, *a construção de uma via popular*. Esta oportunidade é retomada no *Ornitorrinco*, mas para justificar seu próprio fracasso, lamentando as oportunidades perdidas de inserir-se num modelo que se baseia no papel do poder de Estado e no apoio da burguesia nacional (poderíamos dizer que é uma visão que tem algo de cepalina?). O que não se concretiza nessa possibilidade? “Faltou o outro lado, isto é, que o projeto emancipador fosse compartilhado pela burguesia nacional, o que não se deu. (OLIVEIRA, 2013, p.132). Definitivamente a partir do golpe militar de 1964 em diante (contrarrevolução), a janela para aproveitar a oportunidade se fecha e, daí em diante, a análise de Oliveira sobre o *Ornitorrinco* se baseia na impossibilidade de avanço em meio a Terceira Revolução Industrial. “Hoje, o ornitorrinco perdeu a capacidade de escolha, de ‘seleção’, e por isso é uma evolução truncada” (OLIVEIRA, 2013, p.138).

Questão de posicionamento e de estratégia. Ora, se a formação da realidade ‘subdesenvolvida’ deve ser interpretada à luz de suas especificidades, como podemos avaliar suas possibilidades com os olhos e instrumentos do ‘mundo desenvolvido’? Se uma Terceira Revolução Industrial apresenta novamente obstáculos para a evolução, se a burguesia nacional continua desinteressada no desenvolvimento social, se o Estado é cooptado através de novos golpes, se a financeirização impõe entraves à acumulação e uma crise do trabalho, as estratégias precisam ser pensadas, novamente, por uma *crítica radical*. Daí a importância do posicionamento, das rupturas em lugar de complementação do modelo cepalino, no qual as estratégias não vão além de uma complementação do modelo (sub)desenvolvimentista. O ornitorrinco é, antes de mais nada, a constatação da persistência – um aprofundamento – de condições subdesenvolvidas, apesar de suas mutações. Deve acompanhá-las, o aprofundamento do pensamento radical e, por que não, um aprofundamento em direção às perspectivas que pertencem ao campo da produção do espaço e do marxismo, uma vez que o espaço definitivamente alcança o primeiro plano dentro das estratégias de sobrevivência do capital. Para retomar Lefebvre, podemos lembrar que “se há produção do espaço, não haveria contradições do espaço, ou mais exatamente, conflitos imanentes a essa produção, novas contradições? Se sim, o pensamento de Marx conserva seu

sentido e mesmo toma uma importância maior” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.114).

A partir desta perspectiva construída a partir da contribuição elaborada por Oliveira, pode-se dizer que há, no capitalismo, uma *instrumentalização da desigualdade*. Um desenvolvimento desigual induzido para que se possibilitem inversões de capital quando necessário, configurando esta inversão como uma ‘constante ameaça’. De um lado, há a precariedade, a necessidade, o ‘subdesenvolvimento’ e o ‘atraso’: moradias autoconstruídas, favelas, periferias, ‘informalidade’, ausência ou pouca infraestrutura. De outro, há o chamado avanço: novas construções, centralidades, serviços e comércios ‘formais’, presença de infraestrutura e do Estado. Uma concepção dual opõe os dois espaços, as duas possibilidades, para justificar esta ameaça sempre presente: o atrasado e o informal devem ser formalizados, atualizados. São motivos de intervenção. Mas não é só isso. Há também uma negação cega à esta dualidade, que não permite ver que o próprio combate à esta oposição apenas retroalimenta o sistema. É este o ponto que se torna necessário evidenciar a partir do desenvolvimento desigual e da raridade espacial, pois se torna uma tônica na produção do espaço contemporâneo, sobretudo urbano (metropolitano) e também nas perspectivas de atuação profissional do arquiteto e urbanista. Estes profissionais se encontram frente a um horizonte cada vez mais precário – de perspectivas de atuação, de remuneração, de condições de trabalho, de relevância social – e três razões conectadas com os pontos levantados podem ser demonstradas aqui: a falta de compreensão de uma não linearidade do tempo e da existência e persistência de um desenvolvimento desigual; a atuação profissional dentro de níveis isolados (imediato, global ou total) e como ciência parcelar, a partir de formas de produção do espaço específicas, o que não permite uma totalidade, mas apenas sínteses; a intersecção dos dois pontos acima resultando em limitantes para esta atuação por ofuscar problemas reais e iluminar falsas soluções e alimentar ilusões. O espaço finito como uma raridade induzida, que mobiliza a desigualdade de desenvolvimentos, é um dos fundamentos para a precarização do arquiteto.

2.2.1 HETEROGENEIDADE NO TEMPO NÃO LINEAR

De certo modo, ao nos referirmos à uma *história total* quando da abordagem sobre a sucessão ao longo do tempo das diversas formações econômico-sociais, estamos nos colocando diante de uma concepção não linear do tempo, considerando que existem direções diversas nesta história de crescimento e desenvolvimento humanos, que não caminham num único sentido com um único significado: a *evolução*. Este é um princípio fundamental, sobretudo, quando a realidade que se impõe é a realidade da subordinação, do subjugamento, da opressão. Como

definir possibilidades e impossibilidades contidas nessa realidade se só há uma saída, i.e. a reprodução ou tentativa de reprodução do ‘desenvolvimento’, à imagem e semelhança do dominante? Aí só existiriam dois meios: resignação ou revolução. Mas sem os questionamentos necessários, o que seria do movimento de libertar-se das forças dominantes se não a inversão do modo de entrada nessa dualidade metrópole-colônia? Os dominados se tornariam dominadores, ávidos por um desenvolver-se plenamente? Uma *ruptura* sinalizaria também um ir além neste sentido, de rompimento com algumas compreensões pré-estabelecidas para que se possam modificar também os objetivos em seus mais profundos conteúdos. O niilismo que envolve esta onerosa construção social, contudo, joga muito mais a favor da resignação, que prevalece.

Em *La fin de l’histoire* [1970], Henri Lefebvre indicava justamente esta dificuldade, afirmando que era preciso “prever novos sentidos, novos fins” para conseguir superar o niilismo decorrente do fato de que “a história não cumpriu as suas promessas e é apregoada no mercado ideológico mundial”. As novidades só podem surgir de uma crítica profunda (radical) ao que se encontra estabelecido, incluindo aí a própria concepção da história e do tempo. Lefebvre ilustra como concebemos este passar do tempo histórico: uma vez que ‘o saber liberta’, se desenrola um processo que parece lógico. “No mundo oriental, um só era livre. No mundo antigo, alguns eram livres. No mundo moderno, todos serão livres. Assim vai o tempo”. Neste avançar do conhecimento, o que sabemos? Apreendemos o percurso histórico. Mas, evidentemente, esta concepção histórica se encontra imbuída de uma perspectiva otimista, à qual “juntava-se uma representação fácil de reter: o evolucionismo, que não tardou a tornar-se ideologia corrente; o superior nasce do inferior, o melhor do pior”. Degringolando em ideologia, esta visão legitima uma ação, pois situa o pior como inferior, mas passível de ser melhorado. “Tudo se apresentava então à luz do progresso como formação, gênese, transição, mas de um bem menor para um estado melhor. *O inteligível definia-se pela continuidade*” (LEFEBVRE, 1981 [1970], p.16-17). Um otimismo ideológico que não se confirma só pode ser contestado através da elaboração de ‘novos fins’, de novos sentidos, que devem, portanto, surgir da crítica a esta expectativa continuísta e evolutiva.

Antes de buscar a relação de um tempo não linear com a produção do espaço, voltemos à Marx. Sabemos que Marx pouco se dedicou à análise do espaço urbano, tarefa por vezes empreendida por Engels, mas que isto não significa uma ausência completa do tema em seus escritos. No Livro II d’*O Capital*, por exemplo, no capítulo 12, *o período de trabalho*, Marx aborda a

construção civil justamente por sua peculiaridade de longo tempo de rotação de capital, o que já foi citado acima, comparando-o com outros ramos de produção, que possuem tempos de rotação mais curtos. Marx queria demonstrar a necessidade de um certo grau de desenvolvimento capitalista, ou seja, certo nível de acumulação prévio, que possibilitava que a construção civil fosse objeto de uma produção mercantilizada. Segundo ele, isto só ocorre quando “a concentração do capital já é bastante considerável e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento do sistema de crédito oferece ao capitalista o cômodo expediente de adiantar – e, desse modo, também arriscar – capital alheio, em vez de capital próprio” (MARX, 2014, p.324). Se estas afirmações de Marx, por um lado, representam presciência por indicar um processo de mercantilização (instrumentalização) do espaço que iria se generalizar apenas no final do século seguinte, por outro lado, contudo, podem indicar uma visão linear, progressiva e evolutiva, a partir da interpretação de que o capital penetra na produção do espaço apenas em estágios de um capitalismo desenvolvido, onde já houve uma espécie de ‘acumulação primitiva’. Tal constatação não parece completamente equivocada, mas precisamos mostrar que ela também não se mostra totalmente verdadeira. Uma percepção não linear do desenvolvimento histórico, que sublinha a convivência entre produções pré-capitalistas e capitalistas, ‘desenvolvidas’ e ‘subdesenvolvidas’, ‘avançadas’ e ‘atrasadas’, soa mais adequada por revelar, sobretudo, que esta convivência torna-se muito mais uma dependência mútua do que simples coexistência.

É de amplo conhecimento que o método de Marx ao longo d’*O capital* consiste muitas vezes em tornar constantes determinadas variáveis para poder analisar o movimento de uma variável específica. Neste caso, na análise do tempo de rotação de capital, Marx isola esta variável e equipara a construção civil com outros ramos produtivos tornando constante qualquer outra variável. Assim, aparece a necessidade de um desenvolvimento prévio para absorção da construção civil pelo capital, *apenas por este aspecto*. Tornando outras variáveis não constantes, desenham-se múltiplas possibilidades. É a partir deste entendimento que se pode vislumbrar o papel de outras contribuições de Marx sem criticar injustamente um ponto de vista contido n’*O Capital*, organizado sob este método. Nos *Grundrisse*, por exemplo, Marx já demonstrava compreensão de que tal linearidade evolutiva é apenas aparente. O capital exerce uma dominação total de tal forma que certas relações de produção ‘atrasadas’, ‘pré-capitalistas’ ou não capitalistas, nos aparecem como à espera da dominação, quando na verdade fazem parte da reprodução de capital, como seu pressuposto. “Por essa razão, se, ao final do processo, que foi iniciado sob o pressuposto do capital, o capital parece ter desaparecido como relação formal,

isso só pode se dar porque foram ignorados os fios invisíveis que o capital tece no processo” (MARX, 2011, p. 237). Fica implícito neste trecho a percepção de Marx sobre a coexistência de relações de produção e de produções. Ele trata esta coexistência como um *momento*:

“O capital, para vir-a-ser, pressupõe uma certa acumulação, que já está presente na antítese autônoma do trabalho objetivado frente ao trabalho vivo, *na existência autônoma dessa antítese*. Essa acumulação, necessária ao devir do capital, *que já está contida, portanto, em seu conceito como pressuposto – como um momento –*, precisa ser essencialmente diferenciada da acumulação do capital que já deveio capital, na qual já têm de existir capitais” (Marx, 2011, p.251. grifo próprio)

Se tomamos estas afirmações de Marx pela via do tempo linear evolutivo, caímos na armadilha de interpretar que este *momento* (acumulação prévia, antítese do trabalho objetivado) é efêmero, ocorre no início do desenvolvimento capitalista e desaparece, substituído por alguma evolução. No entanto, se as tomamos pela via de um tempo não linear, compreendemos que este momento está sempre presente, mesmo que ele seja diferenciado da acumulação de capital que já parte da preexistência de capitais. Como pressuposto da reprodução de capital ele não se desenvolve, é mantido em aparente atraso e se submete de maneira quase ‘invisível’. Não seria esta a relação que observamos ao analisar o espaço urbano? Uma vasta gama de relações “informais”, “atrasadas”, que servem de pressuposto para a reprodução de capital, que a alimentam, que coexistem com seu oposto, e que ao mesmo tempo preparam o terreno para a futura acumulação?

É exatamente este ponto que Henri Lefebvre irá retomar a partir da obra de Lênin, pois é o autor russo que “vai mais longe quando descobre que o *capitalismo será incapaz de liquidar, por si próprio, os resquícios das antigas formações econômico-sociais*”, como também já vimos acima. Dessa maneira, só resta ao capital “integrar na produção capitalista a totalidade ou mesmo a maioria da população, contentando-se com subordiná-la, para assim a explorar de maneira mais ou menos indireta” (LEFEBVRE, 2020 [1957], p.187. grifo próprio). Aqui, a concepção do tempo não linear se conecta com a noção de desenvolvimento desigual, que inicialmente pode ser pensada como a diferença de desenvolvimento entre países. Mas o que Lefebvre retoma a partir de Lênin é o apontamento de que se “à escala histórica e mundial, coexistem níveis de desenvolvimento muito diferentes, as mesmas diferenças (mais ou menos acentuadas), encontram-se também em cada país capitalista, por vezes até dentro do mesmo ramo de produção” (LEFEBVRE, 2020 [1957], p.195). Ora, sendo a produção do espaço um campo que contém vários ‘ramos de produção’ (formas de produção), observaremos então uma desigualdade de desenvolvimento interna à ela, que deve ser interpretada como fundamental no contexto de domínio capitalista, um meio de defesa de sua *sobrevida*. A ocultação desta

característica inerente ao capital, já sabemos, não é mero acaso, mas sim uma estratégia de defesa.

Retomando *La fin de l'histoire*, vemos que Lefebvre colocava em xeque a linearidade temporal exatamente porque ela suscita e é sustentada por um *pensamento historiador*, desenvolvido como tática, apologia e ideologia. Se “nos projetos iniciais (Marx) a história e o conhecimento deviam dissipar as ideologias, é agora a própria história que se ideologiza” (LEFEBVRE, 1981 [1970], p.14). Assim, segundo ele, o pensamento historiador obscurece e dissimula uma realidade que pertence ao projeto da modernidade, à racionalidade industrial e à uma sociabilidade burguesa de dominação (sobre a natureza, sobre o trabalho), contribuindo para definir um cotidiano que (re)produz as relações sociais de produção. Tática que garante então a sobrevida do capital, mas por este aspecto particular, no qual a história carrega esta eterna promessa da evolução e do desenvolvimento. Neste contexto há crise da história, pois a história não se concretiza. O tempo linear, progressivo e evolucionista não entrega o que prometeu, não há desenvolvimento, apenas crescimento econômico não distribuído¹¹⁵. A modernidade aguardava uma pós-história, da qual a história ela mesma estava prenhe, desfecho este que, como demonstra César Simoni (2019) Lefebvre interpretaria como positivo ou negativo: em Hegel o tempo histórico possui sentido positivo e caminha linearmente rumo à evolução (do conhecimento, da razão, do Estado); Marx, ao estabelecer sua crítica radical, inverte o sentido colocado por Hegel, o tempo histórico se torna negativo, caminha rumo ao aumento das contradições, da crise, da opressão, e desse contexto de negatividade emerge o devir histórico do proletariado (revolução). Dessa maneira Lefebvre recorre a Nietzsche, que se estabelece como o terceiro termo de sua dialética triádica, já que na obra deste reside uma outra possibilidade. Nietzsche “foi o primeiro a encarar a hipótese de uma civilização diferente da nossa, porque nasceria no repúdio da história, da historicidade, do histórico, do passado”, uma civilização que “implicaria um corte radical, uma descontinuidade total, uma renovação dos métodos do conhecimento, logo um repúdio do pensamento historiador” (LEFEBVRE, [1970] 1981, p.22). Nietzsche encarava a hipótese da *ruptura*.

A renovação dos métodos do conhecimento objetivada por Lefebvre remonta ainda à distinção que ele constrói entre *lógica formal e lógica dialética (Logique formelle, logique dialectique*

¹¹⁵ “Marx discernia crescimento e desenvolvimento por não confundir o quantitativo e o qualitativo; mas para ele o crescimento (quantitativo) e o desenvolvimento (qualitativo) da sociedade podiam e deviam caminhar juntos. Uma triste experiência mostra que não é bem assim. Pode haver crescimento sem desenvolvimento, e às vezes desenvolvimento sem crescimento” (Lefebvre, 2019a [1970], p.184)

[1969]). É possível que no campo da análise do *real*, ao longo do curso da história mundial, o pensamento abstrato se limite ao concebido, e encontre formas e as relacione com conteúdos que indiquem “evoluções”: positivas, no sentido do hegelianismo (das instituições, do Estado), e negativas no sentido do marxismo (de tensionamento das contradições e dos conflitos de classe). Cumprem então um papel primário no movimento do pensamento, pois “a lógica formal e a lógica geral encontram-se no início do conhecimento, não na ordem histórica real, mas na ordem metodológica, enquanto começo do pensamento racional” (LEFEBVRE, 1991, p.137). Essas concepções são insuficientes para elucidar o passado, o presente e sua *totalidade*. Há continuidades e descontinuidades: irracionalidades, desejos, particularidades. Pontos que escapam da história tomada na acepção de “grande razão moderna” (totalitária) e que explicam a própria crise da história, o motivo de sua não realização, ou seja, do *desenvolvimento desigual* da humanidade em escala mundial. A modernidade, ao se configurar como ‘era da razão’, que privilegia o *Logos* em detrimento do *Eros* e leva a cabo a divisão (social) do trabalho, concreto e intelectual, leva à cabo a divisão do conhecimento em ciências parcelares, especializadas, que colaboram para a construção da razão moderna: somadas, não constituem uma totalidade, mas sim uma razão totalitária. Reduzem a complexidade e as contradições de seus conteúdos descartando aquilo que não se enquadra no “grande projeto da razão ocidental” e que é “normalmente encoberto pela ordem burocrática, pelo cálculo econômico e pela filosofia” (SANTOS, 2019, p.528). Constroem narrativas parciais e tornam-se abstrações concretas, corroendo o campo do vivido (suas abstrações seriam reais, mas não verdadeiras?).

Reside aqui a importância da tríade lefebvriana Hegel-Marx-Nietzsche, pois é a partir dela que o movimento do pensamento não se limita à uma oposição positivo-negativo, mas apreende também a ruptura, o que permite ao conhecimento avançar. Se Hegel iniciou um processo que “salvou a razão” e “descobriu um novo movimento do pensamento, que soubesse mergulhar no real abandonado e nele encontrar raízes e alimentos”, falhou ao pretender que a síntese fosse “acabada e definitiva” (LEFEBVRE, 1991, p.171-173). Marx avança o movimento e demonstra o que em Hegel é um real abandonado: a exploração do trabalho, a dominação burguesa, a ilusão do Estado democrático burguês. Nietzsche aprofunda ainda mais o movimento, abre um outro paradigma e permite descobrir outro real abandonado, tudo aquilo que é negado pela história e pela cultura da razão ocidental moderna, todas as diferenças, as reminiscências mantidas no vivido. O pensamento que restitui esses movimentos deve então buscar a totalidade aberta, que não se encerra, que está sempre sendo construída, debatida, criticada. Mais ainda procura identificar no real os elementos que contribuem para a constituição desta totalidade,

incluindo aí a própria insuficiência do pensamento fragmentado, das ciências parcelares. É à esta operação que nos referimos para indicar que uma concepção linear do tempo é extremamente limitante no estudo da produção do espaço e na elaboração de estratégias para combater os problemas urbanos. As continuidades e descontinuidades, positivo e negativo, não entregam a pós-história, pois, na nossa hipótese, constituem apenas um domínio, o do capital, representados pelo espaço homogêneo e o heterogêneo submetido. O pensamento dialético, portanto, deve evocar a ruptura, a não-linearidade, a descontinuidade total, para apreender a totalidade e formular não apenas um diagnóstico, mas também um caminho.

Devemos lembrar que uma concepção linear do tempo permeia de modo significativo os estudos sobre a produção do espaço. São numerosas as críticas que denunciam um suposto “atraso” da construção civil e que defendem seu desenvolvimento tecnológico e de suas forças produtivas, por exemplo, se nos debruçamos sobre o nível mais imediato desta produção¹¹⁶. São conhecidos também os estudos que, por outro lado, demarcam a especificidade deste setor e contrariam esta lógica progressiva, identificando como estrutural seu caráter manufatureiro, mas também estruturante sob ponto de vista da reprodução de capital, tal como identificam uma certa impossibilidade de desenvolvimento sob essas bases¹¹⁷. Não raro nos deparamos ainda com denúncias sobre o caráter “subdesenvolvido” de determinadas formações urbanas ou de partes das cidades, produzidas e ocupadas por relações tidas como “informais”, “precárias”, e que por isso justificam alguma intervenção, visando supostas “melhorias”. Importante notar: este “atraso” não trata apenas da chamada autoconstrução, das favelas, das periferias, mas as incluem. À medida que avança o domínio do capital, o conceito se estende para englobar tudo aquilo que escapa à homogeneidade do que é considerado desenvolvido. Desde técnicas construtivas (tradicional, vernacular), conhecimento da mão-de-obra (por repetição prática, transmissão familiar), utilização de determinados materiais (insumos de baixo valor agregado), passando pela forma de ocupação do solo (desordenada, irregular, espontânea) e indo até as

¹¹⁶ Muitos arquitetos, por exemplo, se ocuparam em investigar maneiras de industrializar a construção e o canteiro de obras, com investigações que vão desde o estudo de estruturas pré-fabricadas até a “otimização” do trabalho na construção civil.

¹¹⁷ A lista seria longa e poderia incluir autores de diversas áreas do conhecimento. Do ponto de vista do caráter manufatureiro da indústria da construção e da especificidade deste setor, contribuições importantes são, por exemplo: FERRO, Sérgio. *A casa popular*. São Paulo: GFAU, 1979; MARICATO, Ermínia. *Autoconstrução, a arquitetura possível*. in MARICATO (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, pp. 71-94. e *Indústria da construção: reflexão sobre o “atraso tecnológico”*. Boletim Paulista de Geografia, n.64, pp.115-125, 1986. Em trabalhos mais recentes, contudo, já aparece a interpretação de que há algum avanço tecnológico no setor, seja na organização da produção ou até mesmo nos métodos construtivos, como em: SHIMBO, Lucia Zanin. *O concreto do capital: os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras*. Tese (Livre Docência em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020.

relações sociais estabelecidas na produção (empreitada, mutirão, produção doméstica), no consumo (compra, venda e aluguel local/informal de materiais, ferramentas, cômodos, imóveis) e na apropriação do espaço (associação espontânea de moradores, comunidades orgânicas, movimentos sociais), tudo é *parcialmente* combatido em nome da reprodução de capital. Técnicas construtivas *high-tech*, mão-de-obra especializada, materiais altamente industrializados, ocupação formal e repetitiva do solo, produção financeirizada, consumo centralizado em investidores e gestão empresarial do espaço são alguns dos elementos que, respectivamente, correspondem ao “avanço” representado pela produção capitalista do espaço urbano. Eles representam um caminho que parte ‘do pior para o melhor’? Ao afirmar que sim, legitima-se a apropriação metropolitana, a sobrevida do capital. Ao dizer que não, aponta-se a contradição, mas para superá-la não basta indicá-la.

2.2.2 HETEROGENEIDADE NAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

É evidente que o caráter finito do espaço impõe uma limitação generalizada. Confrontada com um desenvolvimento desigual, esta limitação faz pender a balança para o lado no qual o espaço se insere paulatina e decisivamente no meio das ‘novas raridades’, o que indica uma longa disputa em curso. Não se trata apenas do fato de que o espaço mundial é ele mesmo limitado e, por isso, sua ocupação e seu controle geram conflitos. As disputas no campo da geopolítica permitem visualizar isto com clareza numa escala planetária, onde historicamente as localizações foram e continuam a ser decisivas: a posse e controle de determinados recursos, uma maior área ocupável e habitável e a possibilidade de uma maior área de influência estão entre os fatores que pautam as disputas. O mercado mundial se constituiu e continua a existir baseando-se na desigualdade de desenvolvimentos e na desigualdade de possibilidades, variando suas mercadorias fundamentais¹¹⁸ a depender do momento histórico. Mas não seria o espaço a mercadoria fundamental (do ponto de vista do capital)? Não é nele que repousam todas as outras mercadorias e, mais ainda, que repousam as possibilidades de controlá-las (a partir de um controle do território)? Contudo, o espaço ganha ainda mais notoriedade como mercadoria por conter, de modo não surpreendente, o próprio espaço! Um espaço que se torna raro também

¹¹⁸ Numa perspectiva histórica, poderíamos elencar desde as especiarias e o ouro até o petróleo e as reservas de lítio. Com a constante exploração e esgotamento do planeta a disputa pode se concentrar sobre a água potável e outros recursos naturais não renováveis.

em função da cidade, à medida em que, como aglomeração urbana, a cidade concentra: as pessoas, as mercadorias, os desejos, os sonhos e as frustrações. Fundamentalmente, a cidade concentra o conflito, a disputa por espaço, por acessar e ocupar um espaço que esteja sob seus domínios (territorial ou de influência). Disputa esta que invoca a propriedade privada, as rendas e o espaço instrumental como meios de controle desta raridade.

Considerando esta disputa por espaço e a força de concentração exercida pela cidade, além da evidente dominância do capital neste processo, é natural que uma perspectiva histórica, linear e evolutiva se desenhe. Formam-se as cidades, seus espaços se instrumentalizam, a produção destes espaços passa ao primeiro plano para reprodução de capital, o setor imobiliário domina e predomina dentro da realidade urbana. Embora verdadeira, esta perspectiva não captura o movimento total, que se mostra muito mais diverso do que se supõe. E isto se deve justamente ao que Henri Lefebvre remete à partir da obra de Lênin e que convém relembrar:

“Num processo contraditório, o capitalismo, que por um lado destrói a pequena produção, o artesanato e o pequeno comércio, pode, por outro lado, mantê-los ou mesmo reconstituí-los parcialmente, mas *subordinados* ao capitalismo (agentes de distribuição, fabricantes de produtos onde não são possíveis as produções em ‘grande escala’, etc.)” (LEFEBVRE, 2020 [1957], p.186-187. grifo no original).

Segundo Lefebvre então, a *produção do espaço*, como ciência, só poderia ser pensada como desenvolvimento de uma economia política do espaço, uma teoria que “não revoga os conceitos elaborados por Marx (como valor de uso e valor de troca), nem seu método; ela os transforma ao transpô-los para uma escala mais ampla, para um outro nível”. Isto significaria, portanto, retomar conceitos fundamentais, como a queda tendencial da taxa de lucro ou a composição orgânica do capital, mas em outras direções, espacializando-os. Certamente, a constituição do mercado e a extensão do fenômeno urbano a escalas mundiais faz com que as transferências de capitais se efetivem entre países e setores, levando a outros conceitos. “A noção de *composição* (orgânica) *média do capital* não concerne apenas às empresas, aos ramos industriais considerados separadamente. Ela se estende às regiões, aos países e nações” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.119-121), mas não somente. Se podemos estender a composição orgânica do capital ao âmbito mundial, por que não poderíamos analisá-la considerando a soma das formas de produção que concorrem para a totalidade da produção do espaço? Uma composição orgânica que considera o espaço homogêneo e heterogêneo submetido (induzido) ao capital como um todo, no lugar de análises fragmentadas de cada forma de produção do espaço. Retoma-se (ou insurge em novo patamar) a noção de *desenvolvimento desigual*, tendo em mãos, contudo, *seu fundamento* no conceito de espaço diferencial e da crise da história.

A ‘raridade’ objetivada na produção do espaço, a heterogeneidade inserida no homogêneo, se estrutura então a partir de/entre os diversos níveis desta produção e se apoia na totalidade das formas de produção, submetendo-as. Podemos designar este conjunto de métodos e estratégias simplesmente como heterogeneidade? Não sem antes explicitá-lo. Mas não podemos negar a tentação à ambiguidade que a palavra invoca. Diante da homogeneidade espacial (a repetição, a monotonia), a heterogeneidade designa uma busca pelo destaque, pela raridade produzida, pelo produto que se disfarça como obra. Não se trata da produção do *espaço diferencial*, que fique bem claro. Esta heterogeneidade é, antes, uma caricatura do diferencial, uma inversão de sua potência dentro do domínio do capital. Não se pode ignorar que a complexidade desta contradição (homogeneidade-heterogeneidade) torna obrigatória uma apreensão totalizante sobre a produção do espaço, do contrário uma tenebrosa parcialidade pode resultar em ilusões profundas e (apenas aparentemente) bem fundamentadas.

Lembremos aqui os três movimentos do pensamento propostos na tríade lefebvriana: positivo-negativo-ruptura. Recordemos ainda que “O urbano é uma forma pura [...] uma abstração concreta [...] Ele se liga, de um lado, à lógica da forma e, de outro, à dialética dos conteúdos” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.134). Compreendê-lo em seu caráter histórico-espacial não-linear portanto, exige o exame das continuidades (positivo), descontinuidades (negativo) e das diferenças e particularidades (rupturas).

“Assim se precisa e se concretiza a noção de um ‘corte’ (de uma descontinuidade relativa) entre o urbano e seus antecedentes, a esfera industrial e a agrária [...] Certamente o espaço e o tempo mudam, mas o que os marca é o surgimento de uma forma [...] vizinha da forma lógica, *quase tão abstrata e ativa* quanto essa forma lógica [...] Essa forma relega ao passado alguns conteúdos ultrapassados. Ela atua *seletivamente*, no seio do conhecimento e dos resultados (ou resíduos) da história [...] Então, do que partir? De uma concepção formal da lógica e de uma dialética do *conteúdo*” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.137-138. grifo no original)

O conceito de espaço diferencial torna possível este movimento do pensamento, a partir de seu negativo. “O espaço diferencial retém particularidades, retomadas através do filtro do espaço homogêneo. Uma seleção é feita. As particularidades cuja homogeneização não foi levada a termo sobrevivem, restabelecem-se com outro sentido”. A leitura das diferenças é o que torna possível desvendar o conteúdo e dar sentido à forma urbana¹¹⁹, reunião das diferenças, centralidades e policentralidades. A diferença romperia a segregação, a dicotomia da desigualdade, onde o crescimento econômico se contrapõe ao “atraso” (em escala local e mundial). Há particularidades, espaços diferenciais nos quais o urbano se lê em sua confusão,

¹¹⁹ “Tomando-se consciência da diferença, toma-se consciência da identidade (relativa) e vice-versa. A identidade (determinada) é identidade na diferença” (LEFEBVRE, 1991, p.146).

em suas rupturas, onde “é o resultado de uma história que deve ser concebida como a obra de ‘agentes’ ou ‘atores’ sociais, de ‘sujeitos’ coletivos que atuam por impulsos sucessivos, que projetam e moldam de modo descontínuo (relativamente) extensões de espaço” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.143-148). *A heterogeneidade submetida (induzida) reflete justamente um simulacro que emula o diferencial, mas à imagem do espaço instrumental*. Se o espaço diferencial consiste no oposto, portanto, de uma concepção linear progressiva do espaço-tempo, sua caricatura não representa esta complexidade, permanece no dualismo para se afirmar como solução. Mas é importante sublinhar que a produção descontínua dos espaços, em aspectos variados, também é apropriada pelo capital. A diferença, a heterogeneidade, precisa ser abordada por seu duplo caráter: quando aprisionada pela apropriação do capital, remete apenas à crescimento econômico, à reprodução de capital. Libertá-la implica caminhar na direção do desenvolvimento social, mas também na direção do espaço diferencial que surge desta heterogeneidade submetida, das fissuras da totalidade, como *ruptura* – descontinuidade total. Uma concepção não-linear, portanto, do devir urbano.

Como quem analisa minuciosamente a montanha p/ descobrir como atravessá-la, enunciar a continuidade aparece como necessidade que precede a construção da descontinuidade. Consideremos, logo de início que o espaço não é produzido apenas pela indústria da construção, que promove um espaço homogêneo e o preenche com seus produtos, afinal, as pequenas produções sobrevivem à transição para o capitalismo de modo subordinado. Diversas formas de produção do espaço contribuem para a conformação da paisagem urbana, o que não é difícil apreender, de modo geral, com um breve olhar sobre suas ruas e bairros. Entre os inúmeros edifícios construídos e em construção pelo mercado imobiliário se situam construções diversas: moradias de todos os tipos, pequenos comércios e serviços, as infraestruturas de transporte, o próprio espaço dedicado à circulação, as áreas verdes, os edifícios históricos, os espaços de lazer. A indústria da construção predomina neste espaço e penetra nas mais diferentes formas de produção, mas de modo igualmente diferente. Variadas formas de produção conservam, então, sua heterogeneidade, mas sob o preço de tornarem-se instrumentalizadas pela forma dominante.

Podemos recorrer a alguns autores para enumerar as diferentes formas de produção do espaço, que variam de acordo com as particularidades locais de uma urbanização que se faz mundial (e que tende à anulação das particularidades, processo que se anuncia sem se completar). No caso da América Latina, parece adequado recorrer ao conhecido estudo de Samuel Jaramillo, *Las formas de producción del espacio construído en Bogotá* (1982), no qual, ao estudar o

desenvolvimento da indústria da construção naquela cidade e as razões que se apresentavam como dificuldades para a dominação desta indústria por parte do capital¹²⁰, acabou por sintetizar as formas de produção do espaço presentes nas cidades do continente de modo sucinto e didático. Este estudo pode ser complementado ainda pela contribuição de Pedro Pirez, em *Las heterogéneas formas de producción y consumo de la urbanización latino-americana* (2016), no qual Pirez percebe não apenas que pode haver aplicação de diferentes formas de produção ao mesmo espaço ao longo do tempo, mas que também há uma interação entre elas a partir da produção e do consumo deste espaço. Se as categorias fundamentais de Jaramillo ainda permanecem válidas, nos quatro grandes grupos indicados por ele, por assim dizer, o que o trabalho de Pirez permite observar é que cada vez mais estas categorias atuam no espaço de modo contínuo e num imbricamento complexo entre elas, em termos que podem apontar coesão ou conflito.

De modo resumido, as formas de produção do espaço apontadas por Jaramillo são: autoconstrução (produção doméstica), produção por encomenda, promoção capitalista e produção estatal capitalista desvalorizada, enquanto as formas de consumo (formas de circulação), são, respectivamente, autossuficiência para as duas primeiras, livre mercado e atribuição mercantil. Já Pedro Pirez divide a produção em: mercantil, mercantil simples, não mercantil (estatal, por encomenda, e autoconstrução), desmercantilizada estatal, desmercantilizada social, mercantilizada e re-mercantilizada, enquanto o consumo se divide em mercantil, não mercantil e desmercantilizado (estatal ou social). Cada uma destas sistematizações guarda sua complexidade, e aqui o objetivo não é retomar seu desenvolvimento, mas sim referenciá-las. Estes dois estudos procuram detalhar aspectos da produção de mercadorias no espaço e as relações sociais e econômicas que se estabelecem entre seus agentes e estas diferentes formas de produção. Jaramillo parte do ponto levantado por Marx, presente no Livro 2 d'*O capital* e citado acima, ou seja, da dificuldade encontrada pelo capital em submeter totalmente a indústria da construção, e sua sistematização reflete algo como uma separação entre o que está dentro ou fora dessa submissão parcial. Pedro Pirez, por sua vez, percebe a heterogeneidade, a multiplicidade de possibilidades contidas na interação entre as

¹²⁰ Jaramillo aponta em seu texto que o capital encontra dificuldades para dominar a indústria da construção, por quatro razões: período de rotação do capital excepcionalmente longo; ligação do espaço construído com o solo urbano (presença da propriedade privada e renda da terra); vulnerabilidade frente a flutuações nas condições de produção e de circulação; e diminuição da demanda solvente. Esses argumentos estão muito ligados à hipótese inicial do autor, de que existem *formas* de produção capazes de se descolar do *modo* de produção dominante. A hipótese que se constrói aqui, no entanto, é exatamente o oposto: de que as formas de produção do espaço estão, de maneira geral, submetidas ao capital, mesmo dentro de suas particularidades.

diferentes formas de produção, gerando conseqüente aumento exponencial da matriz básica observada por Jaramillo. O salto objetivado aqui, contudo, consiste em demarcar que tais interações, mediadas pelo capital, acabam por homogeneizar seus reais conteúdos, submetendo-os à lógica mercantil. As formas heterogêneas o são apenas em aparência. A concepção linear do tempo, evolutiva, obscurece esta homogeneização, auxilia na manutenção da heterogeneidade aparente, procede à uma divisão entre avanço e atraso que não se confirma.

Consideremos o próprio produto da promoção capitalista. A indústria da construção parece superar com facilidade o problema previsto por Marx do longo período de rotação de capital. Estratégias de financiamento e de financeirização solucionam a dificuldade do ponto de vista da produção e do consumo. Marx ainda indicava que “não só o valor da força de trabalho despendida, mas também o mais-valor é constantemente transferido ao produto durante o processo laboral, porém ao produto inacabado, que ainda não ostenta a figura da mercadoria acabada e, portanto, ainda incapaz de circular” (MARX, 2014, p.322-323). Se a estratégia de financiamento e financeirização permite a circulação de mercadorias sem sua finalização, estratégias ligadas à produção também são adotadas para colaborar nesta superação. A simples observação do produto imobiliário permite perceber que a mercadoria oferecida por este tipo de produção muitas vezes possui um caráter inacabado. O produto habitacional não é habitável, e sua utilização pressupõe sempre uma outra forma de produção, posterior à produção da promoção capitalista e anterior à plena ocupação dos imóveis. Instalações diversas de acabamentos e revestimentos, execuções de mobiliários, modificações e adaptações, às vezes necessárias, às vezes somente com o objetivo de personalização, mobilizam produções por encomenda e/ou domésticas. Desta maneira, podemos admitir que a promoção capitalista pressupõe outras formas de produção em sua dimensão imediata, pois sua própria mercadoria não constitui o produto final.

Consideremos agora que a promoção capitalista se insere, todavia, na cidade, ela mesma obra inacabada por definição. Obra coletiva produzida ao longo da história, quando instrumentalizada pelo capital a cidade se torna cotidianamente um novo ponto de partida para uma nova produção, já que se modifica continuamente no tempo (o que não significa um caráter evolutivo linear, que fique claro). “A laboriosidade universal mediante a estrita disciplina do capital, pela qual passaram sucessivas gerações, é desenvolvida como propriedade universal da nova geração” (MARX, 2011, p.255). Isto implica dizer que outras formas de produção do espaço são mobilizadas pela promoção capitalista, pois enquanto produzem o espaço urbano, conformam uma base cada vez mais “fértil” para a construção de uma mercadoria imobiliária.

Este processo histórico é conhecido: determinada localidade ou núcleo urbano se constitui, produções por encomenda e autoconstrução predominam, e este núcleo constitui uma sociabilidade; esta formação social reivindica e disputa recursos (do fundo público, da coletividade) gerando paulatina expansão de infraestrutura e consolidação de uma urbanidade; oportunamente a produção imobiliária intervém e reorganiza a seu modo aquele espaço, numa clara apropriação dos valores de uso conquistados e construídos ao longo do tempo, para o qual nada contribuiu anteriormente. Embora extremamente genérico, este modelo traduz de alguma maneira uma tendência generalizada, que espacializa uma contradição clássica: apropriação privada vs. produção coletiva.

A análise crítica deste processo, no entanto, costuma diferenciar as diferentes formas de produção do espaço envolvidas nesta contradição entre mercantis e não-mercantis, apontando que, embora inseridas no mesmo modo de produção, algumas formas possuem características distintas: são produzidas para consumo próprio, para satisfação das próprias necessidades, não possuem como objetivo obtenção de mais-valor, não integram o mercado (ao menos formalmente), enfim, não são voltadas para o lucro. Estas análises acabam sendo contrariadas quando pousam sobre o real. Acabam, por vezes, fazendo concessões, incorporando com muito esforço teórico diversas exceções aos modelos. É o caso de compra e venda de habitações no mercado informal, por exemplo, ou de produções domésticas de habitações para venda ou aluguel. As aparentes descontinuidades que estas formas de produção “informais” ou “atrasadas” sugerem não resistem ao domínio do capital e acabam por re-produzir relações sociais deste contexto dominante (sobrevida do capital a partir de formas de produção não mercantis). Descontinuidades na aparência (forma), continuidades no conteúdo.

Este ponto já foi colocado, de modo semelhante, por David Harvey no já citado artigo *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas* [1976]. Harvey afirma que “a maioria dos moradores de casa própria não é totalmente proprietária de suas casas”, pelo simples fato de que o acesso da população à habitação mercantilizada se dá por meio de empréstimos e/ou contração de dívidas, o que contribui para a dominância do capital por colocar “o capital financeiro numa posição hegemônica com relação ao funcionamento do mercado de habitações, posição essa que de maneira alguma o desagrada”. Contudo, mais relevante ainda é o fato de que “a aparente entrada dos trabalhadores nas formas menores de propriedade de habitações é, na realidade, em grande parte, seu exato oposto”, não implicando na conquista de alguma autonomia por parte destes

trabalhadores ao tornarem-se “proprietários”. Eles se tornam ainda mais submetidos dentro da dominação do capital. “O capital financeiro não controla somente a disponibilidade e a taxa de novos investimentos em habitação; controla também o trabalhador através de crônicas obstruções por dívidas.” (HARVEY, 1982 [1976], p.13). Se na esfera do consumo do espaço este domínio é evidente, a contemporaneidade contém ainda o avanço do capital financeiro na esfera da produção do espaço e nos aspectos da vida cotidiana, o que retira ainda mais o pouco de autonomia restante aos trabalhadores. Uma dominação completa que combina espoliação com exploração, ganhos com lucro, juros e renda, ao passo que avança a apropriação espacial capitalista sobre aquilo que é essencial à reprodução da vida.

Além disso, que pode ser considerado uma perspectiva a partir do nível global da produção do espaço (os fluxos de capitais, a dominação financeira), há ainda um outro aspecto colocado por Harvey que corresponde ao nível total, de reprodução social, do consciente coletivo. Uma vez que o trabalhador se submete ao capital financeiro para acessar o bem de consumo imóvel (moradia, mas não somente), se modifica sua relação com esta questão.

“A casa própria, em suma, convida uma facção da classe trabalhadora a comprometer sua luta inevitável pela apropriação do valor nas sociedades capitalistas, de uma maneira muito diferente. Ela a coloca do lado do princípio da propriedade privada e frequentemente leva a se apropriar de valores às custas de outras facções da classe trabalhadora [...] É como se o capital, tendo confiado na propriedade fundiária para divorciar o trabalho de uma das condições básicas de produção, preservasse intacto o princípio da propriedade privada face à luta de classes, permitindo que o trabalho retorne ao mundo como um proprietário parcial de terras e de propriedades, como uma condição para o consumo.” (HARVEY, 1982 [1976], p.14).

Isto indica que a re-produção das relações sociais de produção se dá, em parte, através do acesso (parcial) dos não proprietários à(s) propriedade(s) privadas. Pode-se dizer, então, que esta (re)produção garante uma divisão social na própria luta cotidiana de acesso ao espaço urbano e é, assim, perpetuada por esta divisão simultaneamente. Esta re-produção garante a sobrevida do capital e o caráter anti-urbano das cidades, pois mantém parte da sociedade engajada na defesa individualista e individualizada de seus próprios espaços, de suas propriedades (ou semi-propriedades), sem que estendam essa luta à totalidade do espaço urbano, como totalidade da sociedade urbana. Garante o silêncio dos usuários em meio ao mal-estar generalizado.

Lembremos ainda que toda a controvérsia na qual Rodrigo Lefèvre insere sua proposta de canteiro utópico, contida em sua dissertação de mestrado, também se relaciona com a questão de uma forma de produção do espaço teoricamente não capitalista e não mercantil, mas que se encontra submetida ao capital. Ela se insere no contexto da autoconstrução (produção doméstica) e o embate que Rodrigo estabelece com a crítica de Luis Alfredo Galvão deixa isto

evidente (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], pp.216-232). Se o rebaixamento dos salários propiciado pela autoconstrução (desvalorização da força de trabalho) é questão central para que Rodrigo adote caráter utópico para sua proposta, junta-se a ela a precariedade técnica e de soluções construtivas que podem afetar a saúde dos trabalhadores ao construírem suas casas sem conhecimento nem condições adequadas. Mas o fato é que, para ele, ‘enquanto perdure a falta de habitações’, a produção doméstica de casas as insere no mercado através da lógica capitalista e apenas perpetua o modelo de espoliação urbana e submissão ao capital. Por estes pontos ele afirma que “propor uma organização de um processo de autoconstrução é, por um lado, perpetuar uma situação de penúria e, por outro, criar elementos que vão aumentá-la” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.232). Rodrigo então já visualizava o imbricamento de diferentes formas de produção do espaço colocado aqui e a apropriação espacial capitalista, logicamente de modo incipiente, mas que se confirma.

O que podemos perceber, portanto, a partir das considerações colocadas aqui, é que cada forma de produção guarda sua ‘contribuição’ com o capital, nos diversos níveis de análise (imediato-global-total). Utilizando a sistematização proposta por Jaramillo das quatro principais formas de produção do espaço, a compreensão contida na contribuição de Pirez de que há interação e sucessão destas formas de produção no espaço-tempo, e cientes de que há uma não-linearidade nesse percurso que se utiliza e se apoia num desenvolvimento desigual para promoção do espaço como raridade, é possível esboçar uma relação entre formas de produção do espaço e níveis desta produção:

a) Produção doméstica

Nível imediato: a produção doméstica de um objeto construído no espaço pode considerar a construção de uma casa pelo próprio morador, por exemplo, o que seria a autoconstrução *em si*. Mas podemos também nos referir a um movimento de ocupação de um edifício existente (vazio urbano), o que pode sinalizar a relação no espaço-tempo da produção doméstica com a produção estatal, por encomenda ou imobiliária, a depender de quem construiu o edifício ocupado. Pode se tratar ainda de reforma, adaptação ou personalização feita pelo próprio morador em sua habitação, adquirida junto à produção imobiliária ou produção por encomenda. Ou então, uma atuação em conjunto para construir ou incrementar um espaço coletivo. O elo comum entre estas possibilidades é o *trabalho não pago*. Sua contribuição com o capital é a de fornecer as condições cotidianas de *reprodução social para a força de trabalho*.

Nível global: de uma maneira mais óbvia, ao produzir espaço construído, a produção doméstica

movimenta o mercado de materiais de construção, além de implicar em financiamentos e dívidas, o que contribui para o movimento e fluxo de capitais no mercado (mundial). Ainda, as mais diversas atuações desta produção doméstica caminham no sentido de produção da cidade, de constituição de urbanidade, de *consolidação e expansão do tecido urbano*, inclusive na função de atrair a infraestrutura urbana. Esta produção cumpre então uma função essencial para o capital: preparar (com uma instalação) o terreno para sua posterior apropriação, quando as condições forem favoráveis. Assim, os locais antes ocupados pela produção doméstica podem ser dominados por produtos imobiliários, que exploram a ‘raridade’ de tal localização em toda sua ‘potencialidade’.

Nível total: neste nível a produção doméstica possui uma dupla atuação. Por um lado, ela ilude e representa a *perpetuação da ideologia da dualidade*, do tempo linear, do subdesenvolvido que se deve desenvolver. Assim, sustenta perante o imaginário social uma legitimidade da intervenção sobre as áreas que ocupa, sejam estas intervenções privadas ou estatais. Por outro lado, *mantém alguma heterogeneidade relativa do espaço*, o que do ponto de vista do capital simboliza algo como uma oportunidade futura, uma reserva de mercado. Porções do espaço que podem desenvolver espacialidades e sociabilidades específicas que serão futuramente capturadas pelo setor imobiliário como formas de realizar um preço de monopólio.

b) Produção por encomenda

Nível imediato: a produção por encomenda também pode apresentar uma grande variedade de objetos construídos: casas e edifícios (residenciais e comerciais), espaços institucionais, infraestruturas e equipamentos diversos. Isto significa que esta produção pode tratar de uma vasta gama de padrões de construção: desde uma pequena casa na periferia construída sob encomenda por um pedreiro e um servente, passando por uma mansão à beira-mar, construída por pequena construtora, e indo até uma hidroelétrica construída por empresas de capital aberto. A contribuição desta produção neste nível é a obtenção de mais-valia, conseguida cada vez mais por exploração dos trabalhadores envolvidos na construção e no projeto, a partir de uma composição orgânica que aumenta com o passar do tempo (informatização, maquinário, padronização, terceirização, precarização).

Nível global: esta produção também expande e consolida o tecido urbano, tal qual a produção doméstica e também movimenta o mercado de materiais de construção (de modo muito mais intenso) e o capital financeiro. Por ser uma forma de produção tão diversificada é mais difícil reter seu elo comum. Mas justamente por este aspecto, pode-se dizer que se trata de uma

produção que se generaliza com o objetivo e tendência de manutenção das relações de produção estabelecidas, reproduzindo-as em diversas escalas (das pequenas às grandes obras).

Nível total: uma produção por encomenda é dependente daquele que faz a encomenda para que se tenha a característica do espaço a ser produzido, tendendo ao homogêneo ou ao heterogêneo. Assim, há um duplo jogo estabelecido por esta produção no que diz respeito ao consciente coletivo: se heterogêneo, um potencial alvo futuro da produção imobiliária; se homogêneo, reduto de reprodução de ideais anti-urbanas e rentistas.

c) Produção imobiliária

Nível imediato: esta produção para mercado representa os maiores níveis de ‘industrialização’ na produção do espaço, no que diz respeito à exploração da cadeia produtiva, de composição orgânica de capital, de padronização e produtividade, além de controle de custos e de projetos. Não há outra contribuição objetivada aqui a não ser a mais-valia.

Nível global: a produção da mercadoria imobiliária mobiliza complexos cálculos e engenharias financeiras, principalmente no caso de incorporações que envolvam investidores e/ou empresas de capital transnacional, além de um consumo massivo de recursos como matérias-primas para a produção. Em relação à cidade e o espaço urbano existente, que esta produção necessariamente mobiliza, é por apropriação e espoliação que ela se consolida, utilizando-se do desenvolvimento desigual para afirmar suas ‘raridades’: a exclusividade da localização aliada à uma exclusividade da forma espacial.

Nível total: a produção imobiliária permeia o imaginário social com desejos, tendências e objetivos alavancados através do marketing e da submissão do espaço. O espaço homogêneo, repetitivo, preenchido pelos produtos, torna-se a regra e, desta maneira, preenche o consciente como única alternativa possível. A heterogeneidade do espaço (relativa, submetida e induzida) impõe seu gradiente de preços. Apenas esta heterogeneidade é capaz de conformar a produção imobiliária como ‘raridade’ dentro de sua própria monotonia. No entanto, é na heterogeneidade que ela busca sua diferenciação, a realização de preços monopolistas, instrumentalizando conceitos que derivam do espaço heterogêneo. Uma produção que se caracteriza pela caricatura do espaço diferencial.

d) Produção estatal

Nível imediato: esta produção, no contexto neoliberal, apoia-se cada vez mais na produção por encomenda (Estado mínimo, contenção de recursos). Assim, no nível imediato ela passa a

reproduzir as condições de produção de mais-valia, muito mais do que refletir uma produção desvalorizada ou desmercantilizada. Representa uma inversão de fundo público, ou seja, de recursos, para apropriação privada.

Nível global: além da relação entre diferentes Estados para produção do espaço (financiamento e recursos para construção) há ação determinante do Estado para produção de seu próprio espaço interno na forma de leis e regulamentações das outras produções, além de auxílios e subsídios que podem existir para estimular este setor (estratégico do ponto de vista do capital). Assim, a produção da cidade fica condicionada, por um lado, pelas pressões e embates em torno do poder político e de regulamentação e, por outro, pela disputa por recursos do fundo público.

Nível total: o Estado é responsável por mediar os conflitos inerentes ao espaço que ocorrem entre os diferentes grupos sociais. Na contemporaneidade, com um imbricamento cada vez maior entre a iniciativa privada e pública, esta mediação tem deixado muito mais terreno para o avanço do capital, permitindo a apropriação das propriedades públicas através de concessões e parcerias. Assim o Estado assume cada vez mais o papel (ir)responsável pelas fraturas e desigualdades urbanas promovendo pequenas vitórias para manter o silêncio dos envolvidos.

Certamente, esta relação não se pretende definitiva e se apresenta em caráter incipiente, como uma sinalização de que a relação existe e pode (e deve) ser elaborada, evidenciando maneiras pelas quais as diferentes formas de produção do espaço podem ser mobilizadas pelo capital. Aqui o objetivo é enquadrar um agente fundamental neste processo, o arquiteto urbanista, e sublinhar que o horizonte de sua atuação, dentro das mais variadas formas de produção do espaço, não faz senão eliminar dele sua potencial qualidade arquitetônica, salvo raras exceções que se poderiam orientar-se rumo ao espaço diferencial.

2.2.3 HETEROGENEIDADE NO TRABALHO DO ARQUITETO

Devemos ainda insistir um pouco mais nos termos aqui trabalhados para concluir esta construção crítica em relação à maneira com a qual o capital sobrevive, apoiado pela produção do espaço contraditório (homogêneo-heterogêneo) e por toda uma rede de trabalhos aplicados nesta produção (nos níveis imediato, global e total). Essencialmente, estamos diante de uma perspectiva construída a partir da finitude do espaço e de sua inserção no capitalismo como raridade, ao passo que esta raridade é sustentada e produzida por seu próprio desenvolvimento (desigual). Há um desentendimento neste campo, um desconhecimento, cegueiras. Daí derivam

as ilusões concernentes à produção do espaço, principalmente aquelas calcadas em dualismo na interpretação de um tempo linear, de um evolucionismo. É através destas ilusões que o espaço é tratado como algo a ser consertado, um paciente à espera da cura e, mais ainda, que legitima a cura de acordo com um padrão necessário à contribuição para a ordem e não para a vida.

Desenvolvimento desigual e produção do espaço aparecem no livro *17 contradições e o fim do capitalismo* [2014] de David Harvey como uma das 17 contradições. Importante notar que ele situa estes dois polos como contraditórios porque compreende que há crise em potencial nessa relação, ao mesmo tempo em que há uma certa dependência do capital numa desigualdade de desenvolvimentos, na qual ele se apoia.

“O modo como a paisagem evolui afeta tanto a acumulação de capital quanto a maneira como se manifestam as contradições do capital e do capitalismo no espaço, no lugar e no tempo. A independência com que a paisagem geográfica evolui tem um papel fundamental na formação das crises. Sem o desenvolvimento geográfico desigual e suas contradições, há muito tempo o capital já teria se ossificado e se tornado caótico. Esse é um meio crucial pelo qual o capital se reinventa periodicamente” (HARVEY, 2016, p.140).

Caminhando ainda na direção deste caráter decisivo do desenvolvimento desigual para a sobrevivência do capital, Harvey indica que, sem esta desigualdade, “o capital certamente teria estagnado, sucumbido às próprias tendências esclerosadas, monopolistas e autocráticas, e teria perdido completamente a legitimidade como motor dinâmico” da sociedade. Ele destaca então que o papel do desenvolvimento desigual é exatamente o de desencadear uma concorrência ‘interurbana, inter-regional e internacional’, objetivando que “o novo substitua o antigo, mas também um contexto em que a busca do novo, rotulada como busca de vantagem competitiva, torna-se fundamental para a capacidade de autorreprodução do capital”. Não é este justamente o ponto que estamos sublinhando aqui como a busca pela raridade do espaço, por uma heterogeneidade dentro da homogeneidade e, ainda, da manutenção de uma heterogeneidade submetida? “Acima de tudo, o desenvolvimento geográfico desigual serve para deslocar as falhas sistêmicas do capital de um lugar para o outro. Essas falhas são um alvo em perpétuo movimento”. Assim, a intervenção capitalista no espaço se torna uma constante ameaça, por vezes realizada, por vezes eternizada como ameaça. O objetivo, contudo, é sempre combater a homogeneização que a própria produção capitalista do espaço produz. “A homogeneidade imposta hoje por uma ordem internacional dominada pelos bancos centrais e algumas instituições internacionais [... é] potencialmente devastadora para as chances futuras de sobrevivência do capital” (HARVEY, 2016, p.151).

Estes pontos amarram as afirmações de Harvey com o que estamos posicionando aqui como

uma necessidade de adaptação subordinada ao capital. Ao apropriar-se da cidade (rumo à metrópole), o capital encontra uma série de espaços, de relações sociais e de produção estabelecidas. Nem tudo pode ser modificado para corresponder exatamente à sua imagem e semelhança. Ele deve adaptar-se para submeter estas formações pré-estabelecidas, no lugar de suprimi-las e, no curso desta adaptação, reinventa sua utilidade. A desigualdade de desenvolvimentos oferece ao capital múltiplas oportunidades de exploração e espoliação, pois simboliza controle: só há desenvolvimento (na verdade crescimento) onde há domínio capitalista.

“Desenvolvimentos geográficos desiguais mascaram convenientemente a verdadeira natureza do capital. A esperança pode brotar eternamente, porque há sempre um bairro, uma região ou um Estado onde as coisas vão muito bem, mesmo no meio de inúmeras calamidades” (HARVEY, 2016, p.150)

Não seria correto afirmar que a influência desta esperança permeia o pensamento sobre a cidade e, conseqüentemente, as perspectivas de atuação do arquiteto? É preciso problematizar esta perspectiva e o papel do arquiteto condicionado a partir deste ponto de vista, porque se torna um limitante à esta atuação. O desenvolvimento (capitalista, crescimento econômico) se torna um *paradigma*. Dominado este nível total da produção do espaço, o da consciência sobre o próprio espaço e sobre como este deveria ser desenvolvido, submetem-se os níveis globais e imediatos à esta perspectiva.

Podemos dizer que de certa maneira este ponto é antecipado por Henri Lefebvre em *La pensée marxiste et la ville* [1972], quando afirma que “a pressão prática e ideológica da propriedade privada (a da terra, se junta a dos capitais) *cega* os dirigentes, os próprios intelectuais; ela obscurece a imaginação dos arquitetos, dos urbanistas”. Qual o efeito de tal obscurecimento na atuação destes profissionais? Já os conhecemos: contribuem com a sobrevida do capital e, conseqüentemente, com o *estado crítico*. Mas Lefebvre coloca que “essa cegueira tem uma dupla origem: as imagens vindas direta ou indiretamente da posse – as vindas da racionalidade empresarial (divisão técnica do trabalho)”. Ou seja, esta atuação cega, que aprofunda o mal-estar nas cidades, se origina em ‘imagens’ advindas de um mundo fetichizado, de conceitos que se inserem, reafirmando, o privilégio da propriedade do capital frente ao mundo do trabalho homogeneizado, fragmentado e hierarquizado, para utilizar os termos do próprio Lefebvre. Estas imagens não são difíceis de identificar na atuação do arquiteto e do urbanista. Se fazem presentes os espaços de separação dos trabalhos e os espaços dos trabalhos separados, além, evidentemente, dos espaços do privilégio, na escala da arquitetura e na escala da cidade. A partir disto é certo que “o urbano, portanto, continua uma abstração, um outro lugar, uma

utopia” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.108-109). O arquiteto (e o) urbanista atuam dentro da contradição homogeneidade-heterogeneidade, tratando um espaço dotado de um desenvolvimento desigual. Via de regra, eles invertem a contradição e induzem homogeneidade onde há heterogeneidade e o contrário onde domina a homogeneidade. Com isso, re-produzem um espaço desigual!

Antes de abordar como isto se desenvolve, cabe recuperar algumas passagens de Henri Lefebvre em *La révolution urbaine* [1970] para ilustrar o caráter da crítica feita por ele à atuação do urbanista (prioritariamente) mas também do arquiteto. Como já apontamos, arquiteto e urbanista operam dentro de um campo cego. “Ora confundidos num duo ambíguo, ora gêmeos, ora irmãos inimigos, ora associados distantes e rivais, o arquiteto e o urbanista examinam a caixa preta”. A cidade é para estes profissionais, segundo Lefebvre, esta caixa preta, justamente por consistir em campo cego. Embora eles saibam “o que nela entra. Surpreendem-se com o que dela sai. Não sabem o que nela se passa” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.43-44). O que caracteriza, portanto, esta atuação profissional é que “Eles não percebem, em primeiro lugar, que todo espaço é produto e, em seguida, que tal produto não resulta do pensamento conceitual”. Acreditam cegamente que o espaço pode ser remediado, pode ser criado a partir de um diagnóstico e, mais ainda, que suas intervenções só caminham em único sentido, o do ‘desenvolvimento’. Mas há aí uma contradição evidente. “O espaço, considerado como produto, resulta de relações de produção assumidas por um grupo atuante. Os urbanistas parecem ignorar ou desconhecer que eles próprios figuram nas relações de produção, que cumprem ordens”. Dessa maneira, o urbanismo “é um urbanismo de classe e encerra uma estratégia de classe” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.170-174). Esta estratégia, já sabemos à que serve: à sobrevivência do capital, à re-produção das relações de produção.

Ao lado do urbanista, o arquiteto também aparece para Lefebvre como agente envolvido na sobrevivência do capital, embora ele contenha uma potência para retirar o espaço desta condição. Para ele, na fase crítica, a favor da confusão, seria necessária a inversão de sentido “Essa prioridade exige a liberdade de invenção e o estabelecimento de relações inéditas entre o urbanista e o arquiteto, ficando a última palavra com a arquitetura”. No entanto, a arquitetura está ela mesma à volta com suas próprias questões. “Geralmente, o arquiteto se vê aprisionado no ‘mundo da mercadoria’, sem sequer saber que se trata de um mundo. Inconscientemente, ou seja, com toda boa fé, ele subordina o uso à troca, e os valores de uso ao valor de troca” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.105-106). De modo semelhante, Rodrigo Lefèvre também

apontaria esta colaboração do arquiteto ao capital

“O arquiteto, em particular, cada vez mais dentro de sua caracterização histórica, assume, em seu trabalho cotidiano, compromissos com a estrutura geral da produção e com seus desdobramentos culturais, isto é, as atividades política e artística. Assim se, de um lado, o arquiteto exerce um esforço de pensar e repensar o universo tal qual ele é, tal qual ele virá a ser no plano físico, de outro, sua própria atividade de transformar o plano físico o coloca cada vez mais comprometido com a estrutura geral da produção” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1979], p.142)

Apenas este apanhado de pontos já poderia ser bem ilustrativo de que há na atuação do arquiteto e urbanista esta condição (que pode ser incômoda ou pode ser confortável): estão envolvidos em uma cegueira, que obscurece o real caráter de suas atuações, que na verdade contribuem para a sobrevida do capital (e para uma piora de suas próprias condições, a medida em que sua relevância se relativiza em meio a todos envolvidos na produção do espaço). Podem mergulhar na cegueira ou podem reconhecê-la. O desafio: podem produzir algo outro a partir deste campo cego?

A contemporaneidade confirma estes pontos tratados pelos dois autores, mas implica no aprofundamento da limitação de atuação destes profissionais, porque cada vez mais introduzidos e comprometidos com a reprodução de capital. É isto que causa a estreiteza do horizonte e das ações, mesmo que não se saiba ou que neguem-se as contradições. Vejamos as formas de produção do espaço, todas inseridas no desenvolvimento desigual e instrumentalizadas pelo capital, mantidas numa desigualdade induzida. Qual o papel destes profissionais nestas produções?

Parece evidente que na forma de produção da promoção imobiliária arquiteto e urbanista colaboram de modo mais direto para a reprodução de capital, uma vez que organizam a produção do objeto construído desta própria indústria e que é um objeto produzido dentro das condições mais favoráveis à alta produtividade, à repetitividade e produção em massa, visando aumento de mais-valia. Em suma, onde a produção se encontra mais ‘industrializada’. Arquiteto e urbanista colaboram nesta produção através do desenho, que é diverso: dos estudos de massa ao projeto executivo e detalhamento, incluindo o projeto legal para aprovações (o que muitas vezes inclui estratégias e manipulações para que se consiga alguma vantagem em relação à área construída). A colaboração na obra aqui se insere numa muito bem estabelecida divisão técnica do trabalho (nível imediato); em relação ao nível global, o arquiteto tem possibilidades limitadas dentro desta forma de produção, uma vez que os fluxos de capital são complexos e que muitas vezes obedece os cálculos planilhados e as diretrizes de marketing para elaboração dos projetos, mas pode se tornar um agente fundamental ao passo que pode orientar investidores

sobre as possibilidades de cada localização (o que cabe, quanto cabe, aonde cabe melhor), movimentando assim o mercado de terras, além, é claro, de influenciar na (falta de) desenho urbano, nas não relações espaciais estabelecidas na cidade, por operar obrigatoriamente dentro do recorte espacial geométrico, quantificável, reproduzível e cambiável que é o lote (global); reside no arquiteto, contudo, uma potência dentro desta forma de produção, que corresponde à busca pela heterogeneidade-homogênea. O arquiteto pode orientar uma produção de formas (geométricas, espaciais, de uso), inovadoras e inéditas (desde que dentro do espectro permitido pelo capital), que contribuem para realização de um preço de monopólio. Estas formas podem simular, ou ainda dissimular, pautas que se encontram nos movimentos de questionamento da hegemonia capitalista. Clamores por uma vida menos individualista e uma convivência coletiva fora do horizonte de condominialização das cidades se tornam espaços de *coworking* e *lounges* sem vida dentro de... condomínios fechados. Disputa por mobilidade urbana tornam-se bicicletários encaixados de qualquer maneira nas profundezas do subsolo das intermináveis garagens, enquanto eixos de concentração de transporte coletivo se tornam um depósito de unidades à espera de investidores. Tudo isto, é claro, sob uma forma arquitetônica que busca se destacar na paisagem usando os mais diversos artificios e malabarismos, o que na realidade do Sul global se torna uma tragicomédia da técnica, espremida e contorcida para simular materiais e acabamentos vistos nas ‘referências’, mas inviáveis num contexto local (metropolização da forma espacial sem a globalização do sistema construtivo).

Neste ponto cabe lembrar que a crítica ao canteiro de obra como manufatura e da arquitetura como responsável pela organização da extração de mais-valia dos objetos construídos no espaço a partir da exploração desta condição já é uma crítica bem estabelecida. Já tangenciamos este campo ao tratar da relação entre desenvolvimento desigual e composição orgânica diferencial de capitais, que se manifestam em diferentes escalas (diferentes níveis). Henri Lefebvre já apontava que “a economia política do espaço considera tal teoria [composição orgânica] duplamente: à escala local, à escala planetária (a do mercado mundial)”. Mas existe uma particularidade em relação ao espaço, que corresponde à indústria dedicada à produção do espaço. Localmente, afirmava Lefebvre, “como toda indústria, a da construção (no sentido amplo, não apenas a construção do domínio edificado, mas também a construção das ‘infraestruturas’: estradas, autoestradas, aeroportos etc.) aumentou consideravelmente a composição orgânica de seu capital”. Isto significa que aumentam os investimentos em capital constante (maquinário, tecnologia) nesta produção, em relação ao capital variável (salários, mão de obra). “Contudo, os investimentos massivos e a introdução das técnicas modernas não

levaram essa indústria à posição das indústrias de ponta”. Com esta indicação, Lefebvre insinua que há um atraso na indústria da construção? Pelo contrário. Sinaliza a particularidade desta indústria, pois nela “já se sabe que a mão de obra continua tendo uma grande importância (enorme capital variável: trabalhos de terraplenagem, emprego da mão de obra estrangeira)”. Trata-se de uma indústria que se desenvolve com características específicas e que também possui uma especificidade dentro do funcionamento global do capital, da relação desigual das diferentes composições orgânicas: “a produção massiva de mais-valia e o efeito importante já reconhecido: contra a baixa (tendencial) da taxa de lucro” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.120). A indústria da construção, portanto, ao elevar sua composição orgânica, deve manter baixos os salários dos envolvidos em sua produção, sob o risco de desequilibrar os cálculos econômicos do ponto de vista do capital e das taxas de lucro.

Isto se conecta com o ponto de vista já conhecido e trabalhado por Sérgio Ferro, sobre o caráter manufatureiro da indústria da construção¹²¹. Seu ponto de vista vai estabelecer que as baixas composições orgânicas desta indústria são essenciais e características deste ramo produtivo, e que é exatamente este caráter que lhe fornece um papel importante na sobrevida do capital, por homogeneizar as taxas de lucro globais (e pode ser ainda utilizado para a absorção das crises cíclicas do capital). Para Ferro, o nível ‘arcaico’ da construção se explica, por um lado, pelo “conservadorismo implícito no comportamento do setor, com origem fundamental no capital, mas também apoiado no operariado” e, por outro lado, por ser uma indústria que “garante uma taxa de lucro alta, num país subdesenvolvido, já que utilizam um capital constante relativamente menor que o capital constante industrial”. Assim,

“devido à baixa composição orgânica do capital que aí é empregado, isto é, devido à forma arcaica de produção, a taxa real de lucro é forçosamente mais elevada que a da indústria automobilística, por exemplo. Através de uma complexa série de medições, que não nos importa examinar aqui, a taxa de lucro se homogeneiza: parte da mais-valia, do trabalho não pago, produzida na construção civil e outros setores atrasados de produção (agricultura, por exemplo) aparece como sendo mais-valia produzida na indústria automobilística ‘nacional’” (FERRO, 2006, p.99).

Mas é preciso frisar que, apesar de permanecer válida, esta separação entre ‘o canteiro e o desenho’ ganha novos contornos na contemporaneidade, desfavorecendo agora não somente o operário da construção, que permanece em sua heteronomia e na sua condição de exploração dentro da produção, mas também o arquiteto, que passa a ser, apesar de importante para organizá-la, apenas mais um dos inúmeros profissionais necessários para levá-la a cabo.

¹²¹ Ao qual já nos referenciamos aqui no item 1.2

Esta crítica, em aberto, é de extrema relevância para posicionar o arquiteto e urbanista dentro do seu próprio quadro de precarização, que aparenta ainda ser desconhecido ou negado. O que pensam e o que têm a dizer e contribuir os inúmeros profissionais que se dedicam cotidianamente à uma parcela do trabalho parcelar, isto é, à elaboração de desenhos de projetos, em jornadas de trabalho extenuantes, mal remunerados, terceirizados e algumas vezes trabalhando em condições precárias do ponto de vista da saúde mental e física? A história e a crítica da arquitetura por enquanto se dedicam às grandes histórias: os mais importantes arquitetos com suas mais importantes obras, de um lado; as mais inovadoras iniciativas em frente às precariedades e à pobreza (mesmo de caráter reformista, de outro). As fissuras, as pequenas histórias, ou até mesmo o cotidiano ordinário do arquiteto trabalhador (assalariado como era Rodrigo Lefèvre) desaparecem numa área do conhecimento que privilegia uma busca elitista pela heterogeneidade-homogênea (e que, pasmem, direciona para o homogêneo). Sérgio Ferro teve a oportunidade de elaborar algumas atualizações sobre seu *canteiro e o desenho* relacionando-o a um contexto mais contemporâneo. Em *O desenho hoje e seu contra-desenho* [2005], ele critica a arquitetura dos grandes *starchitects* por uma desconexão ainda maior com o canteiro. Trata-se, para ele, de uma arquitetura que “tem que ostentar, enfatizar seu desrespeito irônico pelas mais elementares conveniências da construção, da estática – e do bom senso. Desprestígio da produção – sem a qual, entretanto, nem o capital financeiro, nem sua arquitetura sequer existiriam” (FERRO, 2006, p.424). Essencial não esquecer que, além de os operários que construíram sob condições de total desprestígio, arquitetos assalariados (ou não!) ainda desenharam em alguma condição também desprestigiada¹²². Não implica dizer, certamente, que operários e arquitetos se conectam em seus níveis de exploração. Mas também não implica dizer que eles não podem dar as mãos.

Continuando o caminho do arquiteto e sua relação com as formas de produção, podemos nos voltar à produção por encomenda. Pode-se dizer que esta produção se assemelha à produção imobiliária em quase todos os pontos, com algumas ressalvas: em relação ao projeto e ao canteiro de obras significa ao arquiteto, respectivamente, maior liberdade e maior

¹²² Para ser justo, Sérgio Ferro faz alguma menção ao trabalho do arquiteto que desenha os projetos neste texto. “Com a atual invasão galopante do capital financeiro, fruto e causa da terceira revolução industrial, a da informática globalizante, as coisas parecem mudar em cima e embaixo, mas tudo fica onde está. Embaixo, o novo suporte do desenho, o computador, aumenta sua força por permitir novas figuras que eram penosas demais para o desenho apoiado no compasso e na régua T [...] a presença do desenho solto, agora apoiado no computador, salta aos olhos. Mas seu sucesso midiático vem sobretudo de sua perfeita conveniência ao comportamento do capital financeiro, hoje, em *pole position* lá em cima. Ambos exibem, sem nenhum recato, sua indiferença pela produção” (FERRO, 2006, p.423-424)

responsabilidade. O projeto aqui tende a envolver menos intermediários, propiciando ao arquiteto maior ‘oportunidade de expressar sua criatividade’; a obra, no entanto, pode ter maior comando do arquiteto, que aqui se aproxima ainda mais do canteiro manufactureiro e serial que descreve Sérgio Ferro em *A casa popular*, dependendo da escala da obra, da construtora envolvida etc. No nível global, o arquiteto auxilia na organização dos fluxos de capitais em relação à mão-de-obra, matéria prima, serviços diversos, além de viabilizar esta produção pelas vias legais (aprovação) e engajar-se na defesa e luta pela realização de seu projeto (no caso de alguma obra institucional, por exemplo). A principal diferença em relação à promoção imobiliária se dá no nível total, pois aqui, dotado de toda liberdade relativa que possui (há sempre o interessado, o cliente, que também tem algo a dizer – por vezes ignorado, por vezes não) o arquiteto pode imprimir sua marca criativa e atuar em favor de espaços que pretendam-se (ao menos na imaginação do arquiteto) espaços diferenciais. É neste nível mental, referencial, imaginativo e sensorial, que o arquiteto comunica-se com os usuários (impressionando-os pela forma) e também com outros arquitetos (invenções técnicas, espaciais, construtivas). Esta heterogeneidade é facilmente capturada pelo capital, que fetichiza estas investidas, transformando-as em potenciais conteúdos de preço e renda monopólicos. O arquiteto (escritório, estúdio, ateliê) se torna grife e os espaços que produz são cada vez mais espaços de exclusividade dentro da desigualdade de desenvolvimentos que conforma as cidades.

As formas de produção do espaço restantes, geralmente tratadas como não mercantis (estatal e produção doméstica), consistem num impasse para arquitetos e urbanistas, justamente por conta desta compreensão de seu caráter. Julga-se que estas formas de produção, na qual participam de modo ativo e propositivo estes profissionais, muitas vezes em conjunto e com envolvimento da população local e interessada, são nas quais se pode construir algo numa direção de luta anticapitalista e contra hegemônica. Estas formas de produção, no entanto, encontram-se senão dominadas pelo capital, ao menos instrumentalizadas por ele, constituindo-se por vezes como uma heterogeneidade induzida dentro da totalidade espacial e, por vezes, auxiliando na homogeneização do espaço, como vimos acima.

A forma de produção estatal é, provavelmente, a forma que envolve uma maior ideologia ao seu redor, justamente por envolver o componente do poder político. Embora a atuação do arquiteto e urbanista nesta forma de produção seja no sentido de equilibrar as desigualdades manifestas no espaço, de atender o anseios da população e produzir, no espaço, aquilo que representa um avanço social, um futuro melhor para a cidade, um desenvolvimento urbano de fato, sabe-se que existem obstáculos, inclusive no sentido de impedir esta atuação que seria sua

própria definição. Do ponto de vista do nível imediato a atuação do arquiteto nesta forma de produção passa cada vez menos a se distinguir da atuação nas formas de produção anteriores, justamente pelo fato de que há a elaboração de desenhos de projeto e um contato cada vez menor ou mais intermediado com a obra, menos decisivo, no sentido que a obra é responsabilidade de alguma construtora e não há aplicação de algum sistema construtivo inovador ou que envolva diretamente o arquiteto¹²³. No nível global, a produção estatal se diferencia porque concentra a produção que regulamenta as outras produções¹²⁴, onde há contribuição de arquitetos e urbanistas para consolidação das ‘regras do jogo’ que são as diretrizes urbanísticas. Aqui, vale lembrar que, como indica Henri Lefebvre, “o urbanismo se vê atezado entre os interesses particulares e os interesses políticos, entre os que decidem em nome ‘do privado’ e os que decidem em nome das instâncias superiores e dos poderes”. O urbanismo, portanto, “vive do compromisso entre o neoliberalismo [...] e o neodirigismo” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.174), o que apenas se acentua na contemporaneidade, num imbricamento cada vez maior entre estas partes. Este nível global, comprometido, subverte constantemente os desejos e as vontades dos arquitetos e urbanistas e as necessidades da população. Daí para que no nível total também se consolide esta submissão, não se torna muito difícil. O Estado produz as condições nas quais se instala a homogeneidade espacial (equipamentos, infraestrutura, áreas verdes, vias de circulação) mas, inevitavelmente, isto simboliza um avanço social, um desenvolvimento urbano. Ao submeter o poder político, as iniciativas estatais, o capital controla cada vez mais as doses homeopáticas com as quais este desenvolvimento é permitido, como instrumento de controle, para manter o silêncio dos usuários diante do mal-estar, ou para alavancar determinadas localizações nas quais pode acontecer um *boom* imobiliário. Este ponto também já tinha sido visualizado por Rodrigo Lefèvre:

“Em todo nosso sistema aqui, no sistema de consciência geral do grupo social que se define como Brasil, a consciência do planejamento ainda é bastante precária. Ainda não se tem percebido a necessidade das pessoas abrirem mão de alguns problemas particulares em função da coletividade, entendendo que essa abertura em função da coletividade talvez seja a garantia de uma sobrevivência melhor nesse contexto social que nós vivemos [...] O sujeito, quando vai fazer um plano, esbarra em interesses econômicos, em interesses que não são os interesses do planejamento, da consciência do planejamento. Ele esbarra em interesses que são, na maioria das

¹²³ Estamos cada vez mais distantes de algo na linha do que produziu, por exemplo, Mayumi Watanabe na prefeitura de São Paulo, que envolvia participação direta no canteiro de obras e envolvimento da população. Ver: BUITONI, Cássia Schroeder. *Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para educação*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009

¹²⁴ Parte-se do pressuposto que a produção de leis, planos e regulamentações é, necessariamente, produção do espaço (embora não material, mas que se materializa). Ainda, é um dos frutos da atuação de urbanistas na forma de produção estatal, ou seja, é como estes profissionais manipulam o espaço.

vezes, particulares, individualistas, contrários aos interesses do planejamento global como nós pretendemos” (LEFÈVRE in KOURY, 2019 [1974], p.79)

Por último, a forma de produção doméstica, que envolve a construção pelo próprio morador, ou em organizações de mutirão ou ajuda mútua, tem se constituído como um dos campos centrais da prática da arquitetura que se imagina imbuída de uma ‘função social’. O envolvimento nesta forma de produção pode se dar de diversas maneiras: da elaboração de projetos à participação ativa nos canteiros de obra, em conjunto com os moradores, para construção ou reforma de habitações, infraestruturas ou espaços coletivos, passando algumas vezes pelo desenvolvimento de novos métodos construtivos (nível imediato); pode se dar através da captação e organização de recursos para as obras, além de atuação junto à aprovação legal das ações envolvidas (regularização fundiária, planos de ação e de urbanização) e intermediação com o poder público e com um ‘mercado de terras e imóveis’ (global); ainda, esta atuação pode ser dar através de uma forte presença e colaboração com organizações e movimentos sociais nos termos de auxílio à conscientização e instrução da população envolvida, sobre seus direitos e deveres em relação ao espaço, orientando um campo de luta e reafirmando relações de solidariedade e pertencimento, necessárias à reprodução social cotidiana (total). As possibilidades não se esgotam aqui, mas isto é suficiente para ilustrar que há um horizonte de atuação nos diversos níveis dentro desta forma de produção do espaço. Mas ao operar dentro destes níveis, arquiteto e urbanista realizam uma operação que, via de regra, tende à uma homogeneização, pois objetivam com suas ações que estes espaços, uma vez consertados, se insiram numa perspectiva de ‘desenvolvimento’¹²⁵.

As contradições surgem inevitavelmente e não se trata apenas de uma homogeneidade espacial, mas também uma tendência à homogeneidade nas relações que se desenvolvem a partir da intervenção. Se o próprio ato de construir já contém em si mesmo muitas contradições, o que se desenrola a partir da finalização do objeto construído aporta outras e novas situações contraditórias em relação ao objetivo inicial – emancipação, anticapitalismo, relações não hegemônicas. Sabemos que a produção doméstica envolve um sobretrabalho, que no fim do processo aparece como uma melhoria nas suas condições de se autorreproduzir mas que pode ser utilizada como um modo de inserção na economia capitalista (ainda que ‘informal’) quando

¹²⁵ Os argumentos aqui elencados podem ainda caminhar numa direção que remete ao debate estabelecido por Francisco de Oliveira na sua crítica ao mutirão. Ver: OLIVEIRA, Francisco de. *Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. Novos Estudos, Cebrap, v. 1, n.74, pp.67-85, mar. 2006; FERRO, Sérgio. *Notas sobre o vício da virtude*. Cebrap, v. 3, n.76, pp.229-234, nov. 2006. LOPES, João Marcos. *O anão caolho*. Cebrap, v. 3, n.76, pp.219-227, nov. 2006.

o morador decide por vender ou alugar este espaço. À parte os economicismos, que envolveriam investigar este sobretrabalho do ponto de vista do valor da força de trabalho, se este se encontra abaixo ou não de seu custo de reprodução, a inserção deste imóvel no mercado, mesmo que informal, representa muito mais uma ideia, um modo de pensar, que reproduz, à sua maneira, o caráter dominante das relações capitalistas de compra e venda do espaço. Este parece ser um ponto chave, pois sinaliza a *não ruptura*. Do mesmo modo, compram-se e vendem-se materiais de construção, em compras financiadas através de créditos junto à bancos e instituições financeiras que introduzem os produtores domésticos em uma cadeia de dívidas, tal como o crédito utilizado para compra de móveis, eletrodomésticos, utensílios. Ao mesmo tempo, a relação com o espaço e com a cidade se modifica a partir de uma perspectiva que passa a ser a de defesa da propriedade privada, tal como apontado por David Harvey. O capital soube, muito arditosamente, corroer as perspectivas de luta e emancipação, permitindo ganhos que parecem contrários a ele de início, mas que no fim se revelam propulsores de um capitalismo desigual generalizado.

Ao observar os ‘resultados da atuação do arquiteto’, podemos pensar que, se o mal-estar acomete a população urbana, um mal-estar específico pode afligir os arquitetos e urbanistas: o desânimo, a descrença, a sensação de impotência. Henri Lefebvre, ao afirmar que o urbanismo consistia em um ‘urbanismo de classe’, sinalizava que “quando o urbanista sabe disso, quando atinge esse grau de saber, torna-se cínico, ou se retira. Cínico, pode acabar por vender liberdade, felicidade, ‘estilo de vida’, vida social, até mesmo vida comunitária nos falanstérios para uso dos sátrapas modernos” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.177). O que vale para o urbanista, vale também para o arquiteto. No entanto, nem tudo precisa ser negativo. Nem retirar-se, nem cinicamente continuar, alheio às contradições. Livrar-se da cegueira e vislumbrar um outro caminho, eis a (im)possibilidade positiva.

É necessário compreensão do que se aponta aqui, para que não se cometam injustiças ou se incorra em equívocos. O princípio básico é que o engajamento de arquitetos e urbanistas na ‘causa da produção doméstica’ é altamente necessário e valioso, um envolvimento até mesmo urgente. Há, contudo, uma insuficiência contida nesta atuação, assim como nas outras formas de produção, que se torna da tão necessária de sublinhar como nas outras, com o objetivo de apontar o campo cego generalizado no qual opera esta profissão, conscientemente, inconscientemente ou cinicamente. Por que apontar esta insuficiência? Porque somente a partir da consciência da cegueira se pode vislumbrar a ruptura. Não se trata de ‘apontar o dedo’ para

o outro e desqualificar toda e qualquer iniciativa, mas sim para uma direção, de dizer que se pode ir além.

Este ir além, como se verá, se apoia na ideia do *comum* como um conceito organizador da prática urbana. Arquitetos e urbanistas podem participar desta prática a partir do momento em que a profissão romper as correntes que a aprisionam, que aprofunda sua precariedade com o passar do tempo. Uma concepção e dual, que opõe ‘atraso’ a ‘desenvolvimento’ é insuficiente para compreender a realidade, sobretudo em contextos em que o mal-estar urbano é generalizado, que a desigualdade se manifesta cotidianamente de modo implacável. Há que se compreender o que é um ‘desenvolvimento correto’, como diria Rodrigo Lefèvre, para trilhar o caminho sem relegar ao passado as particularidades e, sem ceder às características inegociáveis dentro de um espaço diferencial. Não é o contrário disto que se opera dia após dia nas grandes e pequenas cidades, espelhos da(s) metrópole(s)? As relações estabelecidas no seio deste espaço diferencial também devem refletir estas particularidades e, principalmente, o desejo de emancipação e de real desenvolvimento. As formas de produção do espaço tal qual conhecemos, como se apresentam no presente, parecem não fornecer este panorama. Desta maneira o espaço contemporâneo se configura como este espaço no qual a luta e a *ruptura* são um (im)possível: interditas constantemente, absorvidas, solapadas pelo capital, mas ao mesmo tempo um imaginário constante dentro de um mal-estar profundo e duradouro, de um *estado crítico* que se consolida. Deve-se pleitear uma nova forma de produzir o espaço, inventar uma nova forma de se relacionar com o urbano e de torná-lo muito mais próximo. É esta proposta que o campo cego da arquitetura não deixa florescer, pois a cegueira aposta que as respostas estarão contidas em alguma das formas de produção do presente e, assim se colabora cegamente com a contrarrevolução urbana.

2.3 IMPOSSIBILIDADE DE RUPTURA: A CONTRARREVOLUÇÃO URBANA

Enquanto perdure o domínio do capital sobre o espaço, nunca é demais dizer, mesmo sob o risco de tornar-se repetitivo, o meio será este constante mal-estar. Estado crítico permanente que não impede, contudo, o movimento cotidiano de uma sobrevivência *capitalizada*. Uma contradição em aparência, que na realidade revela-se um processo organizado para simular a contradição e dissimular parcialmente a condição incômoda (e aqui organizar diferencia-se de orquestrar, caso contrário imputaríamos ao capital um controle absoluto, irreal: não existem somente contradições surgidas desta coação, mas também falhas, que permitem irrupções contrárias, contra hegemônicas de um lado e reinvenção da hegemonia de outro). Existe um campo cego (não ver e não querer ver) generalizado naqueles que vivem, produzem, reproduzem, discutem a cidade; existe um silêncio dos envolvidos (habitantes); existem necessidades e urgências no cotidiano (problemas e falsos problemas). Existem ilusões de ascensão social, de libertação pela aceitação (da dominação). Existem ideologias que mobilizam o desconhecimento, a ingenuidade ou a fé. Existem a má-fé, as más intenções, os interesses escusos. Existe a ausência de intenções e uma completa passividade. Tudo isto (e mais) se passa no cotidiano embaralhando as cartas que estão sobre a mesa. Lembremos: o capital não é uma coisa, e sim uma relação em movimento (uma soma de relações). Todos estes aspectos do cotidiano, que se manifestam no espaço e sobre o espaço, apresentam não mais do que uma sociedade imersa no mundo fetichista das trocas de mercadorias, dos equivalentes. Uma sociedade que se encontra em meio à uma realidade desigual na qual se mantém a ilusão: de que o atraso, o subdesenvolvido tem solução. Tudo é solucionável, remediável, está sempre prestes a encontrar intervenções corretas.

O que estas intervenções objetivam? O que elas suscitam? Isto nós já elencamos: uma defesa, uma sobrevida do capital, calcada na reprodução das relações de produção. Ao retratarmos as (im)previsões de Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre objetivamos trazer suas obras ao presente de um modo sutil. Suas contribuições são colocadas lado a lado com os complementos de outras contribuições, e este panorama pode então conformar algo legível sobre o presente, sobre aquilo que se passa no real da contemporaneidade: um *estado crítico* aprofundado. O mal-estar generalizado e já estabelecido no cotidiano urbano teve seu esboço no século XX, se iniciou a partir da generalização da urbanização. A consolidação deste mal-estar é a condição presente,

a realidade urbana contemporânea. Estende-se ao presente aquilo que visualizaram em forma de crise, com seus motivos e agentes, de modo sempre mais favorável em relação ao capital. O conjunto de elementos destacados aqui, portanto, sinaliza uma direção: o capital sobrevive e se adapta, o que não pode se dar sem um espaço adequado, também adaptado ao longo deste percurso. Daí a contribuição das mais diversas formas de produção do espaço e do arquiteto e urbanista para esta sobrevivência. Logicamente, não são eles os únicos responsáveis, mas uma vez parte do elemento que passa ao primeiro plano – o espaço – constituem um campo essencial. Vale repetir para enunciar que a sobrevivência do capital não se dá modo inocente e neutro? Há método, coerência, estratégia (e até mesmo disputa), que mobilizam o espaço, o arquiteto, as formas de produção. Não se pode ignorar esta condição. Estamos em meio à *contrarrevolução urbana*.

Relembremos o eixo traçado por Henri Lefebvre, a hipótese da urbanização 100%. Antes de alcançá-la, existe a fase crítica, que ‘se prolongará enquanto não ocorrerem as demais inversões necessárias para a passagem à sociedade urbana’¹²⁶, as inversões entre níveis privado, misto e do habitar, com ‘primazia do habitar’. O urbano, este devir sempre presente, sempre uma (im)possibilidade no horizonte, é o continente de uma sociedade urbana, onde as relações sociais passam para um outro patamar acompanhando o desenvolvimento social e as vantagens propiciadas pela urbanização: o encontro, as diferenças, as simultaneidades, o inesperado. Nada disso se assemelha com a metrópole contemporânea. Não é, portanto, retratar de uma maneira muito clara esta condição denominá-la como *contrarrevolução*? O conjunto de forças que se aplicam a manter a ordem atual, em fazer permanecer a fase crítica, que interrompem o movimento sentido ao urbano, não poderia ser invocado de outra maneira para torná-lo mais óbvio, mais fácil de reter. Que é esta *contrarrevolução urbana*? Ora, exatamente o que diz: um impedimento ao urbano, uma tentativa duradoura e sistêmica de manter distante o urbano e a revolução que ele propicia. Sabe-se que o termo ‘*contrarrevolução*’ remete a uma extensa bibliografia. Não cabe aqui retomá-la. O movimento consiste num esforço antirrevolucionário, nos termos do urbano, e é isto que se torna necessário demonstrar.

Não podemos deixar de indicar que até mesmo Henri Lefebvre, em meio à sua previsão de revolução urbana, indicava consciência de um forte e consistente movimento contrário. Afirmar ele que durante a fase crítica, “a cidade explode; o urbano se anuncia; a urbanização completa se prepara; e, no entanto, os antigos quadros (instituições e ideologias vinculadas às antigas

¹²⁶ Ver item 1.3

formas, funções, estruturas) se defendem, adaptam-se às novas situações” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.104). É essencial ter em vista que para Lefebvre o urbano se opõe, deixa para trás, os instrumentos, os pensamentos e as ideologias do industrial. A contrarrevolução, no sentido contrário, deve preservar estas características e, por isso, apega-se aos cálculos e à racionalidade empresarial para gerir o espaço, somada à dominância da propriedade de capital e do poder político

“O campo industrial substitui as particularidades naturais, ou supostas como tais, por uma homogeneidade metódica e sistematicamente imposta. Em nome do quê? Da razão, da lei, da autoridade, da técnica, do Estado, da classe que detém a hegemonia. Tudo serve para legitimar, para entronizar uma ordem geral, que corresponde à lógica da mercadoria, a seu ‘mundo’ realizado à escala verdadeiramente mundial pelo capitalismo e pela burguesia” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.50)

Estas aproximações de Henri Lefebvre em relação ao que impede a ascensão do urbano nos vão dando o tom desta contrarrevolução. Uma ordem geral, imposta e moldada pelo mundo da mercadoria através do poder consolidado da burguesia (cada vez mais urbana/metropolitana).

Curiosamente, Lefebvre denominava, em *Espace et Politique* [1973], de contradições do espaço o que pode ser também enquadrado como contrarrevolução urbana. No curso do que compreendemos como fase crítica, “a urbanização da sociedade é acompanhada de uma deterioração da vida urbana: explosão dos centros, a partir de então privados de vida social, pessoas segregativamente repartidas no espaço”. Um crescimento da cidade baseado na não-relação, no anti-urbano, é isso que Lefebvre afirma como *contradição do espaço*. Como ela opera? “De um lado, a classe dominante e o Estado reforçam a cidade como centro de poder e de decisão política; do outro, a dominação dessa classe e de seu Estado faz a cidade explodir” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.136). Não é demais ressaltar: mais uma vez Lefebvre aponta para uma convergência entre ‘classe dominante e o Estado’ em relação aos interesses e na forma de operar (sobre o espaço).

Rodrigo Lefèvre vai indicar algo semelhante, mas conectado a um contexto específico, que poderia nos dar uma pista de sua visão sobre a contrarrevolução urbana. Em *Uma crise em desenvolvimento* [1966], onde sabemos que Rodrigo está na verdade apontando para o regime da ditadura militar no Brasil e sua incompatibilidade com qualquer perspectiva de desenvolvimento social e participação democrática na vida política do país (uma contrarrevolução, portanto), ele acusava que

“os grupos que mantêm o monopólio das posições do poder político e social, cada vez mais, atuam não só no sentido de manutenção de estruturas anômalas, mas também, e quando se faz necessário pelo acúmulo de pressões sociais, no sentido de propor transformações mistificadoras

que só na aparência correspondem à demanda do processo de democratização” (LEFÈVRE in KOURY, 2019 [1966], p.47)

Aqui, além de conectar o ‘poder político e social’, Rodrigo também estabelece relação com este conjunto de forças contrarrevolucionário e ‘transformações mistificadoras’. Ao abordarmos o tempo linear, a ideologia da dualidade, a oposição entre subdesenvolvido e desenvolvido, são exatamente estas transformações mistificadoras que enquadrados como o resultado dessa leitura (propositada e estrategicamente) equivocada, que propõe falsas soluções e se apoia numa legitimação baseada no evolucionismo, no continuísmo, na crença que se pode sempre sair do pior para o melhor sem nenhuma transformação real necessária. Estratégia de contrarrevolução, portanto.

Podemos ainda mais uma vez retomar o artigo *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas* [1976] de David Harvey para uma estratégia contrarrevolucionária. Neste texto, ele reconhece que “tendo em vista que o capitalismo tem sobrevivido, temos forçosamente que concluir que o capital domina o trabalho não só no local de trabalho, mas também no espaço de viver”. Revela uma convergência com Henri Lefebvre no sentido de que a sobrevida do capital se apoia na reprodução das relações de produção. Esta convergência continua, pois ele indica que a dominação se dá “através da definição da qualidade e dos padrões de vida da força de trabalho, em parte pela criação de ambientes construídos que se adaptem às exigências da acumulação e da produção de mercadorias”. Novamente, não teríamos nenhum elemento adicional como caracterização da sobrevida do capital. Mas contrariamente à Henri Lefebvre e suas (im)possibilidades, que podem indicar algum otimismo, que supõem que os movimentos dominantes estão sempre prenhas de seus contrários, Harvey é dotado de um certo pessimismo neste ponto. Para ele, “colocar a questão dessa forma vigorosa não significa dizer que o trabalho não pode vencer em aspectos particulares”, mas “os limites de tolerância do capital são, mesmo assim, claramente definidos. Que o trabalho lute dentro desses limites, é uma coisa; outra coisa é querer ultrapassá-los. Aqui é que a verdadeira briga começa.” (HARVEY, 1982, p.20)

Como a dominação é total, vencer em aspectos particulares é uma luta que não extrapola, portanto, os “limites de tolerância do capital”, pois até mesmo estas aparentes vitórias podem estar ligadas ao desejo do capital por maior controle social. A contrarrevolução se baseia então nestas pequenas concessões e é justamente por isso que se torna necessário ultrapassar os limites e visualizar a *ruptura*. Quando elencamos formas de produção do espaço e formas de atuação

do arquiteto que se pretendem anticapitalistas, mas que só fazem girar o moinho do capital, não queremos indicar que não se podem conquistar vitórias a partir dessas intervenções, mas sim que, mesmo as pequenas vitórias, não escapam desse movimento contrarrevolucionário. Pessimismo? Longe disso. Otimismo suficiente para indicar outras vias de possibilidade. E até mesmo Harvey reconhece o papel das lutas mais profundas

“As formas ostensivas de conflito em torno do ambiente construído dependem, portanto, do desfecho de uma luta ideológica mais profunda e frequentemente oculta, luta essa que tem por objetivo a consciência dos contendores. Essa luta mais profunda entre consciência e posicionamentos individuais, comunitários e de classe oferece o contexto no qual ocorrem as lutas do dia-a-dia sobre os problemas do dia-a-dia.” (HARVEY, 1982, p.33-34)

Soma-se então este aspecto à contrarrevolução urbana: uma luta ideológica, pelo consciente coletivo e imaginário sobre o que é e o que pode ser justamente o urbano. Uma simples soma dos fatores poderia fornecer um panorama que não é difícil de reconhecer. Um conjunto de forças entre o poder financeiro e o poder político, que administra o espaço segundo preceitos da era industrial (o cálculo, a lógica, a racionalidade empresarial), a proposição de falsas soluções, a permissão de pequenas vitórias objetivando controle social, um embate ideológico sobre a cidade e suas relações. Eis a contemporaneidade metropolitana, anti-urbana e contrarrevolucionária.

Mas qual seria a relevância em esmiuçar a contrarrevolução urbana se, aparentemente, esta lógica se aproxima do que pôde ser trabalhado sobre a instrumentalização do espaço e da sobrevida do capital a partir da produção do próprio espaço? Justamente o fato de que o movimento contrarrevolucionário extrapola o espaço e se insere em instâncias ‘superiores’, que gerem o espaço de cima para baixo, considerando-o como instrumento. Henri Lefebvre em *La production de l'espace* [1974] caminhou nesta direção:

“Não é somente ao se apoiar sobre o solo que se consolida o capitalismo, nem somente ao integrar as formações históricas anteriores ao capitalismo. Ele se serve também de todas as abstrações de todas as formas, incluindo a ficção jurídica e legal: a propriedade daquilo que permanece irreduzível à apropriação privada ou propriedade privada (a natureza, a terra, as energias vitais, os desejos e as necessidades). A planificação espacial, que se serve do espaço como instrumento para múltiplos fins, se mostra de uma extrema eficácia. A ‘modernização conservadora’ mais ou menos bem-sucedida em muitos países, não supõem o emprego do espaço instrumental?”¹²⁷ (LEFEBVRE, 2000 [1974], p.403-404. tradução livre)

¹²⁷ “Ce n’est pas seulement en s’appuyant sur le sol que se consolide le capitalisme, ni seulement en s’intégrant les formations historiques antérieures au capitalisme. Il se sert aussi de toutes les abstractions de toutes les formes, y compris la fiction juridique et légale : la propriété de ce qui semble irréductible à l’appropriation privative ou propriété privée (la nature, la terre, les énergies vitales, les désirs et besoins). La planification spatiale, qui se sert de l’espace comme instrument à fins multiples, se montre d’une extrême efficacité. La ‘modernisation conservatrice’ plus ou moins réussie dans de nombreux pays, ne suppose-t-elle pas cet emploi de l’espace instrumental ?”

Esta ‘modernização conservadora’ coloca em movimento a favor do capital ‘a natureza, a terra, as energias vitais, os desejos e as necessidades’. Muito acertadamente ele representa esta estratégia, de sobrevivência e de dominação por parte do capital. Há crescimento (capitalista) sem desenvolvimento (social). Há avanço das forças produtivas, mas isto não simboliza um avanço em todas as direções. O capital conserva seu principal aspecto: a dissociação (cada vez mais completa) dos trabalhadores de seus instrumentos e meios de reprodução. A *contrarrevolução urbana* se refere à cidade, a este espaço e seus tentáculos que se espraiam sobre os territórios submetidos. Mas ela diz respeito a esta profunda mercantilização de todos os aspectos da vida, movimento conservador por excelência do capital e dos poderes estabelecidos.

Outra definição de contrarrevolução pode ser encontrada na contribuição de Florestan Fernandes, que utilizou este termo também na década de 1970 para descrever este movimento que persiste e continua atual – um movimento burguês totalitário/autoritário permanente e preventivo. É verdade que Florestan, assim como Rodrigo Lefèvre, situa a contrarrevolução na realidade brasileira (contexto talvez extensível à América Latina), tendo no subdesenvolvimento e a relação desigual das periferias do sistema com os países centrais um ingrediente fundamental para a formação de uma burguesia ideologicamente vazia, que adequa seus ideais de acordo com as possibilidades de participação e crescimento no mercado interno e externo e que instrumentaliza o poder de Estado em benefício de classe. Dessa maneira, a associação com regimes e ideologias autoritários se dá sem maiores questões, desde que de acordo com o interesse de preservação de seus privilégios. De modo inverso, não há Estado possível que não aquele que se curve e reconheça este poder de classe e negocie qualquer desenvolvimento social que não desequilibre este jogo de forças. No plano econômico este movimento permanente e preventivo é sempre calculado. Se a revolução burguesa na periferia capitalista tem suas possibilidades restritas, restringem-se ainda mais os pequenos avanços que ela poderia consolidar, condicionando o desenvolvimento ao possível dentro de um quadro mundial que impõe seus desejos por determinadas mercadorias, matérias primas ou mão de obra (imperialismo).

“O que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia. Assim, o que ‘é bom’ para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito [...] com qualquer evolução democrática da ordem social. A noção de ‘democracia burguesa’ sofre uma redefinição [...] pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa” (FERNANDES, 2020, p. 290)

Embora a definição de contrarrevolução elaborada por Florestan possa sugerir uma restrição a um momento e a uma realidade nacionais específicas, seu significado possui também um sentido. Este sentido aponta numa direção bastante familiar àqueles que analisam o contexto contemporâneo, não só brasileiro, mas mundial. A ascensão de uma extrema direita autoritária, conservadora, rentista e classista é sentida e presenciada em vários países; um capitalismo global que, aliado ao poder de Estado, atua para consolidar e perpetuar interesses e privilégios de classe é um cenário já (re)conhecido. Mesmo Florestan já vislumbrava que o espraiamento do conceito em direções mais amplas seria uma possibilidade factível para explicar a atuação da burguesia em caráter mundial.

“Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore” (FERNANDES, 2020, p. 292)

Este plano de fundo político-econômico tem grande impacto na produção do espaço urbano, uma vez que o mundo contemporâneo é essencialmente urbano. Na contemporaneidade a população crescente das cidades supera a população do campo em números absolutos, os problemas e as questões urbanas passam ao primeiro plano (sem solução), a cidade se torna o local privilegiado da reprodução do capital. Se a contrarrevolução se faz presente na contemporaneidade, esta contrarrevolução é, portanto, essencialmente urbana. Uma *contrarrevolução urbana* se apresenta e se afirma, se coloca em curso. Suas características fundamentais? Ora, exatamente um autoritarismo burguês sobre o espaço. As cidades e sua crise urbana refletem as estratégias burguesas de dominação: restrição econômica, social e política ao ambiente e vida urbanos. Com quais instrumentos a burguesia exerce esta dominação? Sobretudo, através da renda e da propriedade privada do solo urbano, apropriando-se das cidades, de seus bens e espaços.

Em sentido semelhante ao empregado por Florestan, outros autores já trataram a condição atual das cidades como uma situação de contrarrevolução urbana. Jordi Borja a situa em contraposição àquilo que considera como revolução urbana, isto é, uma contraposição à democratização do desenvolvimento urbano, à ‘socialização do progresso’¹²⁸. Neil Smith, por

¹²⁸ “La intervención sobredeterminante del capital financiero especulativo en los procesos de urbanización, el carácter oligopólico de la propiedad privada del suelo (un bien común) que genera el inicio del proceso de materialización de las plusvalías urbanas (renta de posición) en la definición de usos del territorio, el consiguiente carácter de “ahorro” que han adquirido las inversiones en suelo o en vivienda para una parte importante de las clases medias e incluso bajas, las alianzas “impías” entre promotores y autoridades locales que encuentran en ello una forma extra de financiarse (y a veces de corromperse), el afán de distinción y de separación de importantes sectores medios y altos, los miedos múltiples y acumulativos que actúan sobre una población de cohesión débil, la

sua vez, recorreu à alcunha de *cidade revanchista*¹²⁹ para retratar a reação burguesa à uma possível integração da população pobre aos espaços das cidades. Ambos nos colocam diante desse mesmo cenário: uma dominação autoritária e preventiva numa disputa desigual por controle e poder social, econômico e *espacial*. O componente essencial desta disputa, a renda, exerce um duplo papel: ao passo que possibilita esta dominação, torna-se ao mesmo tempo o motivo pelo qual este domínio está em disputa. A possibilidade de obter renda a partir da propriedade privada de determinada porção do solo (urbano) determina a alocação (ou não) de pessoas e coisas no espaço. Esta alocação de pessoas e coisas no espaço gera um retorno (e entesouramento) em dinheiro ao proprietário da terra que permite esta alocação. Este dinheiro permite ao proprietário a participação na sociedade e no espaço urbano burgueses. Em suma, o que está em disputa é a possibilidade de participar da distribuição da mais-valia global e de exercer o poder de classe.

A *contrarrevolução urbana* significa, então, a aplicação, por parte da sociedade burguesa, do método da contrarrevolução ao espaço, ou ainda, a utilização do espaço para levar a cabo sua contrarrevolução, ou ambas simultaneamente. Esta estratégia se torna possível e atrativa para o capital, respectivamente, pela existência da propriedade privada do solo e por esta possibilitar a obtenção de renda. Como sabemos, o rentismo carrega consigo consequências catastróficas para a cidade, acentua suas desigualdades, estimula a segregação e perpetua a divisão da sociedade e os privilégios de classe. Como um ‘bloco faccional’, rentistas extrapolam os limites considerados ‘ideais’ dentro do funcionamento do sistema:

“Da mesma forma que os comerciantes, como bloco faccional de poder, vão com frequência muito além da competência que Marx originalmente atribuiu a eles como atores necessários do funcionamento adequado do capital, os rentistas tendem a fazer o mesmo nos mercados fundiário, imobiliário e de ativos de todos os tipos” (HARVEY, 2018, p.46)

Esta condição apenas reafirma o contexto de *contrarrevolução urbana*, no qual propriedade e renda adquirem papel fundamental para dominação burguesa. Aplicado ao espaço, o rentismo instrumentaliza a propriedade (fundiária, imobiliária) e conseqüentemente a cidade, apropriando-se não apenas das rendas, mas do espaço urbano e das relações nele estabelecidas.

fragmentación de los territorios urbanos extensos y difusos, la homogeneización de pautas culturales en los que la “imitación global” se convierte en obstáculo a la identidad e integración locales, etc. Todo lo cual configura que vivimos no solo tiempos de revolución, también son tiempos de contrarrevolución urbana” (BORJA, 2012, p.33)

¹²⁹ More than anything the revanchist city expresses a race/class/gender terror felt by middle- and ruling-class whites who are suddenly stuck in place by a ravaged property market, the threat and reality of unemployment, the decimation of social services, and the emergence of minority and immigrant groups, as well as women, as powerful urban actors. It portends a vicious reaction against minorities, the working class, homeless people, the unemployed, women, gays and lesbians, immigrants. (SMITH, 1996, p.207)

Resultando em exploração, espoliação e segregação urbanas crescentes, a *contrarrevolução* produz e é produzida por uma cidade *anti-urbana*, meio e mercadoria, base e produto.

O contexto contemporâneo, da contrarrevolução urbana, tal como a modernidade, nos impõe um limite, uma cegueira. Inseridos na re-produção das relações sociais de produção, não nos permitimos enxergar aquilo que transpõe nossa realidade, que rompe com categorias há longo tempo estabelecidas, que possibilita um novo (e outro) futuro, das cidades e de nossas vidas. Situados nessa opacidade, nas quais as relações sociais e as relações de produção assumem aquele caráter fantasmagórico de um mundo fetichista, não temos alternativas a não ser partir da concretude do real e do cotidiano, para elaborarmos as abstrações possíveis que tornam esta realidade mais translúcida, onde se elucidam não apenas os *porquês* e *comos*, mas também as possibilidades outras – método já reconhecido dentro da economia política¹³⁰. Para abordarmos a questão da propriedade privada (urbana) e das rendas (imobiliárias) obtidas a partir desta condição social e historicamente estabelecida, temos, portanto, que partir do possível e do real, seu contexto concreto, onde esta propriedade privada (da terra, do espaço) e a obtenção de renda a partir dela parecem tão naturais como a luz do dia. No entanto, o ‘direito’ e essa condição produz uma imensa desigualdade, que se revela no tecido urbano. Apesar de enxergamos as injustiças, não encontramos saídas que não pareçam utopias distantes.

A situação concreta abrigada na contemporaneidade nos faz partir de um pressuposto básico: da realidade da urbanização capitalista e a instrumentalização do espaço como vetor de reprodução ampliada de capital. O resultado é uma intensa mercantilização da cidade e da vida e, por consequência, fetichização das relações que se dão no espaço e pelo espaço, em função de um rentismo que domina este processo em todos seus níveis de produção (imediato, global e total). No entanto, propriedade privada, renda e cidade são categorias históricas e, como tais, são condicionadas pelo modo de produção a que correspondem, no qual se inserem. São por ele subordinadas. A relevância da percepção destas categorias como historicamente determinadas implica justamente em compreender que nem sempre as sociedades se organizaram de uma mesma maneira. Uma outra relação com a propriedade, com a renda e com a cidade são não

¹³⁰ “Esse discurso teórico, no pensamento de Marx, reúne o conhecimento e a revolução. Traz um saber da sociedade burguesa e da economia política (capitalista por definição), saber ao mesmo tempo crítico e concreto. É a revolução teórica. Na passagem, ele encontra o discurso trivial, o da vida corrente e do mundo da mercadoria, o do capitalista individual, com as modalidades correspondentes da consciência, do saber e da ideologia. Ele dissipa, no percurso, esses significados para estabelecer um encadeamento racional de significantes que não coincide com o ‘real’, tal como aparece àqueles que estão mergulhados neste real, mas que o elucidam, transformando-o, desde então, de realidade opaca em realidade transparente, aberta diante da ação que a destruirá” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p. 86-87)

apenas possíveis, mas podem indicar uma outra relação com o urbano. Do opaco, ao translúcido. Estabelecer esta outra relação, contudo, não implica em uma volta ao passado, onde estas categorias possuíam outro significado social. Pelo contrário, implica em estabelecer conceitos que possam superar as categorias históricas tradicionais, subordinando-as num outro modo de produção dominante, o da sociedade urbana. Entre estes conceitos (im)possíveis situa-se o *comum urbano*, que visa questionar justamente a apropriação privada de bens e recursos urbanos que detém importância para a vida cotidiana coletiva. Apesar de apontar uma direção, o comum se mostra insuficiente para superar os problemas consequentes da posse e do rentismo, que solapam alternativas e aprisionam a cidade em meio a contrarrevolução. O objetivo aqui, portanto, é demonstrar que propriedade, renda e cidade são categorias de extrema importância na contemporaneidade, mas são, também, categorias históricas, tradicionais, determinadas socialmente, e que apesar das insuficiências, o *comum* guarda consigo uma potência para modificar as relações sociais estabelecidas. Aliado ao urbano, conceito-chave, poderíamos passar do *comum urbano* ao *urbano comum*.

3. DIÁLOGOS LEFE(B)VRIANOS III: AS RUPTURAS NO SÉCULO XXI

Finalmente, podemos nos aproximar do último objetivo deste trabalho, que nada mais é do que estender as *utopias* contidas nas contribuições de Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre ao século XXI a fim de retomá-las pelo sentido de *rupturas*. Tarefa nada simples e nada modesta, pode-se dizer, e com razão. Como totalidade aberta, contudo, esta construção teórica se edifica sob a égide de um apontamento, de indicação de uma direção. Os olhares podem se dirigir para a direção que se aponta, para quem aponta, para o dedo com que se aponta ou até mesmo para uma direção oposta. De qualquer maneira, o que se busca evidenciar aqui é a relevância da contribuição dos dois autores para uma crítica radical da produção do espaço contemporâneo. Mas o que isso significa?

De imediato, é primordial retomar a noção de transdução, que nos coloca diante de uma operação e um método:

“Ao lado da dedução e da indução, a metodologia aprofundada dialeticamente teria de apresentar operações novas, tais como a *trans-dução*, uma operação do pensamento sobre/para um *objeto virtual* a fim de construí-lo e realizá-lo. Seria uma lógica do objeto possível e/ou impossível” (LEFEBVRE, 1991, p.15)

Retomamos esta noção, constantemente referenciada na obra de Henri Lefebvre, a fim de enunciar a problemática aqui envolvida, lembrando que mesmo Rodrigo Lefèvre a referencia.

“A transdução elabora e constrói objeto teórico, um objeto possível, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por essa realidade” (LEFEBVRE *apud* LEFÈVRE in KOURY, 2019 [1981], p.215)

Ao objetivar a *ruptura*, depara-se com o objeto virtual, possível-impossível e, desta maneira, com uma questão de método. A construção deste objeto virtual, dentro de uma perspectiva lefebvriana, requer certo ‘aprofundamento dialético’, e é este aprofundamento que se deve buscar.

Como observa César Simoni, “as feições e estruturas que o pensamento dialético adquire na reflexão de Henri Lefebvre não coincidem com aquelas deixadas pelos autores que continuaram a inspirar seu trabalho” (SIMONI-SANTOS, 2019, p.527). Isto porque Lefebvre busca desenvolver um outro método dialético, que se origina a partir da tríade de três autores – Hegel, Marx, Nietzsche – e que se manifesta num duplo movimento: numa crítica ao pensamento

historiador e na reabilitação da lógica formal como método para conceber a oposição entre forma e conteúdo. De modo sucinto: Lefebvre constrói sua ‘dialética espacial’ considerando que há crise da história, pois as esperanças revolucionárias não se concretizam e porque o esquema de um tempo evolucionista linear é insuficiente para esclarecer sua totalidade, e deve-se vislumbrar, portanto, a superação da história (uma pós-história); ao mesmo tempo, retomar a lógica formal significa expor exatamente o método pelo qual o pensamento abstrato se impõe e sobrepõe a leitura do real e do vivido, essencial para uma análise espacial – se trata da vitória da ordem, do plano, do cálculo econômico e do tecnicismo frente ao inesperado, ao espontâneo, ao contraditório que podem ser encontrados no cotidiano. A superação da história (um tempo não-linear, uma história diferencial, que retém as diferenças e particularidades¹³¹) e a dialética espacial são, portanto, métodos da *transdução*.

Retomemos então.

Partimos das contribuições de Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre, do momento em que se produziram e de seu contexto, o que nos remete aos anos 1970 e 1980, primordialmente, mas não impede um olhar que se prolonga neste tempo histórico e alcança outras distâncias temporais. O que se retém daí não se apresenta senão como história – de um pensamento sobre o urbano, de dois autores – mas que remete ao próprio percurso histórico da formação do espaço urbano, das aglomerações humanas em torno das cidades. Mais ainda: remete à contemporaneidade, uma vez validadas suas *previsões*. Continuidades?

Prosseguimos, na marcha do tempo, para o período posterior a estas obras, que se estende até o presente. Dessa maneira prolonga-se a história – do pensamento sobre o urbano, dos dois autores, das cidades. Mas nem tudo se estende. Assim, encontramos-nos em meio a *imprevisões*, porque diferenças se afirmam e implicam em mudanças de direção, no âmbito dos caminhos da dominação, da opressão, da homogeneização e da luta contrária a este caminho. Há descontinuidades.

O que os dois autores construíram, além de suas interpretações sobre o real, o vivido, de suas explicações sobre o fenômeno urbano e suas contradições, foram proposições acerca das alternativas para superação destas contradições e das resultantes desigualdades e injustiças que

¹³¹ “A diferença não coincide com a particularidade, ideia importante. A particularidade vem, dum ou doutro modo, da ‘natureza’. Não passa da origem, do lugar do nascimento, do berço, do ponto de partida, da diferença. Esta pode atrofiar-se no caminho, degenerar, morrer por aborto. Neste sentido, a nação não passa de um mito das origens, uma imagem que data da era campestre. Mas ‘alguma coisa’ nasce com a nação que lhe sobrevive: uma diferença. Entre outras.” (LEFEBVRE, 1971, p.257)

se manifestam no espaço e através do espaço. Utopias, que se mostram cada vez mais urgentes. A partir de que foram construídas? Das diferenças, das fissuras, das reminiscências; da sinalização de uma luta pela heterogeneidade.

Deve-se recordar que a urbanização é um processo mundial e que Lefebvre interpreta duas fases para a história mundial. A fase I, que se volta à homogeneização, na qual estas forças “homogeneizantes, destruidoras das particularidades naturais e de toda a natureza, fazem parte a acumulação (dos conhecimentos, das técnicas, das riquezas) como a preocupação cada vez mais exclusiva do crescimento (o economicismo)”; e a fase II, de resistência à homogeneização, já que durante a fase I surgem um ‘conhecimento mais alto e formas de consciência refinadas’ que “lutam a seu modo – revolucionário – para se manifestarem, seguem em direção às divergências e às diferenças”. Ao que correspondem estas fases históricas? “A fase I está ligada ao processo de industrialização. A fase II (é também a hipótese teórica) estaria ligada ao processo de urbanização”. Ainda, a fase II, afirma ele, “ainda que nascendo da história, será trans-histórica. A história, presente mas em vias de superação, concebe-se e percebe-se como totalidade, em virtude precisamente desta superação” (LEFEBVRE, 1971, p.265-266). Ou seja, para conceber a superação da história seria imprescindível percebê-la como uma totalidade, que carrega simultaneamente a homogeneização (fase I) e a resistência à homogeneização, luta pela diferença (fase II).

A superação da história (trans-história) carrega seus conceitos, ao que surge novamente a questão da utopia.

“Já se manifestam conceitos trans-históricos ligados à concepção diferencial do pensamento, da ação, da afirmação. Entre estes conceitos, um toma lugar momentaneamente no centro, o do possível-impossível. Não se trata da distinção trivial entre o que pode (fazer-se, acontecer, etc.) e o que não pode (acontecer, realizar-se, etc.). Dum modo mais profundamente dialético, o impossível nasce e mostra-se no coração do possível. E inversamente, bem entendido. [...] A exploração do possível-impossível usa um outro nome: a u-topia. Não há pensamento, hoje mais do que nunca, sem esta exploração, não se desviando o olhar do descobridor dos obstáculos, sobretudo se os quer contornar. Esta consciência do possível-impossível suplanta a consciência do passado.” (LEFEBVRE, 1971, p.302)

Rodrigo Lefèvre ainda irá apontar que “utopias que correspondam à vontade da maior parte da sociedade, dentro de certas condições de organização política, poderão ser simplesmente predição de um futuro próximo, ao ‘alcance das mãos’, poderão ser um sonho pleno e uma vontade coletiva possível de cumprir” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.216).

Mas aqui encontramos-nos novamente em um impasse. Entre continuidades e discontinuidades, entre resistência à homogeneização e construção de utopias, aprofunda-se o *estado crítico*. O

devir histórico se torna comprometido. É a partir desta chave que se pode pensar a *ruptura*, ‘um corte radical, uma descontinuidade total’, uma vez que o percurso histórico, mesmo tomado em sua totalidade, aprisiona o possível-impossível. O olhar atento aos obstáculos, que identifica aquilo que se quer contornar pode perceber a dominação e perpetuação da *contrarrevolução urbana*¹³², que se utiliza até mesmo das utopias para sua ‘destruição criativa’¹³³. Das (im)previsões surge a necessidade: a transdução requer uma inversão, do objeto possível-impossível para o objeto impossível-possível. Uma vez que o *estado crítico* se configura como um período de transição¹³⁴ duradouro, deve-se vislumbrar a ruptura, o corte capaz de superá-lo. Significa isto a radicalização das utopias? Sim e não. Uma radicalização que implica a luta de morte para construção das rupturas nunca está descartada na ebulição das massas, na agitação e no fervor de uma espontaneidade revolucionária. Mas tratando-se da produção do espaço, um recorte totalizante e ao mesmo tempo específico, a radicalização vislumbrada aqui se reporta aos conhecidos três níveis:

a) *no nível da produção material imediata e global*, radicalização da utopia da *autogestão* (incluindo aí a autoprodução, num conceito ampliado e revisado), o que significa não aceitar concessões, como a co-gestão (co-produção). “A co-gestão é incompatível com a autogestão. O reformismo pseudo-revolucionário não pode mais do que melhorar a mesma gestão, da mesma coisa, dentro das mesmas instituições, restabelecido com a ajuda dos ‘interessados’”¹³⁵ (LEFEBVRE, 1998 [1968] p.78). Ou seja, a autogestão implica na criação de novas instituições para uma nova sociabilidade, de modo que a utopia estatista precisa ser deixada de lado. A própria prática da arquitetura precisa ser, portanto, reavaliada em nome de uma organicidade e espontaneidade ainda por formular, onde a autogestão faça parte de uma nova cotidianidade e de uma prática urbana. O comum e o antivalor, como veremos, irão complementar este argumento;

¹³² Ver item 2.3

¹³³ Talvez os exemplos mais contemporâneos sejam as ilusões tecnológicas em relação à automação e inteligência artificial que, além de elevarem a um novo patamar os níveis de exploração e desempoderamento da classe trabalhadora ainda são responsáveis por engenhosos meios de desinformação e controle social.

¹³⁴ Henri Lefebvre também vislumbra um período de transição em *La fin de l'histoire*. Procura, no entanto, dar um outro sentido a este período: “Melhor do que Marx, que atenua as dificuldades da transição, viu Nietzsche o drama. Novas razões de viver (em vez de Deus, da religião, da moral), novas atividades criadoras, um gosto pela fruição que escapa às normas da sabedoria como às causas da lassidão, uma metamorfose da vida cotidiana transformada em obra, isto não se descobre nem se realiza num dia. É o possível-impossível” (LEFEBVRE, 1971, p.294)

¹³⁵ “La cogestion est incompatible avec l'autogestion. Le réformisme pseudo-révolutionnaire ne peut qu'améliorer la même gestion de la même chose, dans les mêmes institutions, rétablies avec l'aide des ‘intéressés’”

b) *no nível da produção imaterial total*, radicalização da utopia do *urbano*, este mesmo que não se configura apenas como adjetivo (aquilo que pertence à cidade, relativo à cidade), mas que também indica o conjunto de relações contidas e realizadas no espaço pela *sociedade urbana*, aquela da fruição, do encontro, da festa, da loucura, do confronto. Um urbano lefebvriano, que poderia radicalizar-se ainda mais. Considerando que sua radicalidade já reside na sua virtualidade de possível-impossível, torná-lo impossível-possível. Mero recurso semântico? Talvez num contexto de revolução urbana. Em meio à contrarrevolução, vislumbrar o objeto impossível-possível é admiti-lo a partir da *ruptura*, embora formulado nas tensões do estado crítico, reconhecendo a necessidade deste corte para sua possibilidade. De onde uma outra inversão: *comum urbano* a *urbano comum*, uma radicalização que não admite estratégias que se contentem com *comuns* inseridos no *estado crítico*, mas apenas com sua expansão, com a ascensão do urbano, tornando-o *comum* por definição.

Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre vislumbravam no horizonte, como vimos, utopias de um futuro essencialmente urbano, com estratégias evidentemente diversas, mas em muitos pontos complementares. Em se tratando da produção do espaço, suas utopias indicam perspectivas de emancipação nos campos da arquitetura e da construção, da (re)produção social, do cotidiano, do estatismo. Mas também indicam emancipação no modo de pensar a cidade, o espaço e as utopias. Desta mesma maneira, a extensão de suas contribuições pode inseri-las num modo de pensar o espaço urbano que não reflete somente as contradições da modernidade, do industrial, mas que corresponde à realidade (anti)urbana e de domínio do financeiro e do rentismo – o contexto do impossível, que faz urgir a ruptura, que pode surgir do residual e que desloca para este residual o papel principal, como pontua José de Souza Martins

“No interior da sociedade e no interior de cada um agita-se a efervescência dessa coexistência de modos, mundos, relações, concepções, que não são contemporâneos. Ou, a contemporaneidade da superfície não corresponde à idade do que coexiste. É dessa tensão que nasce a possibilidade da práxis revolucionária. Práxis que se funda no resgate e na unificação política dos resíduos – concepções e relações residuais que não foram capturadas pelo poder, que permaneceram nos subterrâneos da vida social, virtualidades bloqueadas. Alternativas do processo de humanização do homem imobilizadas pelo bloqueio do poder que domina a superfície – o espaço, mas também o percebido, o horizontalizado, uniformizado, racionalizado pelas equivalências que resultam das trocas e do igualitarismo abstrato do contrato social e da razão. Nos resíduos e no virtual estão as necessidades radicais, necessidades que não podem ser resolvidas sem mudar a sociedade, necessidades insuportáveis, que agem em favor das transformações sociais, que anunciam as possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é, mas pode ser. Para isso é preciso juntar os fragmentos, dar sentido ao residual, descobrir o que ele contém como possibilidade não realizada. Nesse sentido é que ele encerra um projeto de transformação do mundo” (MARTINS, 2000, p. 122)

Sendo assim, fundamental para estabelecer as (im)possibilidades de *ruptura* são justamente o

residual, as reminiscências, as fissuras. Se a ruptura se anuncia como o corte temporal no devir da sociedade urbana, ela se anuncia também como devir do pensamento sobre o urbano, que deve operar:

i) a *ruptura com a concepção linear do tempo*, a fim de compreender que, embora o presente possa conter os germes para a ruptura, a contemporaneidade se configura como um amálgama de continuidades e descontinuidades, com uma forte tendência pela continuidade: da reprodução de capital, da manutenção do *status quo*, das estruturas de opressão e de controle social. Em outras palavras, como vimos, a continuidade da contrarrevolução (urbana), que se apoia sobre a (re)produção das relações de produção. A construção contínua desta sociedade e sociabilidade não irá desembocar em seu oposto (hipótese evolutiva). É necessário inverter o duplo em descontinuidades-continuidades, inverter a tendência, descontinuar o que é contínuo, o que não se faz por etapas. A contrarrevolução contém a ruptura, no seu duplo sentido: a carrega em si, mas também a retém. A ruptura, por sua vez, só pode partir do presente, porque é (sempre) o único momento possível, mas deve remeter aos seus próprios conteúdos, nos quais há predomínio das descontinuidades (em relação à contrarrevolução), e os quais formularão, ainda, suas próprias continuidades. O tempo não-linear é, antes de tudo, a formulação da *ruptura* por pura contradição: ao passo que as tentativas de parciais descontinuidades lhe tornam distante (não seria esse o significado de contrarrevolução?) a continuidade (do dominante, o capital) lhe aproxima; o passar do tempo é um acúmulo de continuidades, mas a ruptura não se realiza; indiferente à linearidade do tempo, é neste desenrolar histórico que se fermenta; embora seja planejada e teorizada, deve ser orgânica. (tempo não-linear é abordado no capítulo 2, como forma de evidenciar a heterogeneidade, que por fim é instrumentalizada. Deve-se utilizar a concepção de tempo não-linear para formular uma ruptura, destacar a heterogeneidade como possibilidade outra, não como um atraso, algo a ser desenvolvido e homogeneizado, por mais que a homogeneização seja sempre uma ‘ameaça’).

ii) a *ruptura com as práticas existentes*, o que inclui a prática da arquitetura, mas não somente. Inclui também todas as práticas do/no espaço que devem ser repensadas para corresponder ao radicalismo necessário deste pensamento sobre a ruptura. Aqui, não se formula por contradição, mas ressaltam-se as contradições do existente para evidenciar suas insuficiências. A oposição entre forma e conteúdo aplicada à prática da produção

do espaço: formas de produção supostamente emancipatórias que acobertam conteúdos contrarrevolucionários. A dialética espacial pode restituir este percurso e ainda auxiliar na formulação de formas e conteúdos que correspondam à ruptura, o que não implica a inexistência de contradições, mas contradições próprias, que não remetam ao período do *estado crítico*. Coloca-se aqui como objetivo devolver ao urbano seu caráter de obra em lugar de produto, o que não indica em passadismo, mas num tempo futuro em que o conceito de obra é ele também reinterpretado de acordo com a sociedade urbana.

iii) a *ruptura no/com o cotidiano contrarrevolucionário*, o que, dito de outro modo, pode-se colocar como *ruptura com a (re)produção das relações de produção*. O cotidiano repetitivo e aprisionado, que torna qualquer possibilidade de emancipação em impossível e, com isso, perpetua o contexto da contrarrevolução, precisa ser rompido. Mas como o pensamento sobre o urbano pode operar em tal nível? Justamente buscando e evidenciando as diferenças, mesmo que sutis e banais, presentes no vivido sob tais condições, já que é “nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação” (MARTINS, 2000, p.64). No que se refere ao espaço, não se insere aqui a distinção feita por Lefebvre entre *habitat* e *habitar*? “Se não lhe é dado [ao ser humano], como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabrica a sua maneira”. Essa definição de habitar, poética ou de *poiésis*, difere radicalmente do habitat, racional, calculado, mesmo que existam as fissuras. “Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quando não passa de aplicação da publicidade e encarnação do mundo da mercadoria” (LEFEBVRE, 2019a [1970] p.98). É com este último que se deve romper. Não teria o conceito do *comum* algo a adicionar em cada aspecto?

Sabe-se que discussão em torno do comum vem ganhando importância, sobretudo a partir dos anos 1990, através de diversos trabalhos que o analisam pelo viés de sua produção, gestão ou apropriação e a partir de diferentes correntes de pensamento. Contribuições diversas como a de Elinor Ostrom (1990) – numa perspectiva econômica (e liberal) sobre a gestão dos comuns – ou como as de Pierre Dardot e Christian Laval (2017) e de Michael Hardt e Antonio Negri (2009) – numa perspectiva marxista de análise da produção e apropriação do comum – assumiram certo protagonismo na bibliografia deste conceito e sobre como ele pode ser incluído no imaginário social, com o intuito de torná-lo objeto mais claro na disputa e na pauta de movimentos sociais. Certamente, o comum guarda potencial para tornar-se uma estratégia para

emancipação humana e reorganização social, ambiciosa e abrangente. Não por acaso, uma de suas ramificações mais potentes é a concepção de um *comum urbano*, ou seja, um comum ligado à *produção do espaço*, pois esta produção, inserida no modo de produção capitalista, não apenas se configura como um dos principais motores da reprodução de capital, como também atua através de sucessivos ‘cercamentos’ e apropriações. Mas convém aqui também explorar o papel do antivalor no entendimento deste comum.

Duas contribuições podem ser resgatadas para elucidar o papel do antivalor neste contexto, compreendendo-as não como opostas, mas sim complementares. Trata-se do artigo *O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público* (1997) [1988] de Francisco de Oliveira e o livro *A loucura da razão econômica* de David Harvey (2018)¹³⁶.

No contexto do capitalismo monopolista de Estado, ao qual a investigação de Oliveira se refere como crítica, o antivalor como fundo público “busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor”, sem que, com isso, se torne “apenas a expressão de recursos estatais destinados a financiar a acumulação de capital”. O fundo público, portanto, é obrigatoriamente um duplo, um “mix”, que contém em si mesmo “a forma valor e o antivalor, isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo antivalor, que por não buscar valorizar-se *per se* [...] sustenta o processo de valorização do valor” (OLIVEIRA, 1997, p.53). Apesar dos avanços sociais conquistados com a emergência deste caráter do fundo público, ele não realiza “o sonho da paz universal, e a eternidade do capitalismo”. Oliveira já sinaliza a crise deste sistema e as críticas de direita e de esquerda a este contexto¹³⁷. Seu objetivo, portanto, é elaborar uma via de superação do capitalismo

¹³⁶ É importante frisar que estas contribuições remetem a momentos distintos: se Oliveira constrói uma crítica ao Capitalismo Monopolista de Estado e afirma que o antivalor, na forma de fundo público, é condição necessária para a reprodução de capital e, ainda, parte integrante do salário indireto dos trabalhadores (benefícios sociais, equipamentos públicos, etc.), Harvey, por sua vez, estabelece uma crítica ao Capitalismo Financeiro Neoliberal e indica o antivalor como um campo de luta anticapitalista, capaz de representar uma pausa no “valor em movimento”, na “espiral em constante expansão” de reprodução ampliada de capital. Há complementaridade e diferenças. Oliveira afirma que “o fundo público, em resumo, é antivalor” e ao mesmo tempo que “o fundo público não é capital” (1997, p.34-35), ou seja, a partir da sua perspectiva que o antivalor não é capital. Harvey, por sua vez, não coloca o antivalor como “um acidente infeliz”, mas sim como “uma característica intrínseca e profunda da própria natureza do capital”, um não valor, capital negado, “a desvalorização como um momento necessário do processo de valorização” (2018, p.80-81). Esta diferença, apenas conceitual ou semântica na aparência, acaba por delimitar o papel que cada um dos autores atribui ao antivalor. Oliveira, interpretando-o como não capital, lhe atribui papel de regulação (da produção e da força de trabalho). Harvey, delimitando-o como um momento crucial à valorização, lhe atribui a possibilidade de causar crises (no movimento do valor). A aproximação destas perspectivas pela via do comum pode estabelecer uma via alternativa nas duas aproximações.

¹³⁷ De um lado, “o argumento da direita é que essa estatização dos resultados da produção social levaria a uma espécie de socialismo burocrático e estacionário, diminuindo, de um lado, os recursos privados destinados ao investimento e, de outro, pela elevação da carga fiscal sobre pessoas e famílias, diminuindo a propensão para o consumo” (OLIVEIRA, 1997, p.25). De outro lado, o aburguesamento do Estado, pois “muitos críticos do Welfare

monopolista de Estado, na qual o antivalor possui papel central, pois, em sua visão, permite certo controle ao capitalismo concorrencial (tornando-o mais moderado) e também avanços sociais e políticos rumo ao que denomina de democracia real.

Este mesmo contexto também é analisado brevemente por Harvey, focando na crise e nos desdobramentos do padrão público de financiamento. Para Harvey a ascensão do capitalismo monopolista de Estado e “políticas estatais keynesianas criaram incentivos ao mercado em linhas bastante diferentes, focando a demanda efetiva agregada financiada por endividamento”. É evidente que este endividamento possui também um duplo caráter, podendo se referir ao endividamento da demanda efetiva agregada e ao endividamento dos próprios Estados. De qualquer maneira, Harvey aponta que dentro deste contexto “segmentos importantes da classe trabalhadora se fortaleceram, e os sentimentos anticapitalista e antivalor se tornaram evidentes”. E que mesmo com o papel crescente do endividamento, isto “significou um aumento do poder do antivalor com o crescimento dos fluxos de capital portador de juros no processo de circulação de capital” (HARVEY, 2018, p.87). Dessa maneira, os dois autores sinalizam a potencialidade do antivalor: demarcar um posicionamento contra o avanço do capital, nas esferas de produção e circulação e também no consciente da classe trabalhadora.

Podemos dizer que Oliveira concentra sua análise no caráter específico do fundo público como “*ex-ante* da produção capitalista”, isto é, como “a referência *pressuposta* principal, que no jargão de hoje *sinaliza* as possibilidades de reprodução” (OLIVEIRA, 1997, p.21, grifo no original). Em outras palavras, ele se concentra no fato de que o capital encontra limites para sua reprodução e utiliza o fundo público como uma das possibilidades de inversão desta tendência. O fundo público atua auxiliando na composição do necessário para a reprodução da força de trabalho (salário indireto) e libera o capital da ‘obrigação’ de investir em áreas que não representem retorno direto em forma de lucro. Este processo não se dá sem contradições, pois “desmercantiliza parcialmente a força de trabalho, isto é, seu caráter de mercadoria”. Esta autonomização do capital constante “põe a nu uma espécie de desnecessidade da exploração ou a virtualidade dessa desnecessidade e, também, simultaneamente, a finitude de uma das formas mercantis mais importantes” (OLIVEIRA, 1997, p.57). Este argumento caminha na direção de uma mudança no mundo do trabalho, da sociabilidade estruturada pelos processos de produção,

State têm observado que, no fundo, a resultante foram bastiões corporativistas, com cada uma das classes sociais ou grupos específicos defendendo ferozmente seus interesses, que não se espraiam para os outros, confinando a gestão do Estado e dos interesses sociais a guetos particulares, a partir dos quais políticas de caráter geral tornam-se impossíveis” (OLIVEIRA, 1997, p.38)

e da perda de referência, na perspectiva do capital, da reprodução da força de trabalho como limite de sua expansão¹³⁸. Segundo Oliveira, as contradições oriundas do posicionamento do fundo público como este *ex ante* do capital acabam por expor os limites da forma mercadoria pois o “lucro passa a ser insuficiente, como forma social, para financiar a continuidade do processo de expansão do produto social”. As formas aparentes de expressão destes limites estariam “na concentração da renda, no encarecimento do capital constante [...] e numa volúpia de *apropriação de toda e qualquer forma de riqueza pública, que deve ser posta a serviço da acumulação de capital*” (OLIVEIRA, 1997, p.58, grifo próprio). Esta afirmação é uma das chaves para o argumento pretendido aqui, a definição de uma das formas de apropriação do antivalor: apropriação da riqueza pública, do fundo público, e de todas as antimercadorias produzidas a partir deste fundo (por definição, um comum, originado a partir da contribuição dos cidadãos) com o objetivo de reprodução de capital.

Contudo, a teorização do antivalor não se restringe ao fundo público. Algumas das definições de antivalor estabelecidas por Harvey derivam do conceito de “dádivas gratuitas”, que podem ter origens diversas. Ele afirma, por exemplo, que “embora o capital repouse materialmente em sua relação metabólica com a natureza, isso não significa que a natureza em si possua valor. Ela é um armazém de dádivas gratuitas que o capital pode usar sem precisar pagar nada por elas”. Essa é mais uma visualização importante para este estudo, pois é ponto de partida para a compreensão de um processo que se estende às mais variadas não mercadorias paulatinamente apropriadas como mercadorias, numa espécie de naturalização da ficção e do fetiche, já que “tais valores de uso podem, eventualmente, adquirir um preço, se forem cercados e se tornarem propriedade privada de alguém”. Percebemos aqui novamente o uso do ‘cercamento’ como denúncia da apropriação privada (que se faz muito presente na discussão sobre os comuns). Ele prossegue, dando a dimensão da extensão desse cercamento e apontando que “semelhantes ‘doações’ de ‘bens gratuitos’ ao capital podem ser extraídas do trabalho de unidades familiares, do produto da agricultura de subsistência e de populações não produtoras de mercadorias”. As dádivas gratuitas, portanto, não seriam apenas aquelas que não são fruto de trabalho humano, não valores, mas incluem também os frutos do trabalho não mercantil, ou improdutivo. Além disso, Harvey indica ainda que “até mesmo as habilidades adquiridas pelos trabalhadores podem ser apropriadas gratuitamente pelo capital. É o caso, em especial, das habilidades adquiridas no trabalho e do conhecimento armazenado no cérebro do trabalhador” (HARVEY,

¹³⁸ Nessa linha seguem os teóricos da crise do valor, cujas mais conhecidas abordagens remetem aos trabalhos de Robert Kurz, Anelm Jappe e do grupo Krisis.

2018, p.99-100). Com isto inclui nas dádivas gratuitas uma dimensão imaterial, intangível, que habita a consciência, a imaginação e o conhecimento humanos.

Certamente esta definição de ‘dádivas gratuitas’ nos leva a alguns questionamentos importantes. Como elementos naturais apropriados para a produção de mercadorias algumas destas dádivas podem compor o capital circulante do ponto de vista do capital produtivo, mas também cumprem papel na obtenção de renda da terra (fundiária, extrativa, imobiliária) e é um aspecto que exige atenção principalmente no estudo da produção do espaço, que mobiliza estas categorias. A indústria da construção ainda se apropria das dádivas originadas do trabalho improdutivo e não mercantil, que podem compor o capital fixo e variável, nas formas de infraestruturas urbanas, avanços tecnológicos e habilidades e organização produtiva dos trabalhadores. Estas apropriações permitem uma condição peculiar para este ramo produtivo, que, como sabemos, mantém características manufatureiras em sua dimensão imediata (baixa composição orgânica) e que, associada aos cercamentos sobre as diversas dádivas gratuitas, contribui para estabelecimento de preços monopólicos no setor.

Somadas, as contribuições de Francisco de Oliveira e de David Harvey nos colocam como antivalores o fundo público (e as antimercearias produzidas por ele), os elementos naturais (não valores), os trabalhos improdutivos e não mercantis, o conhecimento e as habilidades adquiridas. É evidente que se faz necessário certo cuidado para não incorrer em generalizações excessivas do conceito e que análises aprofundadas podem tornar mais claros os limites entre aquilo que pode ou não ser encarado como antivalor e, inclusive, para somar categorias além das aqui citadas. O objetivo aqui, contudo, é utilizar estas definições para sublinhar elementos que se tangenciam como antivalores e comuns na perspectiva da produção do espaço, para então denunciar sua apropriação.

É possível elencar, sumariamente, o que se enquadra nestas definições, somente a fim de tornar mais claro o argumento. Na perspectiva do fundo público, além de ser o próprio fundo um antivalor comum, fruto da contribuição de todos os cidadãos ao Estado, as antimercearias sociais na forma de equipamentos (escolas, creches, hospitais etc.) também parecem se encaixar nesta categorização, assim como diversas infraestruturas básicas (capital fixo urbano) como fornecimento de água, energia e esgoto, além de praças, parques e áreas de preservação (infraestrutura verde). Dos elementos naturais, a terra aparece como o não valor comum mais presente e fundamental no espaço, além daqueles mais básicos à própria existência humana e que se relacionam de alguma maneira com o espaço como Sol, a água e o ar. Certamente

também há muito trabalho comum do tipo improdutivo aplicado ao espaço, indo desde simples ações de manutenção e conservação até a produção coletiva ou comunitária do espaço. Ainda, conhecimentos e habilidades comuns são constantemente aplicados na produção do espaço, nas suas mais diversas formas de produção, bastando lembrar que o conhecimento formal é ele mesmo um comum, utilizado para a formação de profissionais como arquitetos, engenheiros e outros profissionais envolvidos neste ramo. As habilidades dos trabalhadores envolvidos em um setor caracteristicamente manufatureiro também não podem ser desprezadas, seja quando o empregam na construção para o mercado, por encomenda ou para si mesmos, e aqui reaparece a importância de considerar a composição orgânica do capital na totalidade da produção do espaço. De maneira geral, é como se a produção do espaço possuía em si elementos que se configuram como um antivalor comum e que, sob o domínio do capital, são mobilizados para sua reprodução, configurando assim uma apropriação.

Tanto David Harvey como Francisco de Oliveira denunciam esta apropriação e indicam um caminho de luta. Para Oliveira, a disputa deveria ter sido travada já no pós-Welfare State e consistiria em “demarcar, de maneira cada vez mais clara e pertinente, os lugares de utilização e distribuição da riqueza pública, tornada possível pelo próprio desenvolvimento do capitalismo sob condições de uma forma *transformada* de luta de classes” (OLIVEIRA, 1997, p. 47. grifo no original). Demarcar a utilização e distribuição da riqueza pública não passaria também por demarcá-la como comum? David Harvey aponta para esta direção quando aborda a luta pela não mercantilização (ou não mercadorização):

“Embora seja verdade que as vontades, as necessidades e os desejos dos consumidores são manipulados de todas as formas, diretas e indiretas, para que se conformem aos padrões do ‘consumo racional’ definido pelo capital, sempre houve grupos e às vezes movimentos sociais inteiros que resistiram a tais artimanhas. As escolhas coletivas podem ser exercidas de várias maneiras, inclusive por meio de políticas de Estado no que diz respeito a benefícios sociais obtidos por pressão de movimentos políticos de longa data [...] Em alguns casos, a resistência é à própria ideia de mercadorização e restrição de acesso a bens e serviços básicos (como educação, saúde e água potável) por meio de mecanismos de mercado. Muitos consideram tais bens direitos humanos básicos, jamais mercadorias que podem ser compradas e vendidas. O antivalor que surge de panes e falhas técnicas na circulação do capital se metamorfoseia em antivalor ativo da resistência política à privatização e à mercadorização” (HARVEY, 2018, p.83)

É assim que o comum, quando associado ao antivalor, no sentido de que se podem pensar espaços e produções do espaço que se conformem como regimes de contestação da reprodução do capital a partir da produção de não valores, e de uma forte oposição a sua posterior apropriação mercantil, amplia ainda mais sua potência. Destacar o comum da produção do espaço significa, portanto, como pretende-se demonstrar aqui, tornar legível a contradição entre produção e apropriação, e representa um primeiro passo na construção de uma alternativa, já

que identifica uma direção. Mas ao contrário de exacerbar a potencialidade destes conceitos, propomos uma inversão, utilizando-os como auxiliares à uma proposta que, na interpretação construída aqui, pode sinalizar uma transformação mais profunda: o *urbano*. É dentro desta proposta que as utopias de Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre serão recuperadas, a fim de indicar suas possibilidades de *ruptura* na contemporaneidade.

3.1 A FAVOR DA METRÓPOLE, CONTRA A METRÓPOLE

A primeira utopia que convém retomarmos aqui é a hipótese fundamental de Henri Lefebvre que, embora seja a fundamentação inicial de sua análise sobre o urbano, não deixa de se apresentar como uma utopia. Trata-se da hipótese que abre *La révolution urbaine*: “Partiremos de uma hipótese: *a urbanização completa da sociedade*” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.17), utópica pois é a partir da urbanização 100%, fim do eixo e superação da fase crítica, que se encontra o urbano. “Em suma, o *objeto virtual* não é nada mais que a sociedade planetária e a ‘cidade mundial’” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.33. grifo no original). Este conceito (utópico), que extrapola os limites da urbanização frente ao campo e subestima a ascensão da metrópole, é válido como método da *transdução* operada por Lefebvre. Retomando o objeto real, contudo, temos uma nova situação: uma urbanização que não se torna total, mas que urbaniza o campo ao passo que é apropriada pelo metropolitano. Podemos situar sua hipótese utópica, então, em uma nova condição para, a partir daí, repensá-la como ruptura, *a partir da metrópole*.

Aqui é interessante pontuar que Rodrigo Lefèvre, por sua vez, não formulou tal utopia de urbanização total, mas a questão da urbanização crescente, da migração da população esvaziando o campo e da metropolização campesina das cidades guiam a sua dissertação de mestrado. Sua utopia em relação a este fenômeno reside no fato de que, na época de transição considerada por ele, num curto prazo, sejam efetuados planos para que os “migrantes sejam integrados numa cidade como São Paulo” de uma outra maneira que não a da “busca de trabalho nos centros do capitalismo, caindo, na maioria dos casos, numa situação mais precária, mais brutal e mais violenta ainda”. Apesar deste desejo utópico, que não se confirma, Rodrigo percebe um fenômeno interessante, que aponta para o contraditório – a ruralização das cidades (da cultura urbana, das relações sociais), pois naquele momento “as populações urbanas propriamente ditas constituem uma minoria nas próprias cidades”. Dessa maneira, ele compreende que havia uma disputa em aberto sobre a ‘modernização’ das atividades urbanas. “Com uma população variando de 60 a 80% de migrantes oriundos de comunidades rurais [talvez ainda estaria] em tempo de reforçarmos os elementos que se opõem a essa ‘modernização’” (LEFÈVRE, in KOURY, 2019 [1981], p.238-241). Assim, Rodrigo formula um contexto com uma utopia sobre outro ponto relevante, que leva em consideração o ‘modelo de produção’ do canteiro de obras utópico:

“O modelo de uma produção proposto, tomando como motivação principal a situação dos migrantes nos grandes centros urbanos, nada mais é do que a criação de condições para o desenvolvimento das contradições internas do conhecimento dos migrantes, criar contradições externas que estabeleçam condições para a manifestação do conhecimento dos migrantes garantindo a sua participação, essencial, na sua própria formação e na formação da cultura urbana do povo” (LEFÈVRE, *in* KOURY, 2019 [1981], p.269)

Ou seja, formula uma utopia que toca nos sentidos do real e do vivido, das representações e do cotidiano, para viabilizar uma cultura urbana do povo (migrante urbanizado). Através de uma produção do espaço (metropolitano ruralizado) adequada, poderia ser produzido um cotidiano popular, segundo ele. Retomaremos isto em seguida. Por ora, voltemos à urbanização total de Henri Lefebvre.

Nesse movimento proposto por Lefebvre, qual o papel do campo? Nos parece claro que a comunidade rural, dotada de certa autonomia, de fato se dissolve, conforme previsto por ele. Homogeneização-fragmentação-hierarquização, aplicadas ao espaço mundial, são, portanto, aplicadas também ao espaço que correspondeu um dia ao campo. Mas o urbano lefebvriano não lhe reserva este caráter submisso; se o fizesse, estaria apenas endossando a metropolização. O campo, na sociedade urbana, também se urbaniza, mas com outra relação, que não aquela do predomínio da lógica industrial (empresarial), e com isso *cria* outro tecido urbano. A possibilidade está na concentração da metrópole que sempre busca “um outro centro, uma periferia, um alhures [...] esse movimento, produzido pelo urbano, produz, por sua vez, o urbano. A criação se interrompe, mas, por sua vez, para criar” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.134. grifo no original). No início de *La Révolution Urbaine* [1970] Lefebvre traça sua hipótese: a urbanização total da sociedade. Esta hipótese demonstra a complexidade de seu raciocínio sobre a produção do espaço e sobre como a realidade urbana “modifica as relações de produção, sem transformá-las, tornando-se uma força produtiva, como a ciência” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.31). Nessa operação o induzido torna-se o indutor; o dominante, o dominado. Paradoxalmente, o papel do campo se encontra dentro da urbanização total.

O “urbano é o possível e obstáculos atualmente o tornam impossível” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.31). Longe do que pode parecer num primeiro (e apressado) olhar, Lefebvre não indica com sua hipótese de 100% de urbanização uma transformação do espaço mundial em espaço urbano *stricto sensu*: o espaço edificado da cidade, a aglomeração urbana, espalhando-se por todo o globo. Indica, na verdade, uma realidade urbana *lato sensu*: a preponderância das relações urbanas em escala mundial. A sociedade urbana para Lefebvre, aquela objetivada em sua hipótese, não é a sociedade que habita exclusivamente o espaço edificado de alguma(s) cidade(s); é aquela que habita o mundo: “o *objeto virtual* não é nada mais que a sociedade

planetária e a ‘cidade mundial’” (LEFEBVRE, 2019^a [1970], p.33. grifo no original).

O mundo da sociedade urbana seria, portanto, aquele no qual as diferenças se conservam (entre diferentes cidades, entre cidade e campo) e se relacionam. Onde há primazia da cidade, mas não dominância. Esse último aspecto é justamente o que diferencia a realidade urbana (alvo, objetivo) da realidade atual, metropolitana. *A contemporaneidade se apresenta como sucessão do período industrial, não como sua superação.* Nesse sentido, a metrópole é a “herança” da cidade industrial, a sua continuação após a explosão-implosão, que não permite o urbano, pois não supera as questões provindas da indústria, apenas as expande e tensiona. A constituição dos mercados mundiais, a superação das fronteiras e das barreiras espaço-tempo, a mecanização da agricultura mundial e sua submissão aos grandes centros urbanos, a submissão de cidades às metrópoles centrais. Todas essas características (e outras) são inerentes à uma realidade que se apresenta como continuidade da era industrial, segregadora, homogeneizante, hierarquizada. Dentro da hipótese que estamos tentando construir a metropolização somente contribui para a consolidação (e expansão) da cidade como produto. *A metrópole é a expressão espacial e total deste fenômeno.*

Importante ressaltar: a metrópole se configura como oposição à cidade, tal como a cidade ao campo (formas). Assim, urbano se opõe a rural, e os dois se opõem a metropolitano (conteúdos). Trata-se de um problema entre formas e conteúdos. Em que pese um aparente descolamento possível entre eles, há ou deve haver uma correspondência, que impõe limites. Embora uma mesma forma possa abrigar diferentes conteúdos, determinados conteúdos podem apenas fantasiar-se de formas que não os correspondem. Uma investigação apurada logo demonstra estas correspondências e seus limites. Dessa maneira, *a metrópole é incapaz de produzir o urbano, pois sua forma remete a outro conteúdo.* Ela se apropria do urbano sem realizá-lo. Seu conteúdo (metropolitano) simula o urbano (sem êxito), pois não corresponde à forma cidade (diferencial, heterogênea). O urbano lefebvriano é fruto da urbanização generalizada, mas não está na forma da metrópole – extensão da cidade-centro acompanhada da submissão dos espaços (semi)colonizados. É preciso resgatá-lo desta apropriação.

Como vimos, a cidade concentra. Esta característica lhe confere o elemento principal de sua forma. “Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na *centralidade*. Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça” (LEFEBVRE, 2019^a [1970], p.132. grifo no original). Não se trata de mera forma espacial. A centralidade indica relações, e estas relações, por sua vez, constituem o conteúdo urbano. Sendo

centralidade, como se opõe ao metropolitano? “Resultado da complexificação do social, o urbano constitui racionalidade prática, vinculando *forma e informação*” (2019a [1970], p.149. grifo no original). Para Lefebvre, a forma que corresponde ao urbano é a do *espaço diferencial* – policentralidade organizada em iso-topias, hetero-topias e u-topias – diametralmente oposta à metrópole do espaço homogêneo, que substitui a policentralidade por segregação: um centro e seus espaços submissos. Se “a diferença é informante e informada”, a separação e a segregação “rompem a informação” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.149). A metrópole concentra e segrega, torna impossível a reciprocidade da informação porque impõe uma via única. Seus espaços colonizados (pequenas cidades, periferias)? Devem reproduzir as mesmas informações, as mesmas relações, as mesmas formas, sem criar outras centralidades. Quando muito, suas centralidades remetem à metrópole. O campo? Para a metrópole, deve se tornar um espaço colonizado.

A grande possibilidade do urbano lefebvriano se desenha. O espaço diferencial “retém particularidades, retomadas através do filtro do espaço homogêneo [...] As particularidades cuja homogeneização não foi levada a termo sobrevivem, restabelecem-se com outro sentido” (2019a [1970], p.148). Lefebvre sinaliza uma saída para o movimento homogeneização-fragmentação-hierarquização, pontuando que precisamente a metrópole e aqueles que continuam presos à sua racionalidade obstruem essa saída:

O urbano, essa virtualidade em marcha, essa potencialidade que já se realiza, constitui um campo cego para os que se atêm a uma racionalidade já superada, e é assim que eles correm o risco de consolidar o que se opõe à sociedade urbana, [...] a saber, *a segregação generalizada, a separação, no terreno, de todos os elementos e aspectos da prática social, dissociados uns dos outros e reagrupados por decisão política no seio de um espaço homogêneo* (2019b [1973], p.82, grifo próprio)

Lefebvre assume a inevitabilidade da urbanização e seu crescimento, num processo dialético em que a cidade se constitui – explode – e se refaz, numa extensão maior do que antes. Este processo dialético *poderia levar à constituição do urbano*. Mas pode também apenas levar à formação do metropolitano, ‘uma colonização do espaço urbano’. A expansão do domínio edificado, a constituição de subúrbios, periferias, cidades-satélites, a conurbação, são fenômenos que expressam uma não-relação ou, ainda, uma mesma relação. Além disso, atuam no afastamento (desaparecimento?) da fronteira entre cidade e campo e na fetichização destes dois domínios. As cidades pequenas e médias (semicolonizadas) e o campo, existem somente *em função* da metrópole – espaços de lazer, de extração, de produção orientada; de extensão e subserviência à população metropolitana – e não *em relação com* a cidade – de autonomia, de produção diversificada; constituindo suas próprias relações internas e, através delas,

relacionando-se com outras. Da mesma maneira as cidades que, através da metropolização, passam a conceber não mais seus próprios espaços, mas sim os mesmos espaços (infraestruturas, espaços de trabalho, as formas edificadas, os materiais utilizados), sob influência das metrópoles mundiais, numa clara *colonização espacial*. Se por um lado há a relação de dominação, por outro, há uma não-relação, interna à cada uma destas formações: a não-relação urbana. Frente à essa ‘generalização do produto’, por que não argumentar somente contra a metrópole? Porque é através dela que o tecido urbano se generaliza. “O processo dialético é o seguinte: a cidade – sua negação pela industrialização – sua restituição a uma escala muito mais ampla que outrora, a da sociedade inteira” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.79)

Precisamos, no entanto, enquadrar a metrópole como o fenômeno espacial que expressa a *contrarrevolução urbana* – uma negação prática, porque obstáculo à construção teórica e social do (im)possível – e podemos enumerar as pistas deixadas por Lefebvre neste sentido. Na definição que faz da *sociedade urbana*, ele indica que:

“reservaremos o termo ‘sociedade urbana’ à sociedade que nasce da industrialização. Essas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas. Um importante aspecto do problema teórico é o de conseguir situar as descontinuidades em relação às continuidades, e inversamente. *Como existiriam descontinuidades absolutas sem continuidades subjacentes, sem suporte e sem processo inerente? Reciprocamente, como existiria continuidade sem crises, sem o aparecimento de elementos ou de relações novas?*” (LEFEBVRE, 2019^a [1970], p.18, grifo próprio)

Dentre as questões que suscita esta passagem, Lefebvre afirma que a sociedade urbana é aquela que nasce da industrialização. Seria banal inferir que a sociedade urbana é a “pós-industrial” ou mesmo a metropolitana, que nasce naturalmente de um processo que ‘domina e absorve a produção agrícola’. A pista encontra-se no que se segue: situar as continuidades e descontinuidades é fundamental. Lefebvre situa a sociedade urbana como posterior à sociedade industrial, mas não a caracteriza, com isso, como uma mera continuidade daquela; sabe que mesmo na descontinuidade deve permanecer alguma continuidade. A sociedade urbana emerge da industrial, não para continuá-la, mas para superá-la, sem que com isso, contudo, como formação de determinado espaço-tempo histórico, possa surgir do nada, efetuar uma ruptura, sem nenhuma conexão com o anterior (e com o posterior). As continuidades e descontinuidades que a sociedade urbana estabelece em relação à industrial são peças-chave para entender o papel da revolução urbana.

Somente se compreendemos esse ponto podemos avançar em direção à hipótese lefebvriana de urbanização total sem cair na armadilha de um possível elogio à formação metropolitana ou de

um espraiamento desmedido das cidades (tecido urbano) em escala mundial. Se o crescimento das cidades é uma continuidade, essa continuidade não poderia se dar sem o aparecimento de crises, acarretando descontinuidades, o que acontece de fato: esta expansão encontra limites naturais, humanos, materiais e abstratos, estabelece contradições com o território, com o poder, com a economia, com o planejamento. As ciências parcelares dão conta de identificar estas crises, os problemas, verificar seus limites, mas nem sempre conseguem apontar a descontinuidade total necessária, da qual a metrópole se encontra prenha. *Não seria a ruptura com a lógica (fetice) da mercadoria a descontinuidade capaz de fazer emergir o urbano?*

“Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem seus efeitos ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. [...] Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. [...] A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.19)

Lefebvre observa alguma descontinuidade entre a era agrária e a industrial. Embora se conservem alguns aspectos e particularidades da produção agrícola (continuidades), há uma inversão na qual esta produção se torna submetida à produção industrial. Mas, em sua análise, desta descontinuidade se procede uma continuidade, o urbano subordinando diretamente a agricultura mundializada, a produção agrícola industrializada, corroendo “resíduos da vida agrária” e assim sucessivamente. Torna-se relevante a extensão do tecido urbano, pois sinaliza a dominação da cidade sobre o campo, da indústria sobre o campo, mas não do urbano sobre ambos. Há aí uma contradição. Se tecido urbano não designa a extensão do domínio edificado, mas sim a extensão das relações que são a comprovação e a forma deste domínio, inclusive no mundo agrícola, então a continuidade da expansão do tecido urbano presume sua própria descontinuidade, já que ao se expandir, inevitavelmente, cria um novo tecido urbano.

Derivemos o pensamento para a passagem da era industrial para a era urbana. Continuidades, descontinuidades, tecido urbano: são estes os pontos centrais para a observação do fenômeno. Se a era urbana é o momento histórico no qual as problemáticas da sociedade urbana passarão ao primeiro plano, temos uma direção. Mas, nem tudo cabe na perspectiva dessa direção e mesmo se modificada “a problemática urbana não pode absorver todos os problemas. A agricultura e a indústria conservam os seus problemas próprios, mesmo se a realidade urbana os modifica”. Este ponto corrobora a contradição, lhe confere o caráter dialético. Ao afirmar a cidade, (e negar a metrópole), afirma-se também o campo, não em seu caráter rural, mas em

sua relação urbana. Dessa maneira “cabe ao analista descrever e discernir tipos de urbanização e expor o que se tornam as formas, as funções, as estruturas urbanas transformadas pela explosão da cidade antiga e pela urbanização generalizada” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.32-3).

Há continuidades: o tecido urbano é proveniente da era agrária e da era industrial; determinadas relações se mantêm, embora modificadas, tensionadas, problematizadas. As distâncias, os *lieux-dits*, a mobilidade, as centralidades, são ressignificados no urbano. Há discontinuidades: o tecido urbano explode; determinadas relações *precisam* deixar de existir para que possibilitem o surgimento de outras. A troca dá lugar ao uso, o contrato dá lugar ao costume, o crescimento dá lugar a desenvolvimento. Contudo, este não é um processo garantido, há obstáculos. A metropolização se apresenta como resistência global e prática conservadora de controle social, de manutenção da ordem dominante. A hipótese da urbanização completa se apresenta como um “ponto de chegada dos conhecimentos adquiridos e como ponto de partida de um novo estudo e de novos projetos [...] a sociedade urbana está em gestação” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.20).

Dialeticamente, o urbano se apresenta como uma dificuldade e uma possibilidade. Está em *formação* na sociedade metropolitana, mas é preciso buscá-lo, concretizá-lo. A metrópole é “ponto de chegada dos conhecimentos adquiridos” de modo linear, repetitivo e parcelar, apenas porque representa a sucessão espaço-temporal da industrialização e atesta o fenômeno da urbanização como central na produção do espaço. Mas é ponto de partida da urbanização completa: ela não representa a sociedade urbana mundial; ela não é a forma da cidade mundial. *A metrópole ainda é o mundo invertido, o obstáculo que se precisa inverter rumo ao urbano.* Qual a relevância de trazer à tona, então, a oposição cidade-campo, se o fenômeno se resolve, aparentemente, na explosão da metrópole? Esta pergunta só pode ser respondida pela via da (des)continuidade, porque o campo, sobretudo, dá origem à aglomeração urbana, sendo depois dominado por ela. Observa-se que a continuidade linear não se dá pelo fato da existência do campo como espaço circundante da cidade, mas sim pelo tipo de relação estabelecido entre campo-cidade. Nesse aspecto, a oposição cidade-campo revelaria sua potência: a possibilidade de uma relação-outra, de afirmação de *diferenças*.

De uma perspectiva histórica, Lefebvre pontua a relevância da oposição cidade-campo como a produção do consciente coletivo num momento de inflexão da era agrária para a era industrial. “[A cidade] entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da

oposição ‘cidade-campo’” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.27). A *consciência* e o *conhecimento* são produzidos a partir desta nova oposição “de iguais”. Cidade-campo se materializa como uma contradição de termos equivalentes. Para cada cidade, há o campo, um espaço que a alimenta, que a determina, que impõe limites. Para o campo, há a cidade, o lugar ao qual se remete. Por sua vez, a indústria eleva a produção da consciência e do conhecimento ao patamar da escala mundial. O crescimento da indústria:

“vai do escambo ao mercado mundial, da troca simples entre dois indivíduos até a troca dos produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos. A compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital parecem varrer os obstáculos. [...] A *problemática urbana* impõe-se à escala mundial” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.30-31. grifo no original)

A passagem do industrial ao urbano torna secundárias as contradições de seus antecessores. A escala mundial e a metrópole impõem a relevância de outras contradições, porque impõem a relevância de outros produtos. O espaço metropolitano e as mercadorias metropolitanas se apresentam. O trabalho improdutivo, o conhecimento, a tecnologia, as chamadas mercadorias fictícias¹³⁹ se reúnem na metrópole e iluminam a necessidade de *metropolização total*: constituição de centros cada vez mais poderosos e periferias cada vez mais colonizadas e submissas. Distancia-se da Revolução Industrial sem se aproximar e nem materializar a Revolução Urbana: em meio à materialidade em curso se impõe uma contrarrevolução urbana está em curso.

Diante da fase crítica da era urbana, a sociedade urbana ainda se mostra como uma possibilidade e não uma realidade, por conta das continuidades que permanecem no tecido urbano e contribuem para a fragmentação mercantil do espaço: segregação, homogeneização, dominação, concentração de poder, de riqueza, de informações, de infraestrutura. Tudo isto consolidado: numa forma, a metrópole; num processo, a metropolização. O que obscurecem? As possibilidades. Como continuidade, a metrópole reafirma a produção da consciência e do conhecimento das passagens da era agrária para a industrial e da industrial para a urbana: a constituição do mercado mundial. Seria a sua descontinuidade a formação da cidade mundial e a ruptura com o fetiche da mercadoria? Retomar (atualizando) a oposição cidade-campo para a constituição de relações diferenciais entre campo-cidade-periferia, objetivando esta cidade mundial, poderia ser um passo em direção à não-metropolização (resistência à

¹³⁹ Utilizo com ressalvas o termo cunhado por Karl Polanyi (1980). Mercadoria fictícia seria uma redundância em termos marxistas, pois para Marx a própria forma mercadoria é um fetiche, uma ficção (ver item 4 *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*, Cap.1 d’*O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2017 pp.146-158). Não cabe aqui desenvolver este ponto, e o termo, amplamente aceito, ilustra de alguma maneira o paradigma da reprodução de capital D-D’ (renda, juros), sem valorização do valor.

contrarrevolução), ao não metropolitano (negação da contrarrevolução) e à afirmação da constituição da sociedade urbana? O urbano modifica qualitativamente cidade e campo, centro e periferia, irrompendo dualismos em favor de uma unidade na diferença. Este salto qualitativo tem como necessidade duas fases dialéticas: *a favor da metrópole, contra a metrópole*.

Como possibilidade (im)possível, portanto, o *urbano lefebvriano* nos apresenta questões e torna clara a denúncia do caráter opressor da *metropolização* que, ao contrário de uma concepção comum e banal, designa algo simultaneamente global, profundo e cada vez mais enraizado no consciente, no cotidiano, garantindo a continuidade das relações que nos aprisionam ao mundo invertido. A partir do mundo invertido se apresentam as dinâmicas que impõem a relação desigual e segregada centro-periferia, obscurecendo as particularidades do espaço (e da vida). Retomá-las não significa um retorno ao passado ou uma negação da grande cidade: *a grande cidade é inevitável*. A superação da dicotomia centro-periferia deve ser acompanhada de uma apreensão e uma apropriação total do espaço, em seu caráter diferencial. Isto implica, inclusive, na oposição cidade-campo compreendida como relação urbana, mediada pela policentralidade, pelas diferentes *topias*. Vislumbrar este caminho torna possível objetivar o espaço (e a vida) através de relações de maior autonomia: desenvolvimento em lugar de crescimento.

Se, numa hipótese, tomássemos como objeto a América Latina, ou mais particularmente o Brasil, a problemática seria tensionada em diversos pontos que suscitariam duplamente a abordagem lefebvriana, tomando-a como referência, mas modificando-a. Podemos ilustrar três desses pontos, a título de apontamentos:

a) As condicionantes históricas: numa abordagem necessariamente *mundial* da história (uma história total), retomar as particularidades de uma trajetória que, num determinado momento, remete à um período no qual a relação metrópole-colônia aparece em seu sentido mais explícito. “Outrora, todo o território metropolitano desempenhava, em relação às colônias e semicolônias, o papel *central*, absorvendo as riquezas, impondo sua ordem” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.186. grifo no original). Esta imposição gerou conflitos e desigualdades num espaço que se inseria no movimento mundial sem um prévio embrião de urbanização (aos moldes europeus). A hipótese e a análise lefebvrianas supõem uma transição: da cidade política para a cidade mercantil, desta para a cidade industrial e, então, para a zona crítica, que abriga a possibilidade da sociedade urbana. Uma transição claramente europeia, num contexto em que as aglomerações urbanas aceleram seu crescimento e aumentam sua importância no

período pós-feudal, organizando o campo em função da cidade (um processo que talvez remeta à cidade política). Não ocorre o inverso no território colonial: uma organização da cidade em função do campo? As cidades não se constituíram como entrepostos comerciais, para escoar a produção agrícola e as riquezas extraídas em direção às metrópoles europeias? O que acontece após essa inserção das colônias no mercado mundial, por meio do processo de acumulação primitiva, poderia ser compreendido através da hipótese lefebvriana da semicolonização de seu território interno, até sua emancipação formal, que apenas representa um outro tipo de submissão. As colônias, transformadas em países subdesenvolvidos, ‘possuem simultaneamente os três momentos: agrário, industrial e urbano’. Isto implica em modificações da análise, não só pela importância do papel do campo na urbanização – e daí a relevância da oposição cidade-campo – mas também pelo entendimento histórico da propriedade fundiária. Se o movimento do capital e da propriedade da terra expressam a dinâmica da oposição cidade-campo e no subdesenvolvimento essa transição se “atrasa”, ocorrendo simultaneidade entre elas, há claras implicações na cidade e para a formação do *urbano* que precisam ser consideradas;

b) As estratégias políticas: numa abordagem necessariamente *mundial* da política, é preciso compreender que o processo de metropolização não ocorre sem conflitos e sem a devida mediação do(s) Estado(s). Muito além de um processo imperialista constituído da dinamização do mercado mundial, da compressão espaço-tempo, da acumulação flexível e por espoliação, a metropolização que submete o campo e as diversas cidades às metrópoles centrais é uma ideologia, combatida com outras ideologias. É preciso desfazer esta confusão, ou, melhor ainda, atuar em favor da confusão. Lefebvre já era crítico da crítica. Se denunciava a crítica de direita como passadista, que oculta uma ideologia neoliberal, criticava também o que se apresentava como contraponto a esta crítica: “o movimento dos urbanistas antiurbanos [que] começou pouco tempo após a Revolução de Outubro” na URSS e a via chinesa, que traçava uma “hipótese estratégica segundo a qual os campos sitiariam as cidades, a guerrilha camponesa generalizada tomando de assalto os centros urbanos” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.127-129). O que resta hoje no horizonte do mundo subdesenvolvido não vai muito além da introdução crescente do capital transnacional na produção do espaço das cidades mercantilizando-o paulatinamente. Há certa resistência que se apresenta – não sem razão – como anti-mercado, mas também, via de regra, a favor do Estado. Para Lefebvre, a crítica de

esquerda deve ir “muito além de uma recusa do liberalismo ou do neoliberalismo [...] tal crítica só alcança o radicalismo recusando o Estado, o papel do Estado, a estratégia do Estado, a política do espaço” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.179). Esta resistência precisa ser referencial, traçar um objetivo, que não pode ser, senão, *urbano*. As cidades precisam ser desejadas como espaços emancipados de policentralidades, que reivindicam sua autonomia; a extensão de seu tecido urbano ao campo precisa desejar a criação de outro tecido urbano neste choque (conflito), que cria o urbano. A sociedade urbana como objetivo, evidentemente, supõe a cidade mundial (não o mercado mundial) como forma. Mas ela deve surgir com caráter emancipado em relação também ao Estado, o que supõe outra modificação na hipótese lefebvriana. A ‘sociedade burocrática de consumo dirigido’, objeto de análise para suas formulações sobre o cotidiano, é fruto de um Estado de bem-estar social, contexto extremamente específico e que coloca problemas na sua extensão. A emancipação em relação ao Estado, em direção a autogestão e a um poder popular, levando em conta uma realidade subdesenvolvida, da periferia do capitalismo, coloca questões importantes e necessárias. O paradigma urbano precisa ser construído desde o início *apesar* do Estado e, descobrir como fazê-lo num contexto de desigualdades aprofundadas, na cidade e no campo, constitui um desafio urgente;

c) As ilusões planificadoras: numa abordagem necessariamente *mundial* do espaço, apontar o *campo cego* no qual as tentativas de planificação estão inseridas, servindo à reprodução de capital e à segregação generalizada. Se a crítica radical se dá através da negação do Estado, ela não poderia escapar da negação da planificação, o grande instrumento utilizado pelo Estado para aplicar sua política do espaço. O urbanismo mascara as ideologias e instituições, mesmo “sem o saber, o urbanismo é um urbanismo de classe”, bloqueia “um horizonte, uma via, a do conhecimento e da prática urbanos”. Mas “nem tudo é negativo” no urbanismo, “às vezes, o discurso urbanístico se articula com o da prática urbana” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.177-8). É possível que essa articulação só exista quando o urbanismo se desprende do nível M (misto, mediador, do Estado) em direção ao nível P (privado, do habitar). Contudo, a primazia do habitar, *por um habitar que se torne mais forte que a metrópole*, “exige a liberdade de invenção e o estabelecimento de relações inéditas entre o urbanista e o arquiteto, ficando a última palavra com a arquitetura” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.105). Onde se encontram os arquitetos e urbanistas da realidade do mundo subdesenvolvido? Presos ao fetichismo e

ilusões do mundo da mercadoria (consciente ou inconscientemente enfeitiçados). Presos em planificações que organizam a reprodução de capital, da forma urbana à forma jurídica; em produtos edificados que possibilitam a extração de mais-valia; presos à ideologia: na ideia fixa das ilusões potenciais de um desenvolvimento industrial da construção, na crítica anti-neoliberal e anti-mercado, contra o privatismo. Nenhuma dessas direções representa emancipação e desenvolvimento social, em direção ao urbano (contra a metrópole). Quando presentes, arquitetos e urbanistas atuam no obscurecimento do urbano (a favor da metrópole), no sempre através do contrário na contradição homogêneo-heterogêneo. E quando ausentes? A massa autoconstruída das periferias e favelas da América Latina, que abriga a população que se instala precariamente nas metrópoles para tomá-las, superá-las, inverter o sentido da oposição como população urbana, não nos deixa enganar. Poderia estar aí o embrião da policentralidade, da autogestão, da explosão-implosão de relações urbanas (contra a metrópole), da iniciativa popular e primazia do habitar? Ao afirmar, naquele tempo, que na “América do Sul, os campos se esvaziam; os melhores entre os camponeses emigram em massa para os arredores de cidades já colossais”, Lefebvre percebe um fenômeno. Mas segue, dizendo que “não obstante, os objetivos da guerrilha urbana não parecem bem definidos (salvo novas informações) neste início do ano de 1970” (LEFEBVRE, 2019a, p.162). Meio século mais tarde, munidos de novas informações, poderíamos dizer que a guerrilha pode finalmente traçar objetivos bem definidos: contra a metrópole, a favor do urbano. A verificação desta hipótese e o engajamento possível de urbanistas é algo que convém explorar.

Estes apontamentos servem seu propósito de situar a problemática em alguma concretude que a tensione e a modifique, sem inviabilizá-la. Tratam, não de modo definitivo e acabado, das dificuldades em pousar o arcabouço teórico sobre o terreno do real, que certamente reflete as imperfeições e os acertos desta abstração. As perspectivas possíveis para a compreensão do espaço não se dão sem um inerente caráter dialético que, neste caso, caminham a favor de uma perspectiva lefebvriana, mas contra uma perspectiva lefebvriana.

3.2 DO ARQUITETO ASSALARIADO À COPRODUÇÃO DO ESPAÇO

Antes de adentrarmos a questão das utopias relacionadas à atuação do arquiteto, convém sublinhar este problema colocado pelas contradições iminentes surgidas a partir do confronto entre a abstração e o real, pois nelas se encontram um dos grandes obstáculos para esta atuação. Diante de um campo cego no qual o meio cegante se encontra em constante adaptação, a arquitetura se vê ainda reduzida pelas suas próprias ideologias, que amplificam injustificadamente (e falsamente, numa direção errada) seu papel e sua relevância. Isto não apenas contribui para que se estreitem ainda mais suas perspectivas, mas também para que estes agentes sejam mais facilmente seduzidos pela retórica vazia, por discursos embebidos em utopias populistas e por falsas soluções¹⁴⁰. Isto repõe a conhecida tríade lefebvriana percebido-concebido-vivido de acordo com seus respectivos conceitos, a prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação¹⁴¹. Dentro de uma parcialidade herdada de conhecimentos parcelares, a apreensão do espaço como totalidade fica ainda mais comprometida quando a arquitetura se insere na produção do espaço somente pelo aspecto do espaço concebido, pela representação do espaço, o que apenas corrobora suas ilusões. “Une représentation de l’espace a pu mêler idéologie et connaissance au sein d’une pratique (sociale-spatiale)” (LEFEBVRE, 2000 [1974], p.55). Esta prática resultante da combinação entre um saber parcelar e uma ideologia a serviço da contrarrevolução urbana tende a oprimir os usuários enquanto apenas corrobora o papel subserviente da arquitetura perante o capital e sua sobrevida

¹⁴⁰ Para nos referirmos a algo que ilustre um campo cego de atuação dos arquitetos, podemos citar o artigo de Gabriel Bolaffi, *Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema* no qual ele pontua que “sempre existe uma enorme distância entre a realidade e o que dela se diz, entre os reais problemas de uma sociedade e de uma nação e aqueles que ela reconhece como tais e, finalmente, entre a aparência e a essência desses mesmos problemas” (BOLAFFI in MARICATO, 1982, p.39). Este artigo é citado diretamente no início da dissertação de mestrado de Rodrigo Lefèvre, que por sua vez o utiliza para reafirmar que “as elites pensantes e as elites dominantes deste país não estão enfrentando os problemas reais que nossa população, no seu geral, e as populações de baixa renda, em especial, está vivendo” (LEFÈVRE in KOURY, 2019 [1981], p.198).

¹⁴¹ Representação do espaço/espaço percebido: “Dans le néo-capitalisme, qu’est-ce que la pratique spatiale ? Elle associe étroitement dans l’espace perçu la réalité quotidienne (l’emploi du temps) et la réalité urbaine”. Representação do espaço/espaço concebido: “As representações do espaço, isto é “Les représentations de l’espace, c’est-à-dire l’espace conçu, celui des savants, des planificateurs, des urbanistes, des technocrates ‘découpeurs’ et ‘agenceurs’, de certains artistes proches de la scientificité, identifiant le vécu et le perçu au conçu”. Espaço de representação/espaço vivido: “Les espaces de représentation, c’est-à-dire l’espace vécu à travers les images et symboles qui l’accompagnent, donc espace des ‘habitants’, des ‘usagers’, mais aussi de certains artistes et peut-être de ceux qui décrivent et croient seulement décrire : les écrivains, les philosophes” (LEFEBVRE, 2000 [1974], p.48-49)

“Pode ser que precisemos ir além e admitir que os produtores do espaço agiram sempre segundo uma representação enquanto os ‘usuários’ sofreram o que lhes foi imposto, mais ou menos inserido ou justificado no espaço de representação [...] Se é certo que os arquitetos (e os urbanistas) possuem uma representação do espaço, de onde a obtêm? Ao benefício de quem ela se torna operacional? Se é certo que os ‘habitantes’ possuem um espaço de representação, um curioso mal-entendido começa a se elucidar. O que não quer dizer que desaparece da prática social e política”¹⁴² (LEFEBVRE, 2000 [1974], p.54)

A organização desta tríade por parte de Henri Lefebvre parece ser mais bem formulada apenas em *La production de l'espace* [1974], de fato, como destacado acima. Mas ainda em *La révolution urbaine* [1970] algumas pistas sobre as diferenças entre espaços de representação e representação do espaço se conectam com o *campo cego* e conseqüentemente com o papel do arquiteto e urbanista. “A cegueira, o não ver e o não saber, implicam uma ideologia. Os campos cegos instalam-se na re-presentação”. A forma com a qual se opera este distanciamento do real, com a qual ele salta do imediato da percepção para uma percepção mediada (pelo conhecimento, pelo saber) tem seus momentos. O primeiro deles é “a *apresentação* dos fatos e dos conjuntos de fatos, o modo de percebê-los e de agrupá-los. Em seguida, há a *re-presentação*, a interpretação dos fatos”. Como percepções mediadas, cada um desses momentos contribui para que se estabeleçam “incompreensões, mal-entendidos. O cegante (os conhecimentos que se adotam dogmaticamente) e o cegado (o desconhecido) são complementares na cegueira” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.46). O problema e o desafio da atuação do arquiteto ficam colocados aqui, portanto, a partir de uma dupla parcialidade: a primeira, advinda da divisão parcelar do conhecimento, das ciências parciais, divididas em diversas áreas que, quando muito, chegam ao limite da multidisciplinaridade para efetuar uma síntese¹⁴³; a segunda, de uma interpretação dos fatos que é sempre filtrada por esta própria formação intelectual fragmentar e fragmentária, onde as ilusões encontram terreno fértil para proliferar. Pode-se retirar esta mediação para que cada agente da produção do espaço perceba sua totalidade? Não, assim como não é possível que o usuário proceda a um espaço percebido e vivido que não corresponda à sua própria experiência. Mas esta impossibilidade não torna também inviável que todos os envolvidos sensibilizem-se com as multiplicidades de leituras e experiências espaciais suscitadas *no outro* pelo espaço urbano, o que apenas tornaria ainda mais legítima sua autogestão e autopreservação. “A triplicidade: percebido-concebido-vivido

¹⁴² “Peut-être faudra-t-il aller plus loin et admettre que les producteurs d'espace ont toujours agi selon une représentation tandis que les ‘usagers’ subissaient ce qu'on leur imposait, plus ou moins inséré ou justifié dans leur espace de représentation [...] S'il est exact que les architectes (et les urbanistes) ont une représentation de l'espace, d'où la tiennent-ils ? Au profit de qui devient-elle ‘opérationnelle’ ? S'il est exact que les ‘habitants’ ont un espace de représentation, un curieux malentendu commence à s'éclaircir. Ce qui ne veut pas dire qu'il disparaît dans la pratique sociale et politique”

¹⁴³ Conforme visto no item 2.2

(especialmente : prática do espaço – representação do espaço – espaços de representação) perde seu significado se lhe atribuirmos o status de um ‘modelo’ abstrato”¹⁴⁴ (LEFEBVRE, 2000 [1974], p.50). Somente a apreensão de sua concretude pode dissipar as ideologias que lhe rodeiam.

“O arquiteto que desenha, o urbanista que compõe a planta de situação veem, de cima e de longe, seus ‘objetos’, imóveis e vizinhanças. Os que concebem e desenharam movem-se num espaço de papel, de escritas. Após essa *redução* quase total do cotidiano, retornam à escala do ‘vivido’. Acreditam reencontrá-lo, embora *executem* seus planos e projetos numa abstração de segundo grau. Eles passaram do ‘vivido’ ao abstrato para projetar essa abstração no nível do ‘vivido’” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.198)

Rodrigo Lefèvre demonstrava grande preocupação com estas ilusões propagadas no campo da arquitetura, principalmente por compreender, corretamente, que uma vez não superados, estes desvios poderiam comprometer o futuro da profissão¹⁴⁵. Em artigo denominado *O arquiteto assalariado*, que não por acaso era sua própria condição como profissional, ele indicava, primeiramente, que “parece existir um grande preconceito em relação às condições de trabalho do arquiteto quando ligado a esse tipo de relação de produção [assalariada]”, mas defendia que era este modelo que lhe permitia uma maior desenvoltura no que diz respeito à uma expansão do leque de suas representações do espaço, por assim dizer. “Neste trabalho, as concepções sobre o mundo a construir não são mais as individuais: passam a ser da equipe, adotadas ou formadas pelos membros da equipe”. É fato que Rodrigo cai na defesa da multidisciplinaridade, pois argumenta que “os desencontros entre as necessidades e as possibilidades das diferentes disciplinas tornam-se o elemento base para o desenvolvimento dos projetos” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019, p.191-193). Assim, retorna o problema da síntese e parece persistir a questão da parcialidade e de um campo cego predominante, que não se volta ao percebido e ao vivido. Mas o fato de Rodrigo não encontrar esta possibilidade na sua atuação profissional não lhe limitava a pensar somente dentro deste paradigma. Pelo contrário, ele demonstrava consciência dessa limitação, até mesmo no próprio artigo em questão

“Fazer arquitetura envolve uma intenção mais ampla do que a simples disposição de construir edifícios adequados às necessidades correntes de uso e às possibilidades correntes da técnica de construção: é participar da formação de um mundo mais harmônico, mais equilibrado. Todo arquiteto, como indivíduo, tem suas concepções a respeito desse mundo e sua atuação profissional é marcada por elas” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1981], p.193)

É importante, portanto, retomar algumas passagens de Rodrigo Lefèvre acerca da atuação do

¹⁴⁴ “La triplicité: perçu-conçu-vécu (spatialement: pratique de de l’espace – représentation de l’espace – espaces de représentation) perd sa portée si on lui attribue le statut d’un ‘modèle’ abstrait”

¹⁴⁵ Já vimos no item 1.3 algumas das proposições e concepções a respeito da formação e atuação profissional de Rodrigo Lefèvre, não sendo necessário retomá-las diretamente.

arquiteto, a fim de demonstrar esta preocupação contida em seus escritos, que não se limitavam à defesa da relação assalariada como prática profissional, já que esta envolve também suas limitações e contradições. Rodrigo propunha ir além, estimulando uma aproximação do arquiteto em relação à produção material e às percepções espaciais dos envolvidos, no que poderia sinalizar uma espécie de *coprodução do espaço*.

Esta proposição aparece de maneira muito clara em *A casa do Juarez*. Neste escrito Rodrigo irá abordar uma hipótese: “a construção de habitações pelo processo de autoconstrução (ajuda mútua) numa época de mobilização de todos para a construção da nação”. Irá ressaltar, portanto, seu caráter contraditório, uma vez que esta forma de produção do espaço “mesmo que apareça como das mais progressistas, pode ter uma função conservadora enquanto o arquiteto colocar sua solidariedade com o proletariado unicamente no plano da ideologia, e não no plano da produção, como produtor”. Sabemos que as contradições deste processo produtivo não se encontram somente aí, mas de fato este é um ponto a ser considerado, já que o envolvimento na produção é essencial para que o arquiteto supere ao menos em uma direção seu distanciamento com a concretude do objeto de intervenção. A ‘busca fundamental’, como denomina Rodrigo, se concentra então em duas frentes. O modelo de produção objetivado deve estar apto a “guiar outros construtores em direção a ele” e ao mesmo tempo “colocar à sua disposição um aparelho aperfeiçoado, que será tanto melhor quanto mais usuários adotarem-no como modelo. Em resumo, o modelo de produção deve fazer dos construtores e dos usuários, colaboradores” (LEFÈVRE in KOURY, 2019 [1970], p.49-51). Palavra essencial, portanto, a colaboração já se desenha aqui como uma investigação de uma hipótese – utópica, no vocabulário comum, possível-impossível no vocabulário lefebvriano. Não é somente por coincidência que Rodrigo encerra este artigo com uma citação de Henri Lefebvre:

“Não existe pensamento e nem ação sem uma imagem do futuro, sem uma visão do possível. Antes de descobrir, praticamente na situação, os elementos da tática e da estratégia, é tão difícil separar o *possível* do *impossível* quanto discernir entre a *ideologia* e o *saber firmado*” (LEFEBVRE *apud* LEFÈVRE in KOURY, 2019 [1970], p.51).

Na *Entrevista a Renato de Andrade Maia* Rodrigo tenta deixar claro, em determinadas passagens, que seus objetivos sempre estiveram ligados à uma concepção de (im)possibilidades futuras, para a profissão, para a formação social, para o país. Ele sinaliza que as proposições sobre mutirão, autoconstrução e ‘sistema construtivo do povo’ foram confundidas “pelo menos pelas pessoas que nos cercavam. Elas não chegaram a perceber que nós estávamos nos preparando para uma situação futura”. Os objetivos que levaram a estas proposições são relevantes, já que estas proposições caminhavam no sentido “de relacionar melhor as pessoas à

margem do processo de produção, da vida urbana, para que elas se integrem na vida urbana, ainda com um certo equilíbrio em termos da sua personalidade” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1974], p.70-71). Ora, o que se demonstra aqui então pode ser enquadrado, com as ressalvas necessárias, como mais uma direção na aproximação ao vivido e ao percebido, que correspondem aqui às relações sociais e de produção estabelecidas a partir da integração à vida urbana. Logicamente, as ressalvas correspondem à forma de produção adotada, muito problematizada por Rodrigo a partir dos problemas ligados ao sobretrabalho e rebaixamento do valor da força de trabalho. Levando em conta a *instrumentalização da desigualdade* a ressalva se justifica¹⁴⁶. Uma forma de produção *outra* pode ser apontada? Deve-se mirar o impossível para formular o possível.

É ainda nesta entrevista que Rodrigo irá levantar a necessidade de se repensar o campo de atuação da arquitetura, a partir de uma espécie de mal-estar generalizado particular a estes agentes.

“Quando se chega numa situação em que cada um, individualmente, começa a perceber a total impossibilidade de uma atuação correta do ponto de vista profissional, talvez tenhamos que retornar para uma outra atividade, para fazer com que a atividade profissional possa ser cumprida com bastante tranquilidade” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1974], p.73)

Mas a crítica mais contundente à este campo de atuação aparece numa fala de Rodrigo em evento no IAB (transcrita sob o título *Arquitetura e desenvolvimento nacional: depoimentos de arquitetos paulistas*). Pontos extremamente relevantes são levantados por ele nessa elocução, como a crítica ao foco na produção autoral e na relevância dada aos grandes projetos. “A produção da arquitetura não pode mais ser tomada como produção de alguns personagens” afirmava, o que nos remete uma vez mais à totalidade, mas desta vez ligada de um lado à história (da arquitetura), mas por outro, à totalidade da produção, num nível global e total. Isto porque ele propõe que “a produção de arquitetura tem de ser tomada como a produção de uma categoria profissional”, mas que deve-se considerar que esta categoria, estes profissionais, se formaram “sob certas condições, dentro de certos padrões de formação, dentro de certas escolas” e que suas atividades, as mais diversas, “independente do produto, [consistem em] uma atividade de arquitetos”. O que ele indica com isso é um ajuste: a produção da arquitetura compreendida a partir de poucos personagens e obras não reflete a realidade concreta do cotidiano (das cidades e profissional) e pode acabar por reproduzir padrões que não se enquadram nas particularidades de cada espaço social. Necessário aos arquitetos, portanto seria adequar os “anseios – que hoje

¹⁴⁶ Conforme item 2.2

são elitistas, são anseios de poder, são anseios estéticos e plásticos – às condições concretas à realidade e às possibilidades que nós temos de atuação como arquitetos” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1979], p.182-183).

Aliadas à sua dissertação de mestrado, do acampamento de obra ‘utópico’, este conjunto de proposições de Rodrigo aponta para a formação de um arquiteto e uma práxis arquitetônica (teoria e prática) que se distanciam dos moldes vigentes. Ele acreditava que se fazia necessária “a intensificação de estudos, pesquisas, publicações e discussões sobre os objetivos do ensino de Arquitetura” e que, a partir disto e de outras formas de atuação prática, seria possível “por mais restrita que ela seja [sua vida profissional], [...] adotar métodos e técnicas de trabalho que permitam que essa prática seja fonte de conhecimento, seja fonte do ‘pensar e repensar o universo tal qual ele é, tal qual ele virá a ser’” (LEFÈVRE *in* KOURY, 2019 [1979], p.150). Rodrigo, portanto, objetivava a formação de arquitetos capazes de responder à realidade de modo coerente com seus contextos econômico-sociais, com as técnicas adequadas, com os espaços necessários, mas também capazes e instigados a imaginar o horizonte das (im)possibilidades.

Não podemos nos esquecer, contudo, que a contemporaneidade não implica somente numa não realização das proposições realizadas por Rodrigo Lefèvre em relação ao campo da arquitetura, mas que também coloca de modo muito mais contundente a impossibilidade (ou apenas uma única possibilidade) como condição inegociável do presente. Se a precarização do arquiteto se conecta à sobrevida do capital e esta sobrevida só faz aprofundar o *estado crítico* na qual a contemporaneidade se encontra imersa, estes são pontos diretamente ligados à dominação neoliberal. É interessante notar como logo no início, na introdução à edição inglesa de *A nova razão do mundo*, Pierre Dardot e Christian Laval caracterizam o neoliberalismo a partir deste domínio e a conexão com pontos já levantados aqui

“Ora sob seu aspecto político (a conquista do poder pelas forças neoliberais), ora sob seu aspecto econômico (o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado), ora sob seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres), ora sob seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas). Tudo isso são dimensões complementares da *nova razão do mundo*. Devemos entender, por isso, que essa razão é *global*, nos dois sentidos que pode ter o termo: é ‘mundial’, no sentido de que vale de imediato para o mundo todo; e, ademais, longe de limitar-se à esfera econômica, tende à totalização, isto é, a ‘fazer o mundo’ por seu poder de integração de *todas* as dimensões da existência humana” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.16. grifo no original)

Embora esta guinada temática possa parecer um pouco desconexa, do papel do arquiteto à caracterização do neoliberalismo como forma de dominação social, ela é na verdade

fundamental para o objetivo inicial deste trabalho. A relação entre a perpetuação do domínio capitalista neoliberal, a produção do espaço e a atuação do arquiteto, nós já a abordamos. Como superar esta condição? Não se pode ir muito mais além do que apontar as possibilidades, atualmente (im)possíveis. Se o início da contribuição de Dardot e Laval soa como uma constatação paralisante, é no final de sua análise que delimitarão um caminho. Uma vez que o capitalismo neoliberal “não cairá como uma ‘fruta madura’ por suas contradições internas [...] cabe a nós permitir que um novo sentido do possível abra caminho”. As alternativas então passam a ser traçadas a partir de um entendimento de que “o governo dos homens *pode* alinhar-se a outros horizontes, além daqueles da maximização do desempenho, da produção ilimitada, do controle generalizado”. Assim, esta nova sociabilidade pode então “sustentar-se num governo de si mesmo que leva a outras relações com os outros, além daquelas da concorrência entre ‘atores autoempreendedores’”. É assim que “as práticas de ‘comunização’ do saber, de assistência mútua, de trabalho cooperativo *podem* indicar os traços de *outra razão do mundo*”. Em suma, conforme eles mesmo sintetizam, “não saberíamos designar melhor essa razão alternativa senão pela *razão do comum*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.402. grifo no original).

Vejamos: o governo de si mesmo (autogestão?) que estabelece outras relações que vão além da concorrência entre ‘autoempreendedores’ (modificação das relações sociais de produção?), sustentado por práticas de ‘ajuda mútua’ e ‘trabalho cooperativo’ (autoprodução, autoconstrução, produção doméstica?) não parecem familiares, quando observadas como proposições, a partir da produção do espaço? Ao propor uma ‘razão do comum’ como alternativa de transformação e superação, Dardot e Laval, logicamente, se referem à uma alteração global que não se aplica somente ao espaço e sua produção. De fato, imaginar uma produção comum com trabalho de ajuda mútua em certos ramos produtivos pode parecer uma transformação significativa, mas a discussão em torno das formas de produção do espaço, sobretudo na América Latina, já observa esta possibilidade há algum tempo, embora nem sempre formulada em torno da organização política do *comum* (a comuna, constituída pelos (cidadãos) comuns). Ainda, é quase redundante observar que estas proposições se conectam diretamente com as contribuições de Rodrigo Lefèvre e de Henri Lefebvre listadas aqui como possibilidades de ruptura¹⁴⁷.

Se ainda for necessário demonstrá-las, voltemos, por exemplo, a *Espace et politique* [1972] de Henri Lefebvre, no exato ponto em que ele se pergunta se “pode-se arrancar esse instrumento,

¹⁴⁷ Ver item 1.3

o espaço, das classes dominantes”. A resposta?

“Talvez, mas com a condição de colocar a questão clara e abertamente, ou seja, em função de realidades novas e não em função dos problemas da produção industrial, colocados há mais de um século [...] Essas questões [do espaço] só podem ser resolvidas por uma gestão e por uma apropriação coletivas do espaço. O que se vincula, de um lado, à propriedade do solo e, por outro, é preciso reconhecer, à grande estratégia planetária” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.145)

Ora, gestão e apropriação coletivas do espaço podem remeter ao conceito de autogestão. Embora este conceito seja citado aqui e ali nas obras de Lefebvre, o capítulo *Sur l'autogestion* em *L'irruption de Nanterre* parece conter pontos relevantes que se enquadram na questão de uma ‘estratégia planetária’. “Tomada isoladamente, isto é, fora de sua problemática e de um projeto teórico geral, a autogestão não é nada mais que uma ‘palavra de ordem vazia’”¹⁴⁸ (LEFEBVRE, 1998 [1968], p.77-78). Isto porque, segundo ele, a autogestão tomada isoladamente pode se igualar ao princípio da cogestão, insuficiente como conceito para contestar a ordem vigente, pois parte do princípio ainda da gestão, do gerir com (as mesmas instituições que aprisionam as possibilidades de ruptura). Desse modo

“O processo de autogestão, prática social e teoria dessa prática, implica em estabelecer uma rede complexa de organismos; a prática e a teoria modificam o conceito clássico – na democracia formal – de representação e de representatividade [...] sob a condição que a utilizemos para assegurar o deperecimento do Estado e da burocracia, não para fortalecer tecnocraticamente as instituições”¹⁴⁹ (LEFEBVRE, 1998 [1968] p.79)

Ainda, para Lefebvre, a autogestão “mostra a via de uma transformação da vida cotidiana. ‘Mudar a vida’, assim se define o sentido do processo revolucionário”¹⁵⁰ (LEFEBVRE, 1998 [1968], p.82) Não se assemelham aqui as proposições de Lefebvre acerca da autogestão com os apontamentos de Dardot e Laval sobre o comum? Ainda, não poderia ser o comum a estratégia global que garante que a autogestão não degrading em co-gestão, caricatura de sua potencialidade?

No livro *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*, Dardot e Laval detalham ainda mais o que poderia vir a ser (e o que é, em alguns casos) a luta pelo comum. Segundo eles, “longe de ser pura invenção conceitual, é a fórmula de movimentos e correntes de pensamento que pretendem opor-se à tendência dominante de nossa época”, isto é, pretendem demarcar oposição

¹⁴⁸ “Prise isolément, c’est-à-dire hors de sa problématique et d’un projet théorique d’ensemble, l’autogestion n’est qu’un ‘mot d’ordre creux’”

¹⁴⁹ “Le processus de l’autogestion, pratique sociale et théorie de cette pratique, implique la mise en place à la base d’un réseau complexe d’organismes ; la pratique et la théorie modifient le concept classique – dans la démocratie formelle – de représentation et de représentativité [...] A condition qu’on les utilise pour assurer le dépérissement de l’État et de la bureaucratie, non pour affermir technocratiquement les institutions”

¹⁵⁰ “montre la voie d’une transformation de la vie quotidienne. ‘Changer la vie’, ainsi se définit le sens du processus révolutionnaire”

à “apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida” ou ainda, propor “uma forma nova de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação” (DARDOT; LAVAL, 2017, p.17). Mais a frente, especificam que, essencialmente, “o comum, no sentido que o entendemos aqui, não se confunde com uma propriedade compartilhada por todos os homens [...] não é tampouco a humanidade como coletivo [...] não é o que todos os homens têm em comum”. Ele deve ser pensado então como “co-atividade, e não como copertencimento, copropriedade ou copossessão” (DARDOT; LAVAL, 2017, p.52). A co-atividade que pressupõe a autogestão, no campo da arquitetura, implicando que arquitetos devem juntar-se a esta produção (não coordená-la ou geri-la), poderia aparecer para estes como coprodução, ao produzir conjuntamente e de modo emancipado (em relação ao capital).

Passemos a sumarizar os pontos levantados até aqui para facilitar a compreensão do que se expõe. Partimos, no ponto de uma proposição à uma nova atuação no campo da arquitetura, da necessidade de superação do campo cego e das ideologias que jogam a favor de falso problemas e ilusórias soluções, sob a justificativa que há mais na produção do espaço do que apenas o espaço concebido (representação do espaço); há ainda o percebido e o vivido (prática espacial, espaço de representação), fundamentais para que arquitetos e urbanistas pousem suas intenções sobre a concretude do real e possam cotejá-las a partir disto. As contribuições de Rodrigo Lefèvre para repensar este campo também caminham neste sentido e abrem ainda outras possibilidades. Ele defende que se retire a produção do arquiteto de seu caráter individual e que se torne um trabalho cada vez mais coletivo, o que inclui uma mudança de perspectiva inerente ao próprio campo da arquitetura, de não mais se limitar à história de grandes personagens e de grandes obras. Esta produção ainda deveria se aproximar definitivamente da produção material, da construção, conectando arquitetos e usuários como colaboradores neste trabalho, que deve se adequar às realidades econômico-sociais e produtivas que a envolvem. Contudo, esta realidade não deve se tornar limitante. Rodrigo insiste que a formação e constante debate no campo teórico e prático do arquiteto possam resultar numa práxis que remete ao pensamento sobre uma situação futura, que remete ao impossível para construir o possível.

Pode-se argumentar, no entanto, que estas perspectivas não trazem algo necessariamente novo para a discussão sobre essa atuação, o que estaria inclusive correto. Estamos diante de proposições feitas na década de 1970, já conhecidas e debatidas e até instrumentalizadas. Muitas das questões levantadas indicam um caminho já pavimentado no campo da arquitetura: a atuação nas assessorias técnicas, a organização de mutirão, processos participativos de projeto, o engajamento nas lutas dos movimentos sociais. Já abordamos esta forma de produção

do espaço, que consiste na atuação junto à forma de produção doméstica. Ainda assim, isto não significa que as proposições contidas aqui se confirmem. Quando estas práticas se concretizam, da maneira como se estabelecem em meio ao domínio do capital, correspondem ao campo do *possível*, o que lhes impõe a convivência com as contradições¹⁵¹. Parece evidente que a convergência de pontos reunidos aqui contém um apontamento que é constantemente obscurecido por esta restrição – a urgência do cotidiano, as possibilidades que se encontram abertas. Operar neste sentido não deixa para trás o importante aspecto da *transdução*, defendida tanto por Henri Lefebvre como por Rodrigo Lefèvre?

O capital, esta força dominante que corrói qualquer aspecto que se posiciona como seu contrário, exige um alerta constante. Em *A loucura da razão econômica*, David Harvey afirma que “há sempre o perigo de que as atividades não produtivas de valor ou sejam apropriadas pelo capital como base para a produção de valor [...] ou funcionem como uma espécie de estoque para a reprodução do exército industrial de reserva” (HARVEY, 2018, p.95). Coloca ainda que

“A crítica duradoura ao capital como sistema foca, em parte, a frustração das potencialidades criativas da maioria da população, à medida que o capital assume o controle não apenas daquilo que é produzido e de como será produzido mas também das realizações culturais e intelectuais de outros como se fossem dele” (HARVEY, 2018, p.103)

Esta afirmação caminha no sentido da apropriação desta produção de não valores, o que pode se aproximar da coprodução objetivada aqui, como resistência à dominação do capital, como ruptura dessa apropriação e espoliação constantes, da dissociação dos usuários em relação aos meios de sua reprodução social. Os não valores, diz Harvey, “são gratuitamente convertidos em valores de uso para o capital por um simples ato de cercamento, mercadorização e apropriação”. São produzidos por trabalhos realizados “de maneira livre e não alienada como o do bicho-da-seda, mas, assim que seu conteúdo é formado, começa o processo de cercamento” (HARVEY, 2018, p.104-105). Não é exatamente este o processo que submete a forma de produção doméstica do espaço à dominação do capital? Entretanto, o conceito que se opõe à lógica de cercamentos e apropriação mercantil, não é justamente o comum?

Para Harvey, a disputa em torno do que se estabelece como comum se conecta à “diferença entre subsunção formal e subsunção real do trabalho sob o capital”, pois inclui uma dimensão correspondente à disputa em torno do “saber incorporado na produção”. (HARVEY, 2018, p.107). Estes pontos se conectam diretamente com as questões levantadas por Rodrigo mas trabalhadas de modo mais intenso por Sérgio Ferro, sobretudo se levadas em consideração a

¹⁵¹ Para retomá-las, ver item 2.2

dominação propiciada pela atuação do arquiteto perante o canteiro de obras e seus operários e o potencial contido nestes trabalhadores, minado ao longo do tempo, ao se destituírem de sua condição de proprietários do saber técnico e teórico da construção. Não cabe aqui retomar os pontos que caracterizam a indústria da construção por seu caráter manufatureiro, de obtenção de mais-valia absoluta e relativa apenas pela subsunção formal do trabalho (seu caráter mais ‘primitivo’)¹⁵². Isto retomaria a questão das composições orgânicas diferenciais do capital e dos desenvolvimentos desiguais manifestados no espaço, e ainda, da contribuição, portanto, do arquiteto na obtenção de mais-valia através da produção do espaço. Ao contrário e em frente, podemos remeter à introdução de Ferro no livro *Rodrigo Brotero Lefèvre e a vanguarda da arquitetura no Brasil*, de Miguel Buzzar, para compreender que não há apenas conexão e sentido da crítica radical e da ruptura ao nível da produção imediata do espaço, mas também necessidade desta relação

“Primeira tarefa: a crítica radical dessas condições de produção, separando, tanto quanto possível, a técnica de produção da técnica de exploração, emaranhadas uma com a outra pelo capital. Na direção contrária, unir de novo o que foi separado para reforçar a exploração, ou seja, rejuntar o saber técnico e o desenho com o canteiro, por exemplo. E, sobretudo – condição indispensável para o sucesso de qualquer revolução – iniciar desde já os primeiros passos para transformar radicalmente todas as relações de produção no sentido da liberdade, da fraternidade e da igualdade – e ancorar essas abstrações no miolo de qualquer prática, plantando-as efetivamente” (FERRO in BUZZAR, 2019, p.19)

Certamente, apenas o apontamento da coprodução como objetivo de uma atuação transformada do arquiteto, guiada pelo princípio do comum, não será suficiente para produzir um espaço a partir de relações de produção modificadas e, com isso, assegurar a superação do cotidiano submetido que suscita. Mas esta *outra* forma de produção, que no seu nível imediato visualiza o impossível e o insere como princípio, pode fazer parte das estratégias globais e totais a fim de elevar a importância da organização popular, da autogestão e da coprodução guiadas pelo comum em direção ao *urbano*, no qual novas contradições se preparam e se anunciam. Como colocaria Rodrigo Lefèvre em sua dissertação de mestrado, “formas novas de organização das pessoas, formas novas de relações de produção [...] poderão ser grandes avanços tecnológicos necessários para o início da construção daquela sociedade pretendida” (LEFÈVRE in KOURY, 2019, p.235). Mas não se pode perder de vista que o objetivo não está completo se apenas se modificam as formas de organização social (na produção) sem transformar seus conteúdos.

¹⁵² *A produção da casa no Brasil* [1969] e *O canteiro e o desenho* [1976] de Sérgio Ferro (2006) podem indicar estes pontos de maneira muito mais adequada.

3.3 DA CONTRARREVOLUÇÃO À RUPTURA: ESPAÇOS DE ANTIVALOR E URBANO COMUM

Ao colocar como objetivo da análise as possibilidades de *ruptura*, deve-se iniciar por um princípio básico: para estabelecer a ruptura, deve-se romper com algo. Embora esta sentença tangencie o campo das obviedades, ela não nos deixa esquecer o que se apresenta como fundamental, ou seja, que o momento presente carrega em si mesmo, além da insatisfação generalizada, os elementos que perpetuam essa condição, com os quais se vislumbra romper. Não por acaso, afirma-se a metrópole como este ponto de partida. Forma espacial da contrarrevolução urbana, é sobre ela e através dela, inevitavelmente, que serão traçadas quaisquer alternativas¹⁵³. A ideia de ruptura, sempre presente, contida, gestada e reprimida na metrópole, visa o rompimento das relações e condições metropolitanas que impedem uma nova forma de viver dentro das cidades, que supere o estado crítico, o mal-estar estar constante de uma convivência desigual, cinicamente velada, abertamente profunda. O caminho que percorremos expressa essa condição contraditória sob um ponto de vista, o do espaço e de sua produção, sabendo que existem aí particularidades que tornam o espaço um *locus* privilegiado de interlocução das rupturas. Em que consiste este privilégio? Evidentemente, em todos os aspectos levantados aqui (e outros) que o tornam um instrumento para as classes dominantes, que a partir daí passam a controlar não apenas o espaço, mas o que se opera, o que se instala, o que se passa neste espaço, de que maneira, em quais lugares. Daí suas tendências contraditórias e incompletas: a homogeneização que suscita uma heterogeneidade-homogênea; o desenvolvimento (crescimento) que suscita uma desigualdade instrumentalizada; a centralização (de poder, de capital) que suscita um espraiamento em direção à urbanização generalizada e constituição do mercado mundial; e sobretudo, a produção coletiva destes espaços (dos lugares, das localizações, das ‘condições gerais’) e sua apropriação privada, restrita, mediada (pelo capital). Se a busca por controle como estratégia de defesa da burguesia (contrarrevolução) torna o espaço uma nova raridade, alvo direto de disputas e meio de opressão social, não seria justamente aí que se deveria introduzir a ruptura, nesta possibilidade de controle espacial? Pode-se vislumbrar esta contra-estratégia? É o que se tenta colocar aqui.

A concepção e a busca por alguma ruptura não se dão, obviamente, sem obstáculos impostos

¹⁵³ Neste ponto já se considera implícito que a metrópole designa o espaço mundial por conta das relações de ‘colonização espacial’ estabelecidas, seja nas grandes cidades, na cidade ruralizada ou no campo urbanizado.

pelo mundo da mercadoria, com seus fetiches e alienações provenientes dos processos de produção mercantis nos quais a sociedade capitalista assenta suas bases. Alguns desses obstáculos que se erguem em nosso caminho provêm da mercantilização de todos os aspectos da vida humana, o que impõe algumas dificuldades. Por um lado, eleva-se a desigualdade social, num contexto em que o acesso às mais diversas mercadorias fica restrito àqueles que possuem o poder conferido por uma representação monetária para acessá-las. Por outro, vislumbra-se cada vez menos outro horizonte, pois a dominação exercida pelo mundo da mercadoria é total, incluindo a consciência e a imaginação humanas. Parece ficar claro que toda e qualquer iniciativa para subverter a ordem vigente deveria ser capaz de desconstruir o poder do capital nestes dois termos, o que torna relevante não apenas a crítica às relações de produção, circulação e distribuição do capital, mas também à vida cotidiana, à *reprodução das relações sociais de produção*.

Se o espaço é condição, meio e produto, sua instrumentalização não implica somente em sua mercantilização, sua racionalização para o mundo da mercadoria (o processo de homogeneização-fragmentação-hierarquização). Implica também na apropriação dos mais diversos aspectos que concorrem para sua produção e consumo, as chamadas *condições gerais* da produção capitalista. *Estas condições gerais nem sempre são produzidas diretamente pelo capital, embora façam parte do modo de produção capitalista*. Há uma gama de não valores e antimercadorias que são mobilizadas para proporcionar ao capital as condições para sua reprodução. A consciência ‘atrofiada’, dominada pelo fetiche da mercadoria, torna-se incapaz de perceber ou de reagir frente aos constantes cercamentos, apropriações e mercantilizações daquilo que não é valor, enquanto as formulações teóricas encontram dificuldades por ter que conciliar formas de produção não mercantis com sua posterior circulação mercantil, formal ou informal.

A literatura do Comum tem tentado avançar neste aspecto, e a concepção de um *comum urbano* evidencia a intensa luta em torno das apropriações que ocorrem no espaço das cidades e se inserem no cotidiano da vida urbana, constantemente perturbado por uma movimentação desigual do capital e pelas alternâncias entre privatizações e estatizações de determinados valores de uso. O comum representa uma alternativa que permitiria uma pausa nesta alternância: nem comum, nem estatal, uma comunalização do espaço. Se diferentes grupos sociais travam uma disputa pelo acesso a elementos naturais, culturais, imateriais e qualquer outra frente atacada pela onda cada vez maior de apropriação capitalista, parece relevante estabelecer

relação entre o comum e o conceito de antivalor, mediados pela perspectiva da produção do espaço urbano. O antivalor é um conceito capaz de potencializar o comum como uma frente de luta ante a espoliação e a apropriação capitalistas, inserindo-o na análise exatamente como oposição ao valor. A relação entre antivalor e comum pode conter mais uma chave para a compreensão da contradição entre produção coletiva e apropriação privada, entre obra e produto e, portanto, auxiliar na pavimentação do caminho de elaboração da ruptura.

Segundo David Harvey, em *A loucura da razão econômica*, “há hoje uma vontade generalizada de incorporar ao regime capitalista de produção e circulação de valor tudo aquilo que ‘não é valorizado’”. Apesar de afirmar que essa vontade pode ser compreensível, ele indica que, dessa maneira, deixa-se de perceber “a função dialética do não valor ou antivalor (e do trabalho não alienado e do tempo disponível) na política de oposição”. Sem esta percepção, não se compreende que

“É a partir dos espaços de não valor e de trabalho não alienado que se pode elaborar uma crítica profunda e disseminada ao modo de produção capitalista, de sua forma particular de valor e de suas alienações. E é também a partir desses lugares que é possível identificar melhor os contornos de uma possível economia pós-capitalista” (HARVEY, 2018, p.96)

O que isso quer dizer? Que Harvey indica a possibilidade de uma contra-estratégia. A estratégia de ruptura poderia, partindo da visão que ele constrói, retirar de algum modo o controle do espaço (alguns espaços) do capital. Os espaços de antivalor são valiosos para elaborar a crítica à integração generalizada ao regime de valor, incluindo aí o próprio espaço, e o modo de fazê-los cumprir esta função de oposição é justamente lutando para que não sejam ‘incorporados ao regime capitalista de produção e circulação’. De modo análogo, é o que ele indica em relação aos espaços de recursos naturais, as ‘dávias gratuitas da natureza’. Ele afirma que existem também movimentos que querem integrá-las “à cadeia de produção de valor” o que equivale à “mercadorização de um espaço do qual se poderia armar um ataque feroz à hegemonia do modo de produção capitalista e sua (nossa) relação alienada com a natureza”. Ao não se dar conta da importância destes espaços, da relevância que podem adquirir para uma frente de resistência à sua incorporação pelo capital, as oportunidades se esvaem. “Todos esses espaços são espaços típicos a partir dos quais se pode elaborar uma crítica anticapitalista. E, no entanto, o movimento político predominante em tempos recentes tem sido por sua integração à teoria do valor!” (HARVEY, 2018, p.97).

É preciso deixar claro que Harvey não se refere apenas à movimentos políticos do espectro direitista, neoliberal, de defesa do livre mercado e da mercantilização desvairada, o que fica claro quando pergunta: “Se o valor no capitalismo consiste na produção de trabalho alienado e

na alienação do trabalhador, por que diabos um progressista faria campanha para ser subsumido em tal regime?” (HARVEY, 2018, p.97). Enumerar estes motivos seria um trabalho que envolveria análises caso a caso e de todas as minúcias envolvidas. Mas pode-se depreender daí algumas questões que permeiam os debates ‘moderados’ (ou não) à esquerda e que apostam nessa integração à regimes de valor de diferentes maneiras, passando por perspectivas de produção e gestão que se apoiam em privatizações, parcerias público-privadas, organizações sociais e até mesmo o próprio Estado, para citar um léxico comumente conectado ao espaço. Dardot e Laval descrevem este movimento de ‘aceitação de alguns paradigmas neoliberais’ por parte de movimentos progressistas como uma “terceira via” à esquerda¹⁵⁴. Parece evidente que uma aposta que envolva a participação direta da iniciativa privada pese em favor da integração mercantil. Mas em relação ao Estado essa relação é menos direta. De qualquer modo, é o comum que surge como uma ‘alternativa’ para que se possa escapar desta aparente dicotomia e proteger a posse coletiva dos não valores, ou, mais ainda, seu caráter inalienável.

Em seu livro sobre o *Comum* Dardot e Laval tornam essa problemática do Estado e sua relação com o comum mais evidente, valendo aqui a longa citação.

“Nota-se, sobretudo, que o Estado muda de forma e função, à medida que se acentua a competição capitalista mundial, e seu objetivo é menos administrar a população para melhorar seu bem-estar do que lhe impor a dura lei da globalização. Na realidade, se hoje a questão do comum é tão importante, isso se dá porque ele anula brutalmente as crenças e as esperanças progressistas depositadas no Estado. Está claro que se trata não de fazer eco à condenação neoliberal das intervenções sociais, culturais ou educacionais do Estado, mas de resgatá-las de seus limites burocráticos e submetê-las à atividade social e à participação política da maioria. No fundo, paradoxalmente, foi o próprio neoliberalismo que impôs a virada do pensamento político para o comum, rompendo a falsa alternativa especular entre Estado e mercado [...] A propriedade pública então deixou de se mostrar como uma proteção do comum e passou a ser uma forma ‘coletiva’ de propriedade privada reservada à classe dominante, que podia dispor dela como bem entendesse e espoliar a população conforme seus desejos e interesses” (DARDOT; LAVAL, 2017, p.15)

Devemos lembrar que este aspecto é incansavelmente trabalhado por Henri Lefebvre, que insiste que o Estado é um agente atuante em favor da dominação do espaço pela burguesia. Uma passagem de *Espace et Politique* [1972] parece resumir bem este ponto. “Percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço”, diz ele. O primeiro consiste na “propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço”. Já o segundo, se encontra na “globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.55). Seriam estes os pilares a romper para consolidar a ruptura? Se o comum se insinua na discussão acerca da produção imediata do espaço e na atuação do

¹⁵⁴ Ver: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Racionalidade (2): a ‘terceira via’ da esquerda neoliberal. *in* A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo, 2016.

arquiteto, aqui ele reaparece como uma frente de luta a nível global e total, que pode remeter a um combate em diversas frentes, como as disputas em torno da posse e ocupação do espaço, a disputa pelos recursos do Estado e pela negação do Estado, a disputa em torno dos não valores. Tal qual Lefebvre elabora a respeito das ilusões urbanísticas, a crítica pela esquerda

“vai muito além de uma recusa do liberalismo ou do neoliberalismo que se contenta em atacar a empresa privada em nome do Estado, a iniciativa individual em nome do paternalismo político. Uma tal crítica só alcança o radicalismo recusando o Estado, o papel do Estado, a estratégia do Estado, a política do espaço” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.179)

Em todos estes aspectos, o antivalor, pode contribuir para um aprofundamento das perspectivas críticas dentro do que Harvey indica: espaços de não valor e trabalho não alienado que guardam seu potencial de contestação e resistência frente à tendência homogeneizante do capital.

Sabemos, contudo, que o capital não supera a noção de propriedade e, então a subordina, levando ao extremo as consequências desta subordinação, como já demonstrado aqui na transfiguração histórica da renda e no advento do rentismo como tônica da produção espacial¹⁵⁵. Ao fazê-lo, um importante aspecto das cidades pouco a pouco desaparece, ou tende a desaparecer, já que a mercantilização intensiva não permite espaços que estejam fora do domínio do capital e atribui a todo e qualquer espaço, seu valor de troca e, para isso, um título de propriedade. Os importantes espaços coletivos, de uso comum, as infraestruturas e os recursos urbanos, privatizam-se. A relação social se modifica, pois há re-produção das relações sociais de produção. Há mudança no cotidiano da população das cidades e, então, de sua consciência e imaginários coletivos. A produção é total, e este metabolismo condiciona a apropriação dos espaços da cidade. Pouco a pouco, naturaliza-se esta mudança e o mínimo esforço de construção coletiva já se torna uma utopia.

“A posse e a gestão coletivas do espaço têm, evidentemente, uma condição prévia: a supressão da propriedade do solo. Como? Ainda não se encontrou a fórmula adequada. A estatização desemboca em resultados desastrosos, pois transfere ao Estado os direitos absolutos do proprietário. A municipalização do solo revelou seus inconvenientes e limites. Restaria, evidentemente, a socialização, ou seja, que o povo, como um todo, transgredindo as relações de propriedade, ocupe o espaço social e dele se aproprie” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.146-147)

Movimentos nesta direção podem ser encontrados ao longo da história e na contemporaneidade, mas certamente constituem um processo que mobiliza forte resistência. Em *Costumes em comum*, por exemplo, Thompson demonstrou com muita clareza o impacto e a importância das lutas contra os cercamentos ocorridas na Inglaterra¹⁵⁶, naquilo que marca o momento de

¹⁵⁵ Ver item 2.1

¹⁵⁶ Thompson ainda dialoga com Garret Hardin, autor frequentemente citado na literatura do comum por seu artigo *The Tragedy of the Commons*, onde argumenta pela inviabilidade do comum, pois o acesso de todos a algum

transição entre os modos de produção, de passagem ao capitalismo. As lutas mais marcantes, segundo ele, ocorriam nas cidades. “Os protestos urbanos a respeito dos direitos comuns eram frequentemente mais grandiosos e visíveis do que os rurais”. Ele afirma ainda que “Londres e seus subúrbios não teriam parques, hoje em dia, se os *commoners* não tivessem reivindicado os seus direitos [...] Devemos a esses ‘verdes’ prematuros os pulmões urbanos que ainda temos atualmente” (THOMPSON, 1998, p.102-105). De modo semelhante, podemos colocar a Comuna de Paris, apesar de todo seu contexto político particular, como uma reação às reformas de Haussmann e de disputa pelos espaços da cidade, onde os espaços comuns dos trabalhadores foram substituídos por espaços da burguesia. Como observa Henri Lefebvre em *Espace et politique*, naquele movimento os operários “enxotados para os bairros e comunas periféricas, reapropriaram-se do espaço do qual o bonapartismo e a estratégia dos dirigentes os tinham excluído. Numa atmosfera de festa [...] eles tentaram reapossar-se do espaço” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.155). Estas lutas se espraiam, no espaço e no tempo. O espaço comum tem sua força, sua importância, e é motivo de uma luta que também se determina historicamente, ecoando através do tempo e encontrando ressonância sempre que um espaço potencial (físico e metal) surge no horizonte.

“Os combates pela ‘democracia real’, o ‘movimento das praças’, as novas ‘primaveras’ dos povos, as lutas estudantis contra a universidade capitalista, as mobilizações a favor do controle popular da distribuição de água não são eventos caóticos e aleatórios, erupções acidentais e passageiras, insurreições dispersas e sem objetivo. Essas lutas políticas obedecem à racionalidade política do comum” (DARDOT; LAVAL, 2017, p.19)

A superação destas categorias históricas, a modificação da relação que se estabelece com a propriedade e a cidade, é fundamental para imaginarmos esta outra possibilidade que surge com o *comum*. O que as outras organizações sociais nos colocam é que a noção de propriedade privada é inerente à organização social humana¹⁵⁷. Pela história das cidades, percebemos que

recurso comum resultaria no esgotamento deste recurso, uma vez que, não sendo propriedade privada, não seria preservado. Thompson argumenta que Hardin “negligencia que os próprios *commoners* não eram desprovidos de bom senso. Ao longo do tempo e do espaço, os usuários das terras comunais desenvolveram uma rica variedade de instituições e sanções comunitárias que impôs restrições e limites ao uso” (THOMPSON, 1998, p.93). Um indício de autogestão, portanto.

¹⁵⁷ Desde a Mesopotâmia a organização social das cidades inclui as áreas de moradia da população comum, da infraestrutura usufruída pela comunidade e os locais de uso coletivo e restrito, como templos e administração. Desde então, há uma tributação e um excedente, “que se concentra nas mãos dos governantes das cidades, representantes do deus local; nessa qualidade, recebem os rendimentos de parte das terras comuns, a maior parte dos despojos de guerra e administram essas riquezas” (BENEVOLO, 2019, p.31). O panorama geral não se altera drasticamente em termos de organização mesmo no Oriente ou na pólis grega, onde o espaço da cidade “se divide em três zonas: as áreas privadas ocupadas pelas casas de moradia; as áreas sagradas – os recintos com os templos dos deuses; e as áreas públicas” (*ibidem*, p.96). Essa organização geral persiste, seja no Ocidente ou no Oriente, na Europa, na América ou Ásia, e avança. A cidade sempre apresenta seus mesmos usos. O que se modifica, contudo, é a *forma urbana*. O parcelamento do solo urbano (lotes), a verticalização, a coerção dos eixos de ordenação dos fluxos, tudo isso se modifica em função do modo de produção dominante, do capital, e modifica a

as áreas para moradia sempre se fizeram presentes, podendo-se talvez discutir seu caráter – a quem pertence a propriedade. Mas há sempre o espaço privado da intimidade, que assenta sua base. Contudo, aliado a este, há sempre o espaço do coletivo, do uso comum, do encontro, que o capital subordina paulatinamente até seu quase desaparecimento. Estes espaços potenciais e essenciais guardam a chave para a modificação desta relação, pois guardam a chave para o advento do *urbano* (lefebvriano), onde se manifesta a sociedade urbana. Daí estende-se a necessidade de uma inversão, do *comum urbano* ao *urbano comum*. O *urbano*, este conjunto de relações que democratiza e socializa o espaço urbano e que é responsável pela formação e manutenção da sociedade urbana, deve ser trazido ao primeiro plano, como condição a ser preservada e cultivada. O urbano subordina as categorias históricas – propriedade e cidade – em seu benefício, evidenciando a necessidade da coexistência das diferenças, do privado e do comum, e deixa transparecer justamente que as categorias históricas podem e devem ser *modificadas*.

Mas esta direção de contestação, contudo, pode não partir do zero, de um vazio conceitual onde tenta preencher todos os espaços, justamente para fortalecê-la. Sabemos que a força dominante do capital pode solapar as alternativas e mesmo o comum e o antivalor não podem resistir a esta força sem uma transformação das condicionantes da contemporaneidade. Atualmente, esta luta encontra sua correspondência através daquilo que se convencionou chamar de *comum urbano*, por exemplo, que se posiciona contra a lógica de ‘cercamentos’, expropriações e espoliações ou, basicamente, contra a privatização de recursos, bens e espaços que possam ser considerados comuns dentro das cidades. Entende-se que este comum atua exatamente entre a propriedade privada e a estatal, questionando estas estreitas possibilidades e sugerindo outras formas de apropriação dos espaços. Mas ele pode também referir-se a algo imaterial e intangível: um arranjo social específico e efêmero, uma ideia ou uma sensação espacial. Mesmo assim, sem superar ou modificar as categorias históricas submetidas ao capital – propriedade e renda – pode acabar sendo capturada pelo rentismo¹⁵⁸.

relação social com a cidade. Assim, espaços de moradia, não são mais espaços neutros, abrigos do cidadão comum que paga tributos, mas espaços de disputa, pela propriedade e pela obtenção de renda. Os espaços de uso coletivo tornam-se eles também, mercantis e rentáveis, tal como a infraestrutura, estratégica para a produção. A cidade inverte seu sentido, de valor de uso (base) para valor de troca (produto), e sua forma se modifica, correspondendo à essa inversão. Espaços divisíveis, geométricos, comprimidos e ao mesmo tempo maximizados.

¹⁵⁸ “Embora, muitas vezes, não possa ser cercado (em sentido estrito), esse comum urbano imaterial é capitalizado e apropriado privadamente via renda fundiária, o que é refletido no incremento dos preços dos imóveis e dos aluguéis, assim como na extração de rendas monopolísticas pela atividade turística. Bairros inteiros caracterizados por uma vida urbana rica podem se tornar vítimas de seu próprio sucesso ao atraírem empreendedores imobiliários, financiadores, consumidores e moradores de classe alta e agentes da indústria cultural e do turismo que, através

É por isto que pode ressurgir aqui, como ponto de partida fundamental, o conceito lefebvriano do *urbano*, o período no qual estarão superadas as questões da era industrial para passar “ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à *sociedade urbana* passará ao primeiro plano” (Lefebvre, 2019a [1970], p.21. grifo no original) e onde se estabelece o *espaço diferencial* e a primazia do *habitar*. Sabemos no que isto implica: uma leitura do espaço urbano que vai além da (ou contra a) homogeneidade e da heterogeneidade-homogênea, que busca as reminiscências, as particularidades e as diferenças, históricas e contemporâneas, numa heterogeneidade real do espaço. Mas que, sobretudo, indica a transformação das relações espaciais e das relações sociais e de produção estabelecidas no espaço. Posicionar o comum e o antivalor dentro desta problemática, pode significar um apontamento futuro, um objetivo, um alvo que se fortaleça frente às investidas do capital por uma simples inversão. Ao invés de se tornar comum aquilo que é urbano (adjetivo, que diz respeito à cidade), pode-se tornar o *urbano* (conceito, potência de transformação) num comum, algo a ser coproduzido e autogerido dentro do espaço das cidades, o que não exclui a possibilidade de uma apropriação comum, que pode indicar uma busca do *urbano* naquilo que já se encontra no cotidiano, no presente, no percebido e no vivido e que possui potencialidade para tornar possível o impossível, por ora aprisionado justamente pela apropriação mercantil. A construção desta perspectiva alternativa pode ajudar a dissipar algumas das ‘nuvens sobre a montanha que interrompe a estrada’, ou seja, auxiliar na visualização dos obstáculos que se colocam no caminho de um novo modo de vida.

O *urbano comum* afirma um princípio político aos cidadãos da sociedade urbana, que devem preservar o urbano em nome de sua própria existência como *comunidade urbana*, e o fazem através de sua participação como proprietários e trabalhadores urbanos, mas também membros de uma comunidade que se manifesta num espaço comum. Assim, se aproxima daquilo que Dardot e Laval compreendem como instituição do comum

“A ‘instituição do comum’ é entendida não como uma determinação do segundo pela primeira, mas, ao contrário, como uma determinação da primeira pelo segundo. Em outras palavras, o comum existiria e se desenvolveria independentemente de sua instituição – como ‘propriedade’, digamos, da produção biopolítica. [...] Acima de tudo, então, a instituição do comum está ligada a uma exigência clássica de ‘adequação’ ou ‘correspondência’, no sentido de que nem as instituições da propriedade privada nem as instituições públicas que asseguram o controle estatal sobre os meios de produção são adequadas à produção biopolítica” (DARDOT; LAVAL, 2017, p.207)

de práticas predatórias, deixam no seu rastro áreas gentrificadas cada vez mais homogêneas e excludentes” (TONUCCI FILHO & CRUZ, 2019, p.499).

É preciso insistir, portanto, na definição do *urbano*? Elas se encontram por toda parte. Mas se ainda for necessário evidenciá-la, não há ninguém melhor do que o próprio Henri Lefebvre para fazê-lo. Podemos então elencar algumas das passagens de suas obras em que se apresentam aspectos do urbano que se conectam com as noções de comum-antivalor, com a intenção de tornar evidente, ao mesmo tempo, seu caráter de previsão. De *Espace et politique* [1973], por exemplo, podemos extrair uma explicação sucinta sobre o urbano que indica uma reunião de elementos:

“O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade etc. [...] Não se trata de uma essência na acepção tradicional do termo entre os filósofos; não se trata de uma substância como tenderia a fazê-lo acreditar este ou aquele termo ainda utilizado de forma laudatória, como por exemplo a urbanidade; trata-se, antes, de uma forma, a do encontro e da reunião de todos os elementos da vida social, desde os frutos da terra [...] até os símbolos e as obras ditas culturais” (LEFEBVRE, 2019b [1973], p.80. grifo próprio)

Mas é em *La révolution urbaine* [1970] que aparecem muito mais definições sobre este *urbano*. Primeiramente, ele é o fundamento para a reunião, o encontro, uma possibilidade

“O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante de e em um amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas [...] é um campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.55-56. grifo próprio)

É também uma forma, que acumula e que apresenta uma possibilidade no cotidiano

“O urbano é uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a *simultaneidade* [...] trata-se de uma abstração concreta, vinculada à prática. O urbano é *cumulativo* de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, ai compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.134-135. grifo próprio)

Ainda, representa a reunião dos conflitos, das contradições, onde se manifestam até explodirem.

Mas que concentra também as vontades, opondo-se ao silêncio dos usuários

“O urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele também reúne os conflitos. Sem excluir os de classes. Mais que isso, ele só pode ser concebido como oposição à *segregação* que tenta acabar com os conflitos separando os elementos no terreno. *Segregação* que produz uma *desagregação* da vida mental e social [...] o urbano poderia, portanto, ser definido como lugar da expressão dos conflitos, à contracorrente da separação dos lugares onde a expressão desaparece, onde reina o silêncio, onde se estabelecem os signos da separação. O urbano poderia também ser definido como *lugar do desejo*, onde o desejo emerge das necessidades, onde ele se concentra porque se reconhece, onde se reencontram talvez (possivelmente) Eros e Logos” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.191-192. grifo próprio)

A definição das ‘leis positivas do urbano’, contudo, é o trecho no qual encontramos suas principais atribuições e conexões com os conceitos aqui colocados

“a) o urbano (a vida urbana, a vida na sociedade urbana) já implica uma substituição do contrato pelo costume. O direito contratual fixa os limites da troca e da reciprocidade na troca [...] ora, o urbano, compreende costumes e confere ao costume a precedência em relação ao contrato [...] b) a concepção do urbano visa também à re-apropriação, pelo ser humano, de suas condições no tempo, no espaço, nos objetos. Condições que lhe eram e lhe são arrancadas, para que só as reencontre mediante a compra e a venda [...] c) politicamente, essa perspectiva não pode ser concebida sem autogestão estendida da produção e das empresas às unidades territoriais. Extensão difícil. O termo ‘politicamente’ presta-se à confusão, pois a autogestão generalizada implica o deprecimento do Estado e o fim do político como tal. Nesse sentido, a incompatibilidade entre o estatista e o urbano é radical. O estatista impede o urbano de tomar forma” (LEFEBVRE, 2019a [1972], p.195. grifo próprio)

O que fizemos então foi simplesmente arrancar destas e de todas as definições do *urbano*, que se misturam e se sucedem aqui, aquilo que: i) lhe torna possível, considerando as utopias que suscita, os agentes que envolve, as categorias que mobiliza; ii) que lhe tornam impossível, considerando a dominação total do capital na contemporaneidade, os modelos inadequados, as cegueiras que lhe tapam a via. Os espaços potenciais – físicos, porque presentes no ambiente construído; mentais porque presentes no consciente coletivo, se apresentam como oportunidades para a re-potencialização do *urbano*, este conceito adormecido, mas sempre pressentido. O *comum* e o antivalor são aí invocados, surgem como alternativa para este despertar, mas esbarram em sua insuficiência, que fica evidente ao passo que as relações que o cercam não se modificam, que suas possibilidades são capturadas tão logo se apresentem. Os espaços do antivalor e o comum como princípio de ação política de autogestão e de coprodução necessitam do *urbano*, da *sociedade urbana*, como termos (im)possíveis de suas possibilidades. Do contrário, capitulam, capturados pela *contrarrevolução urbana*, apropriados pelo rentismo, numa contradição clássica tão presente nas cidades (produção coletiva vs. apropriação privada). O *urbano* como um *comum* pode ser encarado não como objetivo final da superação da era industrial, de término da fase crítica, mas como uma ‘preciosidade’ que deve ser gestada e cuidada assim que surgir das fissuras e ranhuras da continuidade contrarrevolucionária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU O URBANO COMUM COMO UTOPIA POSSÍVEL-IMPOSSÍVEL DA SOCIEDADE URBANA

Não há melhor maneira de caminhar ao encerramento senão exatamente através da mesma afirmação de seu início. *Não há totalidade sem a ruptura*. Ao completarmos esta volta, mais informados que em seu começo, podemos nos perguntar o quão distante no horizonte se apresenta o *urbano* e, ao mesmo tempo, o quão presente na contemporaneidade se encontra o mal-estar generalizado, qual a profundidade do *estado crítico*. E, diante deste cenário, o nível de ‘passividade dos interessados’. Segundo Lefebvre, “seu silêncio, sua prudência reticente quanto ao que lhes concerne dão a medida da ausência de democracia urbana, isto é, de democracia concreta” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.153). O leitor mais atento irá notar uma escolha feita neste trabalho: recorrer ao *urbano* ao invés da noção de *direito à cidade* para enunciar o conjunto de transformações pretendidas. Banalizado, instrumentalizado, tornado passivo-opressor (em forma de lei), o *direito à cidade* perde aquilo que poderia lhe conferir relevância: sua espontaneidade. Imposto de cima para baixo, não se conformam as transformações necessárias para *outras* relações (ao menos dentro do âmbito trabalhado aqui). Por isso o *urbano* (auxiliado pelo comum e pelo antivalor) se apresenta, dentro de sua espontaneidade possível, de baixo para qualquer direção, a fim de tornar mais próxima uma ‘democracia concreta’, que não pode se impor através do Estado e muito menos de uma espontaneidade submetida. A apreensão de uma totalidade, portanto, à qual se tenta proceder nesta análise através de três momentos, considera a *ruptura* esta presença constante, mutável segundo as condições que se impõem sobre sua viabilidade, mas desejo e necessidade comum ao longo do tempo, vontade que se conecta mais ao *urbano* quanto mais avançam a urbanização e as contradições imanentes desta aglomeração.

É imprescindível sublinhar que partimos da metrópole, esta forma espacial que remete à força devastadora surgida do comprometimento entre os detentores do poder e do capital (de seu

imbricamento). Partimos, portanto, do contexto de revolução urbana, olhando primeiro para seus antecedentes. A instrumentalização do espaço, a tendência à homogeneização, as possibilidades de rupturas deixadas para trás. Este passado se impõe, como o ponto de partida inevitável, um ponto de não retorno. Dirigimo-nos então para o presente, que como condição para qualquer análise, proposição, devaneio ou desistência, nos coloca uma consolidação das desigualdades e das insuficiências na forma de um aprofundamento, que parece insaciável. Estaríamos, portanto, diante de um caminho sem volta, no qual a força da metrópole só faz se afirmar, impondo a desigualdade como condição *sine qua non* da produção humana mundial, sufocando qualquer chance de desenvolvimento? Sim e não. É aqui que os olhares se voltam para o futuro, mas atentos para a complexificação. Este túnel que leva ao futuro possui suas ramificações, diversas saídas, a depender do caminho que se escolha. Apresentam-se possibilidades. O urbano, contido na metrópole e no mercado mundial como virtualidade possível-impossível, implode as relações metropolitanas, a cidade e o campo, não em direção ao passado, mas ao futuro urbano. Ele apresenta a via. O que se encontra do outro lado é preciso construir. Quem construirá? De que maneira? Arquitetos podem dar sua contribuição dentro de uma coprodução do espaço, a partir de uma produção de não valores, de trabalho não alienado. O *urbano*, tornado um *comum*, gerenciado nos espaços de antivalor (as brechas, as fissuras), pode resultar em *outras* relações. Mas todas essas proposições ainda utilizam os instrumentos e os conceitos possíveis, pois gerados a partir da situação. A forma de produção do espaço futura, emancipadora, nós ainda não a conhecemos.

Se a construção desta ruptura – um bloqueio do outro lado da via, uma vez percorrido seu caminho, um ponto de não retorno contrário – parece algum devaneio ou utopia distante, o percurso trilhado aqui tem o objetivo de demonstrar que é de fato algo longe do alcance neste momento. Esta é a medida do *estado crítico*, do qual se faz aqui uma denúncia, em meio à tantas outras, que o denunciam por outros aspectos, que surgem de todos os lados. Esse aparente pessimismo é na verdade otimista o suficiente para imaginar possibilidades *outras*. Para isso, opera num campo particular, insistindo no método pelo qual “a análise política da situação não se apoia no ‘real’ na acepção trivial, a mais frequente, desse termo”. Apesar de denúncia, não se trata aqui de uma análise exclusivamente empírica, na verificação e demonstração dos fatos, ou de uma análise exclusivamente histórica, baseada na sequência dos fatos, ou ainda de uma análise que parte de um ponto particular, tão comum aos arquitetos (a obra, o autor, o instrumento, a intervenção). Em lugar disso, “apoia-se na relação dialética destes três termos: o real, o possível, o impossível, de maneira a tornar possível o que parecia impossível”

(LEFEBVRE, 2019a [1970], p.161). É um método, portanto, que só pode resultar em denúncia daquilo que está contido no real e torna impossível as possibilidades, imaginadas ou por imaginar. Pode-se acusá-lo de especulativo? Talvez. Mas há como negar as impossibilidades apontadas? Pela frieza dos números, pelas racionalidades dos dados, pelas estatísticas, pelos indicadores etc., seria possível indicar que não há um mal-estar urbano, que não há uma contrarrevolução em curso, que a metrópole é sinônimo de democracia concreta? E, pelo contrário, seria possível comprová-lo? Se desmentir ou afirmar essas hipóteses se reduzisse à simples comprovação, não bastaria noticiar os dados? O mal-estar se visualiza, é percebido, vivido, sentido e apurado na experiência (prática) espacial, ao que se torna uma tarefa descrevê-lo nestes termos. Eis as intenções aqui colocadas.

De qualquer modo, parece razoável considerar que esta exposição perseguiu seu objetivo principal ao longo do caminho proposto: indicar as proximidades das contribuições de Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre entre si – nas leituras que fizeram em relação à produção do espaço e sua instrumentalização pelo capital, na ascensão do imobiliário como forma de produção espacial predominante neste contexto, na tendência à homogeneidade espacial, no papel do arquiteto em relação a esta e ao conjunto da produção espacial. Também indicou aquilo que não coube a estes autores, que torna inviável suas rupturas, mas não o retorno e a extensão de suas obras. Ainda, pôde indicar que há maiores possibilidades de resgate destas contribuições, de referenciá-las por outros meios, imprevistos mas relacionados, que estabelecem um interessante movimento, importante inclusive para situar os conceitos que surgem por outros caminhos. É assim que as potencialidades do comum e do antivalor se apresentam, aportando novos significados ao que se tem estabelecido: através da obra de Henri Lefebvre na virtualidade da sociedade urbana como *devoir urbano comum*; na contribuição de Rodrigo Lefèvre como concepção de coprodução dos espaços de antivalor; e na medida em que se possa questionar que o comum e antivalor foram previstos e não previstos nestas contribuições.

Seria esse procedimento um ecletismo desmensurado, uma aventura conceitual despida de rigor? Isto iria contra o conceito de uma totalidade aberta, de um pensamento em movimento, tão necessários para um avanço não dogmático do conhecimento. Não se trata da invenção de um método. Se nos perguntarmos como procedeu Henri Lefebvre em suas análises sobre o espaço, podemos encontrar as respostas dentro de seus próprios escritos. Em *La pensée marxiste et la ville* ele indica que o método aplicado é não apenas o de retomar o pensamento utopista, mas modificá-lo para que inclua aí as novas questões e contradições surgidas num outro tempo

“Se é necessário hoje retomar e ampliar o pensamento dos grandes utopistas, Fourier, Marx, Engels, não é porque eles sonharam o impossível, é porque esta sociedade traz ainda e sempre, nela, sua utopia: a possível/impossível, o possível que ela torna impossível, últimas contradições, geradoras de situações revolucionárias que não coincidem mais com aquelas que anuncia Marx; tanto que não é mais suficiente, para resolvê-las, um crescimento organizado (planejado) das forças produtivas!” (LEFEBVRE, 2021 [1972], p.116)

Em *La révolution urbaine*, o apontamento é na direção de que a crítica estabelecida ali realiza um acréscimo. “Apenas acrescentamos à teoria do mundo invertido alguns itens que reforçam o projeto de re-inversão desse mundo e completam o projeto marxista de uma revolução na organização industrial com um projeto de revolução urbana” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.116). Estas indicações caminham num sentido conhecido, de que o projeto lefebvriano, em linhas gerais, consiste na extensão da obra de Marx ao século XX através de uma análise da produção do espaço. Obviamente, não se tem a mesma pretensão aqui, nem em relação à obra de Marx e nem em relação às obras de Henri Lefebvre e Rodrigo Lefèvre, o que de qualquer maneira exigiria um trabalho hercúleo. Somente indicamos possibilidades de relações mais atuais (contemporâneas) às formulações dos dois autores, numa espécie de continuidade do método.

Por último, é necessário sublinhar o que é de fato relevante. Embora muito centrada no *urbano*, o que se expõe aqui possui uma relação íntima com a atuação de arquitetos e urbanistas através de outro conceito também mencionado: *o espaço diferencial*. Frente à homogeneidade generalizada e à heterogeneidade-homogênea que caricatura o diferencial, o espaço diferencial é o que corresponde a uma heterogeneidade verdadeira, presente-ausente, em vias de extinção pela constante ameaça do espaço dominante, mas sempre possível na vontade daqueles que vislumbram transformar o modo de viver:

“Transcendência do desejo e do poder, imanência do povo, simbolismo e imaginário presentes em toda parte, visão racional e sonhadora da centralidade que acumula em determinado lugar as riquezas e os gestos humanos, presença do outro, presença-ausência, exigência de uma presença jamais alcançada: essas são também características do espaço diferencial” (LEFEBVRE, 2019a [1970], p.147)

REFERÊNCIAS

ALVES, Gloria da Anunciação Alves. *A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido*. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, pp.551-563, dez. 2019

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos Estudos, Cebrap, v. 28, n.1, pp.103-127, mar. 2009.

ARTIGAS, Rosa; LIRA, José Tavares Correia de (org.). *Vilanova Artigas. Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

BENEVOLO, Leonardo. *A história das cidades*. São Paulo: Perspectiva. 2019

BORJA, Jordi. *Revolución urbana y derechos ciudadanos: claves para interpretar las contradicciones de la ciudad actual*. Tese (Doutorado). Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Barcelona, Barcelona. 2012.

BUITONI, Cássia Schroeder. *Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para educação*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009

BUZZAR, Miguel Antonio. *Rodrigo Brotero Lefèvre e a vanguarda da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Edições Sesc, 2019

CARLOS. Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole*. São Paulo: Labur edições, 2017

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

REFERÊNCIAS

- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FERRO, Sérgio. *A casa popular*. São Paulo: GFAU. 1979.
- _____. *Notas sobre o vício da virtude*. Cebrap, v. 3, n.76, pp.229-234, nov. 2006.
- _____. *A história da arquitetura vista do canteiro: três aulas de Sérgio Ferro*. São Paulo: GFAU, 2010.
- _____. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006
- FRANK, André Gunder. *Latin America: underdevelopment or revolution*. Nova Iorque: Monthly Review, 1969
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 2016.
- GREGOTTI, Vittorio. *Território da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GRESPLAN, Jorge. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. *A brief history of neoliberalism*. Nova Iorque: Oxford, 2007.
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- _____. *A loucura da razão econômica*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- _____. *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas*. Espaço e Debates, n.6, pp.6-35. jun/set. 1982
- _____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015
- HESS, Remi. *Henri Lefebvre et l'aventure du siècle*. Paris: Metaillié, 1988.

- _____. *Henri Lefebvre, Une pensée du possible*. Paris: Anthropos, 2008
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- JARAMILLO, Samuel. *Las formas de producción del espacio construído em Bogotá*. In: PRADILLA, Emilio (org.). *Ensayos sobre el problema de la vivienda en México*. México: Latina UNAM, 1982. pp. 149-212.
- KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KOURY, Ana Paula. *Arquitetura Moderna Brasileira: uma crise em desenvolvimento*. São Paulo: Edusp, 2019.
- _____. Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro. São Paulo: Edusp, 2003.
- KOWARICK, Lúcio. *Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.
- _____. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2019a.
- _____. *Critique de la vie quotidienne III : de la modernité au modernisme*. Paris: L'arche, 1981.
- _____. *De L'Etat. Tome IV*. Paris : Union Generale d'Editions, 1978.
- _____. *Du rural à l'urbain*. Paris : Anthropos, 2001
- _____. *Espaço e Política: o direito a cidade II*. Belo Horizonte: UFMG, 2019b.
- _____. *L'irruption de Nanterre au sommet*. Paris: Syllepse, 1998
- _____. *La proclamation de la Commune*. Paris: Gallimard, 1965.
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- _____. *Le droit à la ville suivi de espace et politique*. Paris: Points, 1974.
- _____. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *O fim da história*. Lisboa: Dom Quixote, 1981.
- _____. *O pensamento de Lênin*. São Paulo: LavraPalavra, 2020.

REFERÊNCIAS

- _____. *O vale de Campan: estudo de sociologia rural*. São Paulo: Edusp, 2011.
- _____. *Une pensée devenue monde. Faut-il abandonner Marx?*. Paris : Fayard. 1980
- LEFEBVRE, Henri *et al.* *La renta de la tierra: 5 ensayos*. México: Editorial Tlaiualli, 1983
- LEFEBVRE, Henri; ALFREDO, Anselmo; PAULA, Carolina Massuia de; FICARELLI, Thomas. *Da teoria das crises à teoria das catástrofes*. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 13, n. 1, pp.138-152, 2009.
- LEFEVRE, Rodrigo. *Projeto de um acampamento de obra: uma utopia*. São Paulo: Dissertação de Mestrado FAUUSP. 1981
- LINERA, Álvaro Garcia. *Marx y las formas comunales*. In *Forma valor y forma comunidad*. La Paz: Muela del diablo, 2009.
- LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- LOPES, João Marcos. *O anão caolho*. Cebrap, v. 3, n.76, pp.219-227, nov. 2006.
- LOSURDO, Domenico. *O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARICATO, Erminia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega. 1982.
- _____. *Autoconstrução, a arquitetura possível*. In MARICATO, Erminia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, pp. 71-94.
- _____. *Indústria da construção: reflexão sobre o “atraso tecnológico”*. Boletim Paulista de Geografia, n.64, pp.115-125, 1986.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Capítulo VI (inédito): manuscritos de 1863-1867*. São Paulo: Boitempo, 2022.

- _____. *O Capital: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- _____. *O Capital: Livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: livro III: o processo global de produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017b
- MESZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. *Novos Estudos, Cebrap*, v. 1, n.74, pp.67-85, mar. 2006
- _____. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- OSTROM, Elinor. *Governing the Commons*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PEREIRA, Paulo César Xavier. *Espaço, técnica e construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- PEREIRA, Paulo César Xavier (org.). *Terra à vista: reabilitando a questão da renda na produção do espaço*. São Paulo: FAUUSP, 2019
- _____. (org.) *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2018.
- PERICÁS, Luiz Bernarndo. *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019
- PÍREZ, Pedro. *Las heterogéneas formas de producción y consumo de la urbanización latinoamericana*. *Revista del Área de Estudios Urbanos del Instituto de Investigaciones Gino Germani. UBA*, pp 131-167, 2016
- PIO, Humberto Guimarães. *Rodrigo Brotero Lefèvre: a construção da utopia*. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos-Universidade de São Paulo, São Carlos. 2006
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RUFFINO, Beatriz; SHIMBO, Lucia. (org.). *Financeirização e estudos urbanos na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

REFERÊNCIAS

SANTOS, César Simoni. *Henri Lefebvre e a morfologia de uma dialética espacial*. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 525-550, dez. 2019.

SANTOS, Theotonio dos. *O caminho brasileiro para o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1985

SHIMBO, Lúcia Zanin. *O concreto do capital: os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras*. Tese (Livre Docência em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020.

SMITH, Neil. *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. Londres: Routledge, 1996.

THOMPSON. E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; CRUZ, Mariana de Moura. *O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum*. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., São Paulo, V.21, N.3, p.487-504, Set.-Dez. 2019



FAUUSP

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo